



PREFEITURA DE
VILA VELHA

»» PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE VILA VELHA/ES





PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE VILA VELHA/ES

COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROJETO ORLA

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Secretaria de Gestão do Patrimônio da União (SPU)

Ministério do Turismo (MTur)

Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competividade no Turismo

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Associação Brasileira das Entidades Estaduais do Meio Ambiente (Abema)

PROJETO “BRASIL, ESSA É A NOSSA PRAIA!”

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE TURISMO

COORDENADORES

Leilianne Michele Trindade da Silva Barreto

Ricardo Lanzarini Gomes Silva

ASSISTENTES DA COORDENAÇÃO - EQUIPE DE APOIO EM ELABORAÇÃO DE PGI

Michel Jairo Vieira da Silva

Stella Magaly de Andrade Souza

BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Catiane Lopes de Lima

Mariene Cavalcante Borba de Albuquerque

Wilisvete Dantas Alves Albuquerque

PROJETO ORLA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COMISSÃO TÉCNICA ESTADUAL DO PROJETO ORLA (CTE)

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo (SPU/ES)

Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no

Estado do Espírito Santo (SUPES-ES)

Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES)

Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Espírito Santo (SFA/ES)

Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca (SEAG)

Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Pró-Tamar)

Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES)

Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

EQUIPE TÉCNICA ESTADUAL

Renato de Lima

Anselmo de Magalhães Barbalho

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo (SPU/ES)

Felipe Bastos

Christianne Bitencourt

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)

INSTITUIÇÕES QUE ACOMPANHAM O PROJETO ORLA NO ESPÍRITO SANTO

Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo (SPU/ES)

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)

Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)

COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROJETO ORLA

Arnaldo Borgo Filho

Prefeito Municipal

Victor Linhalis

Vice Prefeito Municipal

Adriana Villa-Forte de Oliveira Peixoto Soares Miguel

Secretária de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU)

Gestora de Praias

Paulo Renato Fonseca Junior

Secretário de Cultura e Turismo (SEMCULT)

Ricardo Klippel Borgo

Secretário Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Menara Cavalcante

Secretária Municipal de Obras, Planejamento e Projetos Estruturantes (SEMOPE)

GRUPO DE TRABALHO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MOBILIDADE

Flavio Henrique Ferreira Harduim
Subsecretário de Controle Urbano e Habitação
flavio.harduim@vilavelha.es.gov.br

Andressa da Silveira Morelato Ascanio
Gerente de Planejamento Urbano e Mobilidade
andressa.morelato@vilavelha.es.gov.br

Juliana Koppe Rocha e Silva
Assessora Técnica I
juliana.koppe@vilavelha.es.gov.br

Válber de Vargas Martins
Assessor Técnico II
valber.martins@vilavelha.es.gov.br

Nyemar Alves Rocha
Subsecretário de Gestão Urbana e Mobilidade
(até out/2022)

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Manuela Bernardes Batista
Gerente de Recursos Naturais
manuela.batista@vilavelha.es.gov.br

Daniel Gosser Motta
Coordenador de Educação Ambiental
daniel.motta@vilavelha.es.gov.br

Patrícia Rocha Leal
Coordenadora de Análise Técnica, Apoio e Documentação
patricia.leal@vilavelha.es.gov.br

Felipe Corteletti Pedruzzi
Biólogo
felipe.pedruzzi@vilavelha.es.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Carla Rezende
Subsecretária de Turismo
carlarezendesemtec@gmail.com

Maria Amália Q Bello
Gerente de Promoção do Turismo
amalia.queiroz@vilavelha.es.gov.br

Ademir Pontini
Coordenador do Bandeira Azul
ademir.pontine@vilavelha.es.gov.br

Gilson Nunes
Secretária Executivo de COMTUR
gilson.nunes@vilavelha.es.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

Vinícius Zuqui Pereira Soares
Arquiteto / Coordenador de Praças e Parques da Cidade
vinicius.soares@vilavelha.es.gov.br

Agna Aliny Mariano dos Santos
Engenheira Civil/ Subsecretaria de Obras
agna.santos@vilavelha.es.gov.br

GUARDA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Diego Augusto Pereira
Inspetor ambiental - GMVV
diego.augusto@vilavelha.es.gov.br

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DAS OFICINAS

AABPC	IJSN
ABARPRAIA	Marinha do Brasil
ABREBARRA	Movimento Comunitário de Ponta da Fruta
AEPA	IEMA
AMALAGOA	Movimento Nacional ODS Espírito Santo
AMORABARRA	MOVIVE
Ass. Nova Ponta da Fruta	Prefeitura Municipal de Marataízes
ASSEVILA	Prefeitura Municipal de Serra
Associação de Moradores da Praia da Costa	SEMAS
ASSVAADV	SEMCOM
ATABU	SEMCULT
AUAADV	SEMDEC
AVAA-VV HIP VAA	SEMDEST
Câmara Municipal de Vereadores (CMVV)	SEMDU
Capitania dos Portos	SEMED
CAU/ES	SEMEL
CBMES	SEMGOV
CCVV	SEMMA
Circuito Turístico PF	SEMOPE
CMC	SEMSA
Comunidade de Itapuã	SEMSU
Conselho de Segurança de Ponta da Fruta	SETUR-ES
CT ITAPARICA	Sindbares
Faculdade Novo Milênio	SPU/ES
GMVV	UFES
IDAF	UFRN
IEMA	Universidade de Vila Velha

FACILITADORES E EQUIPE TÉCNICA

Gapu Soluções Ambientais

Gestão Ambiental e Planejamento Urbano

CNPJ 30.882.059/0001-11

projetoorlagapu@gmail.com

@gapu.amb

(82) 98823 7720



Enio Ricardo Gomes Júnior

Arquiteto Urbanista

Mestre em Gestão Pública

Responsável Técnico

Leonardo Tinôco

Engenheiro Agrônomo

Especialista em Ciências e Técnicas de

Governo: Fundación Altadir

Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Doutor em Ciência do Solo

Eduardo Brandão (Consultor *ad hoc*)

Físico

Mestre e Doutor em Gestão Pública e

Governo com ênfase na Gestão Ambiental

Ana Paula Garcia de Oliveira

Bióloga

Especialista em Gestão Ambiental

Mestra em Sustentabilidade na Gestão
Ambiental

Bruna Gomes Paulo da Silva

Arquiteta Urbanista

Ligia Betim Marchi

Arquiteta Urbanista

Mestra em Arquitetura e Urbanismo

Especialista em Engenharia de Infraestrutura
Urbana



LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Composição do arranjo institucional em cada nível de atuação.....	25
Figura 2: Publicação do TAGP no DOU.....	27
Figura 3: Publicação do TAGP no DIO/VV.....	27
Figura 4: Alguns dos produtos elaborados.....	29
Figura 5: Localização do município de Vila Velha.....	31
Figura 6: Delimitação simplificada da orla, nos limites previstos na legislação.....	31
Figura 7: Divisão de bairros.....	33
Figura 8: Áreas urbanas às margens do Rio Aribiri (década de 1970).....	34
Figura 9: Formação de novos bairros próximo ao litoral do município (década de 1970).....	34
Figura 10: Localização das praias objeto de transferência de gestão ao Município.....	37
Figura 11: Zoneamento - PDM.....	39
Figura 12: Orla de Vila Velha: 5 Unidades de Planejamento.....	41
Figura 13: Unidade de Planejamento 1e2 (UP 1e2).....	42
Figura 14: Unidade de Planejamento 3 (UP 3).....	43
Figura 15: Unidade de Planejamento 4 (UP 4).....	44
Figura 16: Unidade de Planejamento 5 (UP 5).....	45
Figura 17: Unidade de Planejamento 6 (UP 6).....	46
Figura 18: UP 1e2 –Museu Vale.....	48
Figura 19: UP 1e2 – Porto de Vitória.....	48
Figura 20 UP 1e2 – Baía de Vitória (Vila Velha à esquerda; Vitória à direita e ao fundo).....	48
Figura 21: UP 1e2 – Prainha (primeiro plano) e Convento da Penha e Morro do Moreno (ao fundo).....	48
Figura 22: UP 1e2 – Praia do Ribeiro.....	48
Figura 23: UP 3 – Pedra da Sereia.....	50
Figura 24: UP 3 – Praia da Costa.....	51
Figura 25: UP 3 – Praia de Itapuã.....	51
Figura 26: UP 3 – Ilha de Itatiaia.....	51
Figura 27: UP 4 – Foz do Rio Jucu.....	52
Figura 28: UP 4 – Praia da Concha.....	52
Figura 29: UP 5 – Praia do Barrão.....	53
Figura 30: UP 5 – Praia dos Recifes.....	53
Figura 31: UP 5 – Lagoa, no bairro Morada do Sol.....	53
Figura 32: UP 5 – Praia de Interlagos.....	53
Figura 33: UP 6 – Praia da Baleia.....	55
Figura 34: UP 6 – Praia de Ponta da Fruta.....	56
Figura 35: UP 6 – Praia de Nova Ponta da Fruta.....	56
Figura 36: Praia da Costa.....	57

Figura 37: Praia de Itapuã.....	57
Figura 38: Praia da Itaparica.....	58
Figura 39: Praia dos Recifes.....	58
Figura 40: Iluminação noturna – Praia da Costa.....	59
Figura 41: Hierarquia Viária.....	59
Figura 42: Rede Ciclovária.....	61
Figura 43: Manilha - Praia da Costa.....	63
Figura 44: Contentor – Praia de Itapuã.....	63
Figura 45: Banheiro – Praia da Sereia.....	64
Figura 46: Banheiro químico – Praia de Itaparica.....	64
Figura 47: Rede de drenagem e as áreas sujeitas a riscos de inundação e alagamento.....	65
Figura 48: Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (EBAP) projetadas.....	66
Figura 49: Cobertura da rede: Sistema Municipal (esquerda) e Sistema Transcol (direita).....	67
Figura 50: Terminais Aquaviários propostos – PLANMOB.....	68
Figura 51: Estação Orla Champagnat, Praia da Costa.....	69
Figura 52: Mapa das estações, sendo que 7 estão na faixa de orla.....	69
Figura 53: Quiosques – Praia da Costa.....	70
Figura 54: Quiosques – Praia da Costa.....	70
Figura 55: Quiosques – Praia de Itapuã/de Itaparica.....	71
Figura 56: Quiosques – Praia de Itapuã/de Itaparica.....	71
Figura 57: Quiosques – Praia do Barrão.....	71
Figura 58: Quiosques – Praia de Nova Ponta da Fruta.....	72
Figura 59: Quiosques – Praia de Nova Ponta da Fruta.....	72
Figura 60: Prática de esportes: vôlei de praia (Praia da Costa).....	73
Figura 61: Prática de esportes: <i>beach tennis</i> (Praia da Costa).....	73
Figura 62: Banhistas (Praia dos Recifes).....	73
Figura 63: Ciclovia (Praia de Itaparica).....	73
Figura 64: Pescadores tradicionais (Prainha).....	74
Figura 65: Pesca amadora (Praia de Itaparica).....	74
Figura 66: Canoagem havaiana (Praia da Sereia).....	74
Figura 67: <i>Kitesurf</i> (Praia de Itapuã).....	74
Figura 68: Estruturas para evento (Praia de Itapuã).....	74
Figura 69: Embarcações/equipamentos para canoagem havaiana (Praia da Costa).....	74
Figura 70: Enseada da Sereia (bairro Praia da Costa).....	75
Figura 71: Ilha de Pituã (bairro Itapuã).....	75
Figura 72: Bandeira Azul: bandeira hasteada.....	77
Figura 73: Bandeira Azul: placa informativa.....	77

Figura 74: Bandeira Azul: banheiros.....	77
Figura 75: Bandeira Azul: faixa de areia.....	77
Figura 76: Posto de salvamento marítimo (guarda vidas): Praia da Sereia.....	78
Figura 77: Posto de salvamento marítimo (guarda vidas): Praia da Costa.....	78
Figura 78: Comércio ambulante (Praia da Costa).....	80
Figura 79: Comércio ambulante (Praia da Costa).....	80
Figura 80: Bares (Praia dos Recifes).....	80
Figura 81: Restaurante (Praia de Interlagos).....	80
Figura 82: Taxa de ocupação hoteleira - 2017 a 2020.....	81
Figura 83: Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS na UP 1e2.....	83
Figura 84: Morro do Moreno (Praia da Costa).....	84
Figura 85: Praia da Sereia.....	84
Figura 86: Praia da Costa.....	84
Figura 87: Praia da Costa.....	84
Figura 88: Praia de Itapuã.....	84
Figura 89: Praia dos Recifes.....	84
Figura 90: Praia da Baleia.....	85
Figura 91: Praia do Barrão.....	85
Figura 92: Classes definidas no Decreto Federal n.º 5.300, de 2004.....	85
Figura 93: Localização das Lagoas de Vila Velha.....	87
Figura 94: Localização das nascentes de Vila Velha.....	87
Figura 95: Localização geográfica da Ilha Itatiaia, Vila Velha/ES.....	89
Figura 96: Localização da Ilha dos Pacotes, em Vila Velha.....	90
Figura 97: Áreas Naturais Protegidas do município.....	91
Figura 98: APA de Setiba.....	93
Figura 99: Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira.....	94
Figura 100: Parque Natural Municipal de Jacarenema.....	95
Figura 101: Monumento Natural Morro do Penedo.....	95
Figura 102: APA da Lagoa Grande.....	96
Figura 103: Monumento Natural do Morro do Moreno.....	97
Figura 104: Convento da Penha.....	98
Figura 105: Congo.....	98
Figura 106: Ponte Florentino Avidos.....	99
Figura 107: Penedo.....	99
Figura 108: Farol de Santa Luzia.....	99
Figura 109: Sítio Histórico da Prainha.....	99
Figura 110: Localização de bens culturais.....	102

Figura 111: Praias de Jacaraípe até Itapuã.....	105
Figura 112: Praias de Itapuã até Carais.....	105
Figura 113: Uso e cobertura da terra - 2012/2013.....	106
Figura 114: Instalações do Porto de Vitória.....	108
Figura 115: Instalações retroportuárias, Porto de Vitória.....	109
Figura 116: EAMES, Prainha.....	109
Figura 117: Unidades de planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu.....	135
Figura 118: Uso e cobertura do solo na RH do Rio Jucu.....	136
Figura 119: Pontos de coleta para análise da balneabilidade das praias e lagoas.....	137
Figura 120: Comunidade pesqueira – Prainha.....	141
Figura 121: Comunidade pesqueira – Praia do Ribeiro.....	141
Figura 122: Comunidade pesqueira – Praia da Costa.....	141
Figura 123: Comunidade pesqueira – Praia de Itapuã.....	142
Figura 124: Comunidade pesqueira – Praia de Itaparica.....	142
Figura 125: Comunidade pesqueira – Barra do Jucu.....	142
Figura 126: Comunidade pesqueira - Ponta da Fruta.....	142
Figura 127: Núcleo de Desenvolvimento C (ND-C) e Zona Especial de Interesse Público (ZEIP).....	143
Figura 128: Localização de atividades em dissonância com o uso público da praia e conflitos fundiários – parte 1.....	264
Figura 129: Localização de atividades em dissonância com o uso público da praia e conflitos fundiários – parte 2.....	264
Figura 130: Demarcação dos imóveis a serem congelados (ver Conflito 12 no Quadro 34 acima).....	265
Figura 131: Portal da Ouvidoria municipal.....	267
Figura 132: Capacitação de técnicos e gestores municipais.....	406
Figura 133: Visita Técnica: dia 12/04/2022.....	407
Figura 134: Visita Técnica: dia 13/04/2022.....	407
Figura 135: 1ª Etapa da Oficina: abertura.....	407
Figura 136: 1ª Etapa da Oficina: plenária final.....	407
Figura 137: Quantitativo de participantes na 1ª Etapa da Oficina, por segmento.....	408
Figura 138: 2ª Etapa da Oficina: abertura.....	408
Figura 139: 2ª Etapa da Oficina: plenária final.....	408
Figura 140: Quantitativo de participantes na 2ª Etapa da Oficina, por segmento.....	409

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Produção pesqueira - de 04/2021 e 04/2022.....	82
Tabela 2: Quantidade de espécies capturadas por petrecho de pesca.....	83
Tabela 3: Quantitativo de espécies capixabas que estão correndo risco de extinção.....	138
Tabela 4: Quantitativo de espécies da flora que estão correndo risco de extinção.....	138
Tabela 5: Quantitativo de espécies da fauna que estão correndo risco de extinção.....	139
Tabela 6: Demografia.....	145
Tabela 7: Total de habitantes por região administrativa/localidade – 2010 e 2017.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Regiões e bairros defrontantes com a orla.....	35
Quadro 2: Delimitação das UPs.....	40
Quadro 3: UP 1e2.....	47
Quadro 4: UP 3.....	49
Quadro 5: UP 4.....	52
Quadro 6: UP 5.....	53
Quadro 7: UP 6.....	55
Quadro 8: Atividades na faixa terrestre e marítima.....	72
Quadro 9: Principais eventos.....	76
Quadro 10: Localização de câmeras na orla.....	79
Quadro 11: Classificação da orla municipal, por UP e Trecho.....	86
Quadro 12: Áreas de Preservação Permanente.....	92
Quadro 13: Bens culturais na esfera municipal.....	100
Quadro 14: Principais espécies da restinga, bairro Morada do Sol.....	110
Quadro 15: Ordem, Família e Espécie da Mastofauna de Ocorrência na APA da Lagoa Grande.....	112
Quadro 16: Mamíferos registrados no PNMJ.....	113
Quadro 17: Aves registradas na APA da Lagoa Grande.	115
Quadro 18: Composição da fauna de aves do PNMJ.....	118
Quadro 19: Espécies de anfíbios registradas na APA Lagoa Grande.....	127
Quadro 20: Lista das espécies de anfíbios encontradas na área do PNMJ.....	127
Quadro 21: Espécies de répteis registradas na APA da Lagoa Grande.....	128
Quadro 22: Lista de espécies de répteis registradas no PNMJ.....	129
Quadro 23: Dados sobre ocorrência de desova de tartarugas marinhas em Vila Velha/ES.....	131
Quadro 24: Espécies com suas respectivas famílias, nome popular e local onde foram coletadas.....	132
Quadro 25: Espécies de crustáceos amostrados nas 4 estações de coleta no manguezal do rio Jucu.....	133
Quadro 26: Espécies de moluscos amostrados nas quatro estações de coleta no manguezal do rio Jucu.....	134
Quadro 27: Uso e ocupação irregular em áreas sensíveis da orla.....	140
Quadro 28: Principais comunidades tradicionais pesqueiras - 2020.....	141
Quadro 29: UP 1e2: Quadro Detalhado – Síntese.....	147
Quadro 30: UP 3: Quadro Detalhado – Síntese.....	155
Quadro 31: UP 4: Quadro Detalhado – Síntese.....	192
Quadro 32: UP 5: Quadro Detalhado – Síntese.....	209
Quadro 33: UP 6: Quadro Detalhado – Síntese.....	227
Quadro 34: Atividades em dissonância com o uso público da praia e conflitos fundiários.....	262
Quadro 35: Eventos realizados/previstos na praia.....	265
Quadro 36: UP 1e2: cenários atual e desejado.....	268

Quadro 37: UP 3: cenários atual e desejado.....	270
Quadro 38: UP 4: cenários atual e desejado.....	272
Quadro 39: UP 5: cenários atual e desejado.....	273
Quadro 40: UP 6: cenários atual e desejado.....	274
Quadro 41: UP 1e2: Plano de Ação – Potencialidades.....	279
Quadro 42: UP 1e2: Plano de Ação – Problemas.....	283
Quadro 43: UP 1e2: Plano de Ação – Ações Estratégicas.....	289
Quadro 44: UP 3: Plano de Ação – Potencialidades.....	292
Quadro 45: UP 3: Plano de Ação – Problemas.....	295
Quadro 46: UP 4: Plano de Ação – Potencialidades.....	306
Quadro 47: UP 4: Plano de Ação – Problemas.....	309
Quadro 48: UP 5: Plano de Ação – Potencialidades.....	317
Quadro 49: UP 5: Plano de Ação – Problemas.....	321
Quadro 50: UP 6: Plano de Ação – Potencialidades.....	329
Quadro 51: UP 6: Plano de Ação – Problemas.....	336
Quadro 52: Base legal existente, nas esferas federal, estadual e municipal, incidentes na orla.....	346
Quadro 53: Base institucional existente, nas esferas federal, estadual e municipal, que podem ter atuação junto à orla marítima.....	347
Quadro 54: Fóruns municipais de decisão existentes, que podem ter interação junto à orla marítima.....	348
Quadro 55: Instrumentos gerenciais, nas esferas estadual e municipal, incidentes na orla.....	348
Quadro 56: Cronograma Geral da Implementação do PGI.....	357
Quadro 57: Cronograma de execução das Ações e Diretrizes.....	359
Quadro 58: Instituições/Atividades presentes durante as Oficinas.....	409
Quadro 59: Proposta de estratégias de envolvimento dos atores.....	410

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	22
GESTORA DE PRAIAS.....	23
1 PROJETO ORLA.....	24
1.1 PROJETO “BRASIL, ESSA É NOSSA PRAIA!”	27
1.2 ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PGI.....	28
1.3 PRODUTOS.....	28
2 OBJETIVO.....	30
2.1 OBJETIVO GERAL.....	30
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	30
3 ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	31
3.1 LOCALIZAÇÃO.....	32
3.2 BREVE HISTÓRICO.....	34
3.3 A ORLA DE VILA VELHA.....	35
3.3.1 Área objeto do TAGP.....	36
3.3.2 Plano Diretor Municipal - Macrozoneamento e Zoneamento da orla.....	38
3.4 DELIMITAÇÃO DA ORLA, DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO E DOS TRECHOS.....	40
3.4.1 Unidade de Planejamento 1 e 2 (UP 1e2): da Segunda Ponte até o Clube Libanês.....	47
3.4.2 Unidade de Planejamento 3 (UP 3): do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica (inclui Ilhas).....	48
3.4.3 Unidade de Planejamento 4 (UP 4): do final do calçadão de Itaparica até o Morro da Concha (Parque Natural Municipal de Jacarenema).....	51
3.4.4 Unidade de Planejamento 5 (UP 5): do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta (Matinha de Interlagos).....	52
3.4.5 Unidade de Planejamento 6 (UP 6): da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta. 54	
3.4.6 Acessos à orla.....	56
3.5 INFRAESTRUTURA URBANA.....	57
3.5.1 Abastecimento de água.....	57
3.5.2 Energia elétrica e iluminação pública.....	58
3.5.3 Sistema Viário.....	59
3.5.4 Limpeza urbana.....	62
3.5.5 Esgotamento sanitário.....	63

3.5.6	Drenagem.....	65
3.5.7	Transporte Público.....	67
3.6	SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS.....	70
3.6.1	Quiosques.....	70
3.6.2	Demarcação para atividades na faixa terrestre e marítima: banhistas, prática de esportes, equipamentos, navegação e outros.....	72
3.6.3	Pontos e/ou atividades turísticos.....	76
3.6.4	Certificação de qualidade ambiental e turística de praias.....	77
3.6.5	Guarda-vidas.....	78
3.6.6	Agentes de segurança (Guarda Municipal, Polícia).....	78
3.7	ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	79
3.7.1	Comércio (bares, restaurantes, lojas, ambulantes etc).....	79
3.7.2	Pousadas e hotelaria (número de leitos).....	80
3.7.3	Aquicultura, pesca, extrativismo.....	81
3.7.4	Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS.....	83
3.7.5	Publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social.....	84
3.8	ATRIBUTOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PARÂMETROS AMBIENTAIS.....	85
3.8.1	Classificação da Orla (A, B e C), conforme Decreto nº 5.300, de 2004.....	85
3.8.2	Tipos de ecossistemas existentes e serviços ecossistêmicos associados.....	86
3.8.3	Existência de proteção para ecossistemas sensíveis.....	90
3.8.4	Sítios de interesse histórico, arqueológico, geológico e cultural.....	97
3.8.5	Características meteoceanográficas predominantes (ventos; ondas; marés; clima).....	103
3.8.6	Variações da linha de costa (largura da faixa de areia; balanço sedimentar; taxas de erosão e progradação).....	104
3.8.7	Uso e cobertura do solo.....	106
3.8.8	Diagnóstico de flora.....	109
3.8.9	Diagnóstico de fauna e espécies ameaçadas de extinção.....	112
3.8.10	Recursos hídricos (bacias hidrográficas; corpos d'água).....	134
3.8.11	Qualidade da água / Balneabilidade.....	137
3.8.12	Espécies ameaçadas de extinção.....	138
3.8.13	Ocupação em áreas de dunas/manguezais/restingas.....	140
3.9	ATRIBUTOS SOCIAIS.....	141
3.9.1	Presença de comunidades tradicionais.....	141
3.9.2	Densidade demográfica da orla.....	144

3.10	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS DE USO E OCUPAÇÃO, ATIVIDADES GERADORAS, E EFEITOS E IMPACTOS NA ORLA.	145
3.10.1	Unidade de Planejamento 1 e 2 (UP 1e2): da Segunda Ponte até o Clube Libanês. ...	146
3.10.2	Unidade de Planejamento 3 (UP 3): do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica (inclui Ilhas).	154
3.10.3	Unidade de Planejamento 4 (UP 4): do final do calçadão de Itaparica até o Morro da Concha (Parque Natural Municipal de Jacarenema).	191
3.10.4	Unidade de Planejamento 5 (UP 5): do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta (Matinha de Interlagos).	208
3.10.5	Unidade de Planejamento 6 (UP 6): da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta.	226
4	ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA ORLA.	262
4.1	PRESENÇA DE USOS/ATIVIDADES EM DISSONÂNCIA COM O USO PÚBLICO DA PRAIA E EXISTÊNCIA DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS.	262
4.2	INFORMAÇÃO DAS POSSÍVEIS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS INSTALADAS NA PRAIA (QUIOSQUES, PALCOS, ARENAS PARA ESPORTES E OUTRAS MAIS).	265
4.3	EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE DENÚNCIAS SOBRE CONFLITOS FUNDIÁRIOS E ATIVIDADES EM DISSONÂNCIA COM O USO PÚBLICO DA PRAIA.	266
5	CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA.	268
5.1	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 1 E 2 (UP 1e2): DA SEGUNDA PONTE ATÉ O CLUBE LIBANÊS.	268
5.2	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 3 (UP 3): DO CLUBE LIBANÊS ATÉ O FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA (INCLUI ILHAS).	270
5.3	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 4 (UP 4): DO FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA ATÉ O MORRO DA CONCHA (PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARENEMA).	272
5.4	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 5 (UP 5): DO MORRO DA CONCHA ATÉ O INÍCIO DO BAIRRO PONTA DA FRUTA (MATINHA DE INTERLAGOS).	273
5.5	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 6 (UP 6): DA MATINHA DE INTERLAGOS ATÉ O FINAL DA NOVA PONTA DA FRUTA.	274
6	AÇÕES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.	278
6.1	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 1 E 2 (UP 1e2): DA SEGUNDA PONTE ATÉ O CLUBE LIBANÊS.	278
6.2	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 3 (UP 3): DO CLUBE LIBANÊS ATÉ O FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA (INCLUI ILHAS).	291

6.3	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 4 (UP 4): DO FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA ATÉ O MORRO DA CONCHA (PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARENEMA).....	305
6.4	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 5 (UP 5): DO MORRO DA CONCHA ATÉ O INÍCIO DO BAIRRO PONTA DA FRUTA (MATINHA DE INTERLAGOS).....	316
6.5	UNIDADE DE PLANEJAMENTO 6 (UP 6): DA MATINHA DE INTERLAGOS ATÉ O FINAL DA NOVA PONTA DA FRUTA.....	328
7	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.....	346
7.1	BASE LEGAL EXISTENTE.....	346
7.2	BASE INSTITUCIONAL LOCAL.....	346
7.3	FÓRUNS DE DECISÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO.....	348
7.4	INSTRUMENTOS GERENCIAIS E LOCAIS EXISTENTES.....	348
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (MATERIAL TÉCNICO- CIENTÍFICO DISPONÍVEL).....	350
9	CRONOGRAMA GERAL.....	357
10	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	406
10.1	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES MUNICIPAIS.....	406
10.2	VISITA TÉCNICA.....	406
10.3	OFICINAS DE PLANEJAMENTO.....	407
10.3.1	1ª Etapa da Oficina de Planejamento.....	407
10.3.2	2ª Etapa da Oficina de Planejamento.....	408
10.4	ESTRATÉGIAS FUTURAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES.....	410

GESTORA DE PRAIAS.

Com a assinatura do Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP), a Prefeitura de Vila Velha/ES assumiu o compromisso de elaborar um Plano de Gestão Integrada (PGI) para sua orla. O processo de elaboração deste PGI durou meses e contou com a participação dos mais diversos atores sociais da nossa orla.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU) é a responsável pela Coordenação Municipal do Projeto Orla e conta com o apoio, neste processo, da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, da Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Projetos Estruturantes, Secretaria de Serviços Urbanos, dentre outras. A participação de todo o secretariado municipal na elaboração do PGI e também no futuro grupo gestor, será fundamental na implementação desse novo e importante instrumento de gestão.

Estando a frente da SEMDU, fui designada como Gestora de Praias do município e hoje, vendo o resultado final deste processo, comprometo-me a atuar na interlocução entre o município e a SPU - Unidade Central e Superintendência no Espírito Santo, e também pelo cumprimento do TAGP. Junto como minha equipe, trabalharemos na coordenação do PGI e ainda na interlocução junto aos demais atores locais, considerando suas demandas e conflitos durante as ações previstas pelo PGI no âmbito da gestão municipal das praias.

O sucesso da gestão integrada da orla de Vila Velha depende de cada um de nós para sua implementação. Contamos com a participação ativa dos nossos cidadãos e de instituições parceiras para a construção de uma nova Vila Velha, baseada sobretudo na gestão democrática, integrada e transparente, critérios estes que não abriremos mão.

Adriana Villa-Forte de Oliveira Peixoto Soares Miguel

Secretária de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU)

1 PROJETO ORLA.

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é um dos instrumentos da Gestão Costeira Brasileira, sendo uma ação governamental transversal com o intuito de compatibilizar as políticas econômica, urbana, patrimonial e ambiental, por meio da gestão costeira integrada no âmbito municipal.

Na Gestão Costeira Brasileira, compõe o arcabouço legal a Lei Federal nº 7.661, de 1988, que estabelece o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e seus instrumentos, regulamentados pelo Decreto Federal nº 5.300, de 2004. Em 1997 foi promulgada a Resolução nº 05, que instituiu o Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II), buscando adequar o PNGC às novas demandas da sociedade. O PNGC II institui a descentralização da gestão dos ambientes costeiros, entendendo que os estados e municípios podem melhor gerenciar suas demandas, e tem o objetivo de orientar a utilização racional dos recursos na zona costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural (BRASIL, 2022a).

O Decreto Federal nº 5.300, de 2004, além regulamentar o PNGC, estabeleceu definições e critérios de gestão da orla marítima. Segundo esse Decreto, orla marítima é “a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar” (BRASIL, 2004). Desse modo, as praias marítimas - já definidas na citada Lei Federal nº 7.661 - estão inseridas na orla.

Ainda que a estruturação do Projeto Orla tenha iniciado na década de 1990, pode-se considerar que a primeira fase dessa iniciativa efetivamente ocorreu entre 2000 e 2004, quando foram estabelecidas a metodologia do projeto e a verificação e validação das etapas a serem implementadas (OLIVEIRA e NICOLODI, 2012 *apud* BRASIL, 2022a). Nesse contexto, 5 (cinco) Manuais foram publicados, entre os anos de 2002 e 2006, contendo os conceitos e a metodologia que serviram de guia para o desenvolvimento do Projeto Orla.¹

No ano de 2015, a publicação da Lei Federal nº 13.240 autorizou a União a “transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos” (BRASIL, 2015a). A Portaria SPU nº 113, de 2017, atualizada pela Portaria SPU nº 44, de 2019,

¹ Os Manuais dos anos 2002 a 2006 estão disponíveis na Biblioteca Digital do Ministério da Economia, em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/160>.

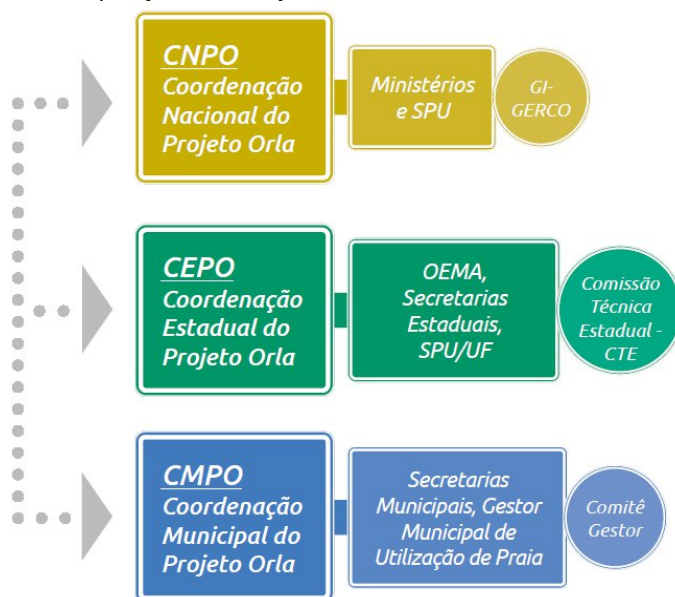
regulamentaram a Lei Federal nº 13.240, através da criação do Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP).

O TAGP tem a finalidade de estabelecer condições para a gestão integrada da zona costeira e, além de condicionar a gestão municipal das praias à elaboração do Plano de Gestão Integrada (PGI), definir condicionantes para monitoramento da implementação do Projeto Orla, trazendo um novo ator ao cenário da administração pública municipal – o Gestor Municipal de Utilização de Praias, que é o interlocutor entre Município e SPU/ UF (BRASIL, 2022a).

Neste ano de 2022 ocorreu o ajuste o arranjo institucional na esfera federal e a publicação de um novo Manual, “com a intenção de atualizar e aprimorar o processo” do Projeto Orla, mas com a recomendação de que “os manuais do Projeto Orla, anteriormente publicados, constituem-se ainda de importantes documentos de base conceitual e podem ser consultados” (BRASIL, 2022a, p. 18).²

Na esfera federal, o Projeto Orla atualmente conta com a participação, de forma integrada, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia (SPU/ME); da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo, do Ministério do Turismo (SNDTur/MTur); e da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, do Ministério do Desenvolvimento Regional (SMDRU/MDR), que compõem a Coordenação Nacional do Projeto Orla (CNPO) (**Figura 1**); tendo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais do Meio Ambiente (ABEMA) o papel de consultora para assuntos de meio ambiente (BRASIL, 2022a).

Figura 1: Composição do arranjo institucional em cada nível de atuação.



² O Manual está disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/projeto_orla_manual-para-elaboracao-do-plano-de-gestao-integrada-da-omla.pdf.

Fonte: BRASIL (2022a, p. 104).

O Projeto Orla conta também com arranjo institucional nas esferas estaduais e com o protagonismo dos municípios na elaboração do PGI (**Figura 1**). No estado do Espírito Santo, a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla (CTE/ES) foi instituída em 2007, através do DECRETO Nº 1826-S, de 2007, sendo que em seu Art. 2º informa que “a CTE atuará sob a coordenação da CEPRO [*Coordenação Estadual do Projeto Orla – CEPRO*], sendo esta composta pela Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo - GRPU/ES [*atual SPU/ES*] e pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA” (ESPÍRITO SANTO, 2007a). No ano de 2020, a INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 81, de 2020, atualizou a lista de representantes titulares e suplentes da CTE/ES (com mandato de 4 anos), constituída por 12 instituições, a saber: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA); Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo (SPU/ES); Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Espírito Santo (SUPES-ES); Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); Secretaria de Estado de Turismo (SETUR); Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES); Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Espírito Santo (SFA/ES); Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca (SEAG); Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas (Pró-Tamar); Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES); Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (ESPÍRITO SANTO, 2020).

Nas 2 Etapas da Oficina de Planejamento em Vila Velha, o Projeto Orla foi acompanhado por representantes do IEMA e da SPU/ES.

O município de Vila Velha assinou o TAGP em 24/07/2017, tendo como objeto o gerenciamento das “praias marítimas urbanas, inclusive bens de uso comum com exploração econômica, excluindo as áreas entregues ao Exército Brasileiro - 38º Batalhão de Infantaria e da Escola de Aprendizes de Marinheiro - EAMES”, com a finalidade de “estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, ensejando uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios” (BRASIL, 2017; VILA VELHA, 2019).

A publicação do TAGP no Diário Oficial da União (DOU) ocorreu em 28/08/2017, e tem vigência de 20 anos a partir da publicação (BRASIL, 2017) (**Figura 2**). A publicação no Diário Oficial do Município de Vila Velha (DIO/VV) ocorreu 2 anos depois, em 22/07/2019 (VILA VELHA, 2019) (**Figura 3**).

A assinatura do TAGP estabelece a obrigatoriedade de elaboração de um PGI no prazo de 3 anos. Em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Coordenação Nacional do Projeto Orla (CNPO) prorrogou o prazo para cumprimento da obrigação do TAGP de elaboração do PGI em 24

meses.³ Dessa forma, excepcionalmente em razão da pandemia, os municípios que aderiram ao TAGP têm 5 anos para elaboração do PGI.

Figura 2: Publicação do TAGP no DOU.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADESAO
A GESTÃO DE PRAIAS
Processo: 04947.001643/2017-06
Outorgante: UNIÃO Outorgado: MUNICÍPIO de Vila Velha/ES, CNPJ: 27.165.554/001-03
Objeto: Praias marítimas urbanas, inclusive bens de uso comum com exploração econômica, excluindo as áreas entregues ao Exército Brasileiro - 38º Batalhão de Infantaria e da Escola de Aprendizes de Marinheiro - EAMES.
Finalidade: Estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, ensejando uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios.
Fundamento Legal: art. 14, da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.
Gestor Municipal de Utilização de Praias: Sr. Antônio Marcus Carvalho Machado, CPF: 493.977.027-34
Suplente: Sra. Caroline Jabour de França, CPF: 076.099.247-92
Data de Assinatura do Termo de Adesão: 24/07/2017
Vigência: 20 anos a partir desta publicação.

Fonte: BRASIL (2017).

Figura 3: Publicação do TAGP no DIO/VV.

EXTRATO DE TERMO DE ADESAO À GESTÃO DE PRAIAS
Processo: 04947.001643/2017-06
Outorgante: UNIÃO
Outorgado: MUNICÍPIO de Vila Velha/ES, CNPJ: 27.165.554/001-03
Objeto: Praias marítimas urbanas, inclusive bens de uso comum com exploração econômica, excluindo as áreas entregues ao Exército Brasileiro - 38º Batalhão de Infantaria e da Escola de Aprendizes de Marinheiro - EAMES.
Finalidade: Estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, ensejando uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios.
Fundamento Legal: art. 14, da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.
Gestor Municipal de Utilização de Praias: Sra. Caroline Jabour de França, CPF: 076.099.247-92.
Suplente: Sra. Marizete de Oliveira Silva, CPF: 620.812.507-30.
Data de Assinatura do Termo de Adesão: 24/07/2017
Vigência: 20 anos a partir desta publicação.

Fonte: VILA VELHA (2019).

De fato, o município de Vila Velha iniciou o processo de elaboração de seu PGI em novembro de 2019, com a previsão de término em novembro de 2020. O site do Projeto Orla foi criado (disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/gestaodaorla>), e no mês de fevereiro de 2020 foi realizada a 1ª Oficina de Planejamento. No entanto, em março de 2020 ocorreu a suspensão dos trabalhos, diante da situação de emergência de saúde pública causada pela pandemia do novo coronavírus.

1.1 PROJETO “BRASIL, ESSA É NOSSA PRAIA!”.

A elaboração do PGI de Vila Velha foi reiniciada em 2021 através do Projeto “Brasil, Essa é Nossa Praia!”.

O Projeto é fruto de uma parceria entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DETUR/UFRN), e será desenvolvido até dezembro de 2022. Tem como objetivo geral “orientar destinos turísticos quanto à implementação de ações de gestão responsável, incentivando a adoção de boas práticas em sustentabilidade por gestores públicos,

³ Através da publicação das Portarias Nº 14.003, de 2021, Nº 2.540, de 2021 e Nº 1.535, de 2020, disponíveis no Diário Oficial da União (DOU), em <https://www.in.gov.br/inicio>.

comunidade local e turistas” e uma de suas ações envolve prestar assessoria técnica na elaboração de PGI de alguns municípios, incluindo o de Vila Velha (UFRN, 2022).⁴

1.2 ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PGI.

Abaixo seguem os principais marcos temporais para a elaboração do PGI:

- Assinatura do TAGP: 24/07/2017;
- Publicação do TAGP no DOU: 28/08/2017;
- Publicação do TAGP no DIO/VV: 22/07/2019;
- Workshop de Sensibilização para o Projeto Orla e 1ª Oficina de Capacitação do Projeto Orla: 2020 (2ª Oficina de Capacitação do Projeto Orla e demais atividades suspensas devido à pandemia do novo coronavírus);
- Seleção no Projeto “Brasil, Essa é Nossa Praia!”: 29/11/2021;
- Capacitação de técnicos e gestores municipais: 04/04/2022;
- Visita técnica: 12 e 13/04/2022;
- 1ª Etapa da Oficina de Planejamento do Projeto Orla de Vila Velha: 18 a 22/07/2022;
- 2ª Etapa da Oficina de Planejamento do Projeto Orla de Vila Velha: 30/08 a 02/09/2022;
- Composição *preliminar* do Comitê Gestor da Orla: 02/09/2022 (no último dia da 2ª Etapa da Oficina de Planejamento);
- Elaboração do Texto Base do PGI pelos facilitadores (acompanhado pelo Grupo de Trabalho - GT da Orla): setembro a novembro de 2022;
- Análise do PGI pela CEPO e CNPO: janeiro e fevereiro de 2023 (data prevista);
- Audiência Pública: março de 2023 (data prevista).

1.3 PRODUTOS.

O primeiro produto entregue do processo de elaboração do PGI foi o **Plano de Trabalho do Projeto Orla de Vila Velha**. O segundo produto entregue antes da realização da 1ª Etapa da Oficina foi o **Diagnóstico Preliminar**, que apresenta uma caracterização físico-natural e socioeconômica do município, além da delimitação preliminar das Unidades de Planejamento (UP). O terceiro produto foi

⁴ Os pré-requisitos do Projeto para a seleção dos municípios eram: fazer parte do Mapa do Turismo Brasileiro, nas categorias A, B e C; e ser banhados por águas federais (mares, rios e lagos). Mais detalhes em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-abre-selecao-para-participacao-de-municipios-no-projeto-201cbrasil-essa-e-a-nossa-praia-201d>; e em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=13819>.

o **Clipping de Notícias**; e todos esses produtos foram elaborados pela equipe técnica da empresa contratada e compartilhados na página 'Gestão da Orla'⁵ (**Figura 4**).

Figura 4: Alguns dos produtos elaborados.



Fonte: Elaboração própria (2022).

O **Diagnóstico Participativo** foi o quarto produto entregue, como o resultado da 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo (**Figura 4**). Para a etapa de consolidação das informações e construção do Diagnóstico Participativo foi formado um Grupo de Trabalho (GT) com representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCULT), sob a coordenação da já citada empresa.

Como quinto e sexto produtos, foram produzidos o **Relatório Técnico da 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo** e o **Relatório Técnico da 2ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo**, que detalham as atividades já realizadas no processo de elaboração do PGI (formação de equipe local, realização de visita técnica, mobilização, seleção, planejamento das 1ª e 2ª etapas da Oficina e a realização dos eventos) (**Figura 4**).

Por fim, os Diagnósticos Preliminar e Participativo, juntamente com o Plano de Ações construído na 2ª Etapa da Oficina, serviram de base para a construção deste **Texto Base do Plano de Gestão Integrada - PGI e o Quadro Detalhado** da orla de Vila Velha (sétimo produto), que será entregue junto com o **Diário do PGI** (oitavo produto) (**Figura 4**).

⁵ As versões digitais de todos os documentos citados neste item estão disponíveis na página eletrônica 'Gestão da Orla', no endereço: <https://www.vilavelha.es.gov.br/fichas/gestaodaorla.aspx>.

2 OBJETIVO.

2.1 OBJETIVO GERAL.

- a) Fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado nas dimensões econômica, social e ambiental através de um modelo de gestão democrática, participativa e sustentável da orla marítima e estuarina de Vila Velha.

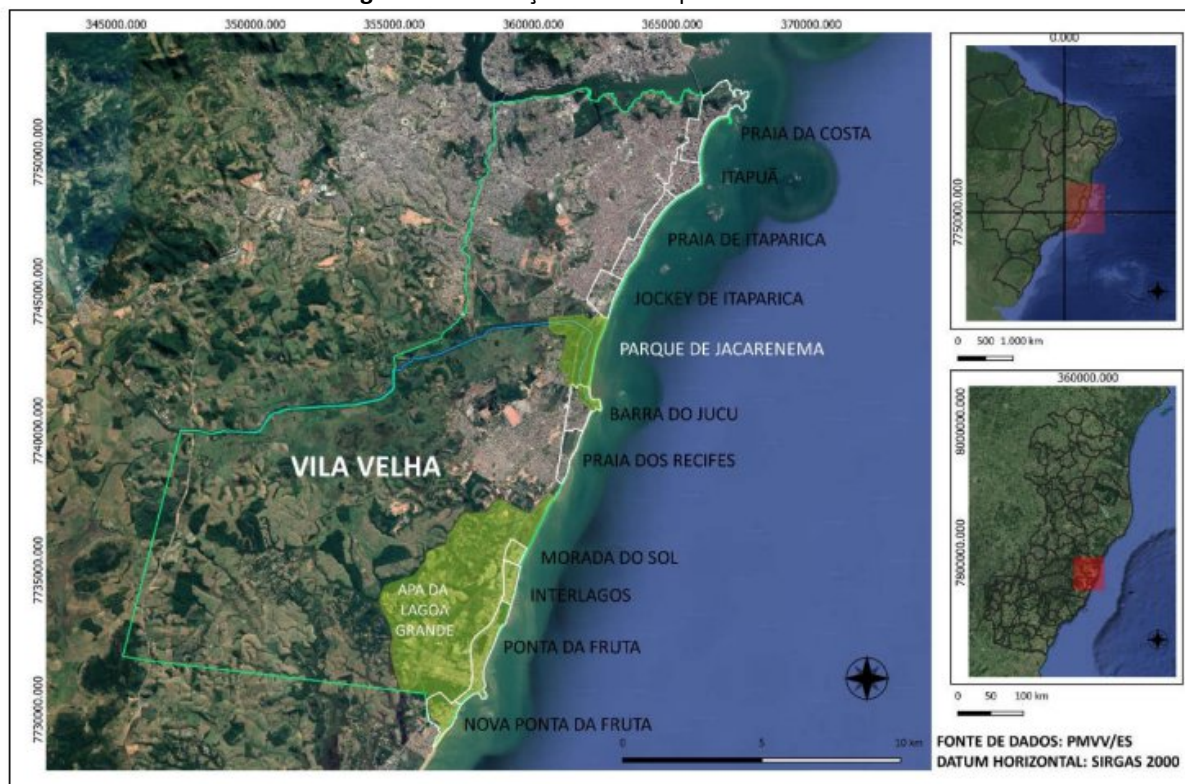
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.

- a) Implementar novo modelo de gestão da orla com transparência, monitoramento e acompanhamento de representantes dos três entes federados e participação ativa da sociedade civil, compatibilizando políticas públicas e projetos de interesse da sociedade;
- b) Ser utilizado como guia para a gestão da orla considerando seu diagnóstico participativo e seu plano de ação, embasado em manifestações de interesse técnico e político, e fundamentado no planejamento com procedimentos, meios e cronogramas bem especificados;
- c) Justificar as ações que o município pretende realizar para superar os problemas identificados no diagnóstico de sua orla, e estimular potencialidades e atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

3 ÁREA DE INTERVENÇÃO.

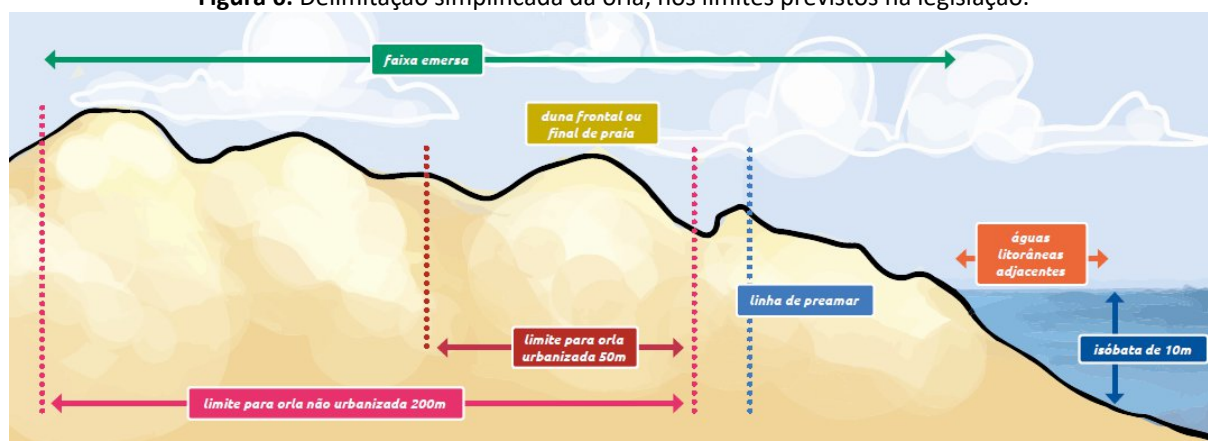
A orla marítima e estuarina do **município de Vila Velha** possui 32 km, e se inicia à oeste, no limite com o município de Cariacica, e se estende em sentido sul, até o limite com o município de Guarapari (Figura 5).

Figura 5: Localização do município de Vila Velha.



Fonte: MARCHI (2020).

Figura 6: Delimitação simplificada da orla, nos limites previstos na legislação.



Fonte: BRASIL (2022a, p. 177).

Como previsto no Art. 23 do Decreto Federal n.º 5.300, foram utilizados os critérios para a delimitação da orla marítima, sendo 50 m em áreas urbanizadas e por 200 m em áreas não urbanizadas continente adentro, e os submersos até a isóbata de 10 m (BRASIL, 2022a). Esses critérios são baseados em

aspectos específicos do ambiente natural de cada município e levam em consideração os ambientes emersos e submersos (**Figura 6**).

Brasil (2022a) ainda estipula duas áreas de planejamento no contexto da orla do Município: Área de Planejamento Direto (APD) e Área de Planejamento Indireto (API).

- a) “Os limites da APD podem ser definidos como aqueles que vão da isóbata de 10m (limite definido no Decreto Federal n.º 5.300 de 2004) até o final da praia, o qual é marcado pelo início de ecossistema adjacente (ex., dunas em alguns casos, falésias etc.) ou, no caso de orla urbanizada, de calçada ou via (rua, estrada, avenida). Para fins de planejamento, sugere-se inserir calçadas e passeios públicos adjacentes à praia na APD” (BRASIL, 2022a, p. 182).
- b) “A API é o espaço geográfico contido na delimitação da orla marítima, imediatamente contíguo à APD em seus aspectos físicos, ambientais, socioeconômicos, patrimoniais e de infraestrutura. Ainda que se possa inferir tais influências, esta é uma área onde normalmente incidem instrumentos de gestão territorial mais específicos, como, p.ex., o Plano Diretor Municipal, que, apenas eventualmente, envolve questões específicas dos espaços de praia [...] Os limites da API são definidos pelo limite externo da APD de até 50 ou 200 metros continente adentro, coincidindo com o limite externo da orla estabelecido pelo Decreto Federal n.º 5.300/2004” (BRASIL, 2022a, p. 183, 184).

3.1 LOCALIZAÇÃO.

O estado do Espírito Santo – onde se localiza o município– encontra-se na região Sudeste do Brasil, limitado ao norte pelo estado da Bahia e ao sul pelo Rio de Janeiro, fazendo divisa a leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com o estado Minas Gerais.

Vila Velha está situada na porção centro-sul do estado, na Microrregião Metropolitana⁶, a aproximadamente 3 km de Vitória, a capital do estado, estando localizado nas coordenadas 20°20'12"S e 40°17'28"W, possuindo como limites: ao norte com a capital Vitória, a oeste com os municípios de Cariacica e Viana, ao sul com o município de Guarapari e a Leste com o Oceano Atlântico (ESPÍRITO SANTO, 2022b) (**Figura 5**). O município possui 210,225 Km² de área territorial, e está subdividido em 5 Regiões Administrativas e 92 Bairros regulamentados⁷ (**Figura 7**), sendo que a maior parte do território está incluído no perímetro urbano (VILA VELHA, 2018c).

⁶ A Microrregião Metropolitana - comumente denominada de Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) - é constituída pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (IJSN, 2018).

⁷ Ver Lei Municipal Nº 4.707, de 2008 (disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L47072008.html>).

SEDE MUNICIPAL - VILA VELHA

FONTE CARTOGRAFICA
 Bairros..... USN
 Limite Municipal..... OAF
 Ortofoto (2007)..... IEMA

LEGENDA
▬ Limite entre Bairros
 Limite Municipal

PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - 24S

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
RESPONSABILIDADE TÉCNICA
 Coordenação de Geoprocessamento - CGeo
 Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN
 Elaboração: Junho de 2012

33

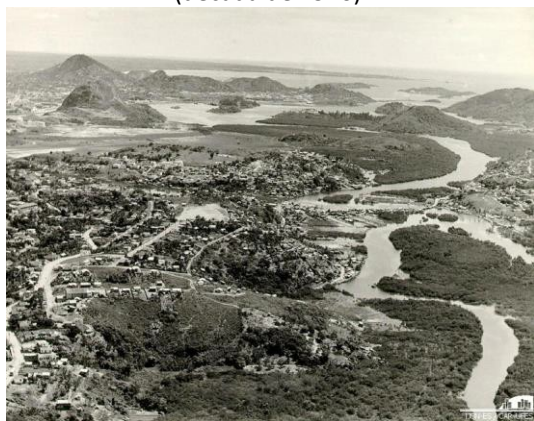
3.2 BREVE HISTÓRICO.

À época da colonização europeia, o território capixaba era habitado originalmente pelos indígenas goitacases, tupiniquins e aimorés, dentre outros grupos menores (RANGEL, 2021). A ocupação portuguesa se iniciou ainda no século XVI, com a chegada em 1535 de Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, na região hoje reconhecida como Sítio Histórico da Prainha (bairro Centro). Portanto, a origem do município se entrelaça com o início da ocupação portuguesa no Espírito Santo, uma vez que Vila Velha foi o núcleo inicial do povoamento da Capitania, e sua sede até a segunda metade do século XVI, quando a mesma é transferida para a atual Ilha de Vitória (CRUZ, 2002; GARCIA, 2013).

A partir da segunda metade do século XX, mudanças econômicas estaduais proporcionaram à Vila Velha alterações significativas em sua dinâmica urbana. No início da década de 1960, Vila Velha já possuía o maior número de bairros e população do Espírito Santo. Nessa década, vários bairros foram criados devido ao êxodo rural; na mesma época, alguns aterros foram realizados, como o realizado para construção do cais de Paul (CRUZ, 2002; GARCIA, 2013; VILA VELHA, 2004).

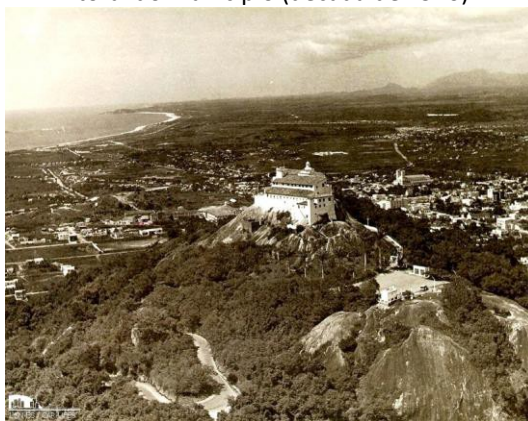
Nesse período, Vila Velha apresentou uma aceleração em seu crescimento estimulado pela conclusão e pavimentação da Rodovia (atual Avenida) Carlos Lindenberg que ligaria o município à capital e facilitaria o surgimento de novos eixos de expansão urbana. No entanto, Vila Velha não se destacou por receber grandes empreendimentos, com exceção da área portuária do município. Contraditoriamente, o município acolheu grande parte da população resultante do processo de êxodo rural do período. O rápido aumento do número de habitantes de Vila Velha contribuiu para a formação da periferia, onde as ocupações comprometeram as paisagens naturais e a qualidade da paisagem urbana (**Figuras 8 e 9**) (CRUZ, 2002; GARCIA, 2013; VILA VELHA, 2004).

Figura 8: Áreas urbanas às margens do Rio Aribiri (década de 1970).



Fonte: MEMÓRIA (2014) *apud* PASSOS; ESTEVES JUNIOR (2014).

Figura 9: Formação de novos bairros próximo ao litoral do município (década de 1970).



Fonte: MEMÓRIA (2014) *apud* PASSOS; ESTEVES JUNIOR (2014).

Nas décadas seguintes (décadas de 70, 80) acontecem a construção do cais de Capuaba e dos conjuntos habitacionais, a inauguração da Ponte Governador Gerson Camata (2ª Ponte), a construção das Rodovias Capuaba e Darly Santos, a inauguração da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça (3ª Ponte) e o início da operação do Sistema Transcol (GARCIA, 2013; VILA VELHA, 2004).

A duplicação da Rodovia do Sol (ES 060), o adensamento das áreas urbanizadas e a privatização do sistema portuário ocorreram na década de 90. Verificou-se, ao longo desta mesma década, um intenso movimento imobiliário, culminando na verticalização de construções na região da Praia da Costa e no direcionamento deste processo no sentido sul, acompanhando a orla. Enquanto crescia o interesse imobiliário pelo litoral, surgiam novas ocupações informais, como na região da Grande Terra Vermelha, indicando as graves situações sociais que acompanham o processo de desenvolvimento econômico do município (CRUZ, 2002; GARCIA, 2013; VILA VELHA, 2004).

No século XXI, destacam-se a descoberta e início da exploração de gás natural e reservas petrolíferas no estado, a presença de centros comerciais (shopping centers - há 03 localizados no município), e o crescimento e diversificação de setores em geral, como o imobiliário, de saúde e educação, incluindo de serviços especializados (saúde e educação, p. ex.) (NUNES, 2021).

3.3 A ORLA DE VILA VELHA.

De acordo com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo, Vila Velha está inserida no Setor III - Litoral Centro, que compreende os municípios de Fundão, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha e Viana, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente (ESPÍRITO SANTO, 1998).

Das 5 Regiões e 92 Bairros do município (**Figura 7**), 3 Regiões e 18 Bairros são defrontantes com a orla (**Quadro 1**).

Quadro 1: Regiões e bairros defrontantes com a orla.

Regiões	Bairros
Região 1 - Centro	Centro de Vila Velha; Glória; Itapuã; Jaburuna; Jockey de Itaparica; Praia da Costa; Praia de Itaparica.
Região 3 - Grande Aribiri	Argolas; Chácara do Conde; Ilha das Flores; Paul.
Região 5 - Grande Jucu	Barra do Jucu; Interlagos; Morada do Sol; Morro da Lagoa; Nova Ponta da Fruta; Ponta da Fruta; Praia dos Recifes

Fonte: VILA VELHA (2018c) - adaptado.

Os terrenos da faixa litorânea do município são um dos principais alvos de especulação imobiliária, e na maioria das vezes resultam em ocupações irregulares em áreas que antes apresentavam importantes ecossistemas remanescentes de mata atlântica. Esta fragmentação reduziu os

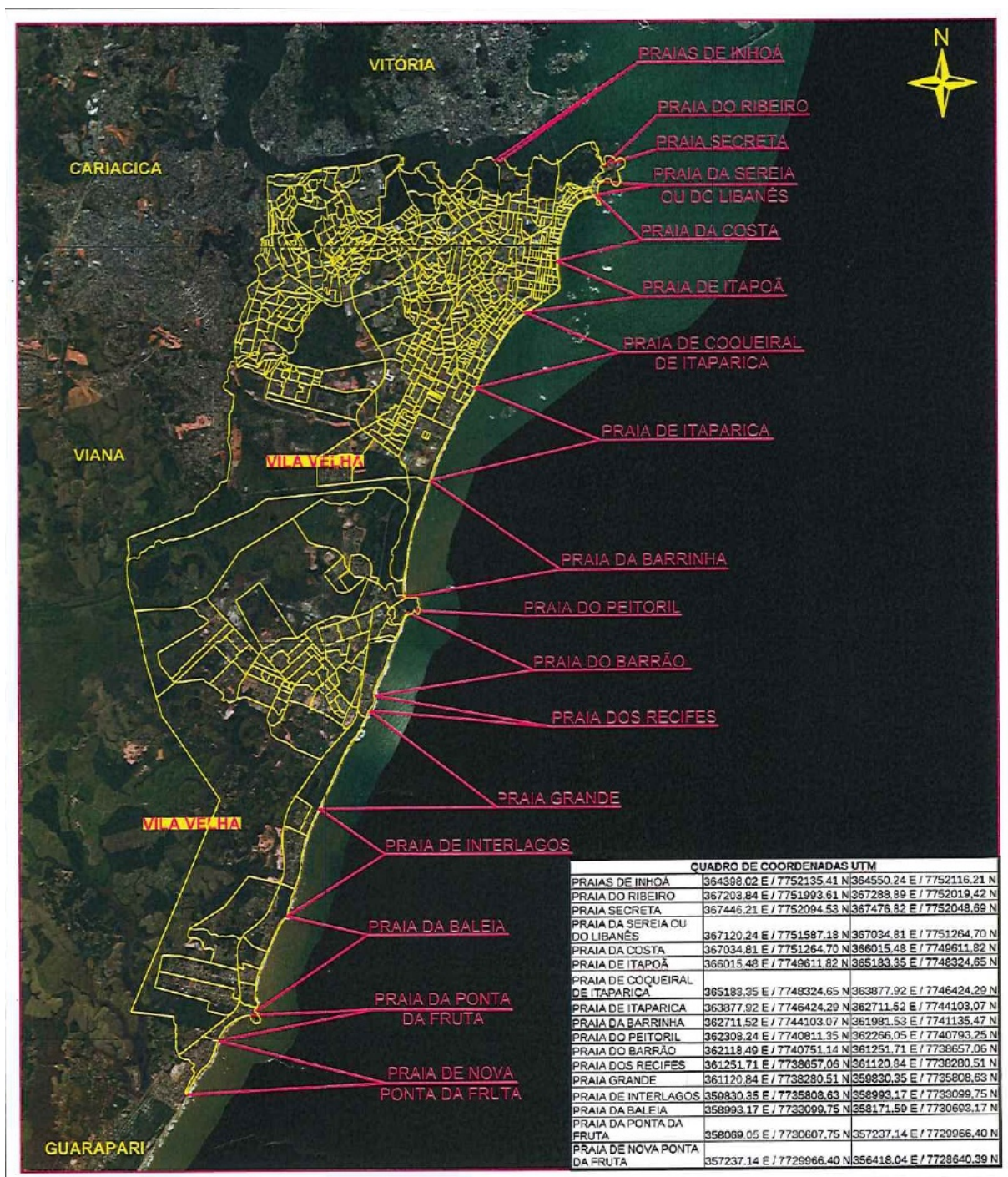
remanescentes florestais em porções muito pequenas para abrigar parte de sua fauna e flora originais, restringindo o fluxo genético de várias espécies. Por outro lado, ainda assim existem vários fragmentos de grande importância ecológica no município (ESPÍRITO SANTO, 2014).

3.3.1 Área objeto do TAGP.

As praias incluídas na área objeto do TAGP estão indicadas na **Figura 10**.

A orla marítima e estuarina municipal, ao longo de seus 32 km, abriga diversas praias e duas lagoas principais. São elas: Lagoa Grande - bairro Ponta da Fruta, e Lagoa - bairro Morada do Sol; e Praia de Nova Ponta da Fruta - bairro homônimo; Praia de Ponta da Fruta - bairro homônimo; Praia da Baleia - bairro Ponta da Fruta; Praia de Interlagos - bairros Ponta da Fruta/Interlagos/Morada do Sol; Praia Grande; Praia dos Recifes - bairro homônimo; Praia do Barrão - bairros Praia dos Recifes/Barra do Jucu; Praia da Concha (ou do Peitoril) - bairro Barra do Jucu; Praia da Barrinha - bairro Barra do Jucu; Praia de Itaparica – bairros Jockey de Itaparica/Praia de Itaparica; Praia Coqueiral de Itaparica – bairro Praia de Itaparica; Praia de Itapuã - bairro homônimo; Praia da Costa - bairro homônimo; as Praias da Sereia (ou do Libanês), da Residência do Governador (acesso restrito), Secreta, do Ribeiro e do Bananal – bairro Praia da Costa; Praia do Inhoá - bairro Centro (SPU/ES, 2017; VILA VELHA, 2020c).

Figura 10: Localização das praias objeto de transferência de gestão ao Município.



Fonte: SPU/ES (2017).

3.3.2 Plano Diretor Municipal - Macrozoneamento e Zoneamento da orla.

Consultando o ANEXO 1 - MAPA B - MACROZONEAMENTO e os artigos 80 a 91 do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha⁸, vigente desde o ano de 2018, entende-se que a orla marítima está incluída nas seguintes macrozonas: Macrozona de Consolidação Urbana 01; Macrozona de Consolidação Urbana 03; Macrozona do Rio Jucu; e Macrozona de Reestruturação Urbana (VILA VELHA, 2018a).

Dentre os objetivos das macrozonas, não há menções diretas sobre a orla marítima, mas há indicações indiretas que necessariamente incluem ou afetam a orla, como por exemplo os objetivos de qualificar os espaços públicos, estimular atividades retroportuárias, compatibilizar uso e ocupação com a preservação de áreas de interesse ambiental (como Parque de Jacarenema, Lagoa Grande, Rio Jucu), e permitir o uso comercial e de serviços como suporte às atividades residenciais e voltadas ao turismo ecológico (VILA VELHA, 2018a).

Quanto ao Zoneamento, detecta-se no ANEXO 1 - MAPA C - ZONEAMENTO e nos artigos 92 a 158 do PDM que a orla está inserida nas seguintes Zonas: Zona de Ocupação Prioritária - ZOP; Zona de Ocupação Controlada - ZOC; Zona de Ocupação Restrita - ZOR; Zonas Especiais de Interesse Ambiental - ZEIA; Zonas Especiais de Interesse Cultural - ZEIC; Zonas Especiais de Interesse Público - ZEIP; Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS; Núcleo de Desenvolvimento – ND (**Figura 11**) (VILA VELHA, 2018a).

Há poucas menções diretas à orla marítima, como por exemplo na Zona de Especial Interesse Ambiental (ZEIA), em que se incluem as ilhas e a proteção às áreas de restinga; no Núcleo de Desenvolvimento B (ND B), que delimita especificamente a faixa do território municipal localizado na Orla de Itaparica, prevendo a preservação a permeabilidade visual entre a ES-060 e a praia, valorizando os atributos naturais/paisagísticos e contribuindo para a preservação da praia contra o sombreamento; e no Núcleo de Desenvolvimento C (ND-C), que compreende a colônia de pescadores da Praia da Costa e prevê a preservação das características ímpares da colônia, e da praia quanto ao sombreamento causado pela verticalização excessiva das edificações. Mas várias definições e objetivos tratam indiretamente da orla marítima, ao incentivar a instalação de atividades complementares ao turismo; compatibilizar com as atividades de lazer, turismo e educação ambiental; ampliar atividades portuárias e implantar infraestrutura portuária e retro portuária; e fomentar a qualificação dos espaços públicos municipais (VILA VELHA, 2018a).

⁸ A Lei, na íntegra e com seus respectivos Anexos, está disponível em:

https://processos.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/C652018.html?identificador=30003A004C00.

Quanto à ocupação, nas Zonas na orla com usos e atividades permitidos, ainda se detecta a menção recorrente aos ‘Estudos de Sombreamento’. No ano de 2022, a Justiça Federal do Espírito Santo aprovou a proposta do Plano de Contenção de Sombreamento na faixa de areia da praia e em toda extensão da orla, definindo as alturas máximas para cada trecho. “No trecho entre a Praia da Sereia, na Praia da Costa, e a praia de Coqueiral de Itaparica, as alturas ficam limitadas entre 7 e 10 m. Da Barra do Jucu até Nova Ponta da Fruta, o limite de altura de novos empreendimentos será variado entre 18 m na segunda quadra da praia, 30 m na terceira quadra da praia e 42 m a partir da quarta quadra da praia, não podendo fazer sombras na faixa de areia antes das 16h, durante sol de inverno”.

Além disso, os novos empreendimentos ficam condicionados a realizar um plano de recuperação da restinga na área de influência direta do empreendimento (VILA VELHA, 2022n).

Quanto ao uso, verifica-se que nas Zonas supracitadas, que incidem na orla, usos residenciais e não residenciais são permitidos, desde usos não residenciais de baixo impacto (Grau de Impacto 1) até usos mais impactantes (Grau de Impacto 4), condicionados à aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV).⁹

3.4 DELIMITAÇÃO DA ORLA, DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO E DOS TRECHOS.

A totalidade da orla marítima e estuarina do município é objeto deste Texto Base do PGI e está delimitada na **Figura 12**, sendo que a mesma se inicia à oeste, na Segunda Ponte, limítrofe ao município de Cariacica, e se estende até o fim do bairro Nova Ponta da Fruta, no limite com o município de Guarapari, ao sul.

A orla vilavelhense foi dividida em 5 Unidades de Planejamento (UP) e seus respectivos Trechos. Os participantes receberam cópias dos mapas das propostas preliminares de delimitação da orla e de sua divisão em Unidades de Planejamento e Trechos (resultado da Oficina realizada no ano de 2020) e, durante as atividades das 1ª Etapa da Oficina de Planejamento, definiram e/ou validaram as delimitações, tendo como base as definições dos Manuais do Projeto Orla aliados à realidade local (**Quadro 2 e Figuras 13 a 17**).¹⁰

Quadro 2: Delimitação das UPs.

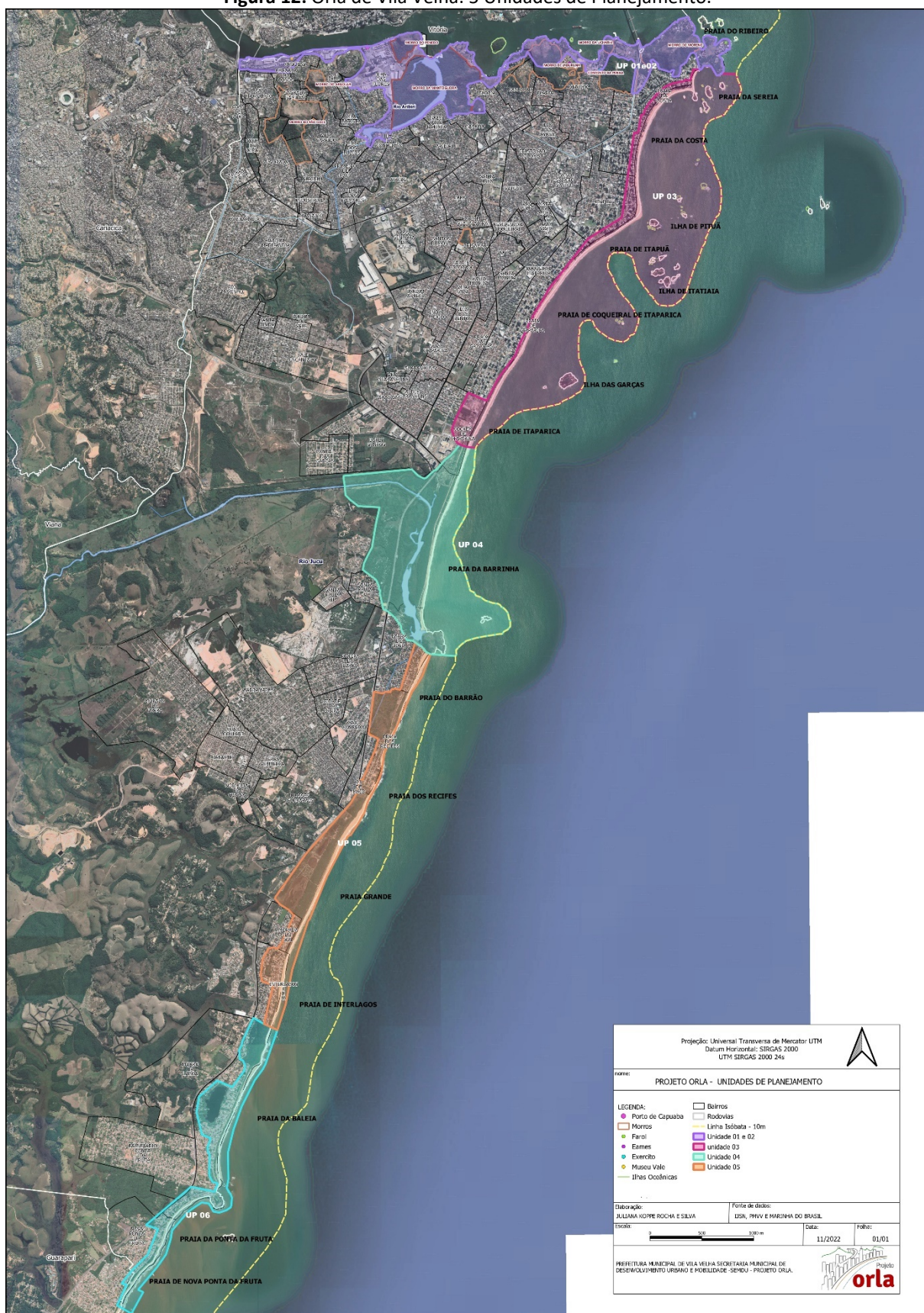
UP	Limites	Trechos
UP 1e2	Da Segunda Ponte até o Clube Libanês	Trecho Único
UP 3	Do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica (inclui Ilhas).	5 Trechos
UP 4	Do final do calçadão de Itaparica até o Morro da Concha (Parque Natural Municipal de Jacarenema).	3 Trechos
UP 5	Do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta (Matinha de Interlagos)	5 Trechos
UP 6	Da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta (inclui Ilha).	4 Trechos

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

⁹ Os usos e atividades são classificados segundo seu Grau de Impacto, que vai de 1 até 5, sendo 1 menos impactante, e 5 o mais impactante. Mais detalhes sobre os Graus de Impacto, consultar os artigos 71 a 75 do PDM (VILA VELHA, 2018b).

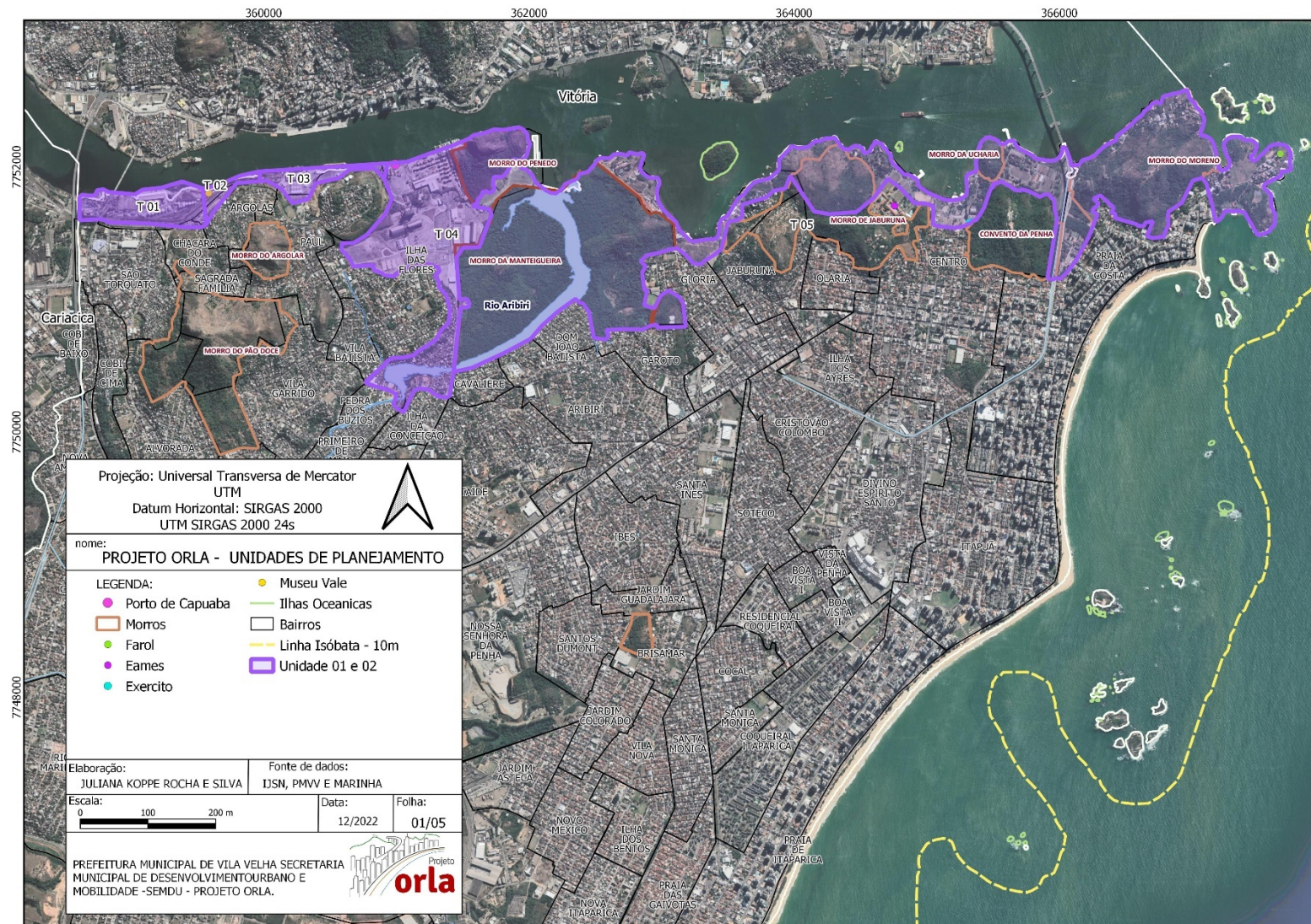
¹⁰ Consultar o Diagnóstico Participativo, já citado no item 1.2 deste documento.

Figura 12: Orla de Vila Velha: 5 Unidades de Planejamento.



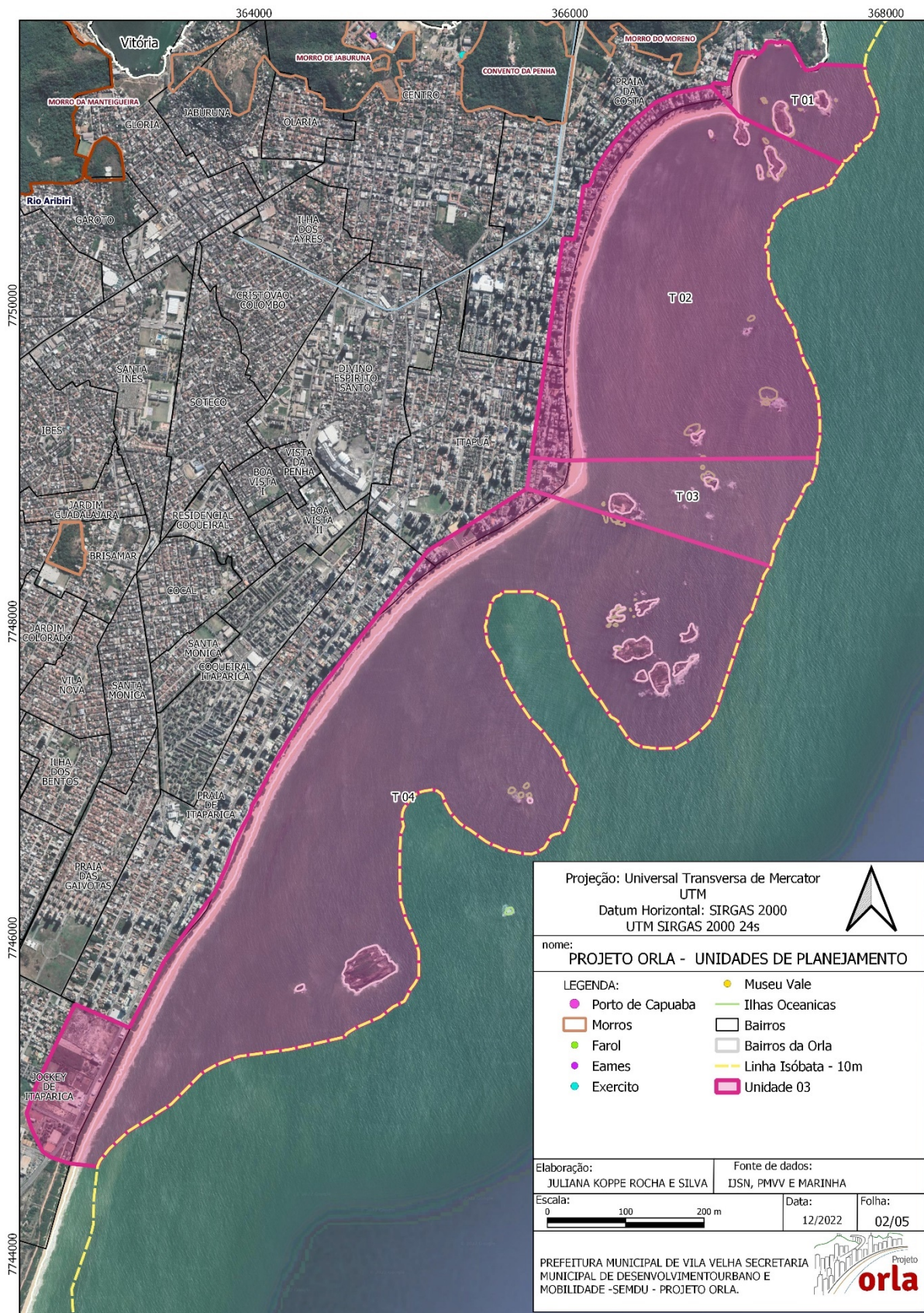
Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento (2022).

Figura 13: Unidade de Planejamento 1e2 (UP 1e2).



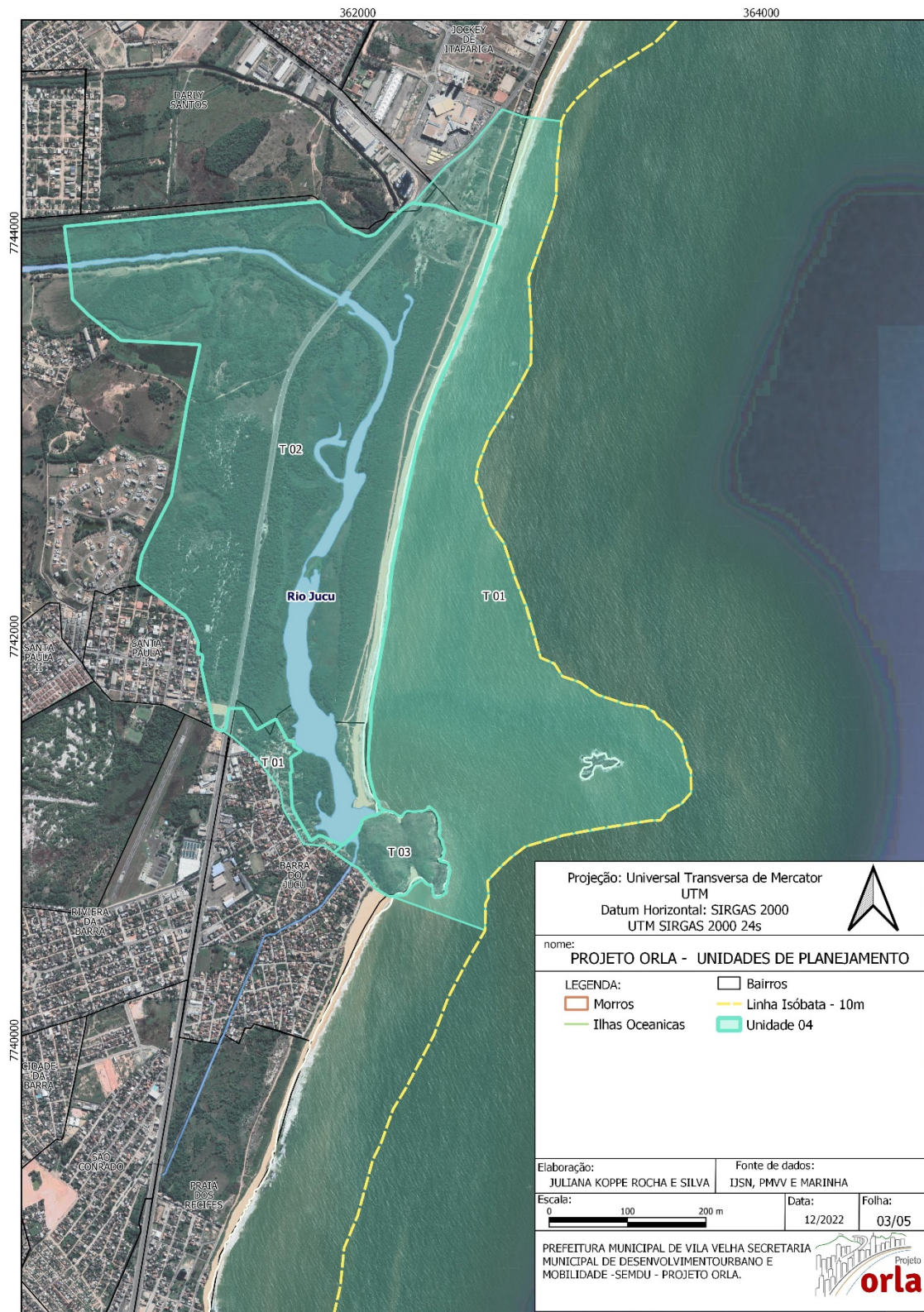
Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento (2022).

Figura 14: Unidade de Planejamento 3 (UP 3).



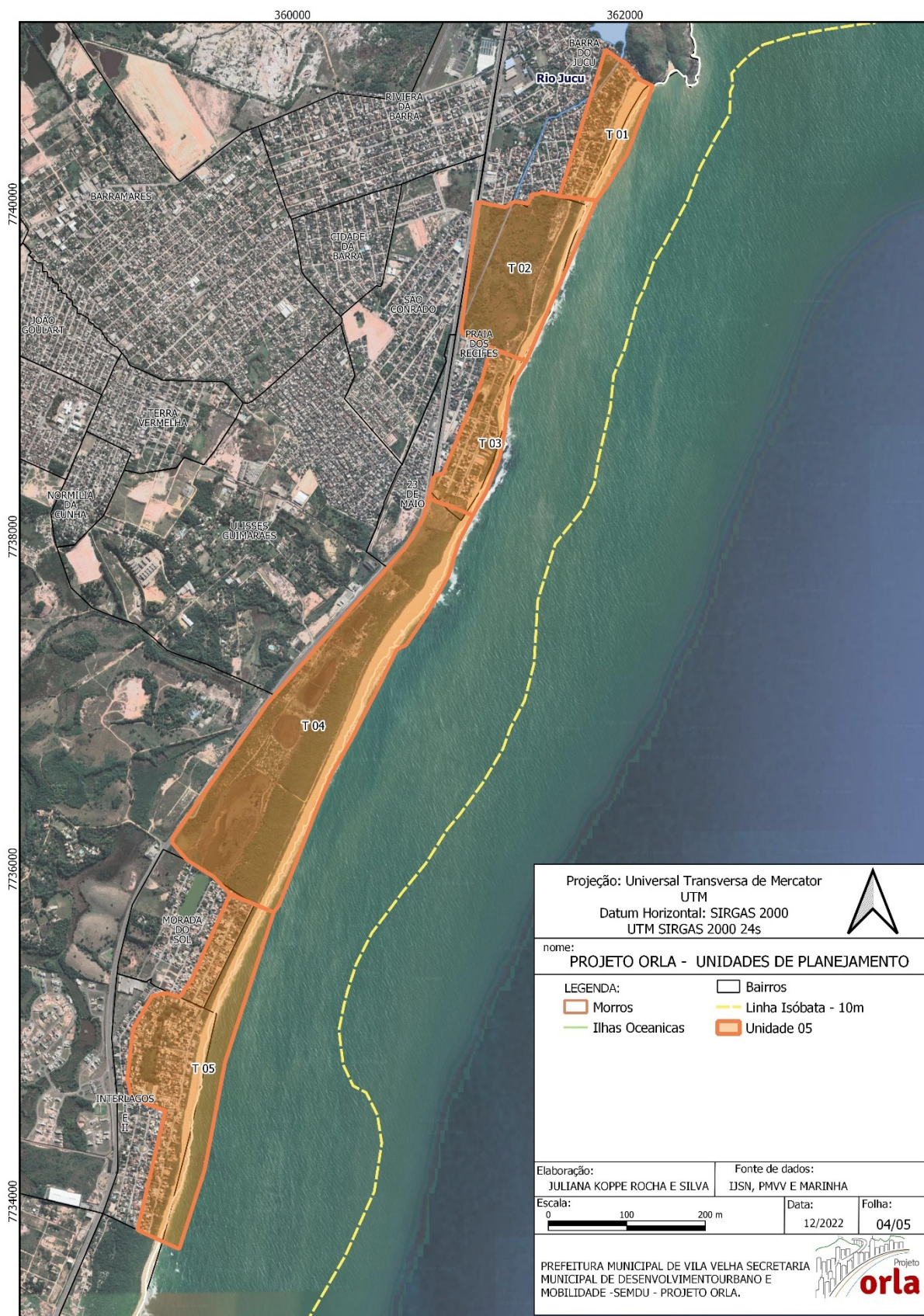
Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento (2022).

Figura 15: Unidade de Planejamento 4 (UP 4).



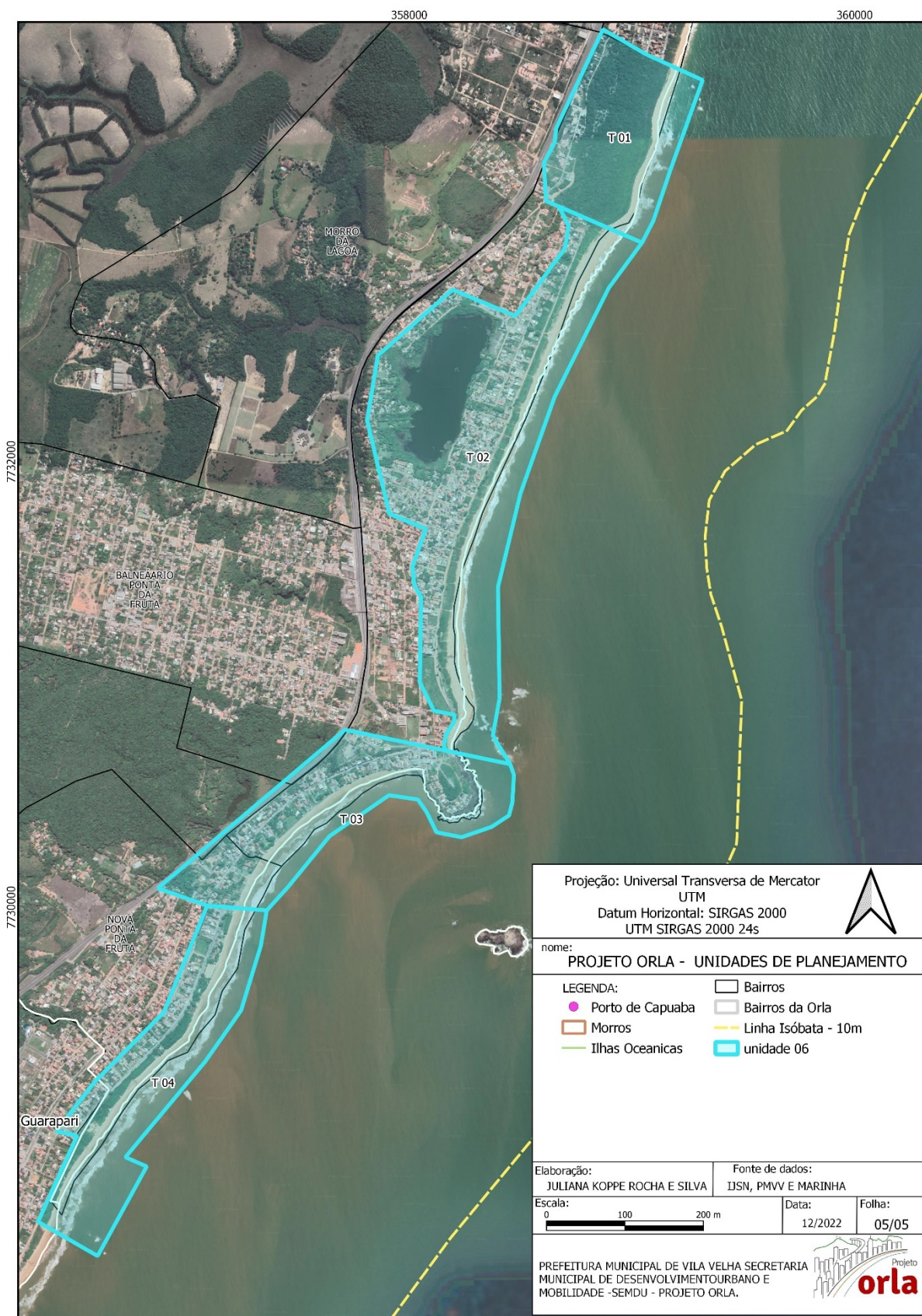
Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento (2022).

Figura 16: Unidade de Planejamento 5 (UP 5).



Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento (2022).

Figura 17: Unidade de Planejamento 6 (UP 6).



Fonte: 1ª Etapa da Oficina de Planejamento (2022).

3.4.1 Unidade de Planejamento 1 e 2 (UP 1e2): da Segunda Ponte até o Clube Libanês.

Durante a 1ª Etapa da Oficina de Planejamento, as UPs 1 e 2 foram unidas e transformadas na UP 1e2 por decisão dos participantes junto ao Facilitador do grupo. Inclusive, embora originalmente as duas UPs fossem divididas em Trechos, os participantes decidiram que a UP 1e2 se constituiria em Trecho Único. A denominação 'UP1e2' foi adotada desde a 1ª Etapa da Oficina, continuou em uso na 2ª Etapa da Oficina e, portanto, ficou validada.

A UP 1e2 apresenta Trecho Único, conforme descrição no **Quadro 3**. A UP se inicia à oeste, na Segunda Ponte, limítrofe ao município de Cariacica, e abrange toda a Baía de Vitória, estendendo-se até o Oceano Atlântico, no Clube Libanês, situado no bairro Praia da Costa (**Figura 13**).

Quadro 3: UP 1e2.

Trecho	Limites
Único	Da Segunda Ponte até o Clube Libanês

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

A UP 1e2 foi caracterizada na 1ª Etapa da Oficina de Planejamento como possuindo praias com águas abrigadas, costões rochosos (maciços), ilhas, e segmentos de vegetação preservada, dotada de muitas belezas naturais e compondo cenário paisagístico para Vitória (município limítrofe). Constitui-se na delimitação legal com Vitória, incluindo toda a faixa aquática da baía de Vitória, e abriga uma pluralidade de usos especiais, incluindo instalações militares, atividade portuária, Unidades de Conservação (UCs Monumento Natural Morro do Penedo, Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira e Monumento Natural Morro do Moreno), unidades prisionais, e bens de interesse cultural, que a caracterizam como marco histórico do estado do Espírito Santo (como a Estação Ferroviária de Vitória (ou Estação Leopoldina), a Estação Ferroviária Pedro Nolasco/Museu Vale e o Outeiro, Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha), além da presença de comunidades tradicionais de pescadores. São exercidas atividades econômicas diversificadas, pesca, atividades de esporte/lazer, além de eventos e visitação turística. Ainda, encontram-se na UP pequenos trechos de Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS, em parte dos bairros limítrofes ao Rio Aribiri.

A UP inclui também as seguintes praias: Praias do Inhoá e Prainha - bairro Centro; Praias do Bananal, do Ribeiro, Secreta e da Residência do Governador (acesso restrito) – bairro Praia da Costa (**Figuras 18 a 22**).

Figura 18: UP 1e2 –Museu Vale.



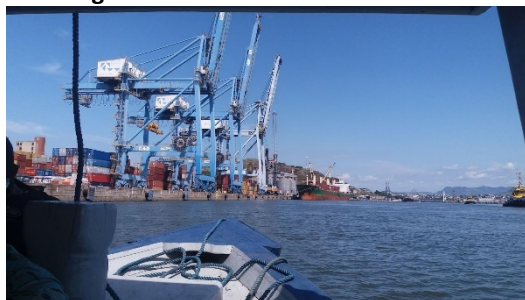
Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 20 UP 1e2 – Baía de Vitória (Vila Velha à esquerda; Vitória à direita e ao fundo).



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 19: UP 1e2 – Porto de Vitória.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 21: UP 1e2 – Prainha (primeiro plano) e Convento da Penha e Morro do Moreno (ao fundo).



Fonte: Elaboração própria (2021).

Figura 22: UP 1e2 – Praia do Ribeiro.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.4.2 Unidade de Planejamento 3 (UP 3): do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica (inclui Ilhas).

A UP 3 se inicia no Clube Libanês, no bairro Praia da Costa, e se estende até o final do calçadão de Itaparica, onde está localizado o Dunas Motel, no bairro Jockey de Itaparica (**Figura 14**). Apresenta 5 Trechos, conforme descrição no **Quadro 4**:

- a) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 1 foi caracterizado como apresentando praia semiabrigada, com costão rochoso, mar calmo e as seguintes ilhas: Ilha das 3 Marias; Ilha Mona Grande; Pedra do Sapo; Ilha Moninha; Ilha da Sereia; Ilha da Riviera da Praia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia; e com existência de ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos,

como *parklet*, parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística e a prática de atividade esportiva com canoas havaianas e *kitesurf*.

- b) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 2 foi caracterizado como possuindo orla exposta com urbanização consolidada e verticalizada, com faixa de areia mais larga e dunas preservadas, mas que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, com quiosques, ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística, existência de feira de artesanato e gastronomia; a prática de atividade esportiva com canoas havaianas e *kitesurf*; aulas de dança; *banana boat* e escolas esportivas na orla.
- c) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 3 foi caracterizado como possuindo orla exposta com urbanização consolidada e verticalizada (12 andares), com faixa de areia mais larga e dunas preservadas, mas que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, com quiosques, ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística; *banana boat* e escolas esportivas na orla.
- d) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 4 foi caracterizado como apresentando orla exposta com urbanização consolidada e verticalizada, com faixa de areia mais larga e dunas preservadas, mas que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, com quiosques, ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística; prática de atividade esportiva com canoas havaianas e *kitesurf*; e escolas esportivas na orla.
- e) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 5 foi caracterizado como constituído de ilhas oceânicas, não urbanizadas, com rica biodiversidade e nidificação de aves. Alguns usos existentes e potenciais são: exploração turística; esportes náuticos e pesca.

Quadro 4: UP 3.

Trechos	Limites
T1	Do Clube Libanês até a Pedra da Sereia
T2	Da Pedra da Sereia até a Av. Jair de Andrade
T3	Da Av. Jair de Andrade até a rotatória
T4	Da rotatória até o Dunas Motel

T5	Ilhas
----	-------

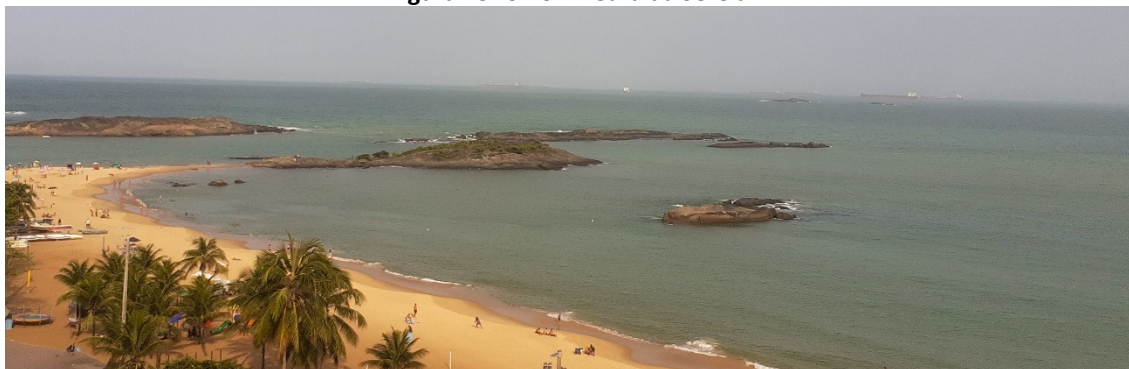
Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Trata-se do segmento de orla mais urbanizado e verticalizado do município, cuja faixa terrestre da orla é dotada de calçadão, ciclovia, quiosques e diversos itens de mobiliário urbano. Também é um dos mais frequentados por banhistas (moradores e turistas), cujos bairros compõem a orla considerada mais nobre e concentram a população com as maiores faixas de renda do município (Praia da Costa, Praia de Itaparica e Itapuã) (VILA VELHA, 2018c) (**Figuras 23 a 26**).

A UP inclui as seguintes praias: Praia da Costa e da Sereia (ou do Libanês) - bairro Praia da Costa; Praia de Itapuã - bairro Itapuã; Praia de Coqueiral de Itaparica – bairro Praia de Itaparica; Praia de Itaparica – bairros Jockey de Itaparica/Praia de Itaparica; e as seguintes Ilhas: de Itatiaia; das Garças; dos Pacotes (SPU/ES, 2017; Vila Velha, 2020c):

- a) Praia da Sereia: Situada no final da Praia da Costa, perto do Clube Libanês. Essa praia é a extensão norte da Praia da Costa e está localizada entre o promontório do farol de Santa Luzia e o istmo que a separa da Praia da Costa. Possui a certificação internacional Bandeira Azul e equipamento para banhos de mar para pessoas com necessidades especiais;
- b) Praia da Costa: Urbanizada em toda sua orla por calçadão e ciclovia, possui áreas reservadas à prática de esportes. Possui sistema de iluminação noturna que proporciona banhos noturnos, e prática de esportes;
- c) Praia de Itapuã: Praia de ondas fortes, águas claras e areia fofa, a preferida dos pescadores de anzol, é um segmento da Praia da Costa, também possuindo iluminação noturna. Apesar da verticalização da orla de Vila Velha, ainda mantém uma pequena comunidade de pescadores;
- d) Praia de Itaparica: Praia de ondas fortes, águas claras e areia fofa. A praia tem como característica uma grande quantidade de quiosques; e é uma continuidade da praia da Costa, possuindo a mesma iluminação noturna.

Figura 23: UP 3 – Pedra da Sereia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 24: UP 3 – Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 25: UP 3 – Praia de Itapuã.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 26: UP 3 – Ilha de Itatiaia.



Fonte: Elaboração própria (2020).

3.4.3 Unidade de Planejamento 4 (UP 4): do final do calçadão de Itaparica até o Morro da Concha (Parque Natural Municipal de Jacarenema).

Inicialmente, a UP (**Figura 15**) se apresentava subdivisões como Trecho Único, mas, durante a 1ª Etapa da Oficina, os participantes das Oficinas subdividiram a UP em 3 'áreas' para a construção dos Cenários: Zona de Amortecimento -ZA; Unidade de Conservação – UC; e Morro da Concha – MC. Posteriormente, tais 'áreas' foram denominadas como Trechos ao se identificar os Problemas e as Potencialidades¹¹.

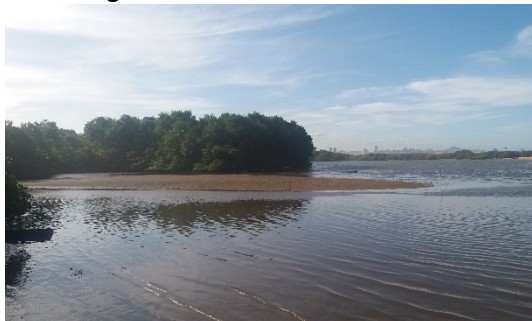
A UP 4 se inicia no final do calçadão de Itaparica (Dunas Motel), no bairro Jockey de Itaparica, e se encerra no Morro da Concha, no bairro Barra do Jucu, o que basicamente se constitui na delimitação da UC Parque Natural Municipal de Jacarenema (PNMJ) e em parte da Zona de Amortecimento (ZA) do PNMJ (**Figura 15**). A área do PNMJ compreende a Praia da Barrinha, o costão rochoso do Morro da Concha, o manguezal na foz do Rio Jucu, diferentes formações de vegetação de restinga e vegetação ciliar às margens do rio Jucu (**Figuras 27 e 28**).

A UP 4 apresenta 3 Trechos, e foi caracterizada na 1ª Etapa da Oficina de Planejamento como possuindo praia aberta, com presença de vegetação de restinga e existência de estrada de terra, sendo subdividida em Zona de Amortecimento (ZA); na Unidade de Conservação (UC) Parque Natural Municipal de Jacarenema propriamente dita, e no Morro da Concha (MC). O local faz parte do percurso

¹¹ Consultar o Diagnóstico Participativo, já citado no item 1.3 deste documento.

do evento religioso denominado "Passos de Anchieta", e é utilizado para práticas de Turismo Praia/Sol e de esporte e lazer em geral, e para pesquisa científica.

Figura 27: UP 4 – Foz do Rio Jucu.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 28: UP 4 – Praia da Concha.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Na 2ª Etapa da Oficina, a subdivisão foi validada e as Ações foram definidas levando em consideração em quais dos Trechos se localizavam. Portanto, a UP 4 apresenta 3 Trechos (**Quadro 5**).

Quadro 5: UP 4.

Trechos	Limites
T1	Zona de Amortecimento -ZA
T2	Unidade de Conservação – UC
T3	Morro da Concha - MC

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

A UP inclui as seguintes praias: Praias da Barrinha e da Concha (ou do Peitoril) - bairro Barra do Jucu (SPU/ES, 2017; Vila Velha, 2020c):

- a) Praia da Barrinha: Esta se localiza na margem esquerda da foz do Rio Jucu, e possui 1 km de extensão.
- b) Praia da Concha: São 70 m de areia que estão escondidos do outro lado do Morro da Concha, na Barra do Jucu. Não possui ondas e é mais propícia ao mergulho.

3.4.4 Unidade de Planejamento 5 (UP 5): do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta (Matinha de Interlagos).

A UP 5 se inicia no Morro da Concha, bairro Barra do Jucu e segue até o início do bairro Ponta da Fruta (limítrofe à Matinha de Interlagos) (**Figura 16**). Apresenta 5 Trechos, conforme descrição no **Quadro 6**:

- a) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 1 foi caracterizado como orla semiabrigada em processo de urbanização;
- b) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 2 foi caracterizado como orla exposta não urbanizada;

- c) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 3 foi caracterizado como orla exposta em processo de urbanização;
- d) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 4 foi caracterizado como orla exposta não urbanizada;
- e) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 5 foi caracterizado como orla exposta em processo de urbanização.

Trata-se, em maior parte, de orla em processo de urbanização e sob pressão imobiliária, uma vez que as terras disponíveis na porção norte do município estão se escasseando. Ao mesmo tempo, além de limítrofe à UC Parque Natural Municipal de Jacarenema, parte da UP está inserida na UC Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Grande, demonstrando a sua importância ambiental (**Figuras 29 a 32**).

Quadro 6: UP 5.

Trechos	Limites
T1	Do Morro da Concha até a o fim do Bairro Barra do Jucu
T2	Do fim do Bairro Barra do Jucu até o início da Praia dos Recifes
T3	Praia dos Recifes
T4	Do fim do Bairro Praia dos Recifes até Bairro Morada do Sol
T5	Do Bairro Morada do Sol até o início do Bairro Ponta da Fruta

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

As praias dos bairros Barra do Jucu e Praia dos Recifes também são bastante frequentadas por banhistas, sendo que o bairro Barra do Jucu ainda possui atrativos gastronômicos, religiosos e histórico-culturais (**Figuras 29 e 30**).

Figura 29: UP 5 – Praia do Barrão.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 30: UP 5 – Praia dos Recifes.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 31: UP 5 – Lagoa, no bairro Morada do Sol.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 32: UP 5 – Praia de Interlagos



Fonte: Elaboração própria (2022).

A UP inclui as seguintes praias e lagoa: Praia do Barrão - bairros Praia dos Recifes/Barra do Jucu; Praia dos Recifes - bairro homônimo; Praia Grande; Praia de Interlagos (parte) - bairros Interlagos/Morada do Sol; Lagoa - bairro Morada do Sol (SPU/ES, 2017; Vila Velha, 2020c):

- a) Praia do Barrão: Praia propícia à prática do surf possui grande extensão de areias brancas e fofas, é reta e adornada por corais tendo o Morro da Concha ao norte. Possui calçadão e ciclovia. É ideal para a prática de *surf*, *bodyboard* e canoagem sobre as ondas. Situada no balneário da Barra do Jucu. Tudo isso fica bem próximo à antiga vila de pescadores, que preserva as tradições locais. Aliás, a região é apontada por pescadores amadores/esportivos como uma das melhores para a pesca de arremesso.

3.4.5 Unidade de Planejamento 6 (UP 6): da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta.

A UP se inicia na Matinha de Interlagos, no bairro Ponta da Fruta, e se estende até o fim do bairro Nova Ponta da Fruta, no limite com o município de Guarapari, ao sul (**Figura 17**). A UP 6 apresenta 4 Trechos, conforme descrição no **Quadro 7**:

- a) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 1 foi caracterizado como orla exposta não urbanizada, dotada de área de mata particular.
- b) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 2 foi caracterizado orla exposta em processo de urbanização, com dinâmica das ondas muito forte, muito vento e restinga preservada e presença de fauna. Há poucos banhistas por conta das ondas fortes. Há a presença da Lagoa Grande, com água doce e calma.
- c) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 3 foi caracterizado como apresentando parte do Trecho com orla exposta em processo de urbanização, dotada de costão rochoso, cobertura vegetal (exóticas e nativas), poças de maré, e APA Lagoa Grande, sendo local de alimentação de tartarugas. Há a presença de monumento histórico (Igreja Nossa Senhora dos Navegantes), e alguns usos são: residencial, turístico, pesqueiro, esportivo e recreativo. Ainda, parte do mesmo Trecho apresenta orla semiabrigada com urbanização consolidada, dotada de mar calmo, ausência de restinga e presença de castanheiras na área de restinga e presença de tartarugas.
- d) Na 1ª Etapa da Oficina, o Trecho 4 foi caracterizado como orla exposta em processo médio de urbanização, com acesso direto, dotada de restinga residual (estando degradada em toda extensão da Nova Ponta da Fruta), dunas e recifes, e com as UCs APA Lagoa Grande e APA de

Setiba. Recebeu aterros para sua urbanização e alguns usos são: turismo, recreação, esportivo, comercial (quiosque) e residencial, com presença de campo de futebol de areia.

Trata-se também de orla em processo de urbanização, pouco verticalizada, cujas praias também atraem muitos banhistas. A faixa de orla ainda se caracteriza pela ocupação irregular da faixa de areia por quiosques e construções particulares, e pelo processo erosivo bastante intenso em algumas praias, evidente através da exposição de raízes de árvores, dos danos às construções e das profundas rachaduras no solo. Ainda, a UP apresenta as UCs APA da Lagoa Grande e a APA de Setiba (essa última, UC estadual) (**Figuras 33 a 35**).

Quadro 7: UP 6.

Trechos	Limites
T1	Da Matinha de Interlagos até a Praia da Baleia
T2	Da Praia da Baleia até o Morro da Igreja
T3	Do Morro da Igreja até o Cerimonial Di Lucca
T4	Do Cerimonial Di Lucca até o fim da Nova Ponta da Fruta

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

A UP inclui as seguintes praias e lagoa: Praia de Interlagos (parte)¹², da Baleia, de Ponta da Fruta - bairro Ponta da Fruta; e Praia de Nova Ponta da Fruta - bairro homônimo; Lagoa Grande - bairro Ponta da Fruta (SPU/ES, 2017; Vila Velha, 2020c):

- a) Praia de Ponta da Fruta: Do lado sul do Morro da Igrejinha, em dia de ressaca, o mar se agita e as ondas se transformam em território livre para surfistas e praticantes de *bodyboard*. Lá existe uma colônia de pescadores tradicional, há dezenas de barcos ancorados na areia.

Figura 33: UP 6 – Praia da Baleia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

¹² Consultando a **Figura 10**, nota-se que a delimitação oficial da Praia de Interlagos extrapola o limite do bairro Interlagos e vai até o fim da Matinha de Interlagos (onde começa a Praia da Baleia). Portanto a Praia de Interlagos está inserida parte na UP 5 e parte, na UP6.

Figura 34: UP 6 – Praia de Ponta da Fruta.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 35: UP 6 – Praia de Nova Ponta da Fruta.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.4.6 Acessos à orla.

Sucintamente, aqui pretende-se indicar onde existem acessos diretos, indiretos e/ou restrições de acesso à orla, subdividindo-a em litoral norte e litoral atlântico.

No litoral norte do município, limítrofe à Baía de Vitória - que compreende a UP 1e2 - encontramos longos trechos com restrição/limitação de acesso público. Como já dito, essa porção abriga diversos usos especiais, como áreas portuárias e retroportuárias, áreas militares, unidades de conservação e estruturas prisionais. Além disso, há trechos com propriedades privadas (ex: Prainha da Glória, no bairro Glória; Morro do Moreno, bairro Praia da Costa). Há acessos indiretos, como no Sítio Histórico da Prainha (bairro Centro), em que o acesso é feito através do parque urbano Parque da Prainha; além da Praia Secreta e do Farol Santa Luzia. O acesso direto é encontrado na Praia do Ribeiro, pois o acesso à praia é feito diretamente por via pública.

No litoral leste atlântico, que margeia o Oceano Atlântico - que compreende as UPs 3, 4, 5 e 6 - encontramos uma situação oposta: a maior parte da orla marítima acessa-se diretamente, a partir de vias públicas lindeiras à praia. Existem alguns trechos excepcionais, com restrição/limitação de acesso público, como é o caso das UCs Parque Natural Municipal de Jacarenema e Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande; e a Casa do Governador. Há ainda trechos com propriedades privadas que impedem

o acesso à orla na Ponta da Fruta, Praia da Costa. Acessos indiretos são encontrados em alguns bairros, como Nova Ponta da Fruta, Interlagos, Praia dos Recifes, Barra do Jucu, Praia da Costa.

3.5 INFRAESTRUTURA URBANA.

3.5.1 Abastecimento de água.

Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário - além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes - prestados em Vila Velha, bem como em outros 52 municípios do Espírito Santo, são realizados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), por delegação do Governo do Estado e por meio de contratos de concessões com os municípios capixabas.

Em 2010, o Censo Demográfico contabilizou que 98,6% dos domicílios particulares permanentes de Vila Velha eram abastecidos de água da rede geral (os demais moradores, que não estão ligados à rede geral, tem acesso à água por meio de poços ou nascentes, cisternas, dentre outras formas). Em 2021, segundo dados fornecidos pela Cesan, 100% da população de Vila Velha tinha acesso à rede de abastecimento de água, a rede tinha 1.374.030m de extensão, e havia 02 estações de tratamento de água (VILA VELHA, 2018c; CESAN, 2021).

3.3.1.1 Chuveiros na orla.

Segundo o site da Prefeitura, existem 48 chuveiros públicos espalhados em pontos da orla municipal, desde o bairro Praia da Costa até o bairro Barra do Jucu, e que os mesmos utilizam água de poço artesiano (**Figuras 36 a 39**) (VILA VELHA, 2018c; 2021d).

Figura 36: Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 37: Praia de Itapuã.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 38: Praia da Itaparica.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 39: Praia dos Recifes.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.5.2 Energia elétrica e iluminação pública.

A EDP Espírito Santo Distribuição de Energia SA é a concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 70 municípios do estado do Espírito Santo, incluindo Vila Velha. O Censo 2010 do IBGE registrou 134.351 domicílios vilavelhenses com energia elétrica, e desses, 116.115 possuíam medidor exclusivo da companhia distribuidora. Em 2016, segundo dados fornecidos pela concessionária, 201.110 unidades consumidoras de energia foram atendidas, sendo que as unidades consumidoras residenciais representaram 88,7%, e as unidades comerciais representaram 9,8% do consumo (VILA VELHA, 2018c).

Quanto à iluminação pública, Vila Velha possui 36.313 lâmpadas, distribuídas pelas 5 Regiões do município, além dos refletores em campos de futebol, nas praças e parques, na orla e nas avenidas de grande circulação. Desse universo de 36.313 lâmpadas, até março de 2022 haviam sido substituídas 99,10% de luminárias por lâmpadas de LED, e quase metade delas possuem o sistema de telegestão que permite que a central saiba em tempo real quando o ponto necessita de reparo (VILA VELHA, 2021a; 2022k).

3.3.2.1 Sistema de iluminação noturna da praia.

De acordo com dados do site da Prefeitura, em relação à orla, há 186 refletores nos postes de iluminação panorâmica das praias – que proporcionam iluminação noturna nas Praias da Costa, de Itapuã e de Itaparica (**Figura 40**) – e 340 luminárias nas avenidas Antônio Gil Veloso, Estudante José Júlio de Souza e Rua Gastão Roubach (vias limítrofes à orla, nos bairros Praia da Costa, Praia de Itapuã e Praia de Itaparica) (VILA VELHA, 2021b; 2022m).

Figura 40: Iluminação noturna – Praia da Costa.

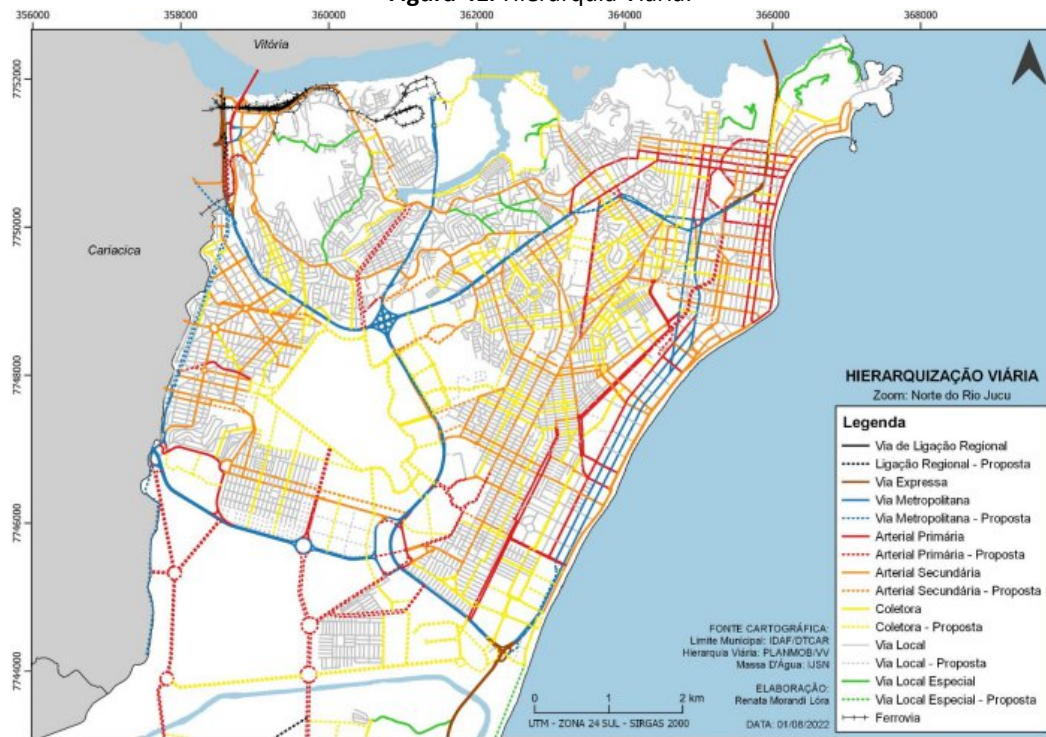


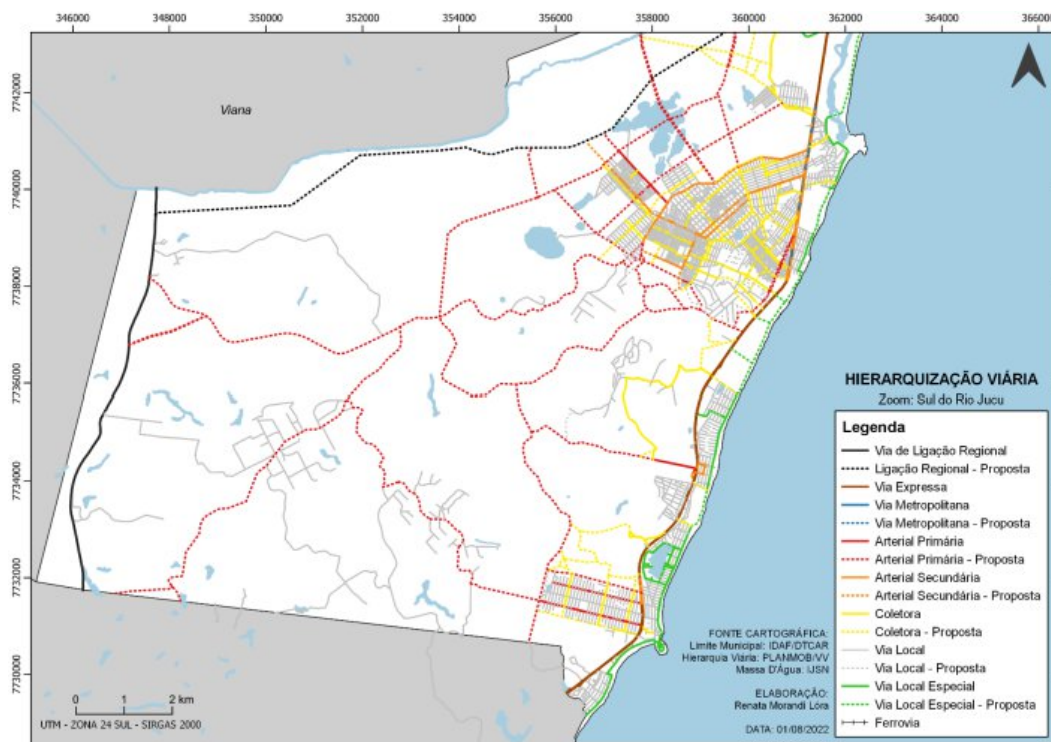
Fonte: Elaboração própria (2022).

3.5.3 Sistema Viário.

O Censo 2010 do IBGE detectou que 43,3% de domicílios urbanos estavam localizados em vias públicas com arborização, e 53,1% em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2022).

Figura 41: Hierarquia Viária.





Fonte: VILA VELHA (2022o).

O Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade – PLANMOB¹³ determina a hierarquia viária em seu art. 65 (alterando art. 260 do PDM), subdividindo o sistema viário em vias urbanas (subdivididas em níveis e categorias) e vias rurais (classificadas como rodovias ou estradas) (VILA VELHA, 2022o). Consultando a **Figura 41** (ANEXO I do PLANMOB), é possível verificar que predominam vias locais ao longo da orla, além de trechos em que o acesso é feito por vias coletoras. Cabe uma observação que a orla norte (limite com a Baía de Vitória) apresenta longos trechos com restrição/limitação de acesso público.

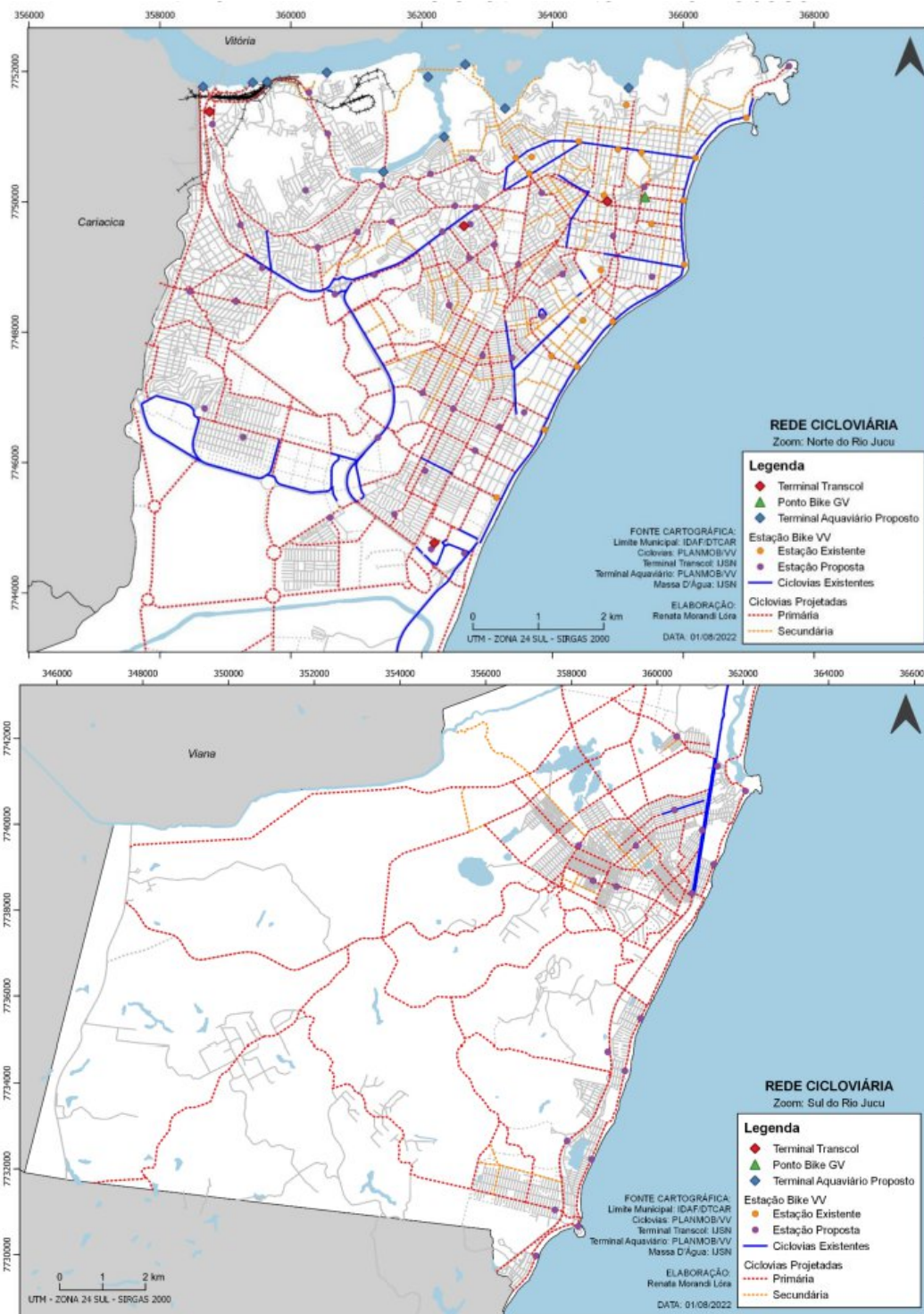
As rodovias estaduais, ES 388, ES 471 e ES 060 são as principais na malha viária municipal. Mais conhecida como Rodovia do Sol, a ES 060 destaca-se como uma das vias mais importantes. A referida via perfaz na sua totalidade, 126 km de estradas entre os municípios de Vila Velha e de Marataízes, interligando vários municípios litorâneos no sul do estado (ESPÍRITO SANTO, 2010).

No Diagnóstico elaborado para o PLANMOB indica-se ainda que no município destacam-se “os seguintes corredores viários, que interligam as regiões municipais (Aribiri, Ibes, Cobilândia, Centro e Jucu) e garantem a articulação plena de todo o território: Ponte Florentino Avidos – Cinco Pontes; Ponte do Príncipe – Segunda Ponte; Ponte Darcy Castelo de Mendonça – Terceira Ponte; Corredor Av. Carlos Lindenberg; Corredor Av. Capuaba – Rodovia Darly Santos; Corredor Av. Leila Diniz – R. Jorge

¹³ A Lei Municipal, na íntegra e com seus respectivos anexos, encontra-se disponível em: <https://processos.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L67562022.pdf?identificador=30003A004C00>.

Rizk – Rua Maria de Oliveira Maresguia; Rodovia do Sol; Av. Carioca; Binário Av. Luciano das Neves e R. Antônio Ataíde / Av. Francelina Carneiro Setúbal; Corredor Av. Sen. Robert Kennedy, Av. Rio Marinho, Av. Ana Meroto Stefanon e Av. João Francisco Gonçalves” (VILA VELHA, 2016, p. 227-228).

Figura 42: Rede Cicloviária.



Fonte: VILA VELHA (2022o).

Quanto à rede cicloviária, no ano de 2020 o município possuía 46,2 km de ciclovias, sendo 1,7 km de ciclofaixa, com a intenção de ampliação da rede bem como de resolução dos problemas de sinalização e acesso das ciclovias existentes (VILA VELHA, 2020d). A **Figura 42** retrata a rede cicloviária, conforme apresentado no ANEXO II do PLANMOB.

3.5.4 Limpeza urbana.

O serviço de limpeza do município divide-se em: coleta; transporte; varrição de vias e logradouros públicos; limpeza de praias; pontos estratégicos; e feiras livres. Os serviços de roçada, capina e limpeza de caixas-ralos também são executados por meio dos mutirões de limpeza que passam pelos bairros (VILA VELHA, 2022j).

A coleta domiciliar de lixo úmido (resíduos de alimento e dos sanitários) é realizada por empresa contratada, com abrangência em 100% do município. O cronograma está disponibilizado no site da Prefeitura, com dia, horário, frequência e turno da coleta (VILA VELHA, 2022j).

A coleta domiciliar seletiva de resíduos sólidos recicláveis (lixo seco) também é realizada por empresa contratada, em rotas, dias e horários pré-determinados, sendo que a inclusão da unidade é mediante cadastro do interessado no site da Prefeitura. A coleta seletiva também é realizada através de: 03 Ecopontos, locais de entrega voluntária de pequenos volumes de entulho (até 2 m³), grandes objetos (móveis, sofás, etc.), poda de árvore e resíduos recicláveis; 12 Pontos de Entrega Voluntária de Vidro (PEV's), locais apropriados para o recebimento de descartes do vidro; além da existência de algumas lixeiras e contêineres para coleta de lixo seco em alguns pontos da cidade (VILA VELHA, 2022j).

A coleta dos resíduos produzidos por estabelecimentos destinados ao atendimento à saúde é realizada separadamente, em dias e horários pré-determinados e com uso de veículo especial, atendendo às normativas de vigilância sanitária e de meio ambiente (VILA VELHA, 2022j).

Para reduzir o material de grande porte descartado indevidamente em vias, canais, terrenos baldios, dentre outros, o município oferece o serviço 'Cata - Móveis', que recolhe, de forma gratuita, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos usados. O serviço foi criado no final de 2013, atende a todos os bairros, e pode ser solicitado pelo interessado via Ouvidoria Municipal, em que é agendado dia e horário para o recolhimento do material (servíveis ou inservíveis) (VILA VELHA, 2022j).

O descarte de Resíduos da Construção Civil (RCC) é viabilizado pela cooperação entre o município, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon/ES) e a Associação dos Locadores de Caçambas Estacionária (AloceES), conforme Termo N.º 002/2013. As empresas coletoras

precisam estar cadastradas no município, e o ciclo de geração, transporte e descarte dos restos de construção pode ser monitorada através de um aplicativo próprio (VILA VELHA, 2022i).¹⁴

Além dos resíduos sólidos, o município tem instituído desde 2012 o Programa Municipal de Coleta, Reciclagem de Óleos e Gorduras Usadas de Origem Vegetal e Animal de uso culinário e seus resíduos, através da Lei Municipal Nº 5.252, de 2012, com o objetivo de dispor sobre medidas de reaproveitamento a fim de minimizar os impactos ambientais que seu despejo inadequado pode causar. Todo o óleo usado em frituras deve ser descartado por meio de coletores e repassados aos receptores de resíduo para descarte adequado, ambos devidamente credenciados na Prefeitura (VILA VELHA, 2018c).

3.3.4.1 Lixeiras e limpeza urbana na orla.

Quanto à orla, o site da Prefeitura informa que nela “estão distribuídos mais de 50 contentores, com capacidade para mil litros de lixo cada, 192 manilhas e 272 lixeiras. O serviço conta com o auxílio de rastelos, vassouras, carrinhos coletores e vassouras mecanizadas. O caminhão ainda passa durante todo o dia fazendo a coleta da sujeira e do lixo dos quiosques, que são depositados nos contentores.” (Figuras 43 e 44). Em 2021, foram recolhidas 1.200 toneladas por mês de resíduos, uma média de 40 toneladas por dia (VILA VELHA, 2022k).

Figura 43: Manilha - Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 44: Contentor – Praia de Itapuã.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.5.5 Esgotamento sanitário.

Como informado acima, a Cesan é a concessionária responsável pela coleta e tratamento de esgoto sanitário no município. O Censo 2010 do IBGE registrou que 85,6% de domicílios apresentavam esgotamento sanitário adequado¹⁵. Em 2021, segundo dados fornecidos pela Cesan, 63,7% da

¹⁴ Para a gestão sustentável de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, está instituído o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, através da Lei Nº 6032, de 16 de agosto de 2018. Consultar em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L60322018.html>.

¹⁵ Cabe destacar que, para o IBGE, “esgotamento sanitário adequado” pode indicar a existência de ‘fossa-filtro-

população de Vila Velha era atendida por coleta e tratamento de esgoto, a rede tinha 413.929m de extensão e havia 6 estações de tratamento de esgoto (IBGE, 2022; CESAN, 2021).

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) informa que em Vila Velha existem problemas relacionados à contribuição clandestina de água de chuva no sistema de esgoto, e que em dias de chuva mais intensa ocorre o extravasamento de esgoto em alguns pontos das redes coletoras do município. E o inverso também ocorre, ou seja, lançamento de esgoto em galerias de águas pluviais. Em muitos casos, as galerias de águas pluviais foram implantadas antes das redes coletoras de esgoto e as ligações de esgoto das unidades foram executadas diretamente nas tubulações de águas pluviais e ainda não foram desfeitas (VILA VELHA, 2014).

3.5.5.1 Banheiros públicos na orla.

Na orla, foi identificado um banheiro instalado na Praia da Sereia (bairro Praia da Costa), devido ao Projeto Praia Legal e à Certificação Bandeira Azul (**Figura 45**). Além desse, cada um dos 13 quiosques das Praias de Itapuã e Itaparica conta “com um banheiro masculino, outro feminino e um para pessoas com necessidades especiais” (VILA VELHA, 2020a).

Sobre os demais pontos da orla, não foram localizadas informações atualizadas sobre existência ou manutenção de banheiros públicos. No entanto, em alguns pontos da orla identificam-se cabines sanitárias hidráulicas portáteis (também conhecidas como ‘banheiros químicos’), porém desconhecemos sua localização exata e quantitativo (**Figura 46**).

Figura 45: Banheiro – Praia da Sereia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 46: Banheiro químico – Praia de Itaparica.



Fonte: Elaboração própria (2022).

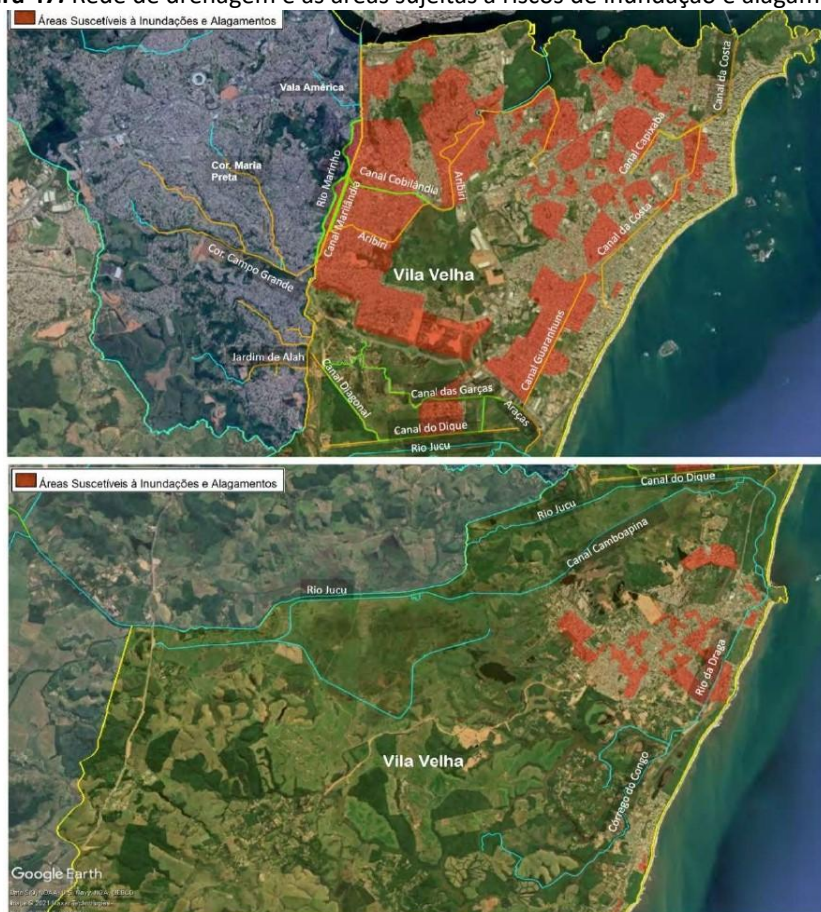
3.5.6 Drenagem.

sumidouro’ individual, não necessariamente à existência e ligação da unidade à rede de esgotamento sanitário.

O município é constituído, em quase sua totalidade, de topografia plana com declividades pouco acentuadas. Por este motivo, quase todos os rios e canais existentes estão sob influência da maré. Durante as décadas de 1950 e 1960, foram abertos vários canais de navegação na região da Grande Vitória, e executada a retificação de vários trechos de cursos d'água, destacando o Rio Jucu (Dique do Rio Jucu, Canal de Araçás, que verte para o Canal de Guaranhuns), o Rio Aribiri (canais Cobilândia e Marilândia) e Rio (Canal) Marinho (PDAU, 2021).

Ao longo da história, os rios e canais de Vila Velha vêm sofrendo um processo de ocupação desordenada e, em épocas de enchentes, é comum a ocorrência de transbordamentos nas regiões urbanas do município. São frequentes as inundações nos bairros da Grande Cobilândia, da Bacia do Aribiri, do Canal de Garanhuns e do Canal da Costa. Ao sul do município, os bairros da Grande Terra Vermelha ao longo do Canal do Congo permanecem parte do ano inundados e o Rio Jucu, contido por diques, tem na sua bacia áreas baixas passíveis de ocupação e, conseqüentemente, de inundações (PDAU, 2021).

Figura 47: Rede de drenagem e as áreas sujeitas a riscos de inundação e alagamento.



Fonte: PDAU (2021, p. 40).

Nos anos 2011-2012, foi elaborado o Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável (PDDUS) do município, com o principal objetivo de “criar mecanismos de gestão da infraestrutura urbana, relacionados ao escoamento das águas pluviais dos rios e dos canais” (IJSN, 2018, p. 135).

A rede de drenagem principal vilavelhense, sujeita a riscos de inundação, é composta pelos seguintes corpos hídricos: Canal da Costa; Córrego Bigossi ou Canal Capixaba; Rio Aribiri; Canal Aribiri; Canal Marilândia; Canal Cobilândia; Canal Marinho; Rio Marinho; Canal Guaranhuns; Canal do Dique (paralelo ao Dique); Canal Pontal das Garças; Córrego do Congo; Rio da Draga; Canal Araçás (paralelo à Av. Darly Santos); Canal Diagonal; Canal Camboapina; e Rio Jucú (PDAU, 2021). Na **Figura 47** são apresentadas as áreas suscetíveis a inundações e alagamentos e a rede de drenagem em estudo. Nota-se que algumas das áreas suscetíveis estão localizadas próximas à orla, além do Canal da Costa (que nasce no bairro Itapuã) e do Rio Aribiri (na UC Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira).

3.3.6.1 Obras para contenção de inundação.

Conforme informações do site da Prefeitura de janeiro de 2022, 03 Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (EBAP) estão em funcionamento no município: Guaranhuns, Sitio Batalha e Canal da Costa. Através do investimento do Governo do Estado, intenciona-se que o município tenha 12 EBAP's, sendo que 06 já estavam em construção: Foz da Costa, Laranja, Marilândia, Cobilândia, Aribiri e Marinho; e com perspectiva de iniciar em breve a construção das EBAP's no Parque das Gaivotas, Pontal das Garças e no Canal Bigossi (**Figura 48**) (VILA VELHA, 2022b; 2022f).

Figura 48: Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (EBAP) projetadas.



Fonte: VILA VELHA (2022b, p. 40).

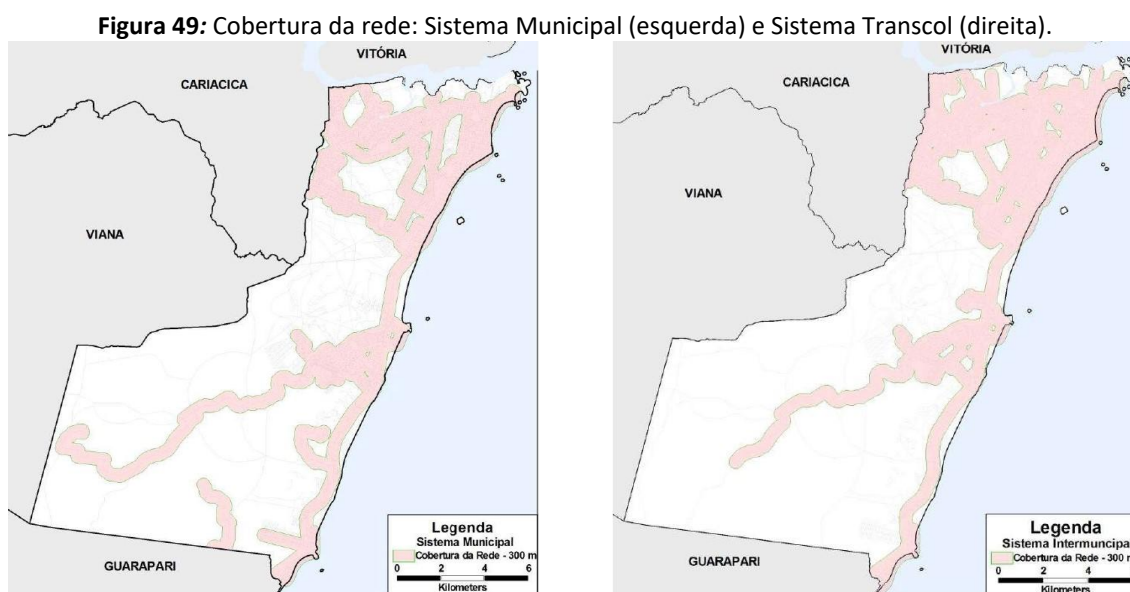
3.5.7 Transporte Público.

Quanto ao transporte público coletivo, o município é atendido pelo Sistema Transcol e pelo Sistema Municipal. O Transcol é um sistema metropolitano integrado de estrutura tronco-alimentadora, implantado pelo governo estadual na década de 1980, que interliga os cinco municípios da Região Metropolitana através de terminais urbanos, permitindo que o usuário se desloque por vários trechos da Grande Vitória pagando uma única tarifa (ESPIRITO SANTO, 2022a).

O serviço do Sistema Municipal ainda não está totalmente integrado ao Sistema Transcol, que é fornecido pela Viação Sanremo (empresa com contrato vigente com a Prefeitura). No entanto, os usuários de transporte coletivo nos dois Sistemas atualmente pagam um único valor de tarifa e podem utilizar um único cartão (Bilhete Único Metropolitano) (MESQUITA, 2021; ESPIRITO SANTO, 2022a).

No Diagnóstico para o PLANMOB, acima citado, em relação ao Sistema Municipal observou-se a redução de demanda de passageiros transportados, em média 5% ano e em geral foi de 23%, considerando os dados do período de 2010 a 2015. Já em relação ao Sistema Transcol, não havia quantitativo da evolução do número de passageiros transportados, por falta de dados (VILA VELHA, 2016).

As **Figuras 49 e 50** ilustram a cobertura do Sistema Municipal e do Sistema Transcol, com a distância de um raio de 300 metros em relação ao eixo das linhas dos sistemas de transporte coletivo. Percebe-se que a orla de Vila Velha - em especial, a orla atlântica - está quase que totalmente atendida pelo transporte coletivo.



Fonte: VILA VELHA (2016, p. 92, 102).

O transporte público aquaviário, inativo há várias décadas, apresenta a perspectiva de reativação ainda no ano de 2022, através de ações do governo estadual. O aquaviário será integrado ao Sistema Transcol, e um dos pontos de embarque/desembarque de passageiros está justamente situado na Prainha (Centro de Vila Velha), sendo que o trajeto a ser feito pelas embarcações inclui outros 03 pontos, localizados em Vitória e Cariacica (G1-ES, 2022). O PLANMOB, em seu Anexo IX, prevê 10 pontos de terminal aquaviário, situados na orla norte municipal (VILA VELHA, 2022o).

Figura 50: Terminais Aquaviários propostos – PLANMOB.



Fonte: VILA VELHA (2022o).

3.3.7.1 Bike VV.

Cabe um destaque ao sistema de compartilhamento de bicicletas Bike VV. O sistema está ativo no município desde março de 2018, sendo que houve um período de paralisação de março de 2020 até abril de 2021, devido às medidas do governo estadual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus. De acordo com dados fornecidos pela operadora do sistema, entre o mês de março e junho de 2018 foram realizadas um total de 51.050 viagens, com uma média de 8,51 viagens por dia por bicicleta, com indicativos de constante crescimento na utilização do sistema. Os dados disponíveis são de 2018, mas acredita-se que o índice de utilização continuou crescendo, ou pelo menos se manteve em patamares similares (FOLHA VILA VELHA, 2021; TEMBICI, 2022; VILA VELHA, 2016).

No total, 200 bicicletas podem ser alugadas em 20 pontos (ou estações) do município, através de cadastro e pagamento em aplicativo específico do sistema – sendo que 7 dessas estações estão na faixa de orla. Os locais das 20 estações são: Orla Curva da Sereia (bairro Praia da Costa); Orla

Champagnat (Praia da Costa); Orla Maranhão (Itapuã); Orla Jair Andrade (Itapuã); Orla Bob's (Praia de Itaparica); Orla Itaiabaia (Praia de Itaparica); Orla Praça do Ciclista (Praia de Itaparica); Embratel (Praia de Itaparica); Centro Prainha (Centro/Sítio Histórico da Prainha); Centro McDonalds (Centro); Centro Praça Duque de Caxias (Centro); Centro Shopping da Terra (Centro); Glória Santa Cruz (Glória); Glória Praça da Garoto (Glória); Glória P.A. (Glória); Terminal de Vila Velha (Divino Espírito Santo); Praça Dom Cavatti (Itapuã); Shopping Vila Velha (Boa Vista); Prefeitura (Coqueiral de Itaparica); Praça de Coqueiral de Itaparica (Coqueiral de Itaparica) - ver **Figuras 51 e 52**.

Consultando a **Figura 42**, que apresenta o ANEXO II do PLANMOB, verifica-se a intenção de expandir sistema de compartilhamento de bicicletas para diversos bairros do município.

Figura 51: Estação Orla Champagnat, Praia da Costa.



Fonte: TEMBICI, 2022.

Figura 52: Mapa das estações, sendo que 7 estão na faixa de orla.



Fonte: TEMBICI, 2022.

3.6 SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS.

3.6.1 Quiosques.

Na Praia da Costa há 6 quiosques em formato de asa delta, existentes desde a década de 1990. São pequenos, não dispõem de banheiros e visivelmente necessitam de melhorias em sua infraestrutura, mas diante de sua antiguidade e da plasticidade de suas formas, já fazem parte da paisagem local e compõem o imaginário popular sobre o bairro (**Figuras 53 e 54**).

No entanto, existe Ação Civil Pública nº 010142-67.1997.8.08.0035, “ajuizada em 1995 pelo Ministério Público Estadual, a partir de várias reclamações apresentadas pela Associação de Moradores da Praia da Costa (AMPC) relacionadas ao funcionamento inadequado dos quiosques”, que no ano de 2009, foi julgada procedente e “determinou a rescisão “dos contratos de permissão de uso dos quiosques instalados na orla marítima do bairro Praia da Costa (quiosques “Asa Delta” ou “Chapéu de Freira”), ante a sua flagrante ilegalidade”. Também foi determinado aos permissionários dos quiosques que desocupassem esses bens públicos em até 30 dias”. Apesar de neste ano de 2022 os atuais permissionários terem proposto uma ação visando a desconstituição da sentença, em decisão relativamente recente, do mês de julho de 2022, “o Tribunal de Justiça deferiu os pedidos do MPES e do município e manteve a decisão de 2009, determinando a desocupação dos quiosques” (ORLANDI, 2022).

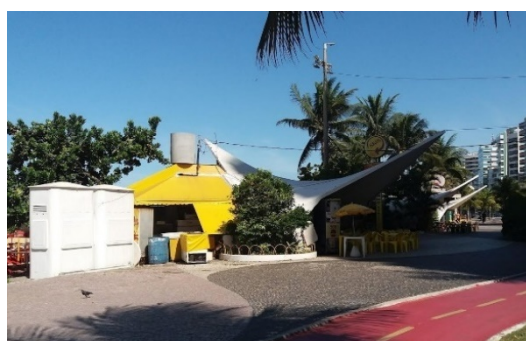
Portanto, até o momento de elaboração deste documento, há perspectiva real de desocupação e demolição dos quiosques.

Figura 53: Quiosques – Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 54: Quiosques – Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Nas Praias de Itapuã e Itaparica, em cumprimento de sentença judicial que determinava a desocupação e demolição dos 46 quiosques até então existentes, no ano de 2018 a Prefeitura apresentou a proposta de requalificação, com a previsão de construção de 20 novos quiosques, sendo que no ano de 2020 foi concluída a demolição dos existentes. O projeto dos quiosques foi elaborado por empresa contratada

pela Prefeitura, e aprovado pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Em dezembro de 2020 os primeiros quiosques foram entregues, sendo que até a data de 27/04/2022 já havia sido realizada a licitação e contrato de 13 unidades, em fase final de obra para receber Certidão de Conclusão de Obra (CCO). Outras 06 unidades irão passar por novo processo licitatório, totalizando 19 unidades (**Figuras 55 e 56**) (G1-ES, 2013; VILA VELHA, 2020a; VILA VELHA, 2018b).¹⁶

Figura 55: Quiosques – Praia de Itapuã/de Itaparica.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 56: Quiosques – Praia de Itapuã/de Itaparica.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Na visita técnica dos dias 12 e 13/04/2022, detectou-se 2 quiosques na Praia do Barrão, no bairro Barra do Jucu (**Figura 57**). Também existe Ação Civil Pública, de nº 2010.50.01.006827-3, que trata da situação desses quiosques, diante de ocupação irregular de área pública.

Figura 57: Quiosques – Praia do Barrão.



Fonte: Google Earth (2021).

Ao longo da faixa de areia do bairro Nova Ponta da Fruta encontram-se 8 construções de alvenaria/quiosques. Conforme PARECER TÉCNICO COGEST Nº 008-2018, todos estão em situação irregular pois estão situados em área de preservação permanente, caracterizada por dunas frontais recobertas por vegetação de restinga fixadoras de dunas; não são contemplados por rede pública de

¹⁶ Algumas das informações também foram fornecidas em 27/04/2022, através de mensagem de texto enviado por gestores da SEMDU.

coleta de esgoto; e não possuem documentação autorizativa para construção ou permanência das edificações por parte da Prefeitura ou da SPU/ES. As tratativas com o município para proporcionar melhorias na orla acontecem desde o ano de 2005 (IEMA, 2018), e o processo erosivo na área é bastante intenso, como demonstram as **Figuras 58 e 59**.

Figura 58: Quiosques – Praia de Nova Ponta da Fruta.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 59: Quiosques – Praia de Nova Ponta da Fruta.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.6.2 Demarcação para atividades na faixa terrestre e marítima: banhistas, prática de esportes, equipamentos, navegação e outros.

Ao longo da orla marítima vilavelhense, diversos usos e atividades são desenvolvidos pela população em geral, na faixa de areia, calçadão e parte marítima, relacionadas ao esporte e lazer, ao comércio/serviço e turismo, ao extrativismo etc, nos mais variados dias e horários (**Quadro 8**). Por exemplo, a prática das mais diversas modalidades de esportes são desenvolvidas desde as primeiras horas da manhã até à noite.

Quadro 8: Atividades na faixa terrestre e marítima.

Atividade	Local
Esportes diversos (caminhadas, corridas, ciclismo altinha, vôlei de praia, futevôlei, <i>beach tennis</i> , frescobol)	Vários pontos da orla
Parquinhos infantis	Prainha (bairro Centro), Praias da Costa, de Itapuã, de Itaparica, da Baleia, do Barrão
Academia Popular	Vários pontos da orla
Pista de <i>Pump Track</i> ¹⁷	Praia da Baleia (Ponta da Fruta)
Brinquedos náuticos (<i>Banana boat</i> etc) e caiaques	Praias da Sereia e da Costa
<i>Stand up padle</i>	Praia da Sereia
Canoagem havaiana	Praias da Sereia e de Itapuã
<i>Kitesurf</i> , <i>surf</i> , <i>bodyboarding</i>	Praias de Itapuã, Itaparica e do Barrão
Pesca tradicional	Ponta da Fruta; Barra do Jucu; Praia de Itaparica; Praia de Itapuã; Praia da Costa; Praia do Ribeiro e Prainha

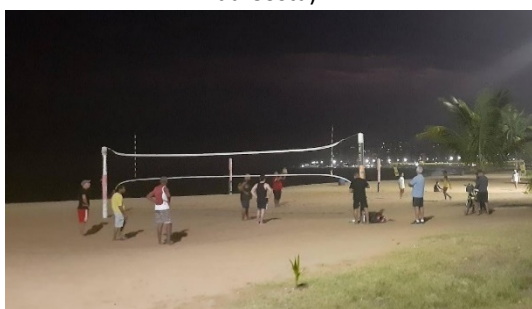
¹⁷ A pista de *Pump Track* é um circuito asfaltado que, devido às ondulações, possibilita o uso de bicicletas, patins, skates e atividades voltadas para pessoas com mobilidade reduzida. A pista está inserida no parque linear na Praia da Baleia, junto a outros equipamentos, como quadras poliesportivas, parquinhos infantis etc. Mais informações em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2021/09/primeiro-pump-track-do-es-e-inaugurado-em-ponta-da-fruta-36651>.

Pesca amadora e esportiva	Praia de Itaparica
Passeios de barco	Praia de Itapuã

Fonte: VILA VELHA (2022c) e obtidas *in loco* na visita técnica.

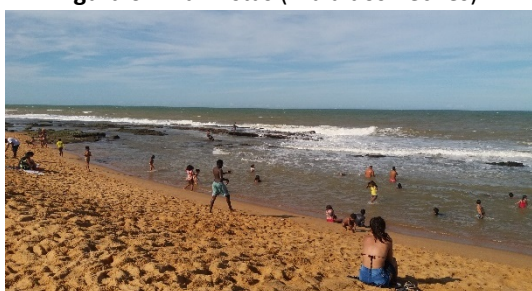
Na faixa de areia e no calçadão (quando existente) encontra-se a presença de banhistas e de praticantes de esportes diversos (caminhadas, corridas, ciclismo, altinha, vôlei de praia, futevôlei, *beach tennis*, frescobol etc). Inclusive o uso de bicicletas para fins de deslocamento (para além do esporte/lazer) é bastante presente, pela existência de ciclovias e do sistema de compartilhamento de bicicletas Bike VV (já mencionado) (**Figuras 60 a 63**).

Figura 60: Prática de esportes: vôlei de praia (Praia da Costa).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 62: Banhistas (Praia dos Recifes).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 61: Prática de esportes: *beach tennis* (Praia da Costa).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 63: Ciclovia (Praia de Itaparica).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Ainda na faixa terrestre, em diversos pontos também há a presença de pescadores tradicionais exercendo suas atividades relacionadas à pesca (limpeza do pescado, manutenção das redes de pesca, venda dos produtos etc), além de praticantes de pesca amadora e esportiva, com suas varas de pesca fixadas na areia. (**Figuras 64 e 65**).

A parte marítima é bastante utilizada por brinquedos náuticos (como *banana boat*); para *stand up padle*, canoagem havaiana, *kitesurf*, *surf*, *bodyboarding* e caiaques (**Figuras 66 e 67**); e para pesca tradicional, amadora e esportiva. Eventualmente, nota-se a presença de *jet skis*. Também são oferecidos passeios de barcos até a Ilha Itatiaia.

Figura 64: Pescadores tradicionais (Prainha).

Figura 65: Pesca amadora (Praia de Itaparica).

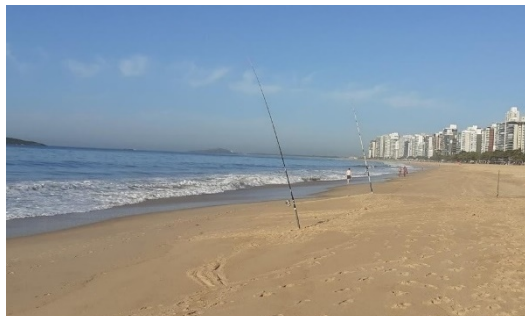


Fonte: Elaboração própria (2021).

Figura 66: Canoagem havaiana (Praia da Sereia).



Fonte: Elaboração própria (2022).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 67: Kitesurf (Praia de Itapuã).



Fonte: Elaboração própria (2022).

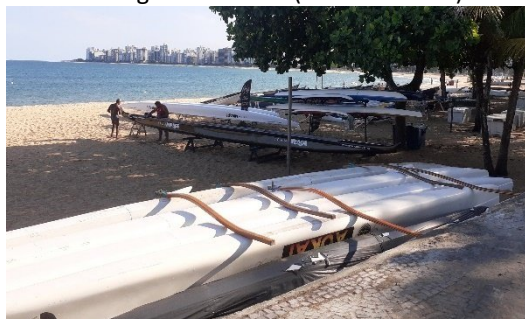
Ainda, diversos eventos ocorrem na faixa terrestre ao longo do ano - de caráter religioso, esportivo, musical etc - o que exige a montagem e desmontagem de estruturas metálicas de médio e grande porte (geralmente só permanecem no local durante o período dos eventos). Além das estruturas temporárias, para a realização de algumas dessas atividades desportivas, pequenas estruturas estão fixadas no local, como traves, redes etc. Outras estruturas (fixas e móveis) existentes são os itens de mobiliário urbano: bancos, chuveiros, lixeiras, placas de sinalização/informação, abrigo para guardavidas, brinquedos de parquinhos infantis, equipamentos da Academia Popular etc; embarcações dos pescadores tradicionais e dos praticantes de canoagem havaiana; outras estruturas ligadas à pesca tradicional: bancadas, depósitos etc (**Figuras 68 e 69**).

Figura 68: Estruturas para evento (Praia de Itapuã).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 69: Embarcações/equipamentos para canoagem havaiana (Praia da Costa).



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.4.2.1 Tráfego marítimo.

Para parte marítima do município, há algumas determinações para 2 trechos de orla, que serão reproduzidas a seguir, a partir do documento NPCP-ES-2022 - Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Espírito Santo (CAPITANIA, 2022):

Figura 70: Enseada da Sereia (bairro Praia da Costa).



Fonte: CAPITANIA (2022).

Figura 71: Ilha de Pituã (bairro Itapuã).



Fonte: CAPITANIA (2022).

- a) Enseada da Sereia (bairro Praia da Costa): é proibido o tráfego de embarcações motorizadas; o tráfego de embarcações propulsadas à vela é permitido, desde que respeitada a distância de 100 m da arrebentação da praia; existe área de fundeio na extremidade norte da referida enseada, delimitada por uma área circular com raio de setenta metros, centrado no ponto de latitude 20° 19' 46''S e longitude 40° 31' 30''W; o acesso e a partida da área de fundeio serão realizados exclusivamente entre a Ponta do Chavão e a Ilha do Sapo, tendo atenção à presença de banhistas e com velocidade não superior a três nós (**Figura 70**).
- b) Ilha de Pituã (bairro Itapuã): é proibido o tráfego de embarcações motorizadas e propulsadas à vela num raio de 200 m da ilha de Pituã e a Ponta de Itapuã, centrado no ponto de Latitude 20° 21' 17" S e longitude 40° 16' 50" W bem como entre a referida ilha e a Ponta de Itapuã, tendo como referência em terra, ao Norte, as instalações do edifício Vitória e ao Sul, as instalações do edifício Lobster, ambos na praia de Itapuã (**Figura 71**).

Em seu Anexo 1-A(2), o documento acima citado ainda detalha regras de segurança para o transporte de passageiros realizado por embarcações miúdas entre a Praia de Itapuã e a Ilha de Pituã. Dentre as regras, destaca-se que as embarcações somente poderão navegar até o limite de 500 m do centro geográfico da Ilha de Pituã, e que as viagens deverão ser iniciadas e concluídas à luz do dia, e realizadas em condições de mar e vento favoráveis (CAPITANIA, 2022).

3.6.3 Pontos e/ou atividades turísticos.

O Guia Turístico, hospedado no site da Prefeitura, apresenta as ofertas (ou atividades) turísticas de destaque, listadas abaixo (VILA VELHA, 2022c):¹⁸

- a) Turismo Histórico/Cultural, com ênfase no patrimônio edificado municipal;
- b) Ecoturismo, através da oferta de “parques e áreas verdes que são propícios a caminhadas, trilhas, rapel e momentos de contemplação em meio à natureza”;
- c) Turismo Rural, compreendendo “um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, ligadas à produção agropecuária e que agrega valor aos produtos e serviços produzidos nessa Região”;
- d) Sol/Praia e Náutico, detalhando as atividades disponíveis ao longo do litoral (além da menção ao Bandeira Azul);
- e) Turismo de Negócios e Eventos; e
- f) Artesanato e Manifestações Culturais, que envolve atividades artesanais como fabricação de casaca, renda de bilro, artesanato com conchas e escamas, gastronomia, e manifestações culturais como Congo, Festa da Penha e outras.

Quanto ao Turismo de Negócios e Eventos, o Guia destaca o calendário dos principais eventos da cidade, que condensamos no **Quadro 9**.

Quadro 9: Principais eventos.

Período do ano	Evento
Fevereiro/Março	Carnaval
Abril	Festa da Penha
Maio	Festa da cidade e Colonização do solo espírito-santense
Junho	Os Passos de Anchieta
Agosto	Festa do Folclore com Bandas de Congo
Setembro	Dez Milhas Garoto
	Dia do Chorinho Canela Verde
Outubro	Festa da Padroeira do Município – Nossa Senhora do Rosário
Novembro	Travessia João Moreno de Natação
1ª sexta-feira do mês	Feira de Artesanato e Gastronomia (Ponta da Fruta)
1º sábado do mês	Feira de Artesanato e Gastronomia (Barra do Jucu)
1º domingo do mês	Feira de Artesanato e Gastronomia (Prainha)

Fonte: VILA VELHA (2022c); BRASIL (2022b).

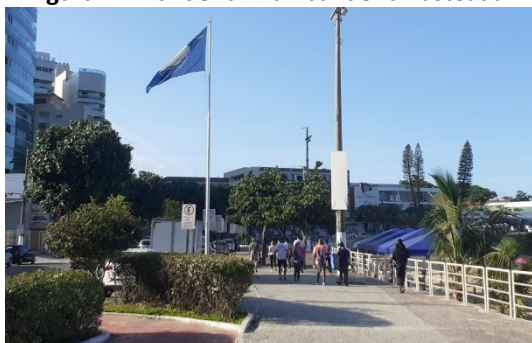
3.6.4 Certificação de qualidade ambiental e turística de praias.

¹⁸ O Plano Municipal de Turismo denomina como ‘produtos turísticos’ as atividades que movimentam ou tem potencial de desenvolvimento no cenário turístico vilavelhense, a saber: Turismo Religioso; Turismo Ambiental, de Lazer e Náutico; Turismo Cultural; Turismo de Eventos e Negócios; Turismo de Área Rural; Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Negócios. A nomenclatura pode ser ligeiramente diferente, mas nota-se a semelhança entre as temáticas das ofertas turísticas do Guia Turístico do *site* e as do Plano. Mais detalhes, ver Vila Velha (2020b).

Em outubro de 2021, a Praia da Sereia foi aprovada para receber a certificação para a temporada de 2021/2022 do programa Bandeira Azul¹⁹ (VILA VELHA, 2022c).

A praia possui 450 metros de extensão e 03 ilhas bem próximas à faixa de areia: Pedra do Sapo, Ilha Riviera, Pedra Monalisa, Pedra Tartaruga e a Pedra da Sereia. Para conquistar a certificação, a praia recebeu melhorias na infraestrutura do calçadão, com ciclovias, corrimãos, rampa, instalações elétricas, banheiros, adequações no ponto de ônibus, chuveiros, além de sinalização e organização das atividades esportivas praticadas no local. Além disso, o site da Prefeitura emite seu resultado de balneabilidade em boletim específico²⁰, junto com o resultado das demais praias do município (**Figuras 72 a 75**) (VILA VELHA, 2022c).

Figura 72: Bandeira Azul: bandeira hasteada.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 73: Bandeira Azul: placa informativa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 74: Bandeira Azul: banheiros.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 75: Bandeira Azul: faixa de areia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Inclusive, o Projeto Praia Legal, que promove a inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida por meio da acessibilidade à praia, está instalado na Praia da Sereia. O Projeto existe desde o ano de 2012 e, após a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as atividades foram retomadas em dezembro de 2021. O Projeto funciona de quarta a domingo, das 8 às 16h, de forma gratuita, e conta com três cadeiras de rodas flutuadoras (VILA VELHA, 2022c).

¹⁹ Para mais informações sobre o Programa Bandeira Azul Brasil, acessar o site <https://bandeiraazul.org.br/>.

²⁰ Ver o histórico do resultado de balneabilidade em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/meio-ambiente-resultado-da-balneabilidade>.

3.6.5 Guarda-vidas.

Quanto à atuação dos guarda-vidas, o site da Prefeitura informa que cerca de 40 guarda-vidas atuam por dia durante todo o ano, sendo que “no período de férias, são cerca de 75 guarda-vidas por dia, distribuídos em 23 pontos em todo o litoral da cidade”. Além de atuar para a segurança dos banhistas, os guarda-vidas ajudam no patrulhamento marítimo com embarcação, orientam os banhistas e auxiliam no trabalho da Defesa Civil (**Figuras 76 e 77**) (VILA VELHA, 2022h).

Figura 76: Posto de salvamento marítimo (guarda vidas): Praia da Sereia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 77: Posto de salvamento marítimo (guarda vidas): Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.6.6 Agentes de segurança (Guarda Municipal, Polícia).

A segurança pública no município é estruturada através da atuação integrada da Guarda Municipal junto às outras agências de segurança como a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Corpo de Bombeiros, além do sistema de videomonitoramento em vias públicas e da atuação dos guarda-vidas.

De acordo com o site da Prefeitura, a “Guarda Municipal é uma instituição civil, complementar à segurança pública, de cunho social, a nível municipal e regulamentada por legislação própria. Suas ações estão voltadas para o cumprimento dos Planos Diretores Decenais, das Leis Orgânicas de cada Município e dos Códigos de Posturas, atuando ainda nos hiatos deixados pelos órgãos de segurança pública” (VILA VELHA, 2022h). De acordo com os dados mais recentes encontrados, em 2021 a Guarda contava com um efetivo de 294 pessoas, e pelo menos 27 viaturas, 10 motocicletas, e 04 quadriciclos (para patrulhamento motorizado na faixa de areia) (VILA VELHA, 2022g).

Quanto à orla, verifica-se que a atuação da Guarda é incrementada na faixa de areia, no calçadão e nas vias lindeiras ao litoral nos meses de alta temporada (janeiro, fevereiro), e nos diversos eventos agendados (como réveillon, Jesus Vida Verão, Festa da Penha e outros).

3.4.5.1 Videomonitoramento.

O sistema de videomonitoramento em vias públicas conta com o monitoramento em pelo menos 197 pontos, e “as câmeras estão instaladas em locais que apresentam situação de vulnerabilidade, dentre os quais, trechos da orla marítima, pontos de comércio, de grande fluxo de pedestres e de grande risco social”, nos diversos bairros de todas as 5 Regiões Administrativas (VILA VELHA, 2022h). No ano de 2021, o site ainda informa que Vila Velha passou a contar com um sistema de monitoramento por vídeo com leitura de placas e características dos veículos, sendo 19 pontos de monitoramento registrando os veículos que passam nas entradas e saídas de Vila Velha, além de alguns pontos estratégicos (VILA VELHA, 2022g). Na orla contabilizam-se 18 câmeras, localizadas nos bairros de Praia de Itaparica, Itapuã e Praia da Costa, cuja localização está detalhada no **Quadro 10**.

Quadro 10: Localização de câmeras na orla.

Localização	Bairro
Av. Estudante José Júlio de Souza – próximo ao Dunas Motel	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza – próximo ao Correria Music Bar	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza – próximo à antiga NEXT	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza – rotatória dos ciclistas	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza / Rua Itaipava	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza / Rua Itaiabaia	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza / Rua Itaúna	Praia de Itaparica
Av. Estudante José Júlio de Souza / Av. Antônio Gil Veloso	Praia de Itaparica
Av. Antônio Gil Veloso / Av. Dr. Jair de Andrade	Itapuã
Av. Antônio Gil Veloso / Rua Waldemar Verçosa Pitanga	Itapuã
Av. Antônio Gil Veloso / Rua Maranhão	Praia da Costa
Av. Antônio Gil Veloso / Av. Champagnat	Praia da Costa
Av. Antônio Gil Veloso / Rua Castelo Branco	Praia da Costa
Av. Antônio Gil Veloso / Rua Diógenes Malacarne	Praia da Costa
Av. Antônio Gil Veloso / Rua Lúcio Bacelar	Praia da Costa
Av. Antônio Gil Veloso – Praia da Sereia	Praia da Costa
Rua Santa Luzia – Farol de Santa Luzia	Praia da Costa

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir de dados fornecidos em 28/04/2022, por gestores da SEMDU.

3.7 ATIVIDADES ECONÔMICAS.

3.7.1 Comércio (bares, restaurantes, lojas, ambulantes etc).

Há oferta de bares, restaurantes, quiosques e similares no município. Sobre os quiosques, dados foram apresentados no item 3.6.1 deste documento. Sobre os demais, não foram localizados dados quantitativos e qualitativos recentes a respeito.

Na faixa de areia/calçadão e quadras limítrofes, é possível observar a existência de atividades de comércio e serviço de caráter formal, como os quiosques, restaurantes, bares e similares; e as informais, como a presença de vendedores ambulantes, que comercializam alimentos, bebidas, artigos

de vestuário, artesanato dentre outros (o cadastro e autorização desse tipo de atividade são coordenados pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSU) (**Figuras 78 a 81**).

Figura 78: Comércio ambulante (Praia da Costa).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 80: Bares (Praia dos Recifes).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 79: Comércio ambulante (Praia da Costa).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 81: Restaurante (Praia de Interlagos).



Fonte: Elaboração própria (2022).

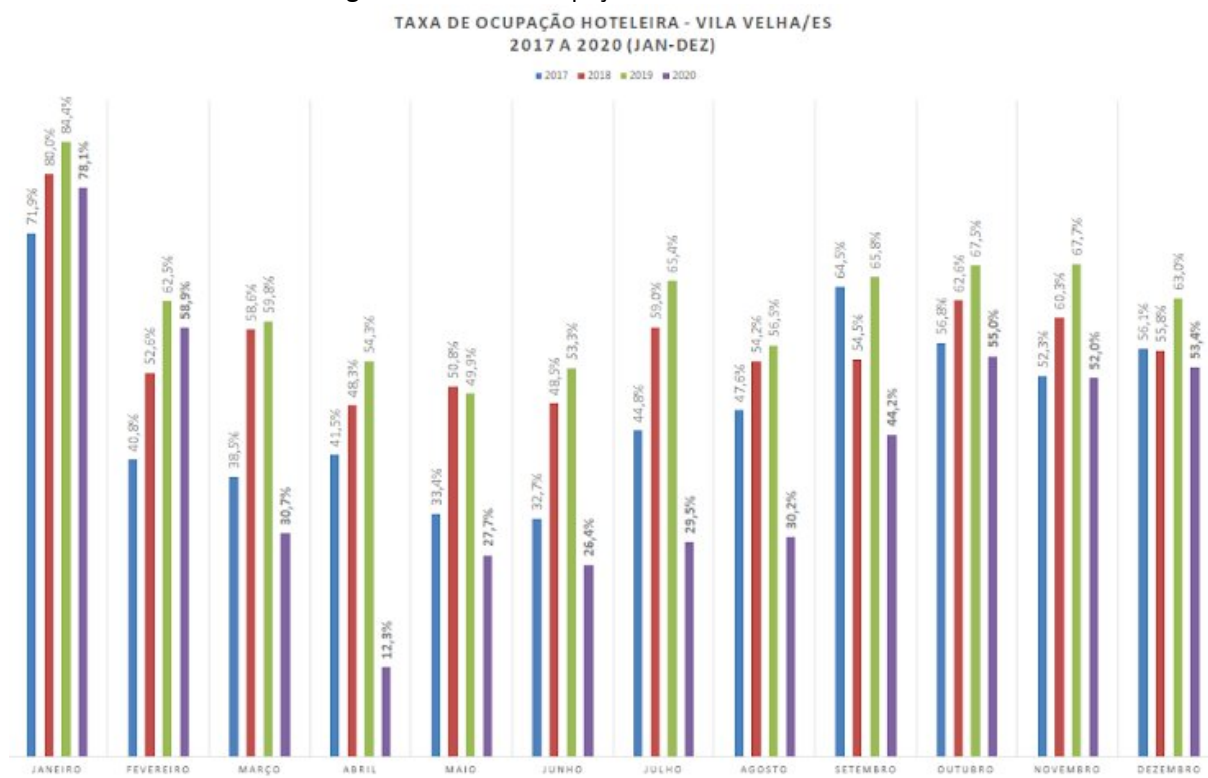
Importante ressaltar que boa parte dessas atividades acontecem no período diurno e noturno, em dias úteis e fins de semana, dependendo do trecho da orla. Por exemplo, as atividades dos quiosques e de comércio/serviço ambulante, principalmente no verão, podem ocorrer durante o dia inteiro e até o fim da noite.

Além disso, podemos destacar a Fazenda Camping Barra do Jucu, o Parque das Águas de Ponta da Fruta, Clubes e Associações (ASSEFAZ, Gazeta, etc.), unidades de Pesque Pague etc (ESPÍRITO SANTO, 2010).

3.7.2 Pousadas e hotelaria (número de leitos).

Os dados encontrados sobre a rede hoteleira não são recentes. No censo hoteleiro de 2017 foram contabilizados 656 leitos simples (solteiro) e 859 leitos duplos (casal) no município. Conforme a **Figura 82**, nota-se que a taxa de ocupação hoteleira em Vila Velha é expressivamente maior no mês de janeiro (dados obtidos entre os anos de 2017 e 2020) (ESPÍRITO SANTO, 2022c).

Figura 82: Taxa de ocupação hoteleira - 2017 a 2020.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2022c).

3.7.3 Aquicultura, pesca, extrativismo.

Em Vila Velha, a pesca marinha é uma importante atividade, já a pesca continental não possui grande expressividade. A aquicultura e a maricultura no município são inexpressivas. Embora exista uma grande atividade de pesca marinha e extrativismo de mariscos, a mensuração é difícil por falta de controles oficiais (INCAPER, 2020).

No município há 6 pontos de desembarque pesqueiro. O município foi classificado como Favorável para “ponto de partida para o desenvolvimento” da pesca, com destaque para 508 pescadores cadastrados, 110 embarcações legalizadas, e ainda 8 estaleiros, 3 fábricas de gelo, 18 peixarias e 2 associações de pescadores e maricultores (IJSN, 2021).

De acordo com os dados da última estatística de pesca feita a nível estadual no ano de 2011, na Microrregião Metropolitana, os municípios de Guarapari, Vila Velha, Vitória, Serra e Fundão, foram responsáveis por 38% da captura anual para o estado, totalizando 4.526 toneladas reportadas em 17.993 desembarques (representando 36% dos desembarques no estado) (HOSTIM-SILVA; SOARES, 2013; IJSN, 2021).

A frota de Vila Velha possui barcos a remo (bateiras) e embarcações motorizadas, com e sem convés. Os barcos a remo têm, em média, 3,0 m de comprimento, são em número de 156 e operam com os

seguintes petrechos: linha de mão; rede de emalhar (espera) e rede de cerco de praia, atuando sempre com dois pescadores. A frota motorizada, em número de 107, tem o comprimento variando entre 5,0 e 16,5 m e opera com as seguintes artes: linha de mão, peroazeira (pargueira), rede de espera e rede de arrasto (balão) para camarão. Realizam viagens diárias na área costeira, com tripulação de dois pescadores e, geralmente, não usam gelo. A frota com convés possui maior autonomia, opera em águas mais profundas e é relativamente bem equipada, possuindo os seguintes equipamentos: GPS, sonda, rádios de comunicação e bússola. A tripulação desse tipo de embarcação tem sua composição variando entre 6 a 10 pescadores (FUNDAÇÃO PROZEE, 2005).

Do ponto de vista do volume de desembarque de pescado, o principal porto pesqueiro de Vila Velha localiza-se na Prainha. As principais artes de pesca realizadas no município são espinhel *long-line*, linha de mão, rede tresmalho, pargueira e rede de emalhar e as principais espécies alvo são cioba, realito, catoá meca, peroá, badejo, garoupa, cherne, dourado, sarda, pargo e cação (FUNDAÇÃO PROZEE, 2005).

Com relação aos petrechos de pesca, um censo realizado para os anos de 2011 e 2012 (DADALTO et al., 2015) indicou as seguintes proporções para as modalidades/petrechos de pesca: linha de mão (50%), espinhel de fundo (13%), espinhel de superfície (10%), rede de espera (10%), corrico (9%), rede de caída (4%), outros (3%), coleta manual (2%) (PMAP, 2022).

Dados do Projeto de Monitoramento e Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira do Rio Doce e Litoral do Espírito Santo (PMAP), no período entre 04/2021 e 04/2022, mostram que a produção pesqueira em Vila Velha totalizou 144.816 kg, proveniente da frota artesanal, no valor estimado de R\$ 2.301.133,10. Foram identificados cinco petrechos de pesca: corrico, espinhel-de-fundo, espinhel-de-superfície, linha de mão e vara de pesca. O petrecho linha de mão foi a mais expressiva na produção em kg, representando 45,56% do total (**Tabela 1**). A proporção de produção pesqueira por petrecho de pesca mostra tendência semelhante ao período entre 2011 e 2012.

Tabela 1: Produção pesqueira - de 04/2021 e 04/2022.

Petrecho de pesca	Produção (KG)	Proporção (%)
Linha de mão	65.973	45,56
Espinhel-de-fundo	46.632	32,20
Espinhel-de-superfície	31.886	22,02
Corrico	280	0,19
Vara de pesca	45	0,03
Total	144.816	100

Fonte: PMAP (2022) - adaptado.

Com relação às espécies alvo das pescarias, foi possível evidenciar que algumas espécies são capturadas com diferentes petrechos de pesca. Por exemplo, o badejo é capturado por linha de mão, espinhel de fundo e espinhel de superfície. O petrecho linha de mão é o que captura maior número de espécies (52) (**Tabela 2**). Os dados das espécies para o petrecho “vara de pesca” foram nomeados como “peixes agrupados”, portanto não foi possível saber quantas espécies estão dentro desta categoria.

Tabela 2: Quantidade de espécies capturadas por petrecho de pesca.

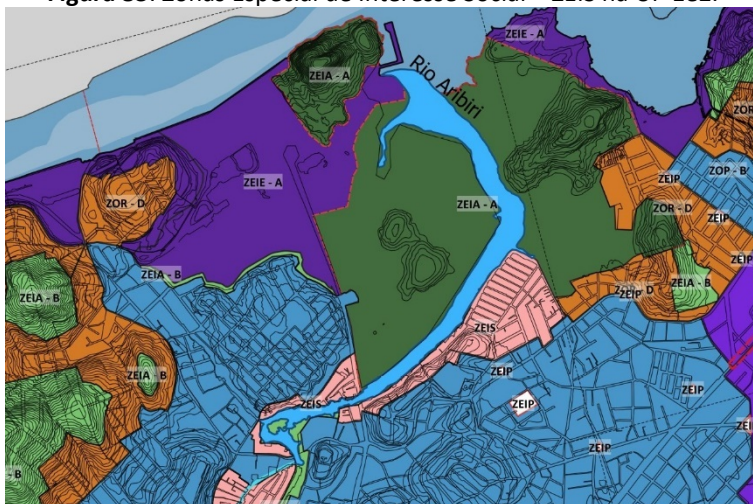
Petrecho de pesca	Quantidade de espécies
Linha de mão	52
Espinhel-de-fundo	28
Espinhel-de-superfície	17
Corrico	4
Vara de pesca	1

Fonte: PMAP (2022) - adaptado.

Quando analisamos as espécies alvo para cada petrecho de pesca, verifica-se que as principais espécies alvo do petrecho linha de mão são cioba e realito; espinhel-de-fundo são garoupa e badejo; espinhel-de-superfície são dourado e sardas; e corrico são cavalas e sardas. A espécie que teve maior produção no período foi a cioba (linha de mão), com produção de 34.841 kg.

3.7.4 Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS.

Figura 83: Zonas Especial de Interesse Social – ZEIS na UP 1e2.



Fonte: VILA VELHA (2018a).

Conforme os artigos 118 a 120 do PDM de Vila Velha, as ZEIS são “porções do território municipal ocupadas por população de baixa renda ou destinadas prioritariamente à regularização fundiária, à urbanização e à produção de Habitação de Interesse Social (HIS)”; têm por objetivos viabilizar o acesso à terra urbanizada e a habitação digna à população de menor renda e implantar a infraestrutura

urbana; e conta com parâmetros urbanísticos específicos para o seu uso e ocupação (VILA VELHA, 2018a).

Consultando o ANEXO 1 - MAPA C – ZONEAMENTO do PDM, identificamos 5 ZEIS delimitadas (ver **Figura 11**) nos bairros (ou em partes dos bairros) Ilha das Flores, Pedra dos Búzios, Ilha da Conceição, Primeiro de Maio, Santa Rita, Zumbi dos Palmares, Ponta das Garças, Darly Santos, Morada da Barra, João Goulart, Residencial Jabaeté, Normília da Cunha, Terra Vermelha, Barramares, Ulisses Guimarães, Cidade da Barra, Riviera da Barra, Vinte e Três de Maio. Na orla norte do município, inserida na delimitação da UP 1e2, encontram-se pequenos trechos de ZEIS na orla municipal, em parte dos bairros Ilhas das Flores, Pedra de Búzios e Ilha da Conceição, nas margens do Rio Aribiri (**Figura 83**).

3.7.5 Publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Ao longo da orla municipal, são encontradas diversas placas de sinalização de caráter informativo, normativo e educativo: placas indicativas de balneabilidade em 17 pontos da orla (praias e lagoas), e placas normativas e educativas com informações ambientais, delimitação de áreas, indicação de trilhas, avisos de atividades/usos permitidos ou proibidos, entre outros (**Figuras 84 a 91**).

Figura 84: Morro do Moreno (Praia da Costa).



Fonte: VILA VELHA (2022d).

Figura 86: Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 88: Praia de Itapuã.

Figura 85: Praia da Sereia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 87: Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 89: Praia dos Recifes.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 90: Praia da Baleia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 91: Praia do Barrão.



Fonte: Elaboração própria (2022).



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.8 ATRIBUTOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PARÂMETROS AMBIENTAIS.

3.8.1 Classificação da Orla (A, B e C), conforme Decreto nº 5.300, de 2004.

Figura 92: Classes definidas no Decreto Federal n.º 5.300, de 2004.

CLASSE A	CLASSE B	CLASSE C
Possui correlação com os tipos de orla que apresentam baixíssima ocupação e paisagens com alto grau de originalidade e baixo potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde a preservação e conservação das características e funções naturais devem ser priorizadas.	Tem correlação com os tipos de orla que apresentam de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos do litoral onde os usos são compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e os que tragam baixo potencial de impacto devem ser estimulados.	Apresenta médio a alto adensamento de construções e populações residentes, com paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição - sanitária, estética, sonora e/ou visual, podendo incluir orlas de interesse especial. São trechos de orla onde os usos não podem ser exigentes quanto a padrões de qualidade, sendo, portanto, locais com alto potencial impactante, inclusive para seus entornos.

Fonte: BRASIL (2022a, p. 219).

As 3 categorias distintas de trechos homogêneos de orla são denominadas como Classes A, B e C, conforme o Decreto Federal n.º 5.300 e as definições dos Manuais do Projeto Orla. A descrição de cada categoria é apresentada na **Figura 92**.

O **Quadro 11** apresenta a classificação de cada um dos Trechos da orla municipal, a partir dos resultados da 1ª e 2ª Etapas da Oficina de Planejamento. As informações completas estão no item **10.1 QUADRO DETALHADO** deste documento.

Quadro 11: Classificação da orla municipal, por UP e Trecho.

Unidade de Paisagem	Trecho	Classe
1e2	Trecho Único	C
3 (do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica - inclui Ilhas)	1 (do Clube Libanês até a Pedra da Sereia)	C
	2 (da Pedra da Sereia até a Av. Jair de Andrade)	C
	3 (da Av. Jair de Andrade até a rotatória)	C
	4 (da rotatória até o Dunas Motel)	C
	5 (Ilhas)	A
4 (do final do calçadão de Itaparica (sul) até o Morro da Concha - Parque Natural Municipal de Jacarenema)	1 (Zona de Amortecimento - ZA)	A
	2 (Unidade de Conservação - UC)	A
	3 (Morro da Concha - MC)	A
5 (do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta - Matinha de Interlagos)	1 (do Morro da Concha até a o fim do Bairro Barra do Jucu)	B
	2 (do fim do Bairro Barra do Jucu até o início da Praia dos Recifes)	A
	3 (Praia dos Recifes)	B
	4 (do fim do Bairro Praia dos Recifes até Bairro Morada do Sol)	A
	5 (do Bairro Morada do Sol até o início do Bairro Ponta da Fruta - Matinha de Interlagos)	B
6 (da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta)	1 (da Matinha de Interlagos até a Praia da Baleia)	A
	2 (da Praia da Baleia até o Morro da Igreja)	B
	3 (do Morro da Igreja até o Cerimonial Di Lucca)	C
	4 (do Cerimonial Di Lucca até o fim da Nova Ponta da Fruta)	C

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

3.8.2 Tipos de ecossistemas existentes e serviços ecossistêmicos associados.

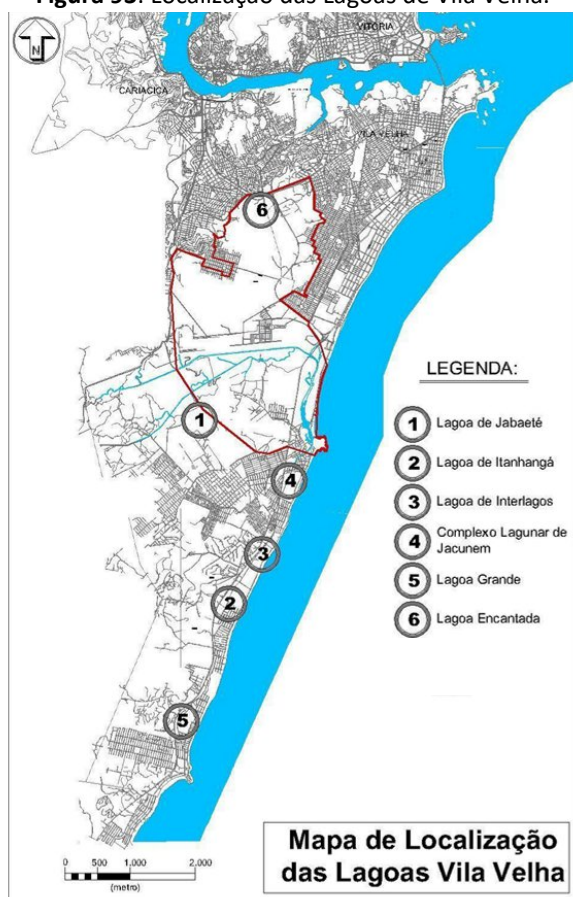
O município encontra-se dentro do bioma da Mata Atlântica, e são observáveis no território os ecossistemas de restinga e manguezal, campos e pastagens, herbáceas aluviais e macrófitas, e ecossistemas insulares. Além disso, é permeado por diversos cursos d'água, pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Jucu (MARCHI, 2020).

3.8.2.1. Praias, lagoas e nascentes.

Vila Velha abriga diversas praias e duas lagoas ao longo de sua faixa de orla, já mencionadas no item 3.3.1. Existem ainda lagoas e canais dispersos pelo território municipal. O mesmo ocorre com as áreas alagadiças que prevalecem por Vila Velha graças à diferença negativa da cota em relação ao nível do mar. Há destaque para as Lagoas de Jabaeté e Encantada. A Lagoa de Jabaeté é localizada na bacia do rio Jucu e a Lagoa Encantada por ser do tipo intermitente e constitui a nascente do rio Aribiri, sendo um raro exemplo de ecossistema aquático, formadora de um rio e de mangue (GARCIA, 2013) (**Figura 93**).

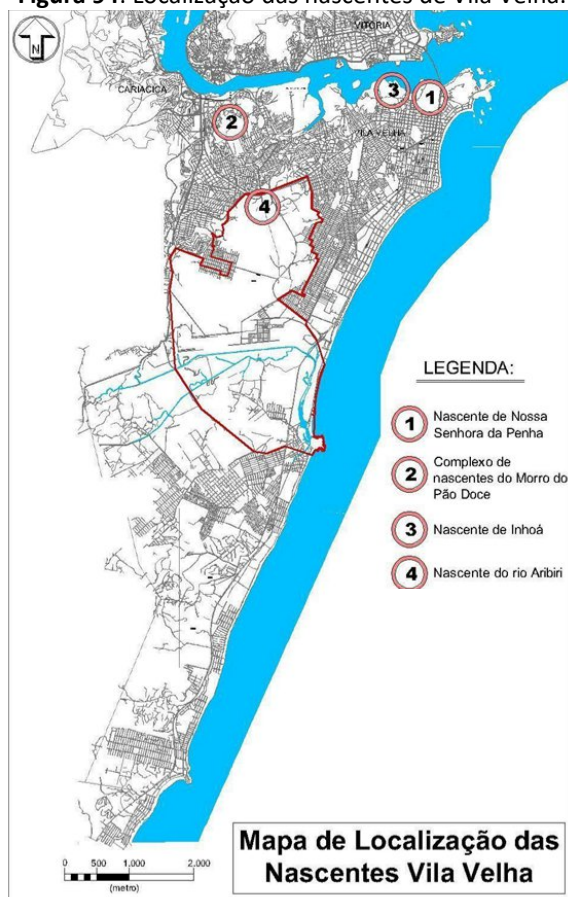
O município também conta com a existência de quatro nascentes: Nascente de Nossa Senhora da Penha; Complexo de nascentes do Morro do Pão Doce; Nascente de Inhoá e Nascente do rio Aribiri (**Figura 94**).

Figura 93: Localização das Lagoas de Vila Velha.



Fonte: GARCIA (2013).

Figura 94: Localização das nascentes de Vila Velha.



Fonte: GARCIA (2013).

Na Baía de Vitória, os Rios Santa Maria da Vitória, Bubu e Aribiri, além dos Canais da Passagem e do Lameirão, compõem o cenário de manguezais do entorno dessa baía, com 18 quilômetros quadrados distribuídos entre os municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha e Vitória. Uma característica marcante

desses manguezais é a ocorrência dos apicuns, sobretudo nas áreas de transição, bem como no interior dos bosques de mangue mais extensos, como é o caso da Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão. Embora as margens da Baía de Vitória resguardecem o manguezal remanescente do processo de ocupação da Grande Vitória, três portos ocupam hoje o que outrora fora manguezal. Em Vila Velha, a foz do Rio Jucu compõe o cenário do Parque Natural Municipal de Jacarenema, com área de 3,47 km², cujas morfologias seguem o padrão de um litoral que sofreu processos transgressivos e regressivos do nível do mar. Aí, os manguezais ocupam apenas o baixo curso do rio Jucu, já muito próximo à foz, ancorada em um afloramento cristalino. A vegetação de mangue na foz do Rio Jucu forma bosques com altura de até 12 m, com predomínio em alguns trechos de *Laguncularia racemosa* e em outros de *Avicennia germinans* (ESPÍRITO SANTO, 2010). Após esse trecho, os manguezais voltam a aparecer somente no município de Guarapari (ICMBIO, 2018).

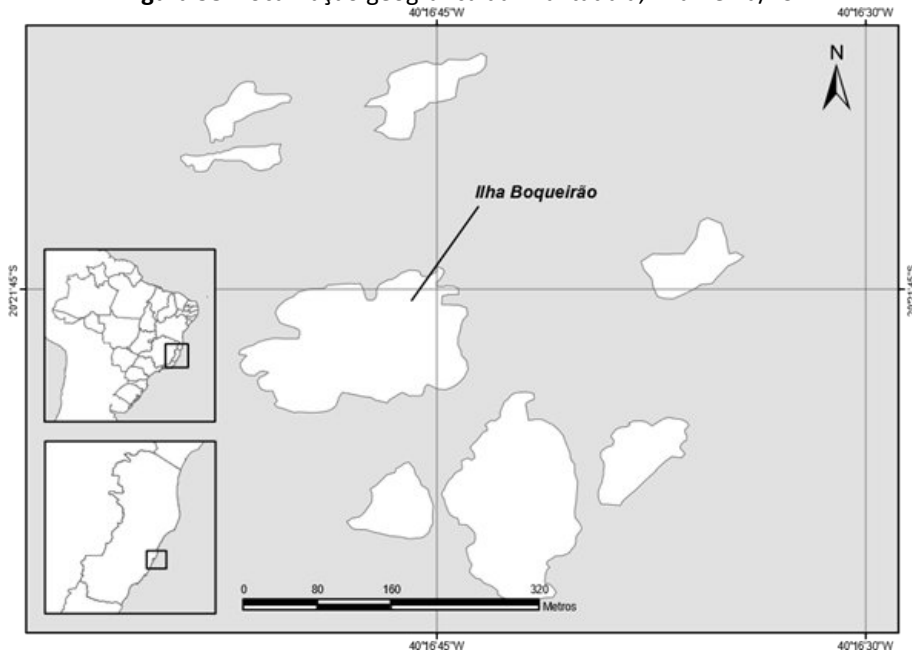
3.8.2.2. Ilhas.

Existem algumas ilhas que pertencem ao território vilavelhense. A Ilha de Itatiaia é uma ilha rochosa situada próxima à costa da Praia de Itapuã, sendo um local de reprodução de aves marinhas como garças e andorinhas. A Ilha das Garças também é um importante local de reprodução de algumas espécies animais, como garças e o socó dorminhoco, sendo que a restinga predominante no lugar se torna propícia para a conservação desses filhotes. Estando a 800 m do continente, é também muito utilizada para a pesca, porém o acesso é proibido de janeiro a março (época de reprodução). Também há a Ilha dos Pacotes, de acesso restrito à Marinha do Brasil, que mantém um farol de sinalização marítima (VILA VELHA, 2021c).

A Resolução CONSEMA Nº 011/2005 (ESPÍRITO SANTO, 2005), estabelece normas de uso das ilhas costeiras especialmente protegidas ou que constituem sítios reprodutivos de aves no litoral do Espírito Santo. As seguintes restrições são estabelecidas: não fazer fogo, mesmo com uso de lenha ou carvão trazidos do continente; não cortar, nem danificar a vegetação; não acampar; não deixar lixo ou quaisquer materiais estranhos ao ambiente; não introduzir plantas e animais exóticos; não levar animais domésticos e não perturbar a fauna residente ou migratória.

A Ilha de Itatiaia é localizada a cerca de 1 km da Praia de Itapuã, formada por 7 ilhas, sendo 4 pequenas (**Figura 95**), praticamente desprovidas de vegetação, e 3 maiores com vegetação rasteira e arbóreo-arbustiva, representando um importante sítio de reprodução para espécies da avifauna local e migratória, como as andorinhas-do-mar *Sterna hirundinacea* e *Sterna eurygnatha* (RODRIGUES; LEITE, 2008).

Figura 95: Localização geográfica da Ilha Itatiaia, Vila Velha/ES.



Fonte: RODRIGUES; LEITE (2008).

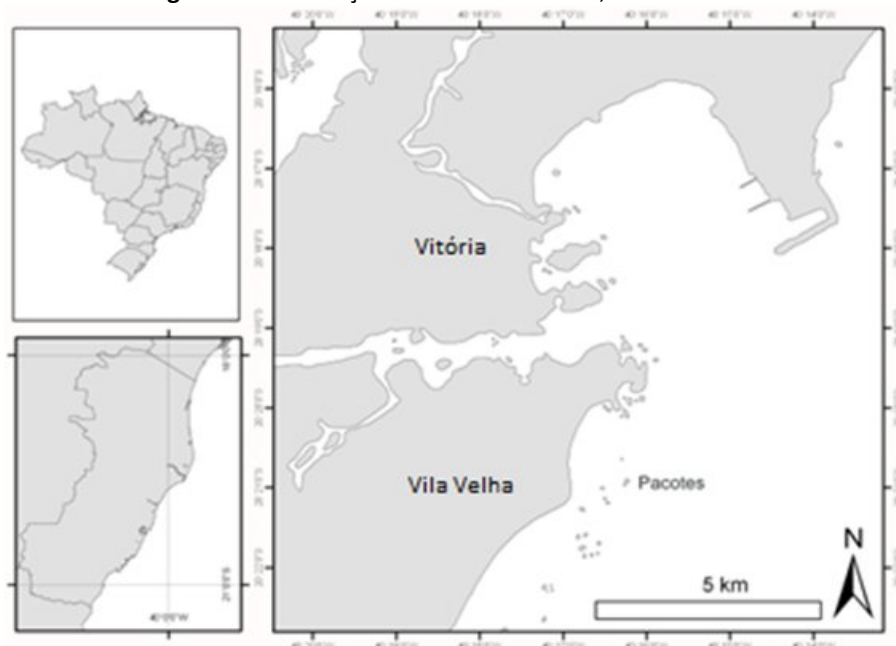
São realizados passeios e visitas a Ilha de Itatiaia e um estudo de Rodrigues *et al.* (2008) identificou que os principais interesses dos seus visitantes são: simples passeio (57,1%), pesca (16,6%), mergulho contemplativo (13,7%) ou caça submarina (12,6%). A maioria (80%) dos visitantes vem da praia de Itapuã. Os visitantes chegam à ilha por meio de embarcação própria ou por embarcações de pescadores (a maioria dos casos). Identificou que o trânsito das pessoas se faz muitas vezes entre a vegetação; há casos de realização de churrasco e pernoite. Fica evidente a necessidade de se realizar o ordenamento e estabelecer as regras de uso dessa Ilha; Investir em ações de observação de aves (*birdwatching*), regularização das trilhas terrestres, inclusive com placas e sinalização e também fazer um roteiro de trilha submarina poderiam contribuir para o turismo responsável dessa área.

Para o tráfego de embarcações entre a Ilha de Pituã e a costa, a Capitania dos Portos do Espírito Santo determina que embarcações motorizadas e propulsadas à vela não são permitidas, e detalha as regras de segurança para o transporte de passageiros realizado por embarcações miúdas.

A Ilha das Garças, a maior ilha do município de Vila Velha, é importante local de reprodução da garça-grande (*Casmerodius albus*), da garça-pequena (*Egretta thula*) e da garça vaqueira (*Bubulcus ibis*), além do socó-dorminhoco (*Ncticorax ncticorax*). A restinga predominante no lugar se torna propícia para a conservação dos filhotes. Estando a 800 m do continente, é também muito utilizada para a pesca, porém o acesso é proibido de janeiro a março (época de reprodução).

A Ilha dos Pacotes (**Figura 96**) é um afloramento rochoso, situado a 2 km da linha de costa de Vila Velha, com recifes que atingem até 15 m de profundidade (ROQUETE *et al.*, 2010). É recorrente a observação da espécie *Gramma brasiliensis* (peixe endêmico da costa atlântica do Brasil), que se encontra ameaçada de extinção. Nesta ilha, por possuir um farol de sinalização marítima, o acesso à população não é permitido, sendo restrito ao pessoal da Marinha. A população, bem como os turistas, utiliza a área em torno da ilha para a prática da pesca submarina e mergulho contemplativo da fauna marinha (VILA VELHA, 2014).

Figura 96: Localização da Ilha dos Pacotes, em Vila Velha.

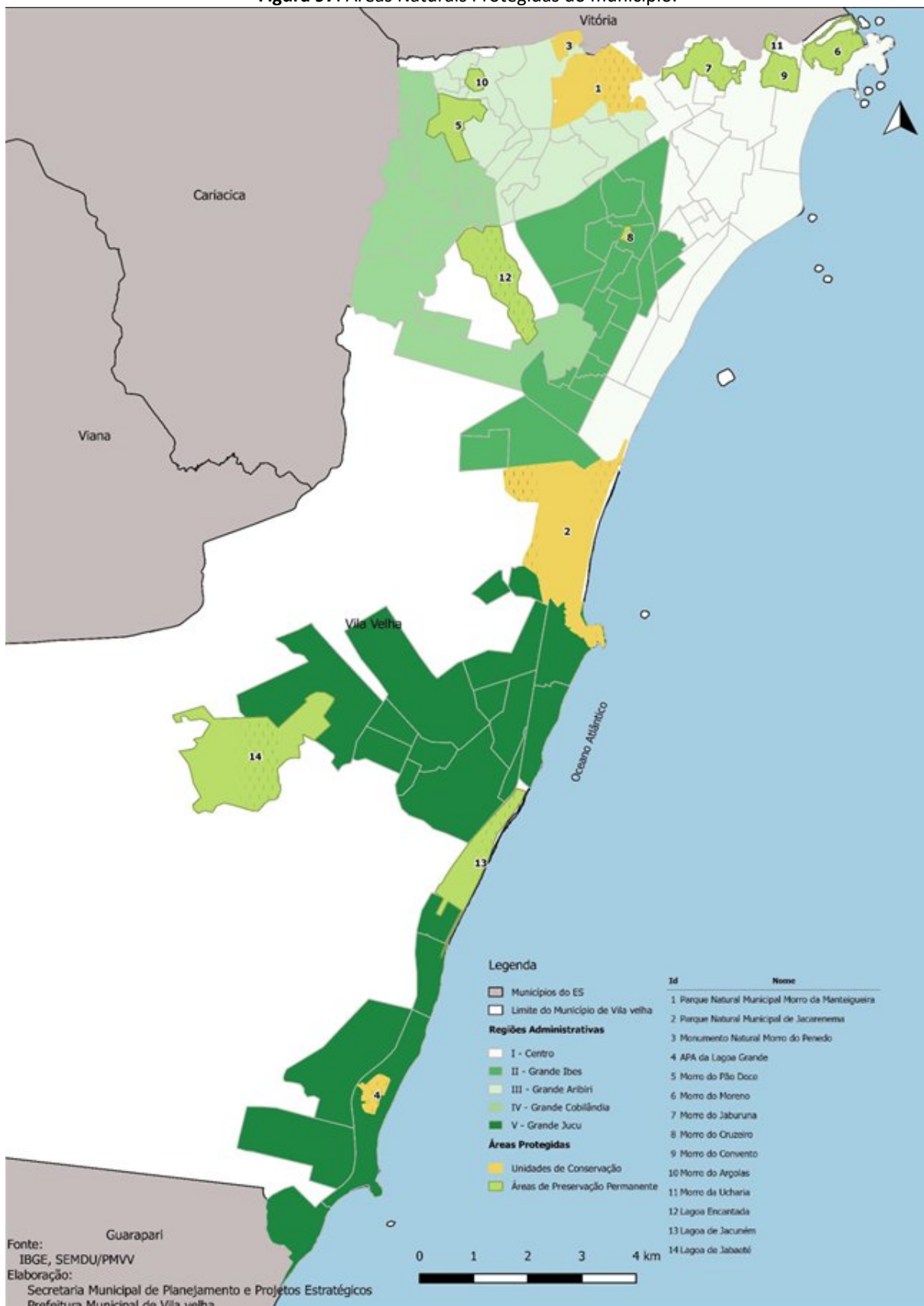


Fonte: ROQUETE *et al.* (2010) - adaptado.

3.8.3 Existência de proteção para ecossistemas sensíveis.

O território municipal se divide em áreas urbanizadas e áreas naturais; essas últimas são definidas como Unidades de Conservação (UC) e Áreas de Preservação Permanentes (APP) (**Figura 97**) (VILA VELHA, 2014; 2018c).

Figura 97: Áreas Naturais Protegidas do município.



Fonte: VILA VELHA (2018c).

3.8.3.1 Áreas de Preservação Permanente.

As APPs de Vila Velha foram regulamentadas pelo artigo 2º, da Lei Federal N.º 4.771, de 1965 e ratificadas pela Lei Federal N.º 12.651, de 2012 (Código Florestal) (**Quadro 12**).

Quadro 12: Áreas de Preservação Permanente.

Região 1 – Centro.
Morro da Ucharia: localizado no Centro de Vila Velha apresenta Bioma Mata Atlântica. Morro do Jaburuna: possui área de 72,31 ha localiza-se em Olaria e é disposto por um complexo de três maciços rochosos litorâneos, denominados de Jaburuna, Soares e Inhoá. Apresenta diversas espécies de animais e remanescentes de Mata Atlântica; Morro do Convento: localiza-se no Centro de Vila Velha, na área denominada Prainha de Vila Velha e constitui um importante monumento natural, paisagístico e histórico-cultural, fazendo parte das áreas de remanescentes da Mata Atlântica do Espírito Santo. Abrange uma área de 63,22 ha e abriga um fragmento de Mata Atlântica que é cuidadosamente preservada por meio de parceria com a iniciativa privada. O Morro apresenta 160 m de altitude e é um dos locais mais visitados do Estado, pois em seu cume foi edificado no século XVI, o Convento da Penha. Trata-se de um maciço rochoso litorâneo, de formações graníticas e gnáissicas.
Região 2 – Grande Ibes.
Morro do Cruzeiro: possui área de 8,83 ha e localiza-se entre os bairros de Jardim Colorado, Santos Dumont, Jardim Guadalajara e Brisamar. Além disso, constitui um importante maciço rochoso integrante da paisagem urbana, com cobertura vegetal representada por remanescentes da Mata Atlântica.
Região 3 – Grande Aribiri.
Morro de Argolas: localizado em Argolas, apresenta Bioma Mata Atlântica.
Região 4 – Grande Cobilândia.
Morro do Pão Doce: localizado em São Torquato (Região IV), apresenta Bioma Mata Atlântica; Lagoa Encantada: possui área de 119,48 ha e localiza-se no sudoeste do entroncamento das rodovias Carlos Lindenberg e Darly Santos, no bairro Vale Encantado. Na área pode-se encontrar diversas espécies de animais, além de fragmentos de Mata Atlântica, manguezal e corpos hídricos.
Região 5 – Grande Jucu.
Lagoa de Jacuném: localizada na Ponta da Fruta. A lagoa possui área de 100 ha e apresenta Bioma Mata Atlântica, e ecossistema de Restinga; Lagoa de Jabaeté: possui área de 340,20 ha localiza-se entre os bairros Ulysses Guimarães e Jabaeté. É uma lagoa costeira que abriga várias espécies de animais e vegetais.

Fonte: VILA VELHA (2018c).

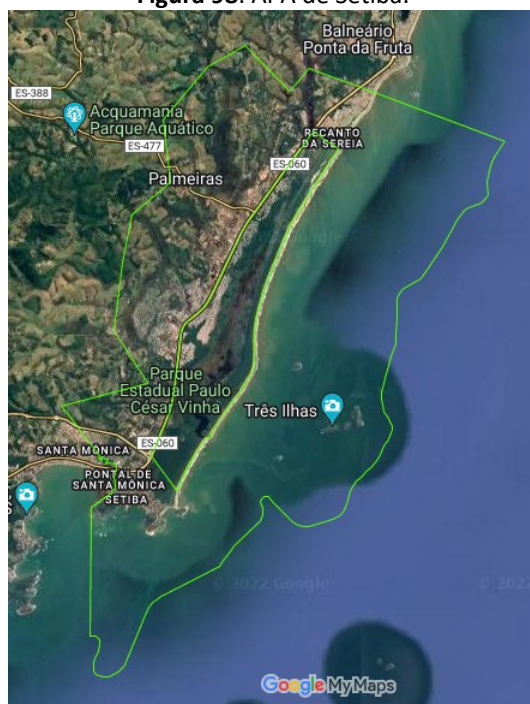
3.8.3.1 Unidades de Conservação.

No território municipal existem 5 UCs municipais e 1 UC estadual (**Figura 97**):

- Área de Proteção Ambiental de Setiba (estadual): É a maior UC do Estado nesta categoria (**Figura 98**). Foi criada, por meio do Decreto Nº 3.747-N, de 1994, como APA de Três Ilhas. Em 1998, teve seu nome alterado pela Lei Estadual Nº 5.651 para APA Paulo Cesar Vinha ou, simplesmente, APA de Setiba. Localiza-se entre a região nordeste do Município de Guarapari e extremo sul do Município de Vila Velha. Compreende 12.960 ha de extensão territorial, sendo que destes, 7.500ha são de ambiente terrestre e 5.460ha são de área marinha, constituindo a maior APA existente no Estado e a única UC estadual que protege o ambiente marinho. Esta unidade tem o intuito de estabelecer uma zona de proteção contra impactos

no entorno do Parque Estadual Paulo Cesar Vinha. Na porção continental, apresenta formações de restinga, manguezal e mata de tabuleiro, e na porção marinha, encontramos o arquipélago de Três Ilhas, rico em fauna marinha, sendo um local propício para mergulho contemplativo, com águas rasas e claras, onde foi registrada uma das maiores biodiversidade de ecossistemas marinhos do Brasil. Avistada do continente, o arquipélago parece possuir apenas 03 ilhas, mas na verdade são 05: Quitongo, Cambaião, Guararema, Leste-Oeste e Guachumbas, cada uma com suas particularidades e belezas (IEMA, 2020).

Figura 98: APA de Setiba.



Fonte: IEMA (2020).

- b) Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira: Criado através da Lei Municipal N.º 4.105, de 1993, apresenta área de 168,30ha (**Figura 99**). Localizado no bairro Glória (Região 1), às margens do canal da baía de Vitória, na foz do rio Aribiri. O Parque abriga fragmentos da Mata Atlântica, em estágios inicial, médio e avançado de regeneração, tais como o brejo herbáceo e o manguezal na foz do rio Aribiri. Apesar de estar localizado em uma área urbana, abriga rica e variada fauna. A vegetação pode ser herbácea ou arbustiva, com ocorrência de árvores nas fendas das rochas com altura de até 5-6 m, sendo comum a ocorrência de Pita (*Fourcroya gigantea*), Gravatá (*Vriesea marítima*), Cactos (*Pilosocereus arrabidaei*, *Cereus fernambucensis*, *Coleocephalosocereus fluminensis*), Quaresmeira (*Tibouchina*), Capim gordura (*Melinis minutiflora*), aroeira (*Schinus terebintifolius*), entre outras. Devido à elevada carga de esgotos despejada pelo Rio Aribiri a fauna do manguezal está bastante modificada. Neste tipo de

ambiente podem ser encontrados o caranguejo (*Ucides cordatus*), o Guaíamum (*Cardisoma guanhumi*), os siris (*Callinectes spp.*), Chama-maré (*Uca spp.*) e o Aratu (*Goniopsis cruentata*).

Figura 99: Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira.



Fonte: VILA VELHA, 2014.

- c) Parque Natural Municipal de Jacarenema: Criado pelo Decreto Municipal N.º 033, de 2003 e ratificado pelo Decreto Municipal N.º 026, de 2008, o parque tem uma área de 346,27ha e fica localizado na zona costeira do bairro Barra do Jucu (Região 5) (**Figura 100**). A área do Parque compreende a Praia da Barrinha, o costão rochoso do Morro da Concha, o manguezal na foz do Rio Jucu, diferentes formações de vegetação de restinga e vegetação ciliar às margens do rio Jucu, formando um mosaico paisagístico atraente e de fundamental importância ecológica. Apesar das ações predatórias ocorridas nos últimos anos, a área ainda possui características privilegiadas pela sua geografia, contemplando remanescentes de restinga que, no passado, cobriam toda a extensão do litoral capixaba. Abriga amostras significativas da fauna regional, englobando a vida animal do mangue, aves e mamíferos de médio porte. Em virtude da proximidade das Ilhas de Itaparica e Itatiaia com a foz do Rio Jucu, essa região tornou-se o local adequado à reprodução de garças e andorinhas do mar, além de constituir em fonte de alimento para os bandos e seus filhotes. Em função da tendência ao endemismo animal e vegetal e por contemplar uma área representativa de restinga, uma extensão significativa da área do Parque é identificada como APP. Tal atributo em conjunto à beleza cênica do Parque, marcada pelo encontro do rio com o mar, se torna um local propício à implantação de um polo de integração homem-natureza, como um atrativo para o desenvolvimento do turismo ecológico e da educação ambiental, dentro de uma perspectiva preservacionista.

Figura 100: Parque Natural Municipal de Jacarenema.



Fonte: VILA VELHA, 2014.

Figura 101: Monumento Natural Morro do Penedo.



Fonte: VILA VELHA, 2014.

- d) Monumento Natural Morro do Penedo: Localizado às margens do canal da Baía de Vitória, na foz do Rio Aribiri, o monumento foi criado pelo Decreto Municipal N.º 071, de 2007 e regulamentado pela Lei Municipal N.º 4.930, de 2010. Em uma área de 18,78ha (**Figura 101**), consiste de um maciço rochoso litorâneo de extrema beleza, de formação granítica e gnáissica e a cobertura vegetal trata-se de um remanescente de Mata Atlântica. O Morro apresenta em torno de 132m de altitude e relevo forte ondulado e escarpado, consistindo em um monumento natural de referência turística e cultural para todo o Estado do Espírito Santo.

Quanto aos aspectos naturais, a formação rochosa do Morro do Penedo é composta por vegetação remanescente de Mata Atlântica.

- e) Área de Proteção Ambiental Lagoa Grande: A lagoa fica localizada na Ponta da Fruta (Região 5) e consiste em uma área natural muito utilizada pela comunidade local e por visitantes para atividades recreativas. Trata-se de uma lagoa costeira formada por avanços e recuos do nível do mar (regressão e transgressão marinha), que abriga espécies de moluscos, crustáceos, peixes e outras espécies animais e vegetais que se desenvolvem na área. Em função do seu potencial ambiental e turístico, o município criou uma Área de Proteção Ambiental (APA) envolvendo a Lagoa Grande e seu entorno, totalizando aproximadamente 3.000ha (**Figura 102**). Dentre as espécies de peixes encontradas na Lagoa, destacam-se a traíra (*Hoplias malabaricus*) e o acará (*Geophagus brasiliensis*), dentre as aves são bastante encontrados nas imediações da Lagoa o quero-quero (*Vanellus chilensis*), joão-de-barro (*Furnarius rufus*), jacupemba (*Penelope sp*), coruja-buraqueira (*Speotyto cunicularia*). Quanto aos mamíferos, em estudos realizados no entorno da Lagoa, foram levantados gambá (*Didelphis aurita*), tatu-galinha (*Dasyus novemcinctus*), *Callithrix geoffroyi* (sagui-da-cara-branca).

Figura 102: APA da Lagoa Grande.

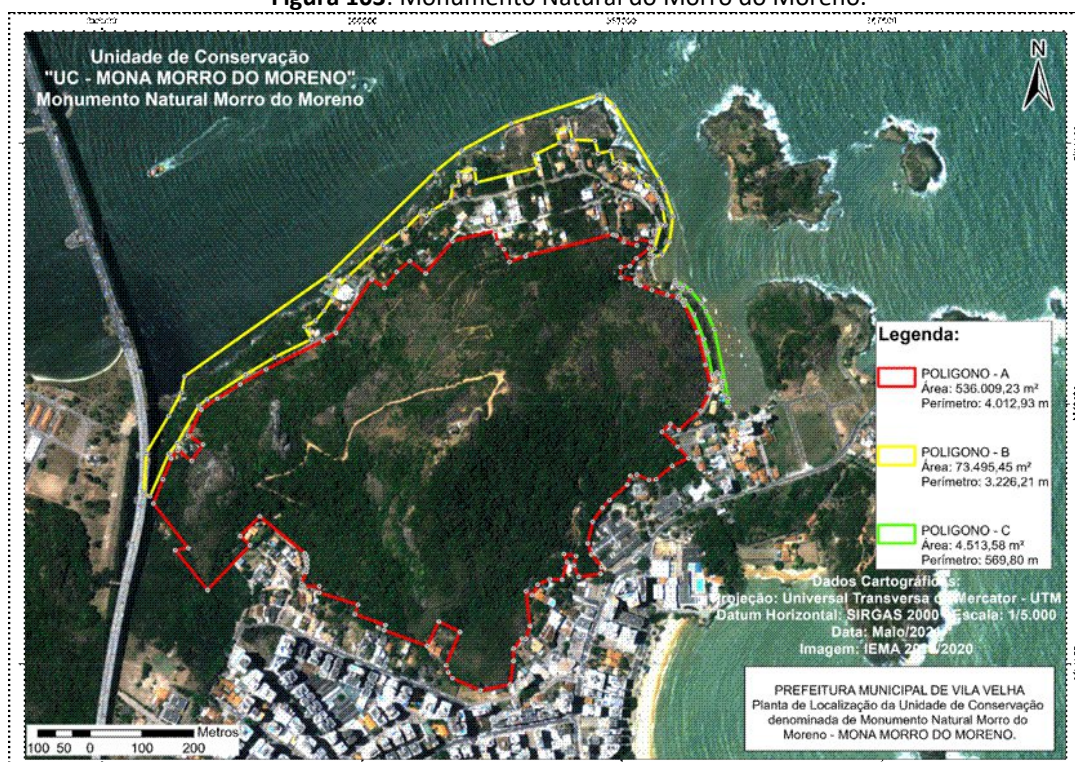


Fonte: VILA VELHA, 2014.

- f) Monumento Natural Morro do Moreno: é uma Unidade de Conservação Proteção Integral, criada pela Lei Municipal nº 6447, de 2021, com área de 614.018,24m² e perímetro de 7.808,94 m situado às margens da foz da Baía de Vitória, local conhecido como Morro do Moreno, Bairro Praia da Costa, localizado na Região 1 do Município de Vila Velha (**Figura 103**). Apresenta fauna diversificada, remanescentes de Mata Atlântica e vegetação rupestre. A

fauna local, apesar de possuir, em sua maioria, espécies de pouca relevância do ponto de vista de conservação, apresenta a preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) que está em perigo, segunda a lista de fauna e flora do Espírito Santo ameaçadas de extinção. Já o sagui-da-cara-branca (*Callithrix geoffroyi*), apesar de não estar ameaçada de extinção, é uma espécie muito carismática entre o público em geral, a qual pode ser utilizada em campanhas de conscientização da proteção do local. A área é utilizada pela população para práticas esportivas e caminhadas.

Figura 103: Monumento Natural do Morro do Moreno.



Fonte: VILA VELHA (2021a).

3.8.4 Sítios de interesse histórico, arqueológico, geológico e cultural.

3.8.4.1 Federal.

O município possui 2 bens tombados em nível federal: o bem isolado Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o conjunto do Outeiro, Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha (**Figura 104**), ambos situados no bairro Centro (Sítio Histórico da Prainha). Em relação a esse último, incide sobre parte do território municipal a poligonal de entorno de proteção de visibilidade e ambiência do conjunto, vigente através das Portarias Iphan Nº 44 e 45, de 3 de fevereiro de 2015, com setorização e estabelecimento de parâmetros de ocupação específicos (nos bairros Centro/Sítio Histórico da Prainha e Praia da Costa).²¹ Outra edificação, valorada como patrimônio ferroviário oriundo da RFFSA, é a

²¹ Para mais informações, consultar as citadas Portarias, disponíveis em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/>

Estação Ferroviária de Vitória (também denominada Estação Leopoldina), localizada no bairro de Argolas (IPHAN, 2022). As 3 edificações estão situadas na faixa de orla.

Quanto ao patrimônio arqueológico, há 7 sítios arqueológicos cadastrados no município, a saber, Jacarenema 01, Jacarenema 02, Ruínas de Vila Velha, Sambaqui de Itapuã, Vila Velha 1, Ruínas do Porto do Sal e Xuri Indígena, dos quais 4 estão na faixa de orla (Jacarenema 01, Jacarenema 02, Sambaqui de Itapuã e Ruínas do Porto do Sal).²² Inclusive, o site do Iphan informa que “a região metropolitana de Vitória, principalmente Serra, Vitória, Vila Velha e Cariacica, também apresenta um grande potencial arqueológico” (IPHAN, 2022).

Quanto à manifestação de bens culturais de natureza imaterial, em Vila Velha constam praticantes da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira (grupos identificados: Raiz da Arte, CECAC, ABRACAR, Filhos da Princesa do Sul e Quilombo do Queimado). Ademais, constam seis bandas de Congo (bandas identificadas: Mestre Alcides, Mestre Honório, Tambor Jacarenema, Raízes da Barra, Acerbes e Glória), bem imaterial em vias de reconhecimento (**Figura 105**).²³

Figura 104: Convento da Penha.



Fonte: IPHAN (2022).

Figura 105: Congo.



Fonte: MUSEU (2016).

3.8.4.2 Estadual.

[/portaria-n-45-de-3-de-fevereiro-de-2015-32377651.](#)

²² Informações fornecidas em 27/04/2022, através de e-mail enviado por Lucas Petri Gonçalves, técnico do Iphan.

²³ Informações fornecidas em 27/04/2022, através de e-mail enviado por Filipe Oliveira da Silva, técnico do Iphan.

Bens tombados na esfera estadual localizados no município: Estação Ferroviária Pedro Nolasco/Museu Vale, no bairro Argolas; Museu Homero Massena, situado no bairro Centro (Sítio Histórico da Prainha); Ponte Florentino Avidos e Penedo, localizados na Baía de Vitória (ESPÍRITO SANTO, 2009). A ponte, as edificações e o monumento natural estão situados na faixa de orla (**Figuras 106 e 107**).

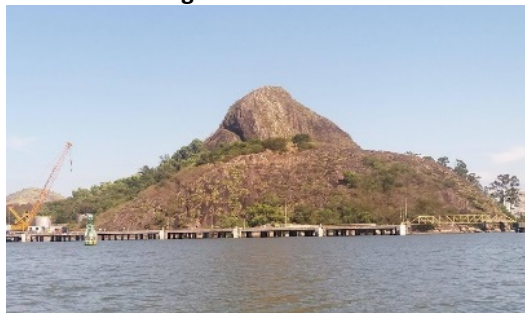
O Congo foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial por meio da Lei Estadual Nº 10.363, de 2015, após processo de pesquisa e identificação do bem cultural.

Figura 106: Ponte Florentino Avidos.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 107: Penedo.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.8.4.3 Municipal.

Os Art. 312 a 314 do PDM municipal identificam: 33 bens culturais de natureza material de Vila Velha, em que se incluem edificações, ruínas, itens de infraestrutura e traçado urbano, entre outros; 7 bens listados como bens culturais de natureza imaterial; e 35 bens naturais (**Quadro 13 e Figuras 108 e 109**). Como mostra a **Figura 110**, a grande maioria está situada na faixa de orla.

Figura 108: Farol de Santa Luzia.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 109: Sítio Histórico da Prainha.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Quadro 13: Bens culturais na esfera municipal.

Bens culturais de natureza imaterial

Bonde;
Catraieiros;
Congo e Fincada do Mastro de São Benedito;
Festa de Nossa Senhora da Penha;
Folia de Reis da Comunidade N. S. do Rosário;
Ponte da Madalena; e
Procissão Marítima N. S. dos Navegantes.

Bens culturais de natureza material

38º Batalhão de Infantaria do Espírito Santo, Centro de Vila Velha;
Academia Vilavelhense de Letras, Centro de Vila Velha;
Capela do Campo do Penharol, Lagoa Encantada;
Casa da Memória, Centro de Vila Velha;
Casa do Governador, Praia da Costa;
Casa Homero Massena, Centro de Vila Velha;
Chalé dos Ingleses, São Torquato;
Clube Libanês, Praia da Costa;
Colégio Marista, edificação inicial, Centro de Vila Velha;
CREFES - Centro de Vila Velha de reabilitação Física do Espírito Santo, Praia da Costa;
Escola de Aprendizes de Marinheiro, Centro de Vila Velha;
Escola Vasco Fernandes Coutinho, Centro de Vila Velha;
Estação Leopoldina, Argolas;
Estação Pedro Nolasco, São Torquato;
Estrutura do porto de minério, Paul;
Farol de Santa Luzia, Praia da Costa;
Forte São Francisco Xavier, Centro de Vila Velha;
Igreja Nossa Senhora da Glória, Glória;
Igreja Nossa Senhora do Rosário, Centro de Vila Velha;
Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, Ponta da Fruta;
Outeiro e Convento Nossa Senhora da Penha, incluindo: a) Pórtico dos Fiéis;
b) Ladeira dos Fiéis; c) Portão da Ladeira; d) Gruta de Frei Pedro Palácios; e) Capela de São Francisco de Assis; f) Ruínas da senzala; g) Museu e sala dos milagres
Igreja Nossa Senhora da Glória e seu entorno, Barra do Jucú;
Igreja Santa Teresinha do Menino Jesus, Paul;
Presídio Pedra D'água, Glória;
Ponte Florentino Avidos;
Ponte Darcy Castelo de Mendonça;
Rua Bernardo Schneider, 50, Centro de Vila Velha;
Ruína da Glória, Centro de Vila Velha;
Ruína Jesuítica - Rancho Forte, Grande Jucú;
Santuário Divino Espírito Santo, Centro de Vila Velha;
Sítio Histórico da Prainha, Centro de Vila Velha;
Teatro Municipal Élio de Almeida Vianna, Centro de Vila Velha; e
Traçado Urbano do IBES, IBES.

Bens naturais

Morro do Moreno;
área entorno do Farol de Santa Luzia;
área do 38º BI - Exército e Morro da Ucharia;
Praia do Ribeiro;
Prainha de Vila Velha;
Morro do Convento da Penha;
Morro do Sítio Fonte e nascente do Morro do Inhoá;
área da Marinha - Escola de Aprendizes de Marinheiro;

Morro de Jaburuna;
antigo Cais dos Ingleses;
Morro da Prainha da Glória;
Morro da Manteigueira;
Morro do Penedo;
Morro de Argolas;
Morro do Pão Doce;
Morro da Concha;
Parque e Reserva Ecológica Espera Maré;
as Ilhas da plataforma marítima (Itaitis, do Sapo, dos Carbos, do Igarapé, da Mona, Pombucú, Jorge
Fernandes, Pituã, Itatiaia, das Garças, Jucú e outras);
Morro da Igreja em Ponta da Fruta;
Morro do Cruzeiro;
Lagoa Encantada;
Alagados do Vale Encantado;
Pedra de Itapebuna;
Mata Ciliar do Rio Jucú;
Jacarenema e Morro da Concha;
Margens do Canal de Campoabina;
Mata do Exército;
Lagoa e Mata do Jacuném;
Lagoa e Mata do Jabaeté;
Área de Alagados na região da Lagoa Grande e Jacuném;
Lagoa e Mata do Itanhangá;
Matinha de Interlagos;
Lagoa Grande;
Mata de Ybapuã; e
Restinga da Orla do Município.

Fonte: VILA VELHA, 2018a.

Alguns dos bens municipais que receberam reconhecimento por instrumento próprio são: o Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha, delimitado e instituído pela Lei Municipal Nº 5.657, de 2015; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, primeiro monumento histórico a constar no Livro do Tombo Municipal por meio do Decreto Municipal Nº 173, de 2015; e a Festa de Nossa Senhora da Penha, declarada como patrimônio imaterial através da Lei Municipal Nº 6.630, de 2022.²⁴

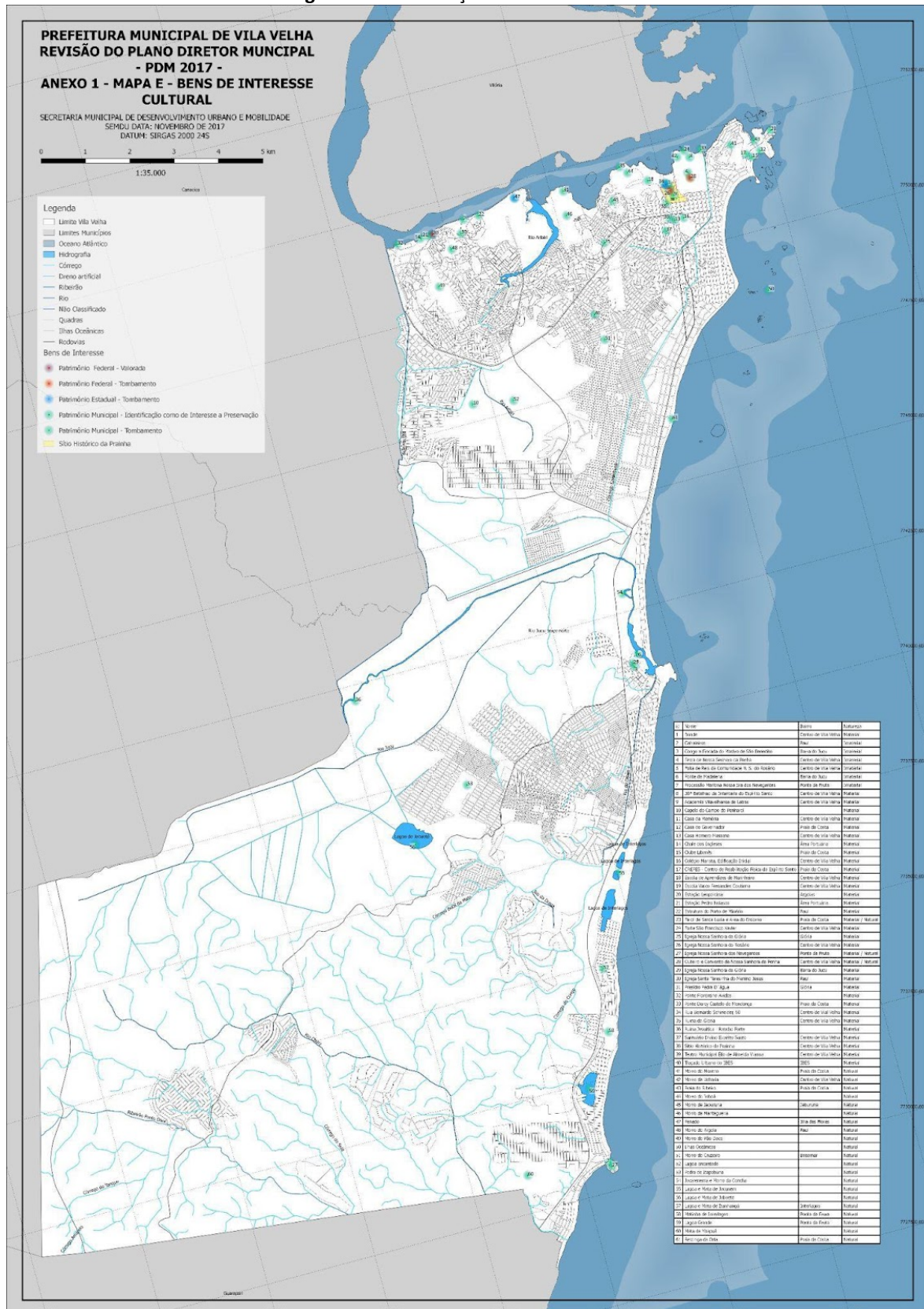
²⁴ As Leis e o Decretos estão disponíveis em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L56572015.html>;

<https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/D/D1732015.pdf>;

https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/WhatsApp%20Image%202022-05-03%20at%2007_52_07.jpeg.

Figura 110: Localização de bens culturais.



Fonte: VILA VELHA (2018a).

3.8.5 Características meteoceanográficas predominantes (ventos; ondas; marés; clima).

O clima vilavelhense possui médias térmicas anuais entre 14°C e 22°C e as chuvas ocorrem no verão. No inverno, as médias térmicas são mais baixas, por influência da altitude e da massa de ar Polar Atlântica (mPa). O Espírito Santo está sob influência também da Massa de ar Tropical Atlântica (mTa); é quente e úmida, atuando no leste do nosso território provocando chuvas na fachada litorânea do Nordeste, Sudeste e parte da Região Sul.

A temperatura média anual no município de Vila Velha é de 24 °C, com a maior média ocorrendo no mês de fevereiro, com 26,7 °C, caracterizando como um mês típico de verão e a menor média ocorre no mês de julho 21,2 °C, período em que ocorrem temperaturas amenas na região. Em relação às temperaturas máximas, os valores oscilam entre 26,8 °C em julho e 32,5 °C em fevereiro. Em relação às temperaturas mínimas, os valores oscilam entre 16,9 °C em julho e 22,4 °C em fevereiro. Considerando os aspectos sazonais de temperatura, o trimestre mais quente do ano normalmente ocorre entre os meses de janeiro, fevereiro e março, sendo observada a maior amplitude térmica somente no mês de junho. Por outro lado, o trimestre mais frio ocorre normalmente entre os meses de junho, julho e agosto, porém, as menores amplitudes térmicas são observadas apenas em novembro e dezembro (INCAPER, 2020).

A média anual de precipitação no município de Vila Velha é de 1.188,7 mm, sendo sazonalmente dividido em dois períodos. Um chuvoso, entre os meses de outubro a abril, com um total de 868,6 mm, o que corresponde a 73,1 % do total acumulado anual e um período menos chuvoso entre os meses de maio a setembro, com um total de 320,2 mm que corresponde a 26,9 % do total (INCAPER, 2020).

O Balanço Hídrico Climatológico no Município de Vila Velha apresenta duas épocas distintas em relação ao armazenamento de água no solo. Entre os meses de janeiro e outubro, a deficiência hídrica acumulada é de aproximadamente 84 mm, sendo observado o maior déficit no mês de fevereiro, com uma média de 29 mm. Entre outubro e novembro, o aumento das chuvas é suficiente para provocar a reposição hídrica de água no solo, por esta razão há um equilíbrio no saldo da contabilidade hídrica. Assim, o mês seguinte já observa situação de excedente hídrico (INCAPER, 2020).

A maré astronômica na costa do Espírito Santo apresenta características de maré semidiurna, característica geral do litoral brasileiro. Em Vitória, por exemplo, a maré incidente é semidiurna com duas baixa-mares e duas preamares bem definidas. Nas sizígias, a amplitude de marés chega a 1,70 m e nas quadraturas a 0,70 m (CODESA, 2007 *apud* NUNES, 2007).

3.8.6 Variações da linha de costa (largura da faixa de areia; balanço sedimentar; taxas de erosão e progradação).

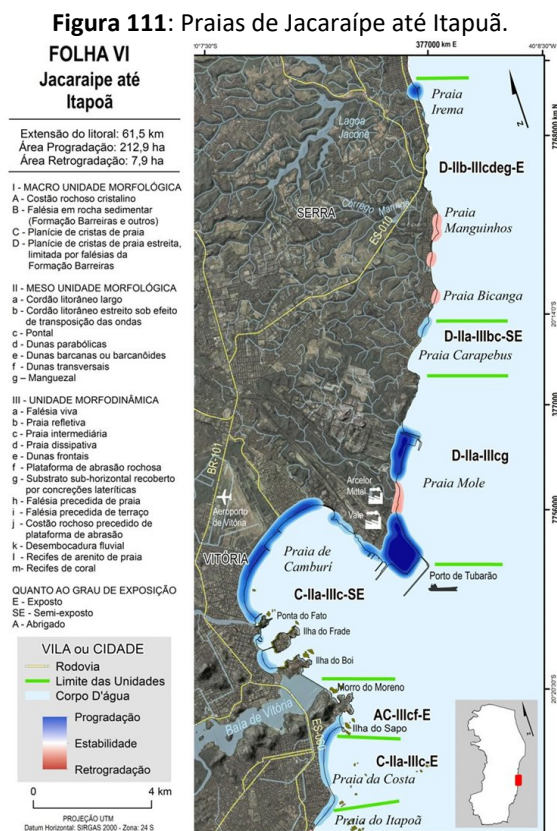
De acordo com a subdivisão fisiográfica da costa do Espírito Santo (MARTIN *et al.*, 1996, 1997 *apud* ALBINO *et al.*, 2006), o município encontra-se no Setor 4, que compreende o litoral capixaba entre a Baía do Espírito Santo e a foz do rio Itapemirim. Este setor é caracterizado pelos afloramentos de rochas cristalinas pré-cambrianas em contato com os depósitos quaternários. São intercalados pelos afloramentos da Formação Barreiras precedido de praias. O litoral apresenta-se recortado, sendo observados trechos salientes sem condições de deposição de areias e trechos com desenvolvimento das planícies costeiras favorecido pela existência de obstáculos representados pelos promontórios e ilhas próximas, pela divergência das ortogonais das ondas e pelos aportes fluviais localizados.

Nesse setor, as inversões na direção da corrente longitudinal e a intensificação da energia das ondas geram alternâncias no sentido dos transportes longitudinal e transversal e a variação topográfica sazonal nas praias. Os afloramentos rochosos causam o bloqueio dos sedimentos transportados proporcionando a reconstituição morfológica do litoral com retomada das condições meteoceanográficas. Aliado a este bloqueio de sedimentos, os aportes fluviais dos rios Santa Maria, Jucu, Guarapari e Benevente contribuem para o desenvolvimento de praias extensas, compostas por areias litoclásticas, associadas a dunas frontais e tipologia condicionada ao grau de exposição às ondas incidentes e proximidade de afloramentos rochosos. Separadas pela Ponta da Fruta, as praias da Fruta e Baleia, litoral de Vila Velha, apresentam tipologias praias opostas. A primeira, situada ao sul do afloramento rochoso, apresenta-se dissipativa, protegida das ondas provenientes de NE, recebe e mantém os sedimentos trazidos pelas correntes longitudinais provenientes de SW. A Praia da Baleia, situada no bairro Ponta da Fruta, ao norte do promontório, encontra-se exposta às ondas incidentes e com tipologia refletiva (ALBINO, 1996 *apud* ALBINO *et al.*, 2006).

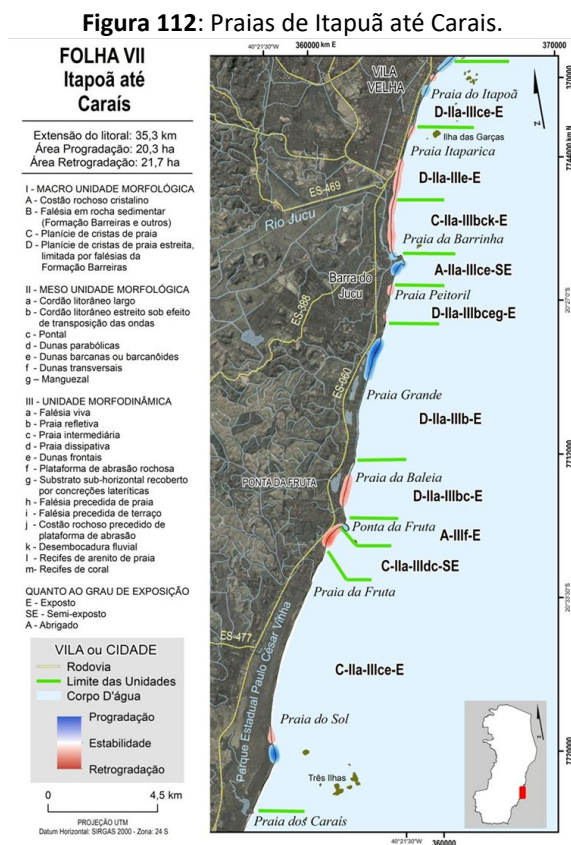
Deve-se salientar que este litoral sofre alterações morfo-sedimentares devido à intensa ocupação urbana, já que corresponde ao setor da região metropolitana de Vitória e Guarapari, capital e principal balneário do Estado, respectivamente. A construção do Porto de Tubarão na enseada da praia de Camburi em Vitória, alterou a morfologia do fundo da baía do Espírito Santo e o padrão da direção das ortogonais das ondas, o que vem causando erosão desde a década de 1980. A ocupação sobre dunas e bermas vem, em alguns setores praias, sendo responsável pela diminuição dos sedimentos disponíveis para a adaptação morfodinâmica das praias, como o ocorrido no litoral de Vila Velha. Nos curtos trechos deste litoral, onde as falésias da Formação Barreiras estão em contato com a praia, verifica-se que a ausência de afloramentos rochosos e consequente alto grau de exposição às ondas vem desencadeando o processo erosivo sobre os depósitos terciários (ALBINO *et al.*, 2006).

De acordo com as características geomorfológicas, Vila Velha está enquadrada no Setor 3 (ALBINO, *et al.*, 2018), correspondente ao litoral de costa rochosa e recortada, que se estende da baía de Vitória à desembocadura do rio Itapemirim. A geomorfologia costeira deste setor, caracterizada por afloramentos de rochas cristalinas, por falésias e terraços de abrasão da Formação Barreiras e por planícies sedimentares, é responsável por um litoral diversificado quanto ao grau de exposição às ondas incidentes. Dos 40,2% de extensão que este litoral representa, 26,5% está estável, 9,4% em progradação e 4,3% em erosão. Por ser um litoral recortado, encontra-se mais estável. Por outro lado, por compreender a Região Metropolitana da Grande Vitória e pela balneabilidade do litoral ao sul da capital, este setor é intensamente urbanizado e industrializado, acarretando e/ou acelerando desequilíbrios sedimentares da zona costeira.

As Figuras 111 e 112 apresentam a classificação da linha de costa de Vila Velha quanto a sua tendência à progradação, erosão e estabilidade.



Fonte: ALBINO *et al.* (2018).



Fonte: ALBINO *et al.* (2018).

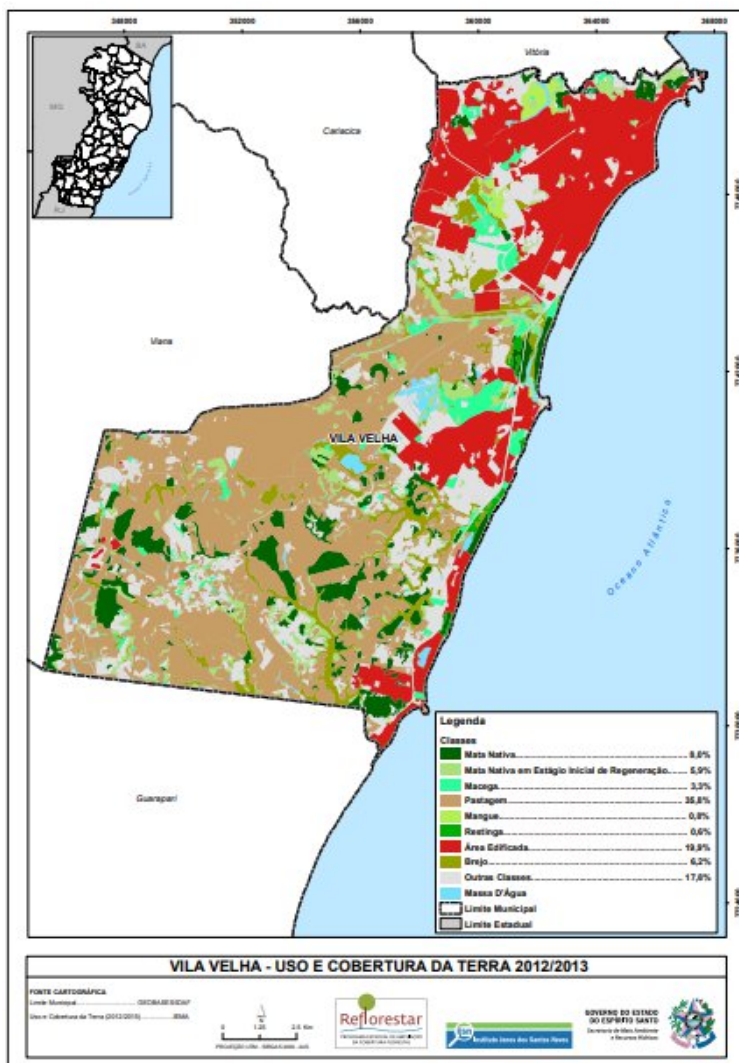
De acordo com a análise das Figuras 111 e 112, a maioria das praias de Vila Velha são enquadradas como praias expostas, com exceção da Barra do Jucu e trecho da Praia da Fruta, que são semi-expostas. Quanto à classificação da linha de costa, as que possuem tendência de progradação são Praia da Costa, trecho da Praia do Itapuã, Barra do Jucu e trechos da Praia Grande; e as com tendência de

retrogradação são os trechos da Praia do Itapuã, Praia de Itaparica, Praia da Barrinha, trechos da Praia Peitoril, Praia da Baleia e Praia da Fruta.

3.8.7 Uso e cobertura do solo.

O Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2018) fez uma análise comparativa de remanescentes florestais, categorias de uso do solo, associadas e com oportunidade para conversão para uso florestal, identificadas nas classificações de uso do solo feitas sobre as imagens obtidas nos anos de 2007/2008 e 2012/2013 para o município de Vila Velha. Segundo classificação de uso do solo feita a partir de imagens de 2012 e 2013, o pasto ocupa 35,8% do território, e que 19,9% da área corresponde à área edificada. O município também se destaca pela presença de mangues e de vegetação de restinga, mapeados em 0,8% e 0,6% do território (**Figura 113**).

Figura 113: Uso e cobertura da terra - 2012/2013.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2018).

Como já mencionado, a maior parte do território está incluído no perímetro urbano. As regiões e bairros defrontantes com a orla marítima estão listados no **Quadro 1** (a **Figura 6** apresenta o mapa completo com os bairros).

Após a formação do núcleo inicial na região da Prainha (bairro Centro), a ocupação urbana vilavelhense e a estruturação do sistema viário acompanharam a configuração física do sítio. De maneira bem genérica, pode-se afirmar que a ocupação municipal se iniciou prioritariamente nas áreas próximas à costa, a exemplo da maioria das cidades litorâneas brasileiras, buscando terras mais altas e facilidade de acesso. A pressão imobiliária e a expansão do sistema viário (e das conexões facilitadas com a capital Vitória) favoreceram a pressão imobiliária nas terras mais baixas ao longo da costa atlântica.

Quanto ao uso, destaca-se que o uso residencial é bastante significativo no município, desde a formação dos bairros em função das instalações ferroviárias (pátios e terminais) existentes na região de Paul, Argolas e São Torquato, e posteriormente com a inauguração da Terceira Ponte, que atraiu pessoas de maior renda, o que lhe valeu o título de ‘cidade dormitório’ por muitos anos (IJSN, 2018). Inclusive, na década de 1990 foi realizada uma pesquisa em várias regiões do estado que revelou que os bairros Centro e Praia de Costa em Vila Velha eram um dos mais mencionados sobre onde as pessoas gostariam de morar (VIANNA, 1994).

Já no século XXI, constatou-se que em 2010 quase 96% da população morava e trabalhava em Vila Velha (VILA VELHA, 2018c). Além disso, pode-se aferir a presença e o incremento de usos não residenciais no território, como dos setores de comércio e serviços, das atividades industriais, logísticas/portuárias e da construção civil.

Em relação ao uso industrial destacam-se o Distrito Industrial de Vila Velha, a Fábrica de Chocolates Garoto, o Pólo de Confeções da Glória. No que se refere ao uso portuário, podemos citar as áreas do porto de Vila Velha, Cais de Capuaba, de Paul, do Atalaia, os terminais privativos da CVRD, do CPVV, do PEIU, e as áreas de uso do porto de Vitória localizadas no território de Vila Velha. No setor terciário, destacam-se as empresas de apoio ao comércio exterior, como *trading companies*, estações aduaneiras, companhias de armazéns gerais, empresas de transporte de cargas, serviços de despacho aduaneiro e outros serviços de comércio internacional (VILA VELHA, 2018c).

Ao longo da orla norte, faceando a Baía de Vitória, encontramos a presença significativa dos usos especiais (atividades portuárias e retroportuárias, Unidades de Conservação e áreas militares) além do uso residencial nas encostas de diversos morros. Na costa leste atlântica, nos bairros à norte do Rio Jucu predomina a “ocupação caracterizada por acentuada verticalização edilícia”, enquanto nos bairros ao sul do mesmo corpo hídrico predominam “ocupação horizontalizada e menos adensada,

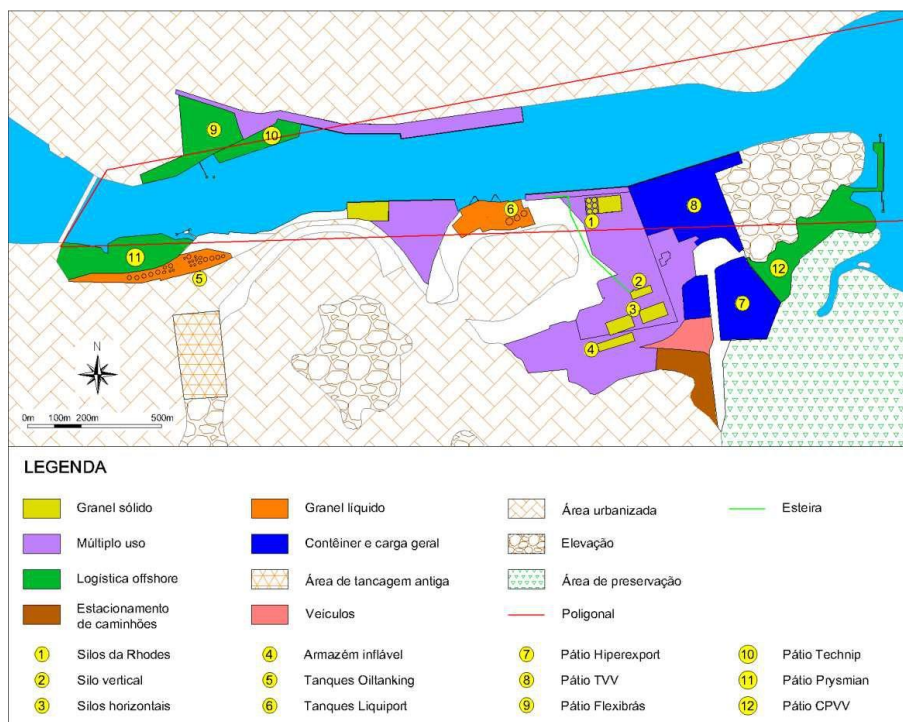
situações patentes de ocupação irregular sobre áreas ambientalmente sensíveis, e eventos relacionados à erosão costeira agravados por causas antrópicas” (MARCHI, 2020, p. 31).

3.8.7.1 Usos especiais.

Como já dito no item 3.6.3.1, o município apresenta 5 UCs Municipais e 1 Estadual, sendo que todas as UCs estão inseridas, ainda que parcialmente, na faixa de orla.

As instalações portuárias e retroportuárias estão situadas no litoral norte, na área da Baía de Vitória, com infraestrutura de cais na margem norte (município de Vitória) e na margem Sul (Vila Velha) (**Figura 114 e 115**). Denominado como Porto de Vitória, e administrado pela Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), o porto tem 16 berços de atracação e opera mais de trinta tipos de cargas, entre importação e exportação (BRASIL, 2015; CODESA, 2022). O setor é destaque no contexto de desenvolvimento do município, devido à grande diversidade de mercadorias movimentadas, destacando-se: granéis sólidos, granéis líquidos, cargas gerais, veículos, operações *supply boat* (prestação de serviços às empresas de prospecção e exploração petrolífera), mercadorias em containers refrigerados, granito, produtos siderúrgicos, cacau, motores, sal, soja e trigo (ESPÍRITO SANTO, 2010).

Figura 114: Instalações do Porto de Vitória.

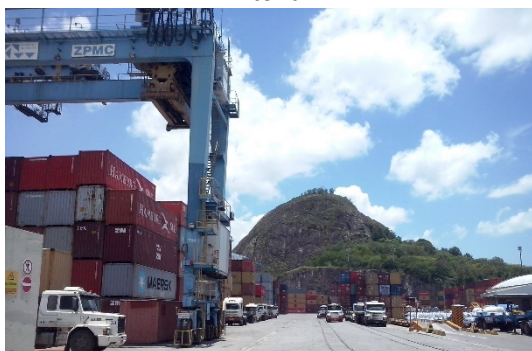


Fonte: BRASIL (2015b, p. 12).

Ainda na orla que margeia a Baía de Vitória, temos as seguintes áreas militares: 38º Batalhão de Infantaria do Exército e a Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES) da Marinha do Brasil (**Figura 116**), ambos localizados no bairro Centro (Prainha).

Um uso institucional é o da Casa do Governador, residência oficial do Governador do estado, situada no bairro da Praia da Costa, que atualmente ainda possui restrição de acesso por questões de segurança. Há ainda 2 estruturas prisionais: o Instituto de Reabilitação Social (IRS) da Glória e a Casa de Custódia de Vila Velha (CASCUVV), ambas situadas no bairro Glória.

Figura 115: Instalações retroportuárias, Porto de Vitória.



Fonte: Elaboração própria (2020).

Figura 116: EAMES, Prainha.



Fonte: Elaboração própria (2022).

3.8.8 Diagnóstico de flora.

O município encontra-se totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica. A paisagem é composta por ecossistemas típicos deste bioma, como restingas e manguezais, além de ter características intrínsecas da paisagem urbana em decorrência de espécies de arborização e paisagismo urbano.

O recobrimento vegetal primário na RMGV apresenta consideráveis variações entre os municípios integrantes, onde as áreas mais elevadas são cobertas predominantemente pela floresta atlântica de planície e encosta, com espécies arbóreas densas de grande altura e diâmetro, submata densa e presença de muitas epífitas. Já as áreas planas, com elevações máximas da ordem de 3,0 msnm (metros sobre o nível do mar), são recobertas por vegetação de restinga. Nas áreas inundáveis há presença de comunidades herbáceas constituídas por elementos fixos ou flutuantes, e as áreas sujeitas à influência das marés são cobertas por manguezais. Vila Velha é um dos municípios da RMGV que apresenta um grau de desmatamento mais intenso, podendo-se observar grandes extensões de solo descoberto, ou coberto por herbáceas relativamente dispersas. Existem, entretanto, ainda algumas áreas preservadas de Mata Atlântica, de restingas e mangues. Vila Velha é o município que apresenta a mais preocupante situação, pois as reservas florestais remanescentes são pequenas e em número reduzido (VILA VELHA, 2014).

Na orla da cidade, destaca-se a presença da castanheira (*Terminalia catappa*). Trata-se de uma espécie arbórea da família Combretaceae, também chamada amendoeira-da-praia ou sete-copas. É uma árvore típica de regiões litorâneas tropicais. No Brasil, a planta está amplamente distribuída na zona litorânea e tem sido muito usada em arborização urbana. No entanto, é classificada como uma espécie exótica (desconhecendo o seu caráter já consolidado de uma planta domesticada e de ocorrência pantropical) (PINTO-COELHO, 2021).

A UC Parque Natural Municipal de Jacarenema (PNMJ), já citada, forma um mosaico paisagístico de fundamental importância ecológica. As espécies do PNMJ podem ser agrupadas como vegetação de restinga, manguezal e Floresta de Tabuleiro. A restinga se encontra representada por diferentes comunidades vegetais como mata seca, mata periodicamente inundada, halófila-psamófila, pós-praia e aberta de *Clusia* e *Ericaceae* e brejo herbáceo-arbustivo nas reentrâncias das margens do rio Jucu. Já no domínio da Floresta Atlântica de Tabuleiro ocorre vegetação rupestre herbáceo-arbustiva, macega e estágio inicial. No Morro da Concha, na encosta próxima à Rodovia do Sol ocorre também o estágio inicial e o estágio médio de regeneração na margem do rio Jucu. *Avicennia germinans*, *Laguncularia racemosa*, *Hibiscus pernambucensis* e *Schinus terebinthifolius* são espécies encontradas da área de manguezal (ESPÍRITO SANTO, 2010)²⁵.

Estudo realizado por Magnago *et al.* (2007) identificou cinco fitofisionomias na região do bairro Morada do Sol, que foram classificadas como formação herbácea não inundável, arbustiva fechada não inundável, florestal não inundável, herbácea inundável e arbustiva aberta não inundável. O **Quadro 14** sistematiza as espécies encontradas no estudo, de acordo com as fitofisionomias e principais características.

Quadro 14: Principais espécies da restinga, bairro Morada do Sol.

Fitofisionomias	Espécies	Principais características
Formação herbácea não inundável	<i>Ipomoea pescaprae</i> <i>Ipomoea imperati</i> <i>Canavalia rósea</i> <i>Remirea marítima</i> <i>Stenotaphrum secundatum</i>	Crescimento estolonífero não ultrapassando os 50 centímetros de altura. Possuem adaptações para tolerar a salinidade destas áreas próximas ao mar e a as erosões causadas pela ação das marés, tendo também um papel importante na fixação de areia e formação de dunas

²⁵ A lista de espécies da flora silvestre ameaçadas de extinção do Estado do Espírito Santo foi atualizada recentemente, por meio do Decreto nº 5238-R, de 25/11/2022, disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/FAUNA/Decreto%205238-R_2022_25-Nov%20-%20Flora%20-%20Lista%20de%20Esp%C3%A9cies%20Amea%C3%A7adas%20de%20Extin%C3%A7%C3%A3o.pdf.

Formação arbustiva fechada não inundável	<i>Sophora tomentosa</i> <i>Pavonia alnifolia</i> <i>Jacquinia armillaris</i> <i>Bromelia antiacantha</i> <i>Maranta divaricata</i> <i>Cereus fernambucensis</i> <i>Cyrtopodium polyphyllum</i> <i>Protium heptaphyllum</i> <i>Mouriri arborea</i> <i>Cupania emarginata</i> <i>Myrsine parvifolia</i> <i>Gomidesia martiana</i> <i>Manilkara subsericea</i> <i>Allophylus puberulus</i> <i>Neomarica northiana</i> <i>Dichorisandra thrysiflora</i> <i>Eltroplectris calcarata</i> <i>Billbergia tweedieana</i> <i>Tillandsia stricta</i> <i>Billbergia euphemiae</i> <i>Oncidium ciliatum</i> <i>Microgramma vacciniifolia</i> .	<p>Localização cordão arenoso mais externo, após a formação herbácea não inundável;</p> <p>Apresenta gradação na altura, desenvolvimento estrutural e composição florística, encontrando-se no trecho inicial com um a dois metros, aumentando para o interior até cinco metros, alcançando em alguns indivíduos sete metros.</p>
Formação florestal não inundável	<i>Calypttranthes brasiliensis</i> <i>Tapirira guianensis</i> <i>Clusia hilariana</i> <i>Pera glabrata</i> <i>Sorocea hilarii</i> <i>Garcinia brasiliensis</i> <i>Tillandsia stricta</i> <i>Billbergia euphemiae</i> <i>Pseudananas sagenarius</i>	<p>Ocupa uma estreita faixa que se estende entre a formação arbustiva aberta não inundável e a formação herbácea inundável, com altura variando de quatro a sete metros.</p>
Formação herbácea inundável	<i>Eleocharis</i> <i>Tibouchina henricquiana</i> <i>Sauvagesia erecta</i> <i>Abildgaardia scirpoides</i> <i>Blechnum serrulatum</i> <i>Syngonanthus nivens</i> .	<p>Ocorrência nas depressões dos intercordões arenosos, onde ocorrem inundações sazonais que provavelmente alteram sua composição florística, apresentando ainda alta produtividade</p>
Formação arbustiva aberta não inundável	<i>Marcetia taxifolia</i> <i>Calypttranthes brasiliensis</i> <i>Gaylussacia brasiliensis</i> <i>Melocactus violaceus</i> <i>Clusia hilariana</i> <i>Kielmeyera albopunctata</i> <i>Ocotea notata</i> <i>Andira nítida</i> <i>Allagoptera arenaria</i> <i>Clusia spiritu-sanctensis</i> <i>Koellensteinia altissima</i> <i>Catasetum discolor</i> <i>Epidendrum denticulatum</i> <i>Aechmea nudicaulis</i> <i>Smilax rufescens</i> <i>Vanilla bahiana</i> <i>Paullinia weinmanniaefolia</i> <i>Vriesea neoglutinosa</i>	<p>Caracterizada por apresentar uma vegetação arbustiva organizada em moitas, ocorrendo entre estas plantas geralmente herbáceas de baixa cobertura</p>

	<i>Tillandsia stricta</i> <i>Microgramma vacciniifolia</i> <i>Evolvulus maximiliani</i> <i>Chamaecrista ramosa</i> <i>Waltheria áspera</i> <i>Cuphea flava</i>	
--	---	--

Fonte: MAGNAGO *et al.* (2007) - adaptado.

Importante destacar que a região de Morada do Sol apresenta uma diversidade de fisionomias vegetais em bom estado de conservação, abrigando *Pavonia alnifolia*, *Jacquinia armillaris*, *Neomitranthes obtusa*, *Vriesea neoglutinosa*, *Melocactus violaceus* e *Eltroplectris calcarata*, enquadradas na lista de espécies com algum grau de ameaça no estado do Espírito Santo. Portanto, é necessário buscar medidas para conservação dessa área, tendo em vista que os impactos gerados pela extração de areia, queimadas intencionais e retirada de indivíduos de *Allagoptera arenaria* para uso da baina foliar para alimento, está interferindo na conservação desta área (MAGNAGO *et al.*, 2007).

3.8.9 Diagnóstico de fauna e espécies ameaçadas de extinção.

Não foi identificado um levantamento sistematizado das espécies de fauna do município. Dados obtidos dos Planos de Manejo da APA Lagoa Grande (ESPÍRITO SANTO, 2014) e do Parque Natural Municipal de Jacarenema (PNMJ) (ESPÍRITO SANTO, 2010) foram analisados para se ter um panorama sobre o tema. Além disso, Vila Velha não possui uma lista municipal de espécies ameaçadas de extinção, seguindo, portanto, as listas nacional e estadual. Foram destacadas as espécies constantes nas listas estadual e/ou federal para a análise das espécies ameaçadas, conforme Espírito Santo 2010; 2014²⁶.

3.8.9.1 Mamíferos.

Foram registradas na APA Lagoa Grande 16 espécies de mamíferos terrestres distribuídas em 7 ordens e 13 famílias (**Quadro 15**). Dentre as ordens registradas a que possui maior número de espécies é a Carnívora com 5 (31,25%), seguida de Rodentia com 4 (25%), Didelphimorphia com 3 (18,75%) e as demais ordens possuem uma espécie. A Família com maior expressividade numérica ocorre em Didelphidae, representada por 3 espécies (ESPÍRITO SANTO, 2014). Neste levantamento não houve registro de espécies ameaçadas de extinção na lista estadual, nacional e global.

Quadro 15: Ordem, Família e Espécie da Mastofauna de Ocorrência na APA da Lagoa Grande.

²⁶ A lista de espécies de fauna silvestre ameaçadas de extinção do Estado do Espírito Santo utilizada por Espírito Santo (2010; 2014) foi a publicada pelo Decreto nº 1.499-R, de 14/06/2005. Esta lista foi atualizada recentemente por meio do Decreto nº 5237-R, de 25/11/2022, disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/FAUNA/Decreto%205237-R_2022.pdf.

Ordem/Família/Nome Científico	Nome Popular	Método de Registro*	Espécie Endêmica M.A
Didelphimorphia			
Didelphidae			
<i>Didelphis aurita</i>	Gambá	AF	X
<i>Gracilinamus sp.</i>	Cuíca	RV	
<i>Philander frenata</i>	Cuíca-de-quatro-olhos	RV	
Cingulata			
Dasypodidae			
<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu-Galinha	AF	X
Primates			
Callithrichidae			
<i>Callithrix geoffroyi</i>	Sagui-da-cara-branca	RF	X
Pilosa			
Myrmecophagidae			
<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá-mirim	VE	
Carnivora			
Canidae			
<i>Cerdocyon thous</i>	Cachorro-do-mato	AF	X
Mustelidae			
<i>Eira barbara</i>	Irara	AF	X
<i>Galictis sp.</i>	Furão	RV	
Felidae			
<i>Puma yagouaroundi</i>	Gato-mourisco	RV	X
Procyonidae			
<i>Procyon cancrivorus</i>	Mão-Pelada	AF / VE	X
Rodentia			
Sciuridae			
<i>Sciurus aestuans</i>	Caticoco, Caxinguelê	AF	
Erethizontidae			
<i>Sphiggurus villosus</i>	Ouriço-cacheiro-amarelo	AF	
Caviidae			
<i>Cavia aperea</i>	Preá	RV / ENT	
Hydrochaeridae			
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Capivara	RB / ENT / VE	X
Lagomorpha			
Leporidae			
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Coelho-do-mato, Tapiti	RB / ENT	X

*(AF) Armadilha Fotográfica, (RV) Registro Visual, (RF) Registro Fotográfico, (VE) Vestígios, (DS) Dados Secundários e através de (ENT) Entrevistas com moradores. **Fonte:** ESPÍRITO SANTO (2014).

No PNM de Jacarenema, foram registradas 6 ordens, 12 famílias e 13 espécies (**Quadro 16**).

Quadro 16: Mamíferos registrados no PNMJ.

Ordem	Família	Espécie	Nome Comum	Tipo de Registro
Didelphimorphia	Didelphidae	<i>Didelphis aurita</i>	Gambá	Visualização
		<i>Gracilinanus microtarsus</i>	Jupati / Cuíca	Visualização
Rodentia	Sciuridae	<i>Sciurus aestuans</i>	Caticoco, esquilo,	Visualização
	Erethizontidae	<i>Sphiggurus sp.</i>	Ouriço-cacheiro	Pegada
	Hydrochaeridae	<i>Hydrochaeris</i>	Capivara	Fezes, Pegadas

		<i>hydrochaeris</i>		
Primates	Callithrichidae	<i>Callithrix geoffroyi</i> ¹	Sagüi, Sauim	Visualização e vocalização
Edentata	Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamanduá-de-colete	Pegadas e vestígios
	Dasypodidae	<i>Dasypus</i> sp.	Tatu	Tocas
Carnivora	Mustelidae	<i>Lontra longicaudis</i> ²	Lontra	Pegadas e marcações odoríferas
	Felidae	<i>Puma yaguarondi</i>	Jaguarundi, gatomorisco	Pegada
	Canidae	<i>Cerdocyon thous</i>	Cachorro-domato	Fezes e pegadas
	Procyonidae	<i>Procyon cancrivorus</i>	Mão – Pelada	Pegadas
Chiroptera	Phyllostomidae	<i>Artibeus lituratus</i>	Morcego	Captura e visualização

Nota: 1) Espécie sob Baixa Preocupação – Least Concern (IUCN, 2008) e 2) Espécie com deficiência de dados para avaliação de status de conservação (IUCN, 2008). **Fonte:** ESPÍRITO SANTO (2010).

3.8.9.2 Aves.

Publicações enfocando inventários avifaunísticos no Município de Vila Velha são raras, sendo que a única publicação deste tipo conhecida para os arredores do município são relatórios técnicos.

Na APA Lagoa Grande, foram identificadas 125 espécies de aves distribuídas em 19 ordens e 42 famílias (**Quadro 17**). Dentre as ordens registradas a que possui maior número de espécies é a Passeriformes com 50 (39,37%), seguida de Pelecaniformes com 9 (7,09%), Apodiformes com 8 (6,33%), Columbiformes com 7 (5,52%) e as demais ordens possuem entre 1 e 6 espécies. A Família com maior expressividade numérica entre aves passeriformes ocorre em Tyrannidae, representada por 9 espécies. Desse total, apenas 4 estão citadas na lista estadual da fauna ameaçada de extinção sob os status (EP) Em Perigo: Sabiá-da-Praia (*Mimus gilvus*); e (VU) Vulnerável: Mãe-da-lua-gigante (*Nyctibius grandis*) e Sabiá-da-mata (*Turdus fumigatus*). A espécie Chauá (*Amazona rhodocorytha*) encontra-se presente nas 3 listas de espécies ameaçadas de extinção: Na Lista Estadual encontra-se com status (CR) Criticamente em Perigo, na Lista Nacional e na Lista IUCN com status (EN) Em Perigo.

Quadro 17: Aves registradas na APA da Lagoa Grande.

Nome do Taxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
Tinamiformes (Huxley, 1872)							
Tinamidae (Gray, 1840)							
<i>Rhynchotus rufescens</i> (Temminck, 1815)	Perdiz	X					RB/ENT
Anseriformes (Linnaeus, 1758)							
Anatidae (Leach, 1820)							
<i>Dendrocygna viduata</i> (Linnaeus, 1766)	Irerê						RV
<i>Amazonetta brasiliensis</i> (Gmelin, 1789)	Pé-vermelho						RV
<i>Nomonyx dominica</i> (Linnaeus, 1766)	Marreca-de-bico-roxo						RB/ENT
Suliformes (Sharpe, 1891)							
Fregatidae (Degland & Gerbe, 1867)							
<i>Fregata magnificens</i> (Mathews, 1914)	Tesourito						RV
Sulidae (Reichenbach, 1849)							
<i>Sula leucogaster</i> (Boddaert, 1783)	Atobá-pardo						RB/ENT
Phalacrocoracidae (Reichenbach, 1849)							
<i>Phalacrocorax brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	Biguá						RV
Pelecaniformes (Sharpe, 1891)							
Ardeidae (Leach, 1820)							
<i>Tigrisoma lineatum</i> (Boddaert, 1783)	Socó-boi						RV
<i>Nycticorax nycticorax</i> (Linnaeus, 1758)	Savacu						RB/ENT
<i>Nyctanassa violacea</i> (Linnaeus, 1758)	Savacu-de-coroa						RB/ENT
<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	Socozinho						RV
<i>Bubulcus ibis</i> (Linnaeus, 1758)	Garça-vaqueira	X					RV
<i>Ardea coccy</i> (Linnaeus, 1766)	Garça-moura						RB/ENT
<i>Ardea alba</i> (Linnaeus, 1758)	Garça-branca-grande						RV
<i>Egretta thula</i> (Molina, 1782)	Garça-branca-pequena						RV
<i>Egretta caerulea</i> (Linnaeus, 1758)	Garça-azul						RB/ENT
Cathartiformes (Seebohm, 1890)							
Cathartidae (Lafresnaye, 1839)							
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	Urubu-de-cabeça-vermelha						RV
Continuação...							
Nome do Taxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
<i>Cathartes burrovianus</i> (Cassin, 1845)	Urubu-de-cabeça-amarela						RV
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	Urubu-de-cabeça-preta						RV
Accipitriformes (Bonaparte, 1831)							
Accipitridae (Vigors, 1824)							
<i>Leptodon cayanensis</i> (Latham, 1790)	Gavião-de-cabeça-cinza						RB/ENT
<i>Heterospizias meridionalis</i> (Latham, 1790)	Gavião-caboclo						RV
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	Gavião-carijó						RV
<i>Parabuteo unicinctus</i> (Temminck, 1824)	Gavião-asa-de-telha						RV
<i>Geranoetus albicaudatus</i> (Vieillot, 1816)	Gavião-de-rabo-branco						RB/ENT
Falconiformes (Bonaparte, 1831)							
Falconidae (Leach, 1820)							
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	Caracará						RV
<i>Mivago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	Carrapateiro						RV
<i>Herpetotheres cachinnans</i> (Linnaeus, 1758)	Acauã						RB/ENT
<i>Falco sparverius</i> (Linnaeus, 1758)	Quiriquiri						RV
Gruiformes (Bonaparte, 1854)							
Rallidae (Rafinesque, 1815)							
<i>Porzana albicollis</i> (Vieillot, 1819)	Sanã-carijó						RB/ENT
<i>Pardirallus nigricans</i> (Vieillot, 1819)	Saracura-sanã						RB/ENT
<i>Porphyrio martinica</i> (Linnaeus, 1766)	Frango-d'água-azul						RV
Cariamiformes (Furbringer, 1888)							
Cariamidae (Bonaparte, 1850)							
<i>Cariama cristata</i> (Linnaeus, 1766)	Seriema	X					VOC
Charadriiformes (Huxley, 1867)							
Charadriidae (Leach, 1820)							
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	Quero-quero						RV/VOC
<i>Charadrius collaris</i> (Vieillot, 1818)	Batuíra-de-coleira						RB/ENT
Haematopodidae (Bonaparte, 1838)							
<i>Haematopus palliatus</i> (Temminck, 1820)	Piru-piru						RV/VOC
Jacaniidae (Chenu & Des Murs, 1854)							

Continuação...

Nome do Táxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
<i>Jacana jacana</i> (Linnaeus, 1766)	Jaçanã						RV
Laridae (Rafinesque, 1815)							
<i>Larus dominicanus</i> (Lichtenstein, 1823)	Gaivotão						RB/ENT
Sternidae (Vigors, 1825)							
<i>Sterna hirundinacea</i> (Lesson, 1831)	Trinta-réis-de-bico-vermelho						RB/ENT
Columbiformes (Latham, 1790)							
Columbidae (Leach, 1820)							
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	Rolinha-roxa						RV
<i>Columbina squammata</i> (Lesson, 1831)	Fogo-apagou						RF/RB
<i>Columbina picui</i> (Temminck, 1813)	Rolinha-picui						RF
<i>Columba livia</i> (Gmelin, 1789)	Pombo-doméstico	X					RF
<i>Patagipennis picazuro</i> (Temminck, 1813)	Pombão	X					RF
<i>Leptotila verreauxi</i> (Bonaparte, 1855)	Juriti-pupu						RV
<i>Leptotila rufaxilla</i> (Richard & Bernard, 1792)	Juriti-gemeleira						RB/ENT
Psittaciformes (Wagler, 1830)							
Psittacidae (Rafinesque, 1815)							
<i>Aratinga aurea</i> (Gmelin, 1788)	Periquito-rei						RB/ENT
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	Tuim						RB/ENT
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	Periquito-rico		X	X			RV
<i>Amazona amazonica</i> (Linnaeus, 1766)	Curica						RB/ENT
<i>Amazona rhodocorytha</i> (Salvadori, 1890)	Chauá		X	X	EP	CR	VOC
Cuculiformes (Wagler, 1830)							
Cuculidae (Leach, 1820)							
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	Alma-de-gato						RV
<i>Crotophaga major</i> (Gmelin, 1788)	Anu-coroca						RV
<i>Crotophaga ani</i> (Linnaeus, 1758)	Anu-preto						RV
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	Anu-branco						RV
<i>Tapera naevia</i> (Linnaeus, 1766)	Saci						VOC
Strigiformes (Wagler, 1830)							
Tytonidae (Mathews, 1912)							
<i>Tyto alba</i> (Scopoli, 1769)	Coruja-da-igreja						RB/ENT

Continuação...

Nome do Táxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
Strigidae (Leach, 1820)							
<i>Megascops choliba</i> (Vieillot, 1817)	Corujinha-do-mato						RB/ENT
<i>Pulsatrix koenigswaldiana</i> (Bertoni & Bertoni, 1901)	Murucutu-de-barriga-amarela		X				VOC
<i>Glaucidium brasilianum</i> (Gmelin, 1788)	Caburé						RB/ENT
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	Coruja-buraqueira						RV
Caprimulgiformes (Ridgway, 1881)							
Nyctibiidae (Chenu & Des Murs, 1851)							
<i>Nyctibius grandis</i> (Gmelin, 1789)	Mãe-da-lua-gigante					VU	RB/ENT
Caprimulgidae (Vigors, 1825)							
<i>Hydropsalis albicollis</i> (Gmelin, 1789)	Bacurau						VOC
<i>Hydropsalis torquata</i> (Gmelin, 1789)	Bacurau-tesoura						RB/ENT
Apodiformes (Peters, 1940)							
Trochilidae (Vigors, 1825)							
<i>Glaucis hirsutus</i> (Gmelin, 1788)	Balança-rabo-de-bico-torto						RB
<i>Phaethornis pretrei</i> (Lesson & Delattre, 1839)	Rabo-brancoacanelado						RV
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	Beija-flor-tesoura						RV
<i>Colibri serrirostris</i> (Vieillot, 1816)	Beija-flor-de-orelha-violeta						RB
<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)	Besourinho-de-bico-vermelho						RV
<i>Amazilia versicolor</i> (Vieillot, 1818)	Beija-flor-de-banda-branca						RV
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	Beija-flor-de-garganta-verde						RV
<i>Amazilia lactea</i> (Lesson, 1832)	Beija-flor-de-peito-azul						RB
Coraciiformes (Forbes, 1844)							
Alcedinidae (Rafinesque, 1815)							
<i>Megasceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	Martim-pescador-grande						RV
<i>Chloroceryle amazona</i> (Latham, 1790)	Martim-pescador-verde						RV
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	Martim-pescador-pequeno						RV
Piciformes (Meyer & Wolf, 1810)							
Picidae (Leach, 1820)							
<i>Picumnus cirratus</i> (Temminck, 1825)	Pica-pau-anão-barrado						RV

Nome do Taxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
<i>Melanerpes candidus</i> (Otto, 1796)	Pica-pau-branco						VOC
<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	Pica-pau-do-campo						RV
Passeriformes (Linnaeus, 1758)							
Thamnophilidae (Swainson, 1824)							
<i>Thamnophilus ambiguus</i> (Swainson, 1825)	Choca-de-sooretama		X	X			RB
<i>Thamnophilus caerulescens</i> (Vieillot, 1816)	Choca-da-mata						RV
Furnariidae (Gray, 1840)							
<i>Furnarius figulus</i> (Lichtenstein, 1823)	Casaca-de-couro-da-lama	X		X			RV
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	João-de-barro						RV
<i>Certhiax cinnamomeus</i> (Gmelin, 1788)	Curutê						RV
Tityridae (Gray, 1840)							
<i>Pachyrhamphus polychopterus</i> (Vieillot, 1818)	Caneleiro-preto						RV
Rhynchocyclidae (Berlepsch, 1907)							
<i>Tolmomyias flaviventris</i> (Wied, 1831)	bico-chato-amarelo						RV
<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)	ferreirinho-relógio						RV
<i>Myiornis auricularis</i> (Vieillot, 1818)	Miudinho		X				RB
Tyrannidae (Vigors, 1825)							
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	Bem-te-vi						RV
<i>Machetornis rixosa</i> (Vieillot, 1818)	Suiriri-cavaleiro						RV
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado						RV
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	Neinei						RV
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	Bentevisinho-de-penacho-vermelho						RV
<i>Tyrannus melancholicus</i> (Vieillot, 1819)	Suiriri						RV
<i>Tyrannus savana</i> (Vieillot, 1808)	Tesourinha						RV
<i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766)	Lavadeira-mascarada	X					RV
<i>Arundinicola leucocephala</i> (Linnaeus, 1764)	Freirinha						RV
Vireonidae (Swainson, 1837)							
Continuação...							
Nome do Taxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
<i>Hylophilus thoracicus</i> (Temminck, 1822)	Vite-vite						RV
Hirundinidae (Rafinesque, 1815)							
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	Andorinha-serradora						RB
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	Andorinha-do-campo						RV
<i>Tachycineta leucorrhoa</i> (Vieillot, 1817)	Andorinha-de-sobre-branco						RV
Troglodytidae (Swainson, 1831)							
<i>Troglodytes musculus</i> (Naumann, 1823)	Corulira						RV
Turdidae (Rafinesque, 1815)							
<i>Turdus rufigularis</i> (Vieillot, 1818)	Sabiá-laranjeira						RV
<i>Turdus fumigatus</i> (Lichtenstein, 1823)	Sabiá-da-mata					VU	RV
<i>Turdus amaurochalinus</i> (Cabanis, 1850)	Sabiá-poca						RV
Mimidae (Bonaparte, 1853)							
<i>Mimus gilvus</i> (Vieillot, 1807)	Sabiá-da-praia					EP	RF
Thraupidae (Cabanis, 1847)							
<i>Tachyphonus coronatus</i> (Vieillot, 1822)	Tiê-preto		X				RV
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	Sanhaçu-cinzento						RV
<i>Tangara palmarum</i> (Wied, 1823)	Sanhaçu-do-coqueiro						RV
<i>Tangara cayana</i> (Linnaeus, 1766)	Saíra-amarela						RV
<i>Schistochlamys ruficapillus</i> (Vieillot, 1817)	Bico-de-veludo			X			RV
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	Saí-azul						RV
<i>Cyanerpes cyaneus</i> (Linnaeus, 1766)	Saíra-beija-flor						RF
<i>Conirostrum speciosum</i> (Temminck, 1824)	Figuinha-de-rabo-castanho						RV
Emberizidae (Vigors, 1825)							
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	Tico-tico						RV
<i>Ammodramus humeralis</i> (Bosc, 1792)	Tico-tico-do-campo						RV
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	Canário-da-terra-verdadeiro						RV
<i>Volatinia jacarina</i> (Linnaeus, 1766)	Tiziu						RV
<i>Sporophila caerulea</i> (Vieillot, 1823)	Coleirinho						RV
Icteridae (Vigors, 1825)							
Continuação...							
Nome do Taxon	Nome em Português	Espécie Exótica ES	Endemismo Mata Atlântica	Endemismo Brasil	Status Conservação Lista IUCN/Nacional	Status Conservação Lista Estadual	Método de Registro
<i>Gnomimopsar chopi</i> (Vieillot, 1819)	Graúna						RV
<i>Chrysomus ruficapillus</i> (Vieillot, 1819)	Garibaldi						RV
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	Vira-bosta						RV
Fringillidae (Leach, 1820)							
<i>Euphonia chlorotica</i> (Linnaeus, 1766)	Fim-fim						RV
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	Gaturamo-verdadeiro						RV
<i>Chlorophonia cyanea</i> (Thunberg, 1822)	Gaturamo-bandeira						RV
Estrildidae (Bonaparte, 1850)							
<i>Estrilda astrild</i> (Linnaeus, 1758)	Bico-de-lacre	X					RV
Passeridae (Rafinesque, 1815)							
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	Pardal	X					RV

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2014).

No PNMJ foram registradas um total de 137 espécies. Essas são pertencentes a 17 Ordens e 44 Famílias (Quadro 18). A ordem mais representativa foi a dos Passeriformes, com 45,8% (N=63) das espécies. Entre as espécies registradas em campo apenas 1 está listada como ameaçada de extinção. *Mimus gilvus* (sabiá-da-praia) encontra-se inserida na categoria “em perigo” na lista de fauna e flora ameaçada do Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2005).

Quadro 18: Composição da fauna de aves do PNMJ.

Id	Nome do Táxon	Nome Popular	Identificação	Hábitos	Habitat	Guilda	Status
Não							
Passeriformes							
Tinamiformes							
Tinamidae							
1	<i>Rhynchotus rufescens</i>	perdiz	au/vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	II
2	<i>Nothura maculosa</i>	codoma-amarela	au/vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	II
Anseriformes							
Anatidae							
Dendrocygninae							
3	<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	au / vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	III
Anatinae							
4	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	pé-vermelho	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	III
Galliformes							
Cracidae							
5	<i>Penelope superciliosus</i>	jacupemba	au / vi	diurnos	matas	frugívoro	I / cine
Pelecaniformes							
Fregatidae							
6	<i>Fregata magnificens</i>	fragata	vi	diurnos	ambientes aquáticos	Picívoro	II
Ciconiiformes							
Ardeidae							
7	<i>Nycticorax nycticorax</i>	savacu	vi	crepusculares	ambientes aquáticos	onívoro	III
8	<i>Butorides striata</i>	socozinho	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	III
9	<i>Bubulcus ibis</i>	garça-vaqueira	vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	III / alloc
10	<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
11	<i>Egretta thula</i>	garça-branca-pequena	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
12	<i>Egretta caerulea</i>	garça-azul	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II

Cathartiformes							
Cathartidae							
13	<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha	vi	diurnos	áreas abertas	detritívoro	II
14	<i>Cathartes burrovianus</i>	urubu-de-cabeça-amarela	vi	diurnos	áreas abertas	detritívoro	II
15	<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	vi	diurnos	áreas abertas	detritívoro	I
Falconiformes							
Accipitridae							
16	<i>Rostramus sociabilis</i>	gavião-caramujeiro	vi	diurnos	ambientes aquáticos	canívoro	II
17	<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	canívoro	I
18	<i>Buteo albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	vi	diurnos	matas e áreas abertas	canívoro	III
Falconidae							
19	<i>Caracara plancus</i>	caracará	vi	diurnos	matas e áreas abertas	canívoro	I
20	<i>Milvago chimachima</i>	carrapateiro	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	canívoro	I
21	<i>Falco femoralis</i>	falcão-relógio	vi	diurnos	áreas abertas	canívoro	III
22	<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri	vi	diurnos	áreas abertas	canívoro	I
Gruiformes							
Rallidae							
23	<i>Aramides mangle</i>	saracura-do-mangue	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
24	<i>Porzana albicollis</i>	sanã-carijó	au	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
25	<i>Pardirallus nigricans</i>	saracura-sanã	au	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
26	<i>Gallinula chloropus</i>	frango-d'água-comum	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	I
27	<i>Porphyryla martinica</i>	frango-d'água-azul	vi/au	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	I
Charadriiformes							
Charadrii							
Charadriidae							
28	<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	au / vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	I
Hematopodidae							
29	<i>Hematopus palliatus</i>	piru-piru	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
Scolopaci							
Scolopacidae							
30	<i>Gallinago paraguiae</i>	narceja	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II / Mig

Jacanidae							
31	<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	II
Lari							
Sternidae							
32	<i>Sterna hirundinacea</i>	trinta-réis-de-bico-vermelho	vi/au	diurnos	ambientes aquáticos	Picívoro	II
Columbiformes							
Columbidae							
33	<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	granívoro	I
34	<i>Columbina squammata</i>	fogo-apagou	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	granívoro	II
35	<i>Columbina picui</i>	rolinha-picui	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	granívoro	II
36	<i>Columba livia</i>	pombo-doméstico	vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	II / aloc
37	<i>Patagioenas picazuro</i>	pombão	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	granívoro	I / cine
38	<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	au / vi	diurnos	matas	granívoro	II
39	<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa	au / vi	diurnos	matas	granívoro	III
40	<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	au / vi	diurnos	matas	granívoro	III
41	<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-gemeadeira	au / vi	diurnos	matas	granívoro	II
Psittaciformes							
Psittacidae							
42	<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim	au / vi	diurnos	matas	frugívoro	II
43	<i>Brotogeris tirica</i>	periquito-rico	au / vi	diurno	matas	frugívoro	III / end
44	<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	au / vi	diurnos	matas	frugívoro	III
45	<i>Amazona amazonica</i>	curica	au / vi	diurnos	matas	frugívoro	II
Cuculiformes							
Cuculidae							
Cuculinae							
46	<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I
Crotophaginae							
47	<i>Crotophaga major</i>	anu-coroca	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	III
48	<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
49	<i>Guira guira</i>	anu-branco	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I

Taperinae							
50	<i>Tapera naevia</i>	saci	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
Strigiformes							
Tytonidae							
51	<i>Tyto alba</i>	Suindara	vi	noturnos	áreas abertas	insetívoro	II
Strigidae							
52	<i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato	au / vi	noturnos	matas e áreas abertas	canívoro	II
53	<i>Glaucidium brasilianum</i>	caburé	au / vi	noturnos	matas	canívoro	II
54	<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira	au / vi	diurnos/noturnos	áreas abertas	onívoro	I
Caprimulgidae							
55	<i>Chordeilis acutipennis</i>		vi	noturnos	matas e áreas abertas	insetívoro	II
56	<i>Nyctidromus albicollis</i>	bacurau	au / vi	noturnos	matas e áreas abertas	insetívoro	II
57	<i>Hydropsalis torquata</i>	bacurau-tesoura	vi	noturnos	matas e áreas abertas	insetívoro	II
Apodiformes							
Apodidae							
58	<i>Streptoprocne biscutata</i>	taperuçu-de-coleira-falha	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	II
59	<i>Chaetura cinereiventris</i>	andorinhão-de-sobre-cinzento	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	II
Trochilidae							
Phaethornithinae							
60	<i>Glaucis hirsutus</i>	balança-rabo-de-bico-torto	vi	diurnos	matas	nectarívoro	I
61	<i>Phaethornis idaliae</i>	rabo-branco-mirim	vi	diurnos	matas	nectarívoro	I / end
Trochilinae							
62	<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flor-tesoura	vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	I
63	<i>Chlorestes notata</i>	beija-flor-de-garganta-azul	vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	III
64	<i>Chlorostilbon lucidus</i>	besourinho-de-bico-vemelho	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	I
65	<i>Hylocharis cyanus</i>	beija-flor-roxo	vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	I

66	<i>Polytmus guainumbi</i>	beija-flor-de-bico-curvo	vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	II
67	<i>Amazilia versicolor</i>	beija-flor-de-banda-branca	vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	I
68	<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-verde	vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	I
Coraciiformes							
Alcedinidae							
69	<i>Megaceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	au / vi	diurnos	ambientes aquáticos	picívoro	I
70	<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde	vi	diurnos	ambientes aquáticos	picívoro	II
71	<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno	au / vi	diurnos	ambientes aquáticos	picívoro	II
Piciformes							
Picidae							
72	<i>Picumnus cirratus</i>	pica-pau-anão-barrado	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
73	<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
74	<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-de-cabeça-amarela	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I
Passeriformes							
Tyranni							
Furnariidae							
Thamnophiloidea							
Thamnophilidae							
75	<i>Taraba major</i>	choró-boi	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I
76	<i>Thamnophilus ambiguus</i>	choca-de-sooretama	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I / end
77	<i>Myrmotherula axillaris</i>	choquinha-de-flanco branco	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I
78	<i>Formicivora grisea</i>	papa-formiga-pardo	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	II
Dendrocolaptidae							
79	<i>Dendrocincla turdina</i>	arapaçu-liso	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I / end

Furnariidae

80	<i>Furnarius figulus</i>	casaca-de-couro-da-lama	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
81	<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
82	<i>Certhiaxis cinnamomeus</i>	curutié	vi/au	diurnos	ambientes aquáticos	insetívoro	I
83	<i>Phacellodomus rufifrons</i>	joão-de-pau	vi/au	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I

Tyrannida**Tyrannidae****Pipromorphinae**

84	<i>Todirostrum cinereum</i>	ferreirinho-relógio	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
----	-----------------------------	---------------------	---------	---------	-----------------------	------------	---

Elaeniinae

85	<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracava-de-barriga-amarela	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
86	<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
87	<i>Myiornis auricularis</i>	miudinho	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	I / end
88	<i>Tolmomyias flaviventris</i>	bico-chato-amarelo	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I

Fluvicolinae

89	<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
90	<i>Fluvicola nengeta</i>	lavadeira-mascarada	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I / aloc
91	<i>Arundinicola leucocephala</i>	freirinha	vi	diurnos	ambientes aquáticos	insetívoro	I
92	<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I

Tyranninae

93	<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho-de-penacho-vermelho	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
94	<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I

95	<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
96	<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
97	<i>Myiarchus ferox</i>	maria-cavaleira	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
Pipridae							
98	<i>Pipra rubrocapilla</i>	cabeça-encamada	au / vi	diurnos	matas	insetívoro	III
Tityridae							
99	<i>Pachyramphus polychopterus</i>	caneleiro-preto	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
Passeri							
Passerida							
Hirundinidae							
100	<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	andorinha-de-sobre-branco	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
101	<i>Progne tapera</i>	andorinha-do-campo	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
102	<i>Progne chalybea</i>	andorinha-doméstica-grande	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
103	<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
104	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora	vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
Troglodytidae							
105	<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	I
Donacobidae							
106	<i>Donacobius atricapilla</i>	japacanim	au / vi	diurnos	ambientes aquáticos	onívoro	I
Turdidae							
107	<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	onívoro	I / cine

108	<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	onívoro	I
109	<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	onívoro	I
Mimidae							
110	<i>Mimus gilvus</i>	sabiá-da-praia	au / vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	I / Ame
111	<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	au / vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	I
Coerebidae							
112	<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	nectarívoro	I
Thraupidae							
113	<i>Nemosia pileata</i>	saíra-de-chapéu-preto	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	insetívoro	II
114	<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaçu-cinzento	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	I / cine
115	<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaçu-do-coqueiro	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	I
116	<i>Tangara cayana</i>	saíra-amarela	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	I
117	<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha	au/vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	II
118	<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	I
119	<i>Cyanerpes cyaneus</i>	saíra-beija-flor	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	II
120	<i>Conirostrum speciosum</i>	figuinha-de-rabo-castanho	au / vi	diurnos	mangue	onívoro	II
121	<i>Conirostrum bicolor</i>	figuinha-do-mangue	vi/au	diurnos	matas e áreas abertas	onívoro	I

Emberizidae							
122	<i>Ammodramus humeralis</i>	tico-tico-do-campo	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I
123	<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra-verdadeiro	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I / cine
124	<i>Emberizoides herbicola</i>	canário-do-campo	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I
125	<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I / cine
126	<i>Sporophila caerulea</i>	coleirinho	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I / cine
127	<i>Coryphospingus pileatus</i>	tico-tico-rei-cinza	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I
128	<i>Parula pitaiyum</i>	mariquita	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoros	I
129	<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	pia-cobra	au / vi	diurnos	áreas abertas	insetívoro	I
Icteridae							
130	<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	onívoro	I
131	<i>Gnorimopsar chopi</i>	graúna	au / vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	I
132	<i>Chrysomus ruficapillus</i>	garibaldi	au / vi		áreas abertas	onívoro	I
133	<i>Molothrus bonariensis</i>	vira-bosta	au / vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	I
134	<i>Sturnella supercilialis</i>	polícia-inglesa-do-sul	au / vi	diurnos	áreas abertas	onívoro	II
Fringillidae							
135	<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim	au / vi	diurnos	matas e áreas abertas	frugívoro	I
Estrildidae							
136	<i>Estrilda astrild</i>	bico-de-lacre	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	II / aloc
Passeridae							
137	<i>Passer domesticus</i>	pardal	au / vi	diurnos	áreas abertas	granívoro	I / aloc

Obs.: Espécie marcada com asterisco (*) indica endemismo na Mata Atlântica. Identificação por este estudo: ai – identificação de vocalização, vi – contato visual; Status: I – comum, II – pouco comum, III – incomum e IV – Rara; aloc – significa espécie alóctone na Mata Atlântica do ES; resi – significa espécie residente na área (indícios reprodutivos); migr – espécie que realiza movimento migratório; cine – espécie cinegética que sofre pressão de caça ou captura para o cativeiro. **Fonte:** ESPÍRITO SANTO (2010).

3.8.9.3 Anfíbios.

Na APA Lagoa Grande, foram encontradas 20 espécies pertencentes à ordem Anura distribuídas em seis famílias (**Quadro 19**). Nenhuma espécie registrada no presente trabalho encontra-se na lista de animais ameaçados de extinção (BRASIL, 2008).

Quadro 19: Espécies de anfíbios registradas na APA Lagoa Grande.

Família/Espécie	Nome Popular	Hábitos
Hylidae		
<i>Dendropsophus bipunctatus</i>	Pererequinha	A
<i>Dendropsophus decipiens</i>	Pererequinha	A
<i>Dendropsophus elegans</i>	Pererequinha	A
<i>Hypsiboas albomarginatus</i>	Perereca-verde	A
<i>Hypsiboas faber</i>	Sapo-ferreiro	A
<i>Hypsiboas semilineatus</i>	Perereca	A
<i>Phyllomedusa burmeisteri</i>	Perereca-macaco	A
<i>Scinax agilis</i>	Perereca	B
<i>Scinax alter</i>	Perereca-do-litoral	A
<i>Scinax argyreornatus</i>	Perereca	A
<i>Scinax cuspidatus</i>	Perereca	A
<i>Scinax catharinae</i>	Perereca	A
<i>Scinax ruber</i>	Raspa-cuia	A
<i>Trachycephalus nigromaculatus</i>	Perereca-cabeçuda	A
Craugastoridae		
<i>Haddadus binotatus</i>	Rã-do-folhíço	C
Leptodactylidae		
<i>Leptodactylus latrans</i>	Rã-comum	T
Leiuperidae		
<i>Physalaemus crombiei</i>	Ranzinha-da-mata	T

HÁBITOS: T = Terrícola; A = Arborícola; SAR = Semi-arborícola; AQ = Aquático; SA = Semi-aquático. **Fonte:**

ESPÍRITO SANTO (2014).

No PNMJ, há presença de 19 espécies de anfíbios anuros pertencentes a quatro famílias: Bufonidae, Hylidae, Leptodactylidae e Leiuperidae (**Quadro 20**). Dentre as espécies registradas no PNMJ, nenhuma consta na Lista das ameaçadas do MMA (BRASIL, 2003) e do Espírito Santo (IEMA, 2005), assim como nenhuma é considerada rara ou endêmica do local.

Quadro 20: Lista das espécies de anfíbios encontradas na área do PNMJ.

Família/Espécies	Nome Vulgar
Bufonidae	
<i>Rhinella crucifer</i> (Wied-Neuwied, 1821)	Sapo-cururu
<i>Rhinella granulosus</i> (Spix, 1824)	Sapinho
Hylidae	
<i>Aparasphenodon bruno</i> Miranda-Ribeiro, 1920	Perereca-de-capacete
<i>Dendropsophus bipunctatus</i> (Spix, 1824)	Perereca
<i>Dendropsophus decipiens</i> (A. Lutz, 1925)	Perereca
<i>Dendropsophus elegans</i> (Wied-Neuwied, 1824)	Perereca-de-moldura

<i>Dendropsophus minutus</i> (Peters, 1872)	Perereca
<i>Dendropsophus branneri</i> (Cochran, 1948)	Perereca
<i>Hypsiboas albomarginatus</i> (Spix, 1824)	Perereca-verde
<i>Hypsiboas faber</i> (Wied-Neuwied, 1821)	Sapo-ferreiro
<i>Phyllodytes luteolus</i> Wied-Neuwied, 1824	Perereca-da-bromélia
<i>Scinax alter</i> (B. Lutz, 1973)	Perereca
<i>Scinax argyreornatus</i> (Miranda - Ribeiro, 1926)	Perereca
<i>Scinax fuscovarius</i> (A. Lutz, 1925)	Perereca-de-banheiro
<i>Sphaenorhynchus planicola</i> (A. Lutz e B. Lutz, 1938)	Perereca-da-salvínia
<i>Trachycephalus nigromaculatus</i> Tschudi, 1838	Perereca
Leiuperidae	
<i>Physalaemus crombiei</i> Heyer and Wolf, 1989	Rãzinha
Leptodactylidae	
<i>Leptodactylus</i> gr. <i>fuscus</i> (Schneider, 1799)	Rã-assovio
<i>Leptodactylus</i> gr. <i>ocellatus</i> (Linnaeus, 1758)	Rã-comum

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2010).

3.8.9.4 Répteis.

Na APA Lagoa Grande, foram encontradas 22 espécies de répteis, pertencentes às ordens Squamata e Testudines, distribuídos em 13 famílias (**Quadro 21**). Não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção.

Quadro 21: Espécies de répteis registradas na APA da Lagoa Grande.

Família/Espécie	Nome Popular	Hábitos
Chelidae		
<i>Phrynosoma geoffroanus</i>	Cágado	AQ
Tropiduridae		
<i>Tropidurus torquatus</i>	Calango	T
Phyllodactylidae		
<i>Gymnodactylus darwinii</i>	Lagartixa-da-mata	SAR
Gekkonidae		
<i>Hemidactylus mabouia</i>	Lagartixa, Tarúira	A
Diploglossidae		
<i>Ophiodes striatus</i>	Cobra-de-vidro	T
Mabuyidae		
<i>Brasiliscincus agilis</i>	Víbora	T
Polychrotidae		
<i>Polychrus marmoratus</i>	Papa-vento	A
Dactyloidae		

<i>Dactyloa punctata</i>	Lagartinho	A
Teiidae		
<i>Ameiva ameiva ameiva</i>	Lagarto-verde	T
<i>Salvator merianae</i>	Teiú	T
Boidae		
<i>Boa constrictor constrictor</i>	Jiboia	A
<i>Corallus hortulanus</i>	Jiboinha-de-restinga	A
Colubridae		
<i>Chironius bicarinatus</i>	Cobra-cipó	SAR
<i>Chironius fuscus</i>	Cobra	A
<i>Oxybelis aeneus</i>	Cobra-cipó	A
<i>Pseustes sulphureus</i>	Cobra	T
Dipsadidae		
<i>Erythrolamprus miliaris</i>	Cobra-d'água	AQ
<i>Erythrolamprus poecilogyrus</i>	Cobra-d'água	AQ
<i>Philodryas olfersii</i>	Cobra-verde	A
<i>Philodryas patagoniensis</i>	Papa-pinto	T
<i>Xenodon neuwiedii</i>	Jararaquinha	T
Viperidae		
<i>Bothropoides jararaca</i>	Jararaca	T

HÁBITOS: T = Terrícola; A = Arborícola; SAR = Semi-arborícola; AQ = Aquático; SA = Semi-aquático. **Fonte:** ESPÍRITO SANTO (2014).

No PNMJ, foram registradas 22 espécies de répteis, sendo 9 espécies de lagartos, 12 espécies de serpentes e 1 espécie de quelônio; essas espécies por sua vez pertencem a 11 famílias (Gymnophthalmidae, Gekkonidae, Teiidae, Polychrotidae, Elapidae, Tropiduridae, Scincidae, Colubridae, Boidae, Viperidae e Chelidae) (**Quadro 22**). Foram constatadas 2 espécies ameaçadas de extinção, os quelônios marinhos *Chelonia mydas* e *Caretta caretta*. Esses répteis estão ameaçados devido à grande pressão da caça.

Quadro 22: Lista de espécies de répteis registradas no PNMJ.

Espécies	Procura ativa	Consulta ao acervo biológico da Rodosol	Entrevista
Gymnophthalmidae			
<i>Leposoma scincoides</i>	X		
Gekkonidae			
<i>Gymnodactylus darwinii</i>	X		
<i>Hemidactylus mabouia</i>	X		
Teiidae			
<i>Cnemidophorus ocellifer</i>		X	

<i>Tupinambis merianae</i>	X		X
<i>Ameiva ameiva</i>	X	X	X
Tropiduridae			
<i>Tropidurus gr. Torquatus</i>	X		X
Polychrotidae			
<i>Polychrus marmoratus</i>	X		
Scincidae			
<i>Mabuya agillis</i>	X		
Colubridae			
<i>Chironius laevicollis</i>	X		
<i>Chironius exoletus</i>	X		
<i>Thamnodynastes hypoconia</i>	X		
<i>Oxybelis aeneus</i>	X	X	
<i>Philodryas olfersii</i>			
<i>Philodryas patagoniensis</i>			X
<i>Oxyrhopus petola</i>	X		
<i>Pseudoboa nigra</i>	X		
Boidae			
<i>Boa constrictor</i>		X	X
<i>Corallus hortulanus</i>		X	
Viperidae			
<i>Bothrops jararaca</i>		X	
Elapidae			
<i>Micrurus corallinus</i>		X	X
Chelidae			
<i>Acanthochelys radiolata</i>	X		

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2010).

Através do levantamento bibliográfico, foi obtido o registro de 2 espécies de quelônios marinhos: *Chelonia mydas* e *Caretta caretta* (AVIDEPA, 2002; OCEAN MANAGER, 2002 *apud* ESPÍRITO SANTO, 2010), na área do PNM de Jacarenema.

Desde 2017 há registros de ocorrência de desovas nas praias do município. Dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, com informações básicas sobre a ocorrência das desovas estão apresentadas no **Quadro 23**. Foram registradas no período 49 ocorrências de desovas de espécie não identificada; 56 registros de *Careta caretta* (tartaruga cabeçuda) e 3 registros de *Dermochelys coreacea* (tartaruga de couro). Normalmente, as espécies desovam nas praias do Norte do Espírito Santo, em Regência e Povoação, mas tem surpreendido com as desovas em Vila Velha. O apoio da sociedade civil é de extrema importância nesse processo.

Quadro 23: Dados sobre ocorrência de desova de tartarugas marinhas em Vila Velha/ES.

Ano	Espécie	Quantidade de ninhos
2017	Espécie não definida	8
	<i>Careta caretta</i>	2
2018	Espécie não definida	20
	<i>Careta caretta</i>	11
2019	Espécie não definida	14
	<i>Careta caretta</i>	14
2020	Espécie não definida	3
	<i>Careta caretta</i>	24
	<i>Dermochelys coriacea</i>	2
2021	Espécie não definida	4
	<i>Careta caretta</i>	5
	<i>Dermochelys coriacea</i>	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES. Elaboração própria (2022).

O estudo de Barbosa *et al.* (2012) identificou um ninho de *D. coriacea* no município de Vila Velha contendo 132 ovos e 1 natimorto. Na superfície foram encontrados 4 filhotes mortos, dispersos por um raio de aproximadamente 5m ao redor do ninho. Os autores concluíram que o litoral de Vila Velha não é sítio reprodutivo da espécie e o achado se caracterizou como uma desova ocasional. Não há informação do motivo que leva algumas fêmeas da espécie a realizarem a postura dos ovos em regiões geograficamente desfavoráveis e distantes do sítio reprodutivo comum. Há indicativos que as tartarugas marinhas poderão alterar a época de desova, a distribuição de seus ninhos e rotas migratórias associadas como resposta às mudanças climáticas globais.

Embora os dados precisem ser mais refinados e analisados perante outras variáveis, esse é um bom indicativo que precisa ser acompanhado pelas autoridades municipais, instituições de pesquisa e órgãos ambientais.

3.8.9.5 Peixes.

Os estuários são a ligação entre os ecossistemas terrestres e marinhos. Impactos nessas áreas significam, em muitos casos, a redução da diversidade biológica e da biomassa dos biótopos aquáticos vizinhos. As principais causas da perda direta da biodiversidade em ecossistemas aquáticos continentais brasileiros são: poluição e eutrofização, assoreamento, construção de barragens e controle de cheias, pesca e introdução de espécies. O rio Jucu dentro da área do PNMJ recebe esgotos provenientes de bairros vizinhos na altura da ponte sobre a Rodovia do Sol ES-060, aporte que certamente contribui para a redução da população de peixes em especial as espécies mais sensíveis, ocorrendo com isso a redução da biodiversidade local (ESPÍRITO SANTO, 2010).

No PNM de Jacarenema, no trecho do rio Jucu que atravessa o parque foram capturadas 15 espécies distribuídas em 13 famílias (**Quadro 24**).

Quadro 24: Espécies com suas respectivas famílias, nome popular e local onde foram coletadas.

Família	Espécie	Nome popular	Local de Coleta
Achiridae			
	<i>Achirus lineatus</i>	Linguado	Foz do Rio
Ariidae			
	<i>Guenidens guenidens</i>	Bagre	Foz do Rio
Atherinidae			
	<i>Atherinella brasiliensis</i>	Piquira	Foz do Rio
Centropomidae			
	<i>Centropomus parallelus</i>	Robalo	Próximo à Rodovia e Foz do Rio
	<i>Centropomus undecimmaculatus</i>	Robalo	Próximo à Rodovia
Characidae			
	<i>Astyanax bimaculatus</i>	Piaba	Próximo à Rodovia
Cichlidae			
	<i>Geophagus brasiliensis</i>	Cará	Próximo à Rodovia
Eleotridae			
	<i>Eleotris pisonis</i>	Moréia	Próximo à Rodovia
	<i>Guavina guavina</i>	Moréia	Próximo à Rodovia
Erythrinidae			
	<i>Hoplias malabaricus</i>	Traíra	Próximo à Rodovia
Gerreidae			
	<i>Eucinostomus argenteus</i>	Carapicú	Foz do Rio
Gobiidae			
	<i>Gobionellus boleosoma</i>	Moréia	Próximo à Rodovia
Mugilidae			
	<i>Mugil curema</i>	Tainha	Foz do Rio
Tetraodontidae			
	<i>Sphoeroides testudineus</i>	Baiacú	Foz do Rio
Poeciliidae			
	<i>Poecilia vivipara</i>	Barigudinho	Próximo à Rodovia

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2010).

De acordo com o Plano de Manejo PNMJ, nenhuma das espécies se enquadra como ameaçada, rara ou endêmica. Contudo, no estudo realizado pela AVIDEPA (2002) foi amostrada uma espécie, *Labrisomus* sp.n., identificada como espécie nova para a ciência. Ao se confirmar esta informação o local onde esta foi amostrada, no costão rochoso do Morro da Concha, representa um local adicional a ser preservado (IEMA, 2005; AVIDEPA, 2002; BRASIL, 2003 *apud* ESPÍRITO SANTO, 2010).

3.8.9.6 Caramujo africano.

Na APA Lagoa Grande, uma informação relevante a se registrar é a ocorrência de um grande número de exemplares da espécie *Achatina fulica* (caramujo africano) associado à vegetação das margens da Lagoa Grande e entorno. A *Achatina fulica* é um gastrópode terrestre que foi introduzido clandestinamente no Brasil e hoje possui ampla distribuição no país. Esse animal causa danos ambientais e prejuízos econômicos à agricultura dos locais onde ocorre. Além disso, o molusco tem sido citado como hospedeiro intermediário de zoonoses causadas por nematoides do gênero *Angiostrongylus*.

3.8.9.7 Crustáceos e Moluscos.

No PNMJ, os crustáceos e moluscos amostrados foram coletados nas áreas de manguezal. Com relação aos crustáceos, foram coletados 204 crustáceos pertencentes a 4 famílias, 8 gêneros e 12 espécies (**Quadro 25**). O guaiamum, *Cardisoma guanhumi*, encontra-se presente na lista de espécies ameaçadas do Espírito Santo (IEMA, 2005) elevando a importância de se preservar o manguezal.

Quadro 25: Espécies de crustáceos amostrados nas 4 estações de coleta no manguezal do rio Jucu.

Classificação taxonômica	Nomes vulgares
Arthropoda	
Crustacea	
Malacostraca	
Decapoda	
Grapsidae	
<i>Aratus pisonii</i>	Caranguejo marinho
<i>Armases angustipes</i>	Caranguejo marinho
<i>Sesarma rectum</i>	Caranguejo marinho
<i>Goniopsis cruentata</i>	Aratú, maria-mulata
<i>Pachygrapsus transversus</i>	Xexeu
Gecarcinidae	
<i>Cardisoma guanhumi</i> *	Guaiamum, Goiamum
Ocypodidae	
<i>Uca burgersi</i>	Chama-maré, espera-maré
<i>Uca cumulanta</i>	Chama-maré, espera-maré
<i>Uca mordax</i>	Chama-maré, espera-maré
<i>Uca rapax</i>	Chama-maré, espera-maré
<i>Uca thayeri</i>	Chama-maré, espera-maré
Xanthidae	-
<i>Panopeus lacustris</i>	Dorminhoco

Obs:* Espécie vulnerável à extinção. **Fonte:** ESPÍRITO SANTO (2010); IEMA (2005).

Foram encontrados no manguezal do PNMJ 3 espécies de caracol do mangue, *Neritina virginea* (Linnaeus, 1758), *Melampus coffeus* (Linnaeus, 1758) e *Littorina angulifera* (Lamarck, 1822), além do

budigão, *Anomalocardia brasiliiana* (Gmelin, 1791), da ostra do mangue, *Crassostrea rizophorae* (Guilding, 1828), e o sururu, *Mytella charruana* (Orbigny, 1842) (**Quadro 26**).

Quadro 26: Espécies de moluscos amostrados nas quatro estações de coleta no manguezal do rio Jucu.

Classificação taxonômica	Nomes vulgares
Mollusca	
Bivalvia	
Mytiloidea	
Mytilidae	
<i>Mytella charruana</i>	Sururu
Veneroidea	
Veneridae	
<i>Anomalocardia brasiliiana</i>	Budigão
Ostreoidea	
Ostreidae	
<i>Crassostrea rizophorae</i>	Ostra
Gastropoda	
Neritoida	
Neritidae	
<i>Neritina virginea</i>	Caracol-do-mangue
Archaeopulmonata	
Ellobiidae	
<i>Melampus coffeus</i>	Caracol-do-mangue
Mesogastropoda	
Littorinidae	
<i>Littorina angulifera</i>	Caracol do mangue

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2010).

3.8.10 Recursos hídricos (bacias hidrográficas; corpos d'água).

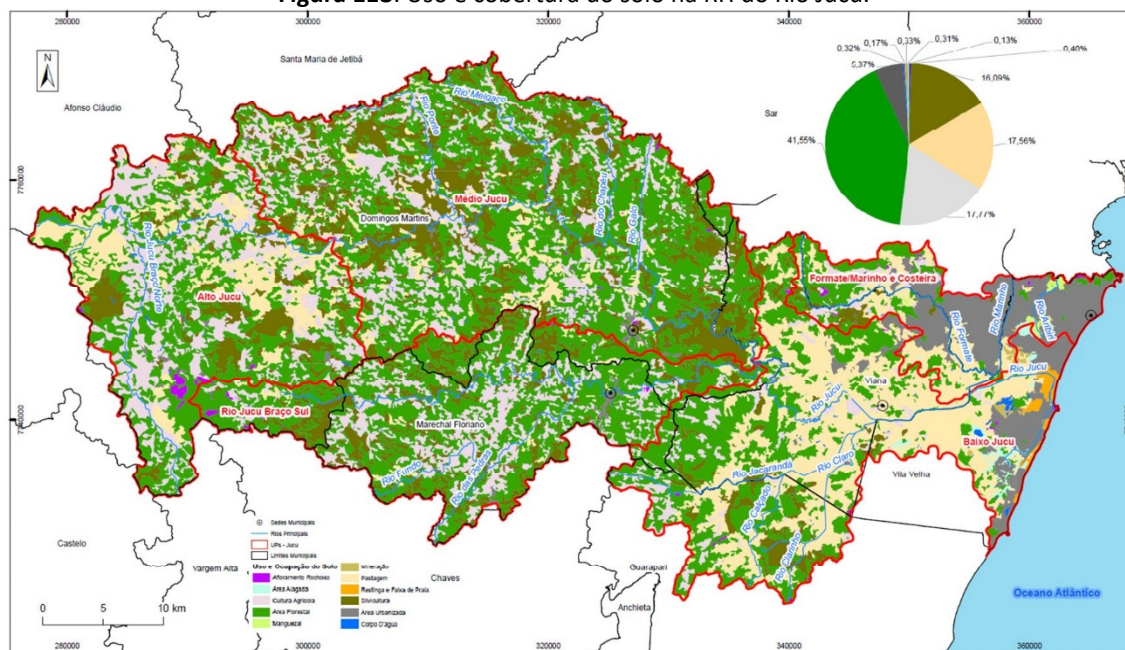
As principais bacias que compõem a paisagem hidrográfica do município são as dos Rios Guarapari e Jucu, destacando-se como principais rios: Jucu e Una.

A Bacia Hidrográfica do Rio Jucu está localizada na região Centro-Sul do Estado do Espírito Santo. Possui área de drenagem de aproximadamente 2.032km² e abrange seis municípios capixabas: Domingos Martins, Marechal Floriano e Viana em sua totalidade, e parcialmente os municípios de Cariacica, Guarapari e Vila Velha. Os principais afluentes são os rios Jucu Braço Sul e Jucu Braço Norte, além dos Rios Ponte, Melgaço, Chapéu, Galo, Fundo, Jacarandá, Aribiri, Formate, Marinho e Ribeirão Santo Agostinho (**Figura 117**).

Figura 117: Unidades de planejamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu.

de mangue na foz do Rio Jucu forma bosques com altura de até 12 m, com predomínio em alguns trechos de *Laguncularia racemosa* e em outros de *Avicennia germinans* (ESPÍRITO SANTO, 2010). Após esse trecho, os manguezais voltam a aparecer somente no município de Guarapari (ICMBIO, 2018).

Figura 118: Uso e cobertura do solo na RH do Rio Jucu.



Fonte: ESPÍRITO SANTO (2016).

Na Baía de Vitória, os Rios Santa Maria da Vitória, Bubu e Aribiri, além dos Canais da Passagem e do Lameirão, compõem o cenário de manguezais do entorno dessa baía, com 18 quilômetros quadrados distribuídos entre os municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha e Vitória. Uma característica marcante desses manguezais é a ocorrência dos apicuns, sobretudo nas áreas de transição, bem como no interior dos bosques de mangue mais extensos, como é o caso da Estação Ecológica Municipal da Ilha do Lameirão. Embora as margens da Baía de Vitória resguardem o manguezal remanescente do processo de ocupação da Grande Vitória, três portos ocupam hoje o que outrora fora manguezal.

A captação de água para abastecimento público em Vila Velha provém de dois mananciais: o Poço-Ponta da Fruta e o Rio Jucu, com vazão/quantidade captada (m³/dia) de 2.592,00 e 315.592,00, respectivamente. O Rio Jucu também é utilizado pelos municípios de Cariacica, Vitória e Guarapari (ESPÍRITO SANTO, 2016).

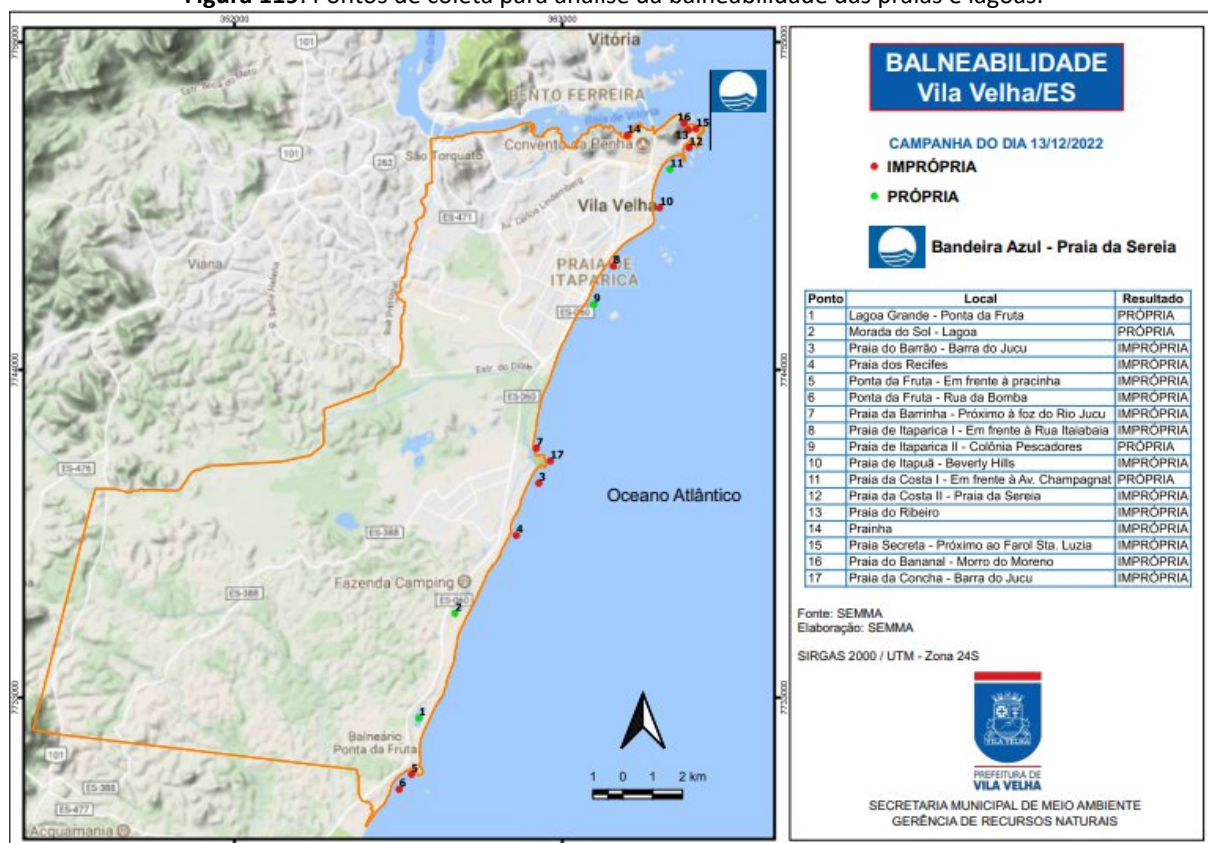
No município ainda existem lagoas, canais e nascentes na orla e dispersos pelo território, já citados no item 3.8.2.1.

3.8.11 Qualidade da água / Balneabilidade.

A balneabilidade é a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário, sendo este entendido como um contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esqui-aquático, etc), onde a possibilidade de ingerir quantidades apreciáveis de água é elevada. O parâmetro indicador básico para a classificação das praias quanto a sua balneabilidade em termos sanitários é a densidade de coliformes fecais.

A Prefeitura Municipal vem prestando à população, desde 2001, um serviço de monitoramento da qualidade das águas recreativas, para avaliar o risco à saúde representado pela presença de microrganismos patogênicos nestes corpos d'água. Em 2009, foi celebrado o Acordo de Cooperação nº 008/2009, entre a PMVV e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, por intermédio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA. O Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a colaboração mútua entre as partes visando o monitoramento da qualidade da água para fins de balneabilidade, incluindo os pontos monitorados pelo município de Vila Velha/SEMMA no Programa de Balneabilidade do IEMA (VILA VELHA, 2014).

Figura 119: Pontos de coleta para análise da balneabilidade das praias e lagoas.



Fonte: VILA VELHA (2022a; 2022e).

De acordo com informações da Prefeitura Municipal, a malha amostral é composta por 17 pontos, sendo as coletas realizadas semanalmente (VILA VELHA, 2022a; 2022e). Os pontos analisados são apresentados à **Figura 119**. Os resultados das análises microbiológicas são realizados conforme

instruções contidas na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 274/2000. No site da Prefeitura Municipal, são disponibilizados os mapas da balneabilidade das praias e lagoas com dados desde julho de 2017.²⁷

3.8.12 Espécies ameaçadas de extinção.

Como parte da proteção da biodiversidade capixaba, o estado do Espírito Santo publicou sua primeira lista de espécies ameaçadas de extinção em 2005. O órgão responsável pela elaboração da lista estadual é o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), que publicou as listas sob o Decreto Nº 1.499-R, de 2005 (**Tabela 3**).

Tabela 3:Quantitativo de espécies capixabas que estão correndo risco de extinção.

Categoria	Flora	Fauna	Total
Criticamente em Perigo	171	85	256
Em Perigo	222	36	258
Vulneráveis	360	76	436
Total	753	197	950

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2007b; 2007c) - adaptado.

Com relação à flora, pode ser observado que quase a metade das espécies está enquadrada na categoria de menor risco entre as ameaçadas. No entanto, estas espécies assim como todas as outras merecem atenção especial para que não passem futuramente para a categoria de maior risco em novos estudos.

O grande número de Angiospermas presentes nas listas de espécies ameaçadas não é só reflexo da representatividade do grupo no Estado, mas também pode estar associado ao fato de que a maior parte dos estudos realizados estão relacionados às Angiospermas, ficando os outros grupos (Briófitas e Pteridófitas) subamostrados, principalmente por falta de interesse pela maior parte dos pesquisadores do Estado. Já, para as Gimnospermas, das duas únicas espécies existentes no Espírito Santo, uma consta como ameaçada (*Podocarpus sellowii* Klotzsch ex Endl.) e *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze como regionalmente extinta na natureza (ESPÍRITO SANTO, 2007c) (**Tabela 4**).

Tabela 4: Quantitativo de espécies da flora que estão correndo risco de extinção.

Categoria	Briophyta	Pteridophyta	Pinophyta (Gimnosperma)	Magnoliophyta (Angiosperma)
Criticamente em Perigo	0	1	0	170
Em Perigo	7	6	0	209
Vulneráveis	29	24	1	306
Total	36	31	1	685

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2007b; 2007c) - adaptado.

²⁷ O histórico dos resultados de Balneabilidade está integralmente disponibilizado em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/meio-ambiente-resultado-da-balneabilidade>.

Com relação à fauna, existem 197 espécies de animais ameaçadas de extinção (**Tabela 5**) e 11 foram consideradas regionalmente extintas, ou seja, não ocorrem mais naturalmente neste estado. Apesar de quase metade das espécies listadas estarem enquadradas na categoria de menor risco entre as ameaçadas, isto não quer dizer que não devemos nos preocupar com a situação delas. O risco de extinção de tais espécies pode se tornar muito alto se os fatores de ameaça persistirem.

Tabela 5: Quantitativo de espécies da fauna que estão correndo risco de extinção.

Categoria	Mamíferos	Aves	Peixes	Répteis	Anfíbios	Invertebrados terrestres	Invertebrados aquáticos
Regionalmente extinta	3	4	4	0	0	0	0
Criticamente em Perigo	7	37	5	1	3	13	0
Em Perigo	7	18	2	3	3	3	0
Vulneráveis	15	26	18	6	4	7	19
Total	32	85	29	10	10	23	19

Fonte: ESPÍRITO SANTO (2007b; 2007c) - adaptado.

Quando avaliamos os dados separados por grupo, verificamos que aves é o grupo que apresenta o maior número de espécies ameaçadas ou regionalmente extintas, com 85 espécies (41%), seguido de mamíferos, com 32 espécies (15%), peixes, com 29 espécies (14%), invertebrados terrestres, com 23 espécies (11%), invertebrados aquáticos, com 19 espécies (9%), e anfíbios e répteis, com 10 espécies cada (5% cada). O maior número de espécies de aves e mamíferos pode refletir um maior conhecimento sobre estes grupos e, consequentemente, os efeitos danosos em suas populações são verificados mais facilmente. Mas também são espécies de maior porte, muitas delas somente encontradas em extensas áreas de vegetação nativa; e geralmente são mais susceptíveis à caça e captura. Dentre as espécies que constam da Lista da Fauna Ameaçada de Extinção no Espírito Santo, 97 (46,6%) constam também na lista brasileira. Isto quer dizer que mais da metade das espécies que constam da lista capixaba são consideradas ameaçadas somente no estado, o que evidencia o quanto a diversidade biológica do Espírito Santo merece uma atenção especial, antes que desapareça para sempre no território capixaba (ESPÍRITO SANTO, 2007b).

A perda de espécies já foi constatada para 11 espécies que estão Regionalmente Extintas no Espírito Santo, sendo 4 espécies de peixes (2 espécies de peixe-serra, *Pristis pectinata* e *Pristis pristis*, o peixe-papagaio, *Scarus guacamaia*, e o surubim-do-Doce, *Steindachneridion doceana*), 4 de aves (o Corocoró, *Mesembrinibis cayenensis*, a Jacutinga, *Pipile jacutinga*, a Arara-vermelha grande, *Ara chloropterus*, e o Bicudo, *Oryzoborus maximiliani*) e 3 de mamíferos (o tamanduá-bandeira, *Myrmecophaga tridactyla*, a ariranha, *Pteronura brasiliensis* e o peixe-boi-marinho, *Trichechus manatus*).

A atualização das listas de fauna e flora ameaçadas de extinção está em processo de elaboração. Vale ressaltar que o número de espécies ameaçadas é reflexo da própria história do uso e da ocupação do solo no Estado (ESPÍRITO SANTO, 2007b; 2007c).²⁸

3.8.13 Ocupação em áreas de dunas/manguezais/restingas.

Durante a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina de Planejamento, os participantes identificaram a ocorrência de usos e ocupações irregulares em áreas sensíveis da orla do município. A partir das informações do **QUADRO DETALHADO**, no item 11 deste documento, sintetizamos as informações no **Quadro 27** abaixo.

Quadro 27: Uso e ocupação irregular em áreas sensíveis da orla.

UP1e2	Ocupação em áreas de risco – morros, Rio Aribiri (manguezal)
	Bloqueio de acesso em algumas praias (Ilha da Baleia, Inhoá e Nook Beach)
UP 3	Atividades esportivas e falta de acessos padronizados interferindo com espaço de restinga (praia)
UP 4	Pressão imobiliária sobre a orla, restinga, Unidade de Conservação (UC) Parque Natural Municipal de Jacarenema
UP 5	Quiosques e restaurantes na faixa de areia
	Construção de casas, estruturas demarcadoras de limites de lotes e quadra esportiva, em área de restinga (praia)
	Ocupações irregulares nas margens do canal do Congo
	Ocupação irregular e falta de fiscalização em área de restinga degradada
UP 6	Avanço de ocupação irregular, invasões e desmatamento - em área da Matinha de Interlagos
	Avanço das construções irregulares; Existência de quiosques; Plantação por moradores de batatas, coqueiros, bananeiras - área de restinga degradada (praia)
	Ocupações irregulares no entorno da Lagoa Grande
	Existência de moradias e comércios ao redor do morro, em cima do costão rochoso (Morro da Igreja)
	Construções e ocupações irregulares na beira da praia - erosão em toda a extensão da praia e faixa de dunas

Fonte: Elaboração própria (2022).

3.9 ATRIBUTOS SOCIAIS.

²⁸ As listas de espécies da flora e fauna silvestre ameaçadas de extinção do Estado do Espírito Santo foram atualizadas recentemente, por meio do Decreto nº 5237-R, de 25/11/2022 e Decreto nº 5238-R, de 25/11/2022, disponíveis em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/FAUNA/Decreto%205238-R_2022_25-Nov%20-%20Flora%20-%20Lista%20de%20Esp%C3%A9cies%20Amea%C3%A7adas%20de%20Extin%C3%A7%C3%A3o.pdf e https://iema.es.gov.br/Media/iema/FAUNA/Decreto%205237-R_2022.pdf.

3.9.1 Presença de comunidades tradicionais.

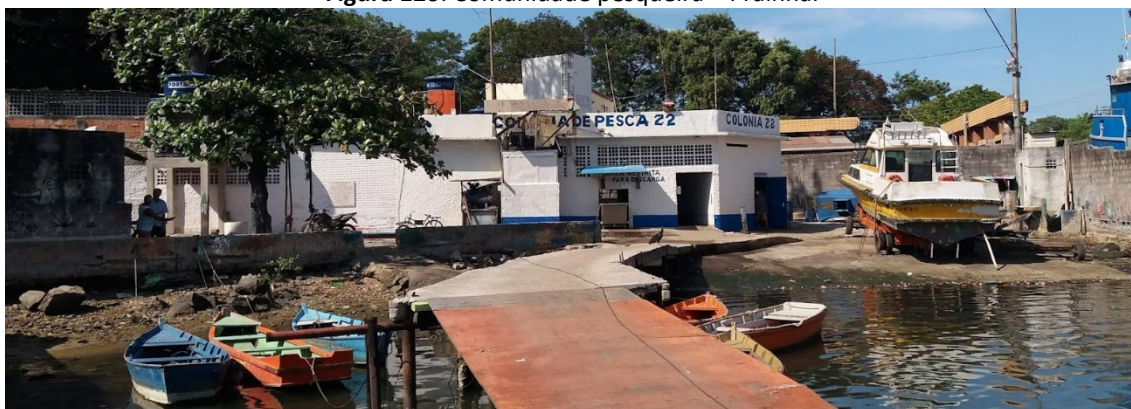
O município de Vila Velha possui diversas comunidades tradicionais de pescadores artesanais, agrupados na Colônia de Pesca de Vila Velha – Z2 (**Quadro 28** e **Figuras 120 a 126**). Esses pescadores desenvolvem atividades extrativistas com espécies locais de peixes, crustáceos e moluscos.

Quadro 28: Principais comunidades tradicionais pesqueiras - 2020.

Local	Nome da Comunidade	Nº Famílias
Prainha	Comunidade de Pescadores Artesanais da Prainha	30
Praia do Ribeiro	Comunidade de Pescadores Artesanais da Praia do Ribeiro	15
Praia da Costa	Comunidade de Pescadores Artesanais da Praia da Costa	15
Praia de Itapuã	Comunidade de Pescadores Artesanais de Itapuã	60
Praia de Itaparica	Comunidade de Pescadores Artesanais de Itaparica	20
Barra do Jucu	Comunidade de Pescadores Artesanais de Barra do Jucu	45
Ponta da Fruta	Comunidade de Pescadores Artesanais de Ponta da Fruta	19

Fonte: INCAPER (2020).

Figura 120: Comunidade pesqueira – Prainha.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 121: Comunidade pesqueira – Praia do Ribeiro.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 122: Comunidade pesqueira – Praia da Costa.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 123: Comunidade pesqueira – Praia de Itapuã.

Figura 124: Comunidade pesqueira – Praia de



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 125: Comunidade pesqueira – Barra do Jucu



Fonte: Elaboração própria (2022).



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 126: Comunidade pesqueira - Ponta da Fruta



Fonte: Elaboração própria (2022).

As comunidades pesqueiras são espaços de ocupação tradicional de pescadores, que enfrentam conflitos de incompatibilidade entre o exercício da atividade da pesca e os novos usos e formas de ocupação da orla (em especial, aos usos residenciais de médio e alto padrão, em edifícios verticalizados). Há questões como limitação de algumas atividades (por exemplo, proibição de cozimento do sururu na Praia do Ribeiro), questões patrimoniais (existência de colônia de pescadores remanescente na faixa de areia na Praia de Itaparica, p. ex.) e questões fundiárias e de pressão imobiliária, como é o caso da comunidade pesqueira de Praia de Itapuã.

Quando se chega próximo à Praia de Itapuã, a Colônia de Pescadores é reconhecida visualmente pelas placas de sinalização de trânsito, desde o primeiro momento em que se começa a transitar pelas ruas e avenidas tomadas por prédios e condomínios luxuosos que interceptam a beira da orla. Em contraste, percebe-se a existência das casas simples das famílias dos pescadores mais antigos da região e também de prédios modestos de três andares que são oferecidos pelas imobiliárias em troca das propriedades residenciais das famílias de pescadores, estimulando e levando à venda de seus terrenos. Redes e pequenas embarcações de pesca, de construção artesanal, dispostas nas areias da praia e identificadas com a sigla API são elementos significativos que compõem a paisagem. A presença de uma fileira de bancas de pescado, de estrutura rudimentar, é também um elemento fundamental para a

reivindicação da pesca artesanal. Ao fundo, distanciando o olhar na paisagem do mar, percebem-se as ilhas Itatiaia (chamada Boqueirão), Pituã e Ilha das Garças que fazem parte do conjunto de sete ilhas existentes naquela região. Os espaços marítimos das ilhas participam também das estratégias criativas elaboradas pelos pescadores para produzir renda, especialmente fretes para turistas e, portanto, fazem parte das suas experiências cotidianas (ROMERO, 2014).

Em Itapuã, cabe abordar mais a fundo, uma vez que “é uma comunidade de pesca que conta com uma longa história de existência (e resistência). São diversas gerações de famílias que exercem a pesca artesanal e o beneficiamento do pescado numa região que sofreu diversas modificações ao longo do tempo, com a transmissão do ofício e do conhecimento da pesca entre uma geração e outra de pescadores e marisqueiras” (LEONE, 2021, p. 40). Além disso, está delimitada e descrita em Zonas Urbanas no PDM, a saber, parte no Núcleo de Desenvolvimento C (ND-C), parte em uma das Zonas Especiais de Interesse Público (ZEIP), nas quadras limítrofes ao calçadão - ver **Figura 127**.

No ND-C, a comunidade é descrita como “atual colônia de pescadores da Praia da Costa”, embora aparentemente esteja situada no bairro Itapuã. Como já dito, a zona urbana compreende a colônia de pescadores e prevê a preservação das características ímpares da colônia, e da praia quanto ao sombreamento causado pela verticalização excessiva das edificações. No entanto, permite usos e atividades de Grau de Impacto 4 que, como também já mencionado acima, implica em uso não residencial cuja instalação é condicionada à aprovação de EIV. As ZEIP's ainda não possuem critérios e parâmetros urbanísticos individualizados, e dependem de análise e aprovação do Conselho Municipal da Cidade – CMC, mas implicam em “garantir a reserva de áreas de espaço livre de uso público” – ou seja, parte da área ocupada pela colônia está caracterizada como área pública.

Figura 127: Núcleo de Desenvolvimento C (ND-C) e Zona Especial de Interesse Público (ZEIP).



Fonte: VILA VELHA (2018a).

Os pescadores da Barra do Jucu, há mais de 200 anos pescam na Praia da Concha, em embarcações a remo, utilizando as mesmas artes de pesca de seus antepassados. Nos primórdios pescavam no Rio Jucu e no estuário, porém com o aumento populacional da região, o rio passou a ser degradado por

lixo e esgoto, gerando poluição e assoreamento, o que priorizou a pescaria no mar. Porém, suas águas poluídas deságuam no mar, contribuindo para a escassez do pescado, agravada pela destruição do estuário local, berçário natural dos peixes (AOKI *et al.*, 2009).

A Praia da Concha é um dos lugares mais tradicionalmente associados às pescarias locais. A presença dos barracões, das baiteiras, das redes, a interação cotidiana, demarcam simbolicamente esta praia como lugar de pesca (FILGUEIRAS, 2008). Os pescadores pescam com tecnologia relativamente simples, com embarcações denominadas localmente baiteiras, geralmente tracionadas a remo ou motor, com tripulações de dois pescadores, que utilizam como aparelhos de captura redes de espera ou linha e anzol. Quando vão ao mar, os pescadores da Praia da Concha acessam uma série de espaços específicos, os chamados pesqueiros, que são os lugares onde costumam pescar de linha ou armar algumas de suas redes de espera. Estes pontos possuem, em geral, fundo de pedras ou lama, o que, segundo os pescadores, atrai os peixes (FILGUEIRAS, 2007).

Na Barra do Jucu coexistem pelo menos três gerações de pescadores artesanais. Uma, a primeira, que viveu um período, marcado pela fartura do pescado, quando não havia luz elétrica ou água encanada, e que pode ser simbolizado pela figura do Seu Írio, pescador de 92 anos, um dos mais antigos ainda vivos, mas que não pesca mais. Outra geração, a segunda, viveu um período de transição, quando o cotidiano da Barra do Jucu e da pesca na Praia da Concha começaram a se transformar sensivelmente e pode ser simbolizada por Seu Paulo Lira, de 66 anos, que já não se dedicou exclusivamente à pesca, mantendo um emprego de topógrafo na Prefeitura de Vila Velha, no qual se aposentou. A geração mais nova, por sua vez, corresponde aos pescadores que têm por volta de 30 anos e que vivem o que alguns mais antigos chamam de “fim da picada”: um tempo marcado pela escassez do pescado e onde é praticamente impossível viver só da pesca (FILGUEIRAS, 2007).

3.9.2 Densidade demográfica da orla.

De acordo com o Censo de 2010, Vila Velha era o município mais populoso do estado. No entanto, a partir do ano de 2013 o município da Serra tornou-se o mais populoso, apresentando as maiores estimativas populacionais dentro de todo estado. Para o ano de 2021, Vila Velha apresentou a estimativa populacional de 508.655 habitantes, mantendo o 2º lugar no estado e na região metropolitana, em termos de população.

O município é predominantemente urbano (mais de 99% da população reside na zona urbana), com densidade demográfica de 1.973,59 hab/km² (**Tabela 6**) (IBGE, 2022; VILA VELHA, 2018c).

Tabela 6: Demografia.

População estimada [2021]	508.655 pessoas
---------------------------	-----------------

População no último censo [2010]	414.586 pessoas
Densidade demográfica [2010]	1.973,59 hab/km ²

Fonte: IBGE (2022).

Ainda, constatou-se que em 2010 quase 96% da população morava e trabalhava em Vila Velha, “o que pode ser influenciado pelas ofertas habitacionais ocorridas no município, principalmente em sua orla, que influenciou a migração intra e/ou intermunicipal” (VILA VELHA, 2018c, p. 31-32).

Observando o município de forma mais regionalizada (**Tabela 7**), dados do ano de 2018 informam que “em 2010 cerca de 36% dos habitantes do município estavam localizados na Região I (Centro), ..., onde os bairros Praia da Costa (31.083 hab.) e Itapuã (22.808 hab.) foram os mais populosos do município” (VILA VELHA, 2018c, p. 36). Portanto, em 2010, 2 dos bairros com faixa de orla possuíam o maior contingente populacional do município - só será possível confirmar se a situação se manteve após a realização do Censo Demográfico de 2022.

Tabela 7: Total de habitantes por região administrativa/localidade – 2010 e 2017.

Região Administrativa/ Localidade	2010	2017	Participação (2010)
I – Centro	148.253	173.929	35,8%
II – Grande Ibes	68.724	80.626	16,6%
III – Grande Aribiri	68.635	80.522	16,6%
IV – Grande Cobilândia	66.265	77.741	16,0%
V – Grande Jucu	60.698	71.210	14,6%
Rural	2.011	2.359	0,5%
Total	414.586	486.388	100,0%

Fonte: VILA VELHA (2018c, p. 37).

3.10 POTENCIALIDADES E PROBLEMAS DE USO E OCUPAÇÃO, ATIVIDADES GERADORAS, E EFEITOS E IMPACTOS NA ORLA.

Durante a 1ª Etapa da Oficina de Planejamento, **as Potencialidades e os Problemas** de cada Trecho foram identificados, e discutidos as causas dos Problemas ou os atributos ligados às Potencialidades identificados e seus respectivos efeitos e impactos relacionados, para cada Trecho das 5 Unidades de Planejamento da orla marítima.

No caso da Unidade de Planejamento 3 (UP 3), a discussão sobre as Potencialidades e os Problemas foi finalizada na 2ª Etapa da Oficina. Nas demais UPs, outros ajustes, sugeridos pela Grupo de Trabalho (GT), foram validados pelos participantes, também na 2ª Etapa da Oficina. ²⁹

3.10.1 Unidade de Planejamento 1 e 2 (UP 1e2): da Segunda Ponte até o Clube Libanês.

²⁹ Consultar o Diagnóstico Participativo, já citado no item 1.3 deste documento.

A UP 1e2 apresenta Trecho Único e, após a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina, foram definidos **10 Potencialidades** e **12 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados), e identificados **17 projetos previstos ou em implantação** para a UP 1e2.

As informações completas (Configuração local e usos; Potencialidades; Problemas, Atividades geradoras; Efeitos e impactos associados aos problemas/potencialidades; Projetos previstos ou em implantação) estão apresentadas no **Quadro 29** abaixo.

Quadro 29: UP 1e2: Quadro Detalhado – Síntese.

Unidade de Planejamento	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos	Projetos previstos ou em implantação
1e2 (da Segunda Ponte até o Clube Libanês)	Trecho Único	C	Praias com águas abrigadas, costões rochosos (maciços), ilhas, e segmentos de vegetação preservada, dotada de muitas belezas naturais e compondo cenário paisagístico para Vitória (município limítrofe). Constitui-se na delimitação legal com Vitória, incluindo toda a faixa aquática da baía de Vitória, e abriga uma pluralidade de usos especiais, incluindo instalações militares, atividade portuária, Unidades de Conservação, unidades prisionais, e bens de interesse cultural, que a caracterizam como marco histórico do estado do Espírito Santo, além de da presença de comunidades tradicionais de pescadores. São exercidas atividades econômicas diversificadas, pesca, atividades de	PP1e2.1	Transporte aquaviário	Construção do aquaviário; Desejo da sociedade de Vila Velha; Atrativo, contemplação da paisagem da baía; Gerar emprego e renda; Projeto de revitalização da Prainha	Necessidade de subsidiar a tarifa; Resistência de alguns moradores locais; Experiências negativas do passado; Conflito com transporte marítimo	Implantação de ciclovias; Revitalização da Prainha; Fortalece Turismo; Projeto de desassoreamento dos rios; Ampliação Portuária: Prysmian (reforço do Cais); Terminal Navegantes (licenciamento e implantação); Cais do Atalaia (finalizando); Aumento de profundidade do canal (em homologação); Elaboração do Plano da MONA “Morro do Moreno”; Implantação dos Planos de Manejo (Manteigueira e Penedo); Dragagem de manutenção; Implantação de Terminal Aquaviário na Prainha; Pavimentação de via com estacionamento na base do morro do Moreno; Implantação de sede do MONA do morro do Moreno; Implantação de estrutura de apoio a marisqueiros na praia do Ribeiro; Revitalização da “Fonte do Inhoá”; Teleférico no morro do Moreno; Implantação de marina pública na praia do Ribeiro; Instalação de “Pet Parque” embaixo da terceira ponte;
				PP.2	Eventos culturais	“Passos de Anchieta”; Festa da Penha; Congo; Roda de Boteco; Festival de Chocolate; Festividade de Natal; Passeios Turísticos	Resistência da população; Gera impacto no trânsito e entorno; Famílias Tradicionais; Insegurança (Criminalidade); Construções antigas; Descaracterização local; Necessidade de preservar aspecto arquitetônico; Falta de incentivo para o proprietário preservar o imóvel; Falta de infraestrutura	
				PP.3	Instalação de novos restaurantes e meios de hospedagem	Geração de emprego e renda; Crescimento de demanda; Qualidade e reconhecimento da gastronomia capixaba; Divulgação da gastronomia local; Eventos	Resistência da comunidade local; Falta de estacionamento; Falta de continuidade na gestão	

			esporte/lazer, além de eventos e visitação turística.			gastronômicos; Incremento do Turismo		Projeto "Hospedaria dos Imigrantes"
				PP.4	Expansão portuária	Crescimento econômico do estado do Espírito Santo; Forte interesse do mercado sobre as instalações portuárias de Vila Velha; Indústrias locais em expansão; Geração de emprego e renda; Aumenta a arrecadação de impostos.	Portos concorrentes na região; Recursos para Aracruz com sua entrada na Sudene; Novas ferrovias ligando o ES ao RJ; Impacto ambiental	
				PP.5	Turismo histórico	Estudos sobre a história e cultura local elaborados por Instituições de pesquisas; Lugar relacionado à história do estado do Espírito Santo; Existência de prédios históricos; Convento da Penha declarados patrimônio histórico pelo IPHAN; Geração de emprego e renda; Fortalecimento da identidade local	Ausência de Guias e Condutores Locais capacitados; Falta de conhecimento e difusão da história do lugar; Baixa valorização de Guia de Turismo	
				PP.6	Turismo de natureza (trilhas, observação de pássaros, pôr do sol)	Existência de trilhas; Belezas Naturais; Segmentos de natureza preservada; Proximidade de núcleos urbanos; Observação de fauna e flora; Existência de	Falta de sinalização; Trilhas deterioradas; Degradação Ambiental; Ausência de Guias e Condutores Locais capacitados; Falta de estrutura de apoio para atendimento de	

						Manguezal; Estudos feitos por instituições de pesquisa	emergência; Degradação do mangue; Inexistência de inventário da fauna e flora local; Insegurança (Criminalidade)	
				PP.7	Turismo de aventura (rapel, escalada, entre outros)	Prática de Rapel; Prática de escalada; Prática de trekking; Ambientes apropriados; Existência de trilhas para esporte radical; Existência de Unidades de Conservação – UC.	Trilhas deterioradas; Degradação Ambiental; Falta de estrutura de apoio para atendimento de emergência; Degradação de mangue Insegurança (Criminalidade) Falta qualificação e valorização dos Guias; Falta de inventario da fauna e flora local	
				PP.8	Turismo religioso	Festividades Religiosas; Terceira maior festa Mariana do Brasil; Patrimônios históricos de natureza religiosa; Geração de emprego e renda.	Massificação da atividade; Falta de infraestrutura adequada para atender a todos; Falta de educação da sociedade local e do turista; Deficiência de campanhas socioeducativas.	
				PP.9	Maior aproveitamento turístico do Morro do Moreno	Elaboração do Plano de Manejo da UC; Interesse demonstrado por turistas na visitação do Morro; A��o para unificação de torres de antena; Geração de emprego e renda	Poucos meios de hospedagem e restaurantes nas proximidades; Infraestrutura deficiente; Insegurança (Criminalidade); Excesso de torres de Antena	

				PP.10	Instalação de Marinas	Área abrigada; Existência de demanda	Dominialidade da água pelo município de Vitória; Dificuldade com Licenciamento Ambiental	
				P.1	Aumento da ocupação em áreas de risco	Especulação Imobiliária; Política Habitacional deficitária; Falta de Fiscalização	Perdas de Patrimônio; Perdas de Vida	
				P.2	Ocupações irregulares	Falta de Fiscalização; Especulação Imobiliária; Falta de Moradia	Degradação Ambiental; Descaracterização de cenário; Privatização de bens de uso comum (art. 20 CF)	
				P.3	Assoreamento dos rios e baía	Destinação Inadequada de resíduos sólidos e esgoto; Ocupações Irregulares; Falta de dragagem dos rios e bordas da Baía; Supressão da vegetação	Inundações; Aumento da necessidade de dragagem do canal principal de navegação; Desvalorização do patrimônio natural; Degradação Ambiental; Comprometimento da navegação.	
				P.4	Baixa valorização do Patrimônio Cultural Histórico	Políticas públicas voltadas para o patrimônio histórico e cultural não consolidadas; Falta de consciência patrimonial; Pouca divulgação do patrimônio material e imaterial para a população de Vila Velha; Colocação de sinalização náutica em	Perda da Identidade cultural e histórica; Comprometimento de espaços e construções com valor histórico e cultural; Desvalorização da indústria de turismo	

					frente ao antigo "Porto do Sal" (primeiro porto da região); Prédio da Cooperativa de Pesca comprometendo a estética do sítio histórico da Prainha; Pressão imobiliária no entorno de monumentos		
				P.5	Impactos ambientais em água e terra	Déficit do Saneamento Básico (lixo, entulhos e efluentes de esgoto não tratado); Aumento da pobreza; Falta de educação ambiental; Usuários e turistas; Operação portuária; Embarcações	Degradação de meio ambiente; Extinção da vida marinha; Comprometimento dos serviços ecossistêmicos dos manguezais; Perda da qualidade de vida; Mau cheiro; Desvalorização do destino turístico
				P.6	Dificuldade de acessibilidade e mobilidade urbana	Políticas públicas de mobilidade urbana e acessibilidade deficientes; Infraestrutura viária deficiente em alguns pontos e inexistente em outros; Infraestrutura e equipamentos não adaptados para portadores de necessidades especiais; Falta de sinalização	Impossibilidade de acesso a alguns lugares; Restrição de acesso para portadores de necessidades especiais; Desconhecimento das áreas turísticas naturais e culturais; Baixa visitação dos pontos turísticos comprometendo a geração de emprego e renda; Risco de acidentes
				P.7	Bloqueio de acesso em algumas praias (Ilha da Baleia, Inhoá	Apropriação indevida de bem de uso comum (art. 20 da CF)	Dificuldade de Acesso e visitas a essas praias; Ilegalidade; Segregação

					e Nook Beach)	da União; Especulação Imobiliária Falta de respeito com o interesse público/coletivo; Tentativa de privatização; Falta de conhecimento da legislação	Social	
				P.8	Sinalização deficiente	Sinalização turística inexistente ou deficiente; Sinalização urbana e de trânsito inexistentes ou deficientes; Políticas públicas de turismo, trânsito e mobilidade urbana deficientes; Vandalismo	Turistas sem saber para onde ir; Dificuldade de visitação a pontos turísticos; Desvalorização do destino turístico; Motoristas desorientados; Risco de acidentes (perdas de vidas e de patrimônio); Dificuldade de acesso; Comprometimento do destino turístico	
				P.9	Criminalidade	Policiamento ostensivo deficiente; Poucas oportunidades de trabalho; Tráfico de Drogas; Políticas sociais deficientes (educação, saúde, assistência, ...); Desigualdade social	Insegurança de moradores, usuários e turistas; Desvalorização do destino turístico; Baixo fluxo turístico; Perda de emprego e renda; Prostituição; Comprometimento do desenvolvimento local	
				P.10	Sucatas de embarcação na água	Falta de ordenamento náutico; Falta de fiscalização; Dívidas de proprietários de embarcação; Falta de recurso dos proprietários das embarcações; Falta de estaleiros locais;	Comprometimento da navegabilidade no local; Redução do estoque pesqueiro, devido à poluição que estas sucatas causam; Comprometimento da paisagem	

						Pequenas oficinas para consertos de barcos, insuficientes para atender a demanda		
				P.11	Falta de regras claras para a utilização da enseada de Jaburuna (Aribiri\Penitenciária)	Falta cumprimento da lei de uso e ocupação do solo; A área está fora da poligonal do porto organizado; Falta de fiscalização	Baixo desenvolvimento da atividade econômica; Privatização das margens com estruturas irregulares; Degradação ambiental	
				P.12	Falta requalificar e gerar identidade para a Prainha	Falta de implementação de projetos já existentes; Falta projeto urbanístico	Não desenvolvimento local; Falta de ordenamento do espaço público	

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

3.10.2 Unidade de Planejamento 3 (UP 3): do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica (inclui Ilhas).

A UP 3 apresenta 5 Trechos e, após a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina:

- a) Foram definidos **10 Potencialidades** e **36 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados), e identificados **7 projetos previstos ou em implantação** para o **Trecho 1**;
- b) Foram definidos **13 Potencialidades** e **42 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados), e identificados **3 projetos previstos ou em implantação** para o **Trecho 2**;
- c) Foram definidos **12 Potencialidades** e **45 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados), e identificados **3 projetos previstos ou em implantação** para o **Trecho 3**;
- d) Foram definidos **13 Potencialidades** e **40 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados), e identificados **5 projetos previstos ou em implantação** para o **Trecho 4**;
- e) Foram definidos **4 Potencialidades** e **3 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 5**.

As informações completas (Configuração local e usos; Potencialidades; Problemas, Atividades geradoras; Efeitos e impactos associados aos problemas/potencialidades; Projetos previstos ou em implantação) estão apresentadas no **Quadro 30** abaixo.

Quadro 30: UP 3: Quadro Detalhado – Síntese.

Unidade de Planejamento	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos	Projetos previstos ou em implantação
3 (do Clube Libanês até o final do calçadão de Itaparica - inclui Ilhas)	1 (do Clube Libanês até a Pedra da Sereia)	C	Praia semiabrigada, com costão rochoso, mar calmo e as seguintes ilhas: Ilha das 3 Marias; Ilha Mona Grande; Pedra do Sapo; Ilha Moninha; Ilha da Sereia; Ilha da Riviera da Praia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia; e com existência de ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parklet, parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística e a prática de atividade esportiva com canoas havaianas e kitesurf.	PP3.1.1	Atividade turística	Geração de emprego e renda; Desenvolvimento da economia local; Valorização do patrimônio natural e cultural	Divulgação insuficiente; Pouca identificação com as atividades turísticas pelos moradores; Falta de incentivos econômicos para fomento da atividade	Bandeira Azul; Praia Legal Instalação de posto de salvamar; Projeto da PMVV para aumento de banheiros na orla; Projeto para evitar o sombreamento da faixa de areia; Programa de monitoramento de praias -CTA; Projeto de adequação das ciclovias
				PP3.1.2	Prática de atividade de esportes aquáticos (ex.: canoas havaianas, caiaques e kitesurf)	Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos	Falta de regulamentação; Pouca divulgação; Conflitos	
				PP3.1.3	Atividades esportivas na praia	Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos	Falta de regulamentação e ordenamento; Conflitos	
				PP3.1.4	Existência de ciclovia e <i>Bike VV</i>	Mobilidade urbana sustentável; Promoção de saúde e bem estar; Turismo	Ciclovias inadequadas e não integradas a outros modais; Poucos bicicletários; Malha cicloviária insuficiente; Poucas	

							estações do bike VV	
				PP3.1.5	Parklet como melhoria de estruturas públicas	Aumento da segurança urbana; Criação de áreas de vivência	Dimensões das vias; Aceitação pela população	
				PP3.1.6	Orla com infraestruturas para crianças (parques infantis)	Praia convidativa; Segurança; Alternativa de lazer para crianças além do mar; Ajuda na prevenção de riscos com crianças na orla	PDM atual; Cães abandonados	
				PP3.1.7	Uso noturno da faixa de areia	Extensão do período de uso da orla; Segurança	Iluminação pública; Insegurança; Desova de tartarugas	
				PP3.1.8	Realização de eventos esportivos e culturais	Visibilidade da cidade; Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida	Conflitos; Poluição sonora; Lixo Insegurança	
				PP3.1.9	Oportunidade de trabalho e geração de renda para os ambulantes			

				PP3.1.10	Disposição das estruturas para pratica esporte por parte do município - fornecidos pela prefeitura e para uso público (estruturas para rede de voley, traves de futebol, beach tennis e boias de natação)			
				P3.1.1	Usos inadequados dos quiosques	Quiosques pequenos sendo utilizados para grande demanda	Atendimento ruim e ocupação irregular do calçadão, poluição visual	
				P3.1.2	Quiosques irregulares	Concessão irregular	Insegurança para os quiosqueiros	
				P3.1.3	Estruturas e efetivo de guarda vidas insuficientes (uma base a cada 300m)	Contrato de guarda vidas inadequado; Aumento de demanda	Aumento de ocorrências de afogamento; Insegurança aos banhistas; Afeta o turismo; Prejudica o programa Bandeira Azul	
				P3.1.4	Manutenção precária da vegetação de restinga	Necessidade de melhorar o planejamento e análise prévia para o manejo da área de restinga	Poda realizada de forma inadequada; Ocorrência de fauna sinantropica no local; Usos indevidos na área de restinga; Problemas de segurança pública; Lixo	
				P3.1.5	Quantidade insuficiente de chuveiros, falta de análise da qualidade e disposição inadequada da água utilizada	Projeto inadequado; Grande demanda do município	Erosão na saída da drenagem; Contaminação do solo; Insatisfação do banhista	

				P3.1.6	Roubo de estruturas dos chuveiros	Usuários de drogas; Insegurança pública	Chuveiros inativos e danificados	
				P3.1.7	Falta de regulamentação e ordenamento dos pontos de canoa havaiana e kitesurf	Falta de legislação específica	Uso inadequado da área de praia	
				P3.1.8	Falta de locais específicos para guardar as canoas havaianas durante o dia (guarderías)	Aumento da demanda; Falta de uma guarderia	Uso inadequado da área de praia	
				P3.1.9	Falta de identificação visual para identificação de ambulantes	Falta de regulamentação	Dificuldade de identificação dos ambulantes pelos clientes	
				P3.1.10	Não cumprimento da licença dada aos ambulantes (divergência das atividades/equipamentos de trabalho autorizado)	Ambulante não solicita alterações no cadastro; Falta de atualização das informações cadastradas no município	Ocupação de um espaço maior que a capacidade local permite	
				P3.1.11	Necessidade de vistoria da vigilância sanitária sobre comércio de alimentos por ambulantes	Serviço de vigilância está sendo insuficiente	Problema de contaminação por falta de cuidados na manipulação de alimentos	
				P3.1.12	Necessidade de pontos de carga e descarga (com rampas de acesso) para prestadores de serviços na praia	Falta de espaços específicos pensados para esta finalidade	Conflitos, multas, dificuldades para o carga e descarga de mercadorias e inconvenientes no trânsito; Prejuízos à atividade do turismo	
				P3.1.13	Necessidade de melhorias da sinalização de risco aquático	Falta de solicitação por parte dos moradores; Falta de identificação de locais potenciais pelo	Aumento no índice de afogamento; Falta de orientação turística	

						município		
				P3.1.14	Necessidade de aumento do número de sanitários e alternativa para os banheiros químicos	Presença de poucos banheiros na orla em relação a demanda elevada	Insatisfação de usuários	
				P3.1.15	Instalação irregular de caixas para armazenamento de equipamentos esportivos	Aumento da demanda esportiva; Fiscalização insuficiente	Aumento das construções irregulares; Desordem na praia; Comprometimento da recuperação da restinga	
				P3.1.16	Ciclovía estreita e poucos bicicletários	Infraestrutura da orla é inadequada; Características físicas limitantes da orla; Aumento da demanda de uso em relação à quando a ciclovía foi criada	Acidentes, dificuldade de mobilidade urbana	
				P3.1.17	Práticas esportivas desordenadas gerando conflitos com atividades essenciais	Falta de ordenamento dos usos da praia; Excesso da demanda	Privatização de algumas áreas; Pressão sobre a restinga; Conflitos entre usuários; Impedimento de acesso à praia; Risco de acidentes	
				P3.1.18	Rampas insuficientes e inadequadas de acesso à praia	Falta de adequação às normas da ABNT das rampas mais antigas	Dificuldade de uso e riscos de acidentes para idosos, crianças e pessoas com necessidades especiais, além de dificuldade da carga e descarga dos	

							ambulantes	
				P3.1.19	Estacionamento irregular de reboques no calçadão	Fiscalização insuficiente; Ausência de pontos específicos	Acidentes; Redução da área de calçadão	
				P3.1.20	Uso excessivo da faixa de areia devido a carência de demais espaços adequados como opção de lazer na cidade	Ausência de áreas específicas para esporte e lazer (parques e praças)	Conflito entre usuários	
				P3.1.21	Instalação de parklets reduzindo áreas de estacionamento	Regulamentação de parklets	Perda de vagas de estacionamento	
				P3.1.22	Impacto da iluminação de LED sobre a fauna marinha	Falta de projeto específico	Alteração no ciclo reprodutivo; Risco de acidentes com as tartarugas	
				P3.1.23	Falta de vagas para estacionamento para os turistas (embarque e desembarque), carga e descarga e pontos especiais	Demanda crescente por vagas de estacionamento; densamento da orla	Conflitos no trânsito; Prejuízo ao turismo; Prejuízo aos trabalhadores	
				P3.1.24	Ausência de centros de atendimento ao turista	Inexistência de projeto; Não valorização do turismo na cidade	Desinformação; Prejuízo ao turismo	
				P3.1.25	Falta de sinalização quanto ao limite de velocidade nas ciclovias; Uso inadequado das ciclovias	Falta de sinalização informativa; Projeto inadequado da ciclovia; Fiscalização insuficiente	Acidentes e conflitos	

				P3.1.26	Rede hoteleira insuficiente	Não valorização e investimento na atividade do turismo	Prejuízo ao turismo e à economia local	
				P3.1.27	Altos índices de criminalidade na orla	Fiscalização e patrulha insuficiente; Câmeras de monitoramento insuficientes; Ausência de base comunitária	Insegurança; Prejuízo ao turismo; Violência	
				P3.1.28	Pessoas em situação de rua	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Insegurança; Furtos; Ocupação irregular de áreas públicas e de preservação ambiental; Sentimento de abandono e exclusão social	
				P3.1.29	Cães em situação de abandono	Abandono por partes dos antigos tutores; Programas de conscientização e castração insuficientes; Desrespeito a legislação	Acidentes; Risco de doenças; Procriação descontrolada	
				P3.1.30	Risco de acidentes com cães domésticos e ocorrência de dejetos na orla	Falta de sensibilidade e conscientização dos tutores; Fiscalização insuficiente; Não cumprimento da legislação existentes	Acidentes; Conflitos;Doenças	
				P3.1.31	Crianças em situação de risco; Trabalho infantil	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Vulnerabilidade infantil; Comprometimento do desenvolvimento da criança	

				P3.1.32	Existência de fauna sinantrópica (ratos / pombos)	Disposição inadequada do lixo	Doenças e comprometimento da imagem da praia	
				P3.1.33	Descarte inadequado de lixos do comércio em geral nos contentores da orla	Não cumprimento dos horários de descarte; Fiscalização insuficiente; Falta de conscientização e sensibilização	Fauna sinantrópica; Sujeira	
				P3.1.34	Problemas no trânsito gerado por ambulantes	Ocupação pelos ambulantes em local inadequado; Fiscalização inadequada	Conflitos; Problemas no trânsito	
				P3.1.35	Impedimento legal municipal para locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia (serviço fornecido pelos ambulantes)	Conflitos antigos de realização dessa atividade; Legislação atual não permite	Limitação de serviços oferecidos ao usuário da praia; Prejuízo aos ambulantes	
				P3.1.36	Necessidade de ajustes no zoneamento do calçadão	Zoneamento vigente é inconsistente com os usos	Dificuldade para gestão da orla	

	2 (da Pedra da Sereia até a Av. Jair de Andrade)	C	<p>Orla exposta com urbanização consolidada e verticalizada, com faixa de areia mais larga e dunas preservadas, mas que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, com quiosques, ciclovias e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística, existência de feira de artesanato e gastronomia; a prática de atividade esportiva com canoas havaianas e kitesurf; aulas de dança; banana boat e escolas esportivas na orla.</p>	PP3.2.1	Atividade turística	<p>Geração de emprego e renda; Desenvolvimento da economia local; Valorização do patrimônio natural e cultural</p>	<p>Divulgação insuficiente; Pouca identificação com as atividades turísticas pelos moradores; Falta de incentivos econômicos para fomento da atividade</p>	<p>Projeto da PMVV para aumento de banheiros na orla; Projeto para evitar o sombreamento da faixa de areia; Programa de monitoramento de praias - CTA</p>
				PP3.2.2	Prática de atividade de esportes aquáticos (ex.: canoas havaianas, caiaques e kitesurf)	<p>Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos</p>	<p>Falta de regulamentação; Pouca divulgação; Conflitos</p>	
				PP3.2.3	Atividades esportivas na praia	<p>Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos</p>	<p>Falta de regulamentação e ordenamento; Conflitos</p>	
				PP3.2.4	Existência de ciclovias e Bike VV	<p>Mobilidade urbana sustentável; Promoção de saúde e bem estar; Turismo</p>	<p>Ciclovias inadequadas e não integradas a outros modais; Poucos bicicletários; Malha cicloviária insuficiente; Poucas estações do bike VV</p>	

				PP3.2.5	Parklet como melhoria de estruturas públicas	Aumento da segurança urbana; Criação de áreas de vivência	Dimensões das vias; Aceitação pela população	
				PP3.2.6	Orla com infraestruturas para crianças (parques infantis)	Praia convidativa; Segurança; Alternativa de lazer para crianças além do mar; Ajuda na prevenção de riscos com crianças na orla	PDM atual; Cães abandonados	
				PP3.2.7	Uso noturno da faixa de areia	Extensão do período de uso da orla; Segurança	Iluminação pública; Insegurança; Desova de tartarugas	
				PP3.2.8	Realização de eventos esportivos e culturais	Visibilidade da cidade; Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida	Conflitos; Poluição sonora; Lixo Insegurança	
				PP3.2.9	Pesca artesanal	Valorização da cultura local; Turismo de base comunitária; Geração de empregos e renda; Disponibilidade de pescado na alimentação	Conflitos com banhistas Trânsito; Não valorização da atividade; Dificuldade de acesso para carga e descarga; Adensamento da orla; Insuficiência de infraestrutura de apoio à atividade	

				PP3.2.10	Feira de artesanato, gastronomia e ambulantes valorizando o comércio local como atrativo turístico na orla	Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos; Valorização da cultura local	Insuficiência de infraestrutura de apoio; Insegurança; Vagas de estacionamento (carga e descarga)	
				PP3.2.11	Oportunidade de trabalho e geração de renda para os ambulantes			
				PP3.2.12	Disposição das estruturas para pratica esporte por parte do município - fornecidos pela prefeitura e para uso público (estruturas para rede de voley, traves de futebol, beach tennis e boias de natação)			
				PP3.2.13	Turismo náutico			
				P3.2.1	Usos inadequados dos quiosques	Quiosques pequenos sendo utilizados para grande demanda	Atendimento ruim e ocupação irregular do calçadão, poluição visual	
				P3.2.2	Quiosques irregulares	Concessão irregular	Insegurança para os quiosqueiros	
				P3.2.3	Estruturas e efetivo de guarda vidas insuficientes (uma base a cada 300m)	Contrato de guarda vidas inadequado; Aumento de demanda	Aumento de ocorrências de afogamento; Insegurança aos banhistas; Afeta o turismo; Prejudica o programa Bandeira Azul	

				P3.2.4	Manutenção precária da vegetação de restinga	Necessidade de melhorar o planejamento e análise prévia para o manejo da área de restinga	Poda realizada de forma inadequada; Ocorrência de fauna sinantrópica no local; Usos indevidos na área de restinga; Problemas de segurança pública; Lixo	
				P3.2.5	Atividades esportivas e falta de acessos padronizados interferindo com espaço de restinga	Falta de ordenamento; Aumento da demanda de usos da praia para esporte; Falta do cercamento da vegetação do lado da praia	Impactos sobre a recuperação da restinga; Erosão	
				P3.2.6	Quantidade insuficiente de chuveiros, falta de análise da qualidade e disposição inadequada da água utilizada	Projeto inadequado; Grande demanda do município	Erosão na saída da drenagem; Contaminação do solo; Insatisfação do banhista	
				P3.2.7	Roubo de estruturas dos chuveiros	Usuários de drogas; Insegurança pública	Chuveiros inativos e danificados	
				P3.2.8	Calçadão estreito, pavimentação irregular e ausência de guarda-corpo (nas áreas elevadas) e poucas rampas de acessibilidade no calçadão	Projeto inadequado para situação atual; Aumento de demanda de uso do calçadão; Necessidade de manutenção periódica	Acidentes; Conflitos de uso; Problemas de acessibilidade	
				P3.2.9	Falta de regulamentação e ordenamento dos pontos de canoa havaiana e kitesurf	Falta de legislação específica	Uso inadequado da área de praia	

				P3.2.10	Falta de locais específicos para guardar as canoas havaianas durante o dia (guarderías)	Aumento da demanda; Falta de uma guarderia	Uso inadequado da área de praia	
				P3.2.11	Precariedade da infraestrutura e equipamentos de processamento e comercialização de pescado	Pescadores e prefeitura não têm autorização para intervenções; Irregularidade da ocupação do local	Prejuízo no comércio e na qualidade do pescado; Comprometimento da paisagem	
				P3.2.12	Falta de identificação visual para identificação de ambulantes	Falta de regulamentação	Dificuldade de identificação dos ambulantes pelos clientes	
				P3.2.13	Não cumprimento da licença dada aos ambulantes (divergência das atividades/equipamentos de trabalho autorizado)	Ambulante não solicita alterações no cadastro; Falta de atualização das informações cadastradas no município	Ocupação de um espaço maior que a capacidade local permite	
				P3.2.14	Necessidade de vistoria da vigilância sanitária sobre comércio de alimentos por ambulantes	Serviço de vigilância está sendo insuficiente	Problema de contaminação por falta de cuidados nas na manipulação de alimentos	
				P3.2.15	Necessidade de pontos de carga e descarga (com rampas de acesso) para prestadores de serviços na praia	Falta de espaços específicos pensados para esta finalidade	Conflitos, multas, dificuldades para o carga e descarga de mercadorias e inconvenientes no trânsito; Prejuízos à atividade do turismo	
				P3.2.16	Necessidade de melhorias da sinalização de risco aquático	Falta de solicitação por parte dos moradores; Falta de identificação de locais potenciais pelo	Aumento no índice de afogamento; Falta de orientação turística	

						município		
				P3.2.17	Necessidade de aumento do número de sanitários e alternativa para os banheiros químicos	Presença de poucos banheiros na orla em relação a demanda elevada	Insatisfação de usuários	
				P3.2.18	Instalação irregular de caixas para armazenamento de equipamentos esportivos	Aumento da demanda esportiva; Fiscalização insuficiente	Aumento das construções irregulares; Desordem na praia; Comprometimento da recuperação da restinga	
				P3.2.19	Ciclovias estreitas e poucos bicicletários	Infraestrutura da orla é inadequada; Características físicas limitantes da orla; Aumento da demanda de uso em relação à quando a ciclovias foi criada	Acidentes, dificuldade de mobilidade urbana	
				P3.2.20	Práticas esportivas desordenadas gerando conflitos com atividades essenciais	Falta de ordenamento dos usos da praia; Excesso da demanda	Privatização de algumas áreas; Pressão sobre a restinga; Conflitos entre usuários; Impedimento de acesso à praia; Risco de acidentes	
				P3.2.21	Rampas insuficientes e inadequadas de acesso à praia	Falta de adequação às normas da ABNT das rampas mais antigas	Dificuldade de uso e riscos de acidentes para idosos, crianças e pessoas com necessidades especiais, além de dificuldade da carga e descarga dos	

							ambulantes	
				P3.2.22	Poucas placas informativas com os nomes das praias e de recepção aos turistas	Prefeitura não finalizou o projeto das novas placas	Desinformação; Prejuízo ao turismo	
				P3.2.23	Falta de padronização das barracas de artesanato	Ausência de regras específicas	Aspecto desordenado	
				P3.2.24	Necessidade de adequação dos espaços para artesanato	Ausência de regras específicas	Aspecto desordenado; Prejuízo aos empreendedores	
				P3.2.25	Conflito da <i>banana boat</i> com as atividades dos pescadores e banhistas	Falta de regulamentação e fiscalização	Possíveis acidentes; Impactos negativos sobre a atividade de pesca	
				P3.2.26	Estacionamento irregular de reboques no calçamento	Fiscalização insuficiente; Ausência de pontos específicos	Acidentes; Redução da área de calçamento	
				P3.2.27	Uso excessivo da faixa de areia devido a carência de demais espaços adequados como opção de lazer na cidade	Ausência de áreas específicas para esporte e lazer (parques e praças)	Conflito entre usuários	
				P3.2.28	Instalação de parklets reduzindo áreas de estacionamento	Regulamentação de parklets	Perda de vagas de estacionamento	
				P3.2.29	Impacto da iluminação de LED sobre a fauna marinha	Falta de projeto específico	Alteração no ciclo reprodutivo; Risco de acidentes com as tartarugas	

				P3.2.30	Falta de vagas para estacionamento para os turistas (embarque e desembarque), carga e descarga e pontos especiais	Demanda crescente por vagas de estacionamento; densamento da orla	Conflitos no trânsito; Prejuízo ao turismo; Prejuízo aos trabalhadores	
				P3.2.31	Falta de sinalização quanto ao limite de velocidade nas ciclovias; Uso inadequado das ciclovias	Falta de sinalização informativa; Projeto inadequado da ciclovia; Fiscalização insuficiente	Acidentes e conflitos	
				P3.2.32	Rede hoteleira insuficiente	Não valorização e investimento na atividade do turismo	Prejuízo ao turismo e à economia local	
				P3.2.33	Altos índices de criminalidade na orla	Fiscalização e patrulha insuficiente; Câmeras de monitoramento insuficientes; Ausência de base comunitária	Insegurança; Prejuízo ao turismo; Violência	
				P3.2.34	Pessoas em situação de rua	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Insegurança; Furtos; Ocupação irregular de áreas públicas e de preservação ambiental; Sentimento de abandono e exclusão social	
				P3.2.35	Cães em situação de abandono	Abandono por partes dos antigos tutores; Programas de conscientização e castração insuficientes; Desrespeito a legislação	Acidentes; Risco de doenças; Procriação descontrolada	

				P3.2.36	Risco de acidentes com cães domésticos e ocorrência de dejetos na orla	Falta de sensibilidade e conscientização dos tutores; Fiscalização insuficiente; Não cumprimento da legislação existentes	Acidentes; Conflitos;Doenças	
				P3.2.37	Crianças em situação de risco; Trabalho infantil	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Vulnerabilidade infantil; Comprometimento do desenvolvimento da criança	
				P3.2.38	Existência de fauna sinantrópica (ratos / pombos)	Disposição inadequada do lixo	Doenças e comprometimento da imagem da praia	
				P3.2.39	Descarte inadequado de lixos do comércio em geral nos contentores da orla	Não cumprimento dos horários de descarte; Fiscalização insuficiente; Falta de conscientização e sensibilização	Fauna sinantrópica; Sujeira	
				P3.2.40	Problemas no trânsito gerado por ambulantes	Ocupação pelos ambulantes em local inadequado; Fiscalização inadequada	Conflitos; Problemas no trânsito	
				P3.2.41	Impedimento legal municipal para locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia (serviço fornecido pelos ambulantes)	Conflitos antigos de realização dessa atividade; Legislação atual não permite	Limitação de serviços oferecidos ao usuário da praia; Prejuízo aos ambulantes	
				P3.2.42	Necessidade de ajustes no zoneamento do calçadão	Zoneamento vigente é inconsistente com os usos	Dificuldade para gestão da orla	

	3 (da Av. Jair de Andrade até a rotatória)	C	<p>Orla exposta com urbanização consolidada e verticalizada (12 andares), com faixa de areia mais larga e dunas preservadas, mas que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, com quiosques, ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a exploração turística; banana boat e escolas esportivas na orla.</p>	PP3.3.1	Atividade turística	<p>Geração de emprego e renda; Desenvolvimento da economia local; Valorização do patrimônio natural e cultural</p>	<p>Divulgação insuficiente; Pouca identificação com as atividades turísticas pelos moradores; Falta de incentivos econômicos para fomento da atividade</p>	<p>Projeto da PMVV para aumento de banheiros na orla; Projeto para evitar o sombreamento da faixa de areia; Programa de monitoramento de praias - CTA</p>
				PP3.3.2	Prática de atividade de esportes aquáticos (ex.: canoas havaianas, caiaques e kitesurf)	<p>Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos</p>	<p>Falta de regulamentação; Pouca divulgação; Conflitos</p>	
				PP3.3.3	Atividades esportivas na praia	<p>Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos</p>	<p>Falta de regulamentação e ordenamento; Conflitos</p>	
				PP3.3.4	Existência de ciclovia e Bike VV	<p>Mobilidade urbana sustentável; Promoção de saúde e bem estar; Turismo</p>	<p>Ciclovias inadequadas e não integradas a outros modais; Poucos bicicletários; Malha cicloviária insuficiente; Poucas estações do bike VV</p>	

				PP3.3.5	Parklet como melhoria de estruturas públicas	Aumento da segurança urbana; Criação de áreas de vivência	Dimensões das vias; Aceitação pela população	
				PP3.3.6	Orla com infraestruturas para crianças (parques infantis)	Praia convidativa; Segurança; Alternativa de lazer para crianças além do mar; Ajuda na prevenção de riscos com crianças na orla	PDM atual; Cães abandonados	
				PP3.3.7	Uso noturno da faixa de areia	Extensão do período de uso da orla; Segurança	Iluminação pública; Insegurança; Desova de tartarugas	
				PP3.3.8	Realização de eventos esportivos e culturais	Visibilidade da cidade; Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida	Conflitos; Poluição sonora; Lixo Insegurança	
				PP3.3.9	Pesca artesanal	Valorização da cultura local; Turismo de base comunitária; Geração de empregos e renda; Disponibilidade de pescado na alimentação	Conflitos com banhistas Trânsito; Não valorização da atividade; Dificuldade de acesso para carga e descarga; Adensamento da orla; Insuficiência de infraestrutura de apoio à atividade	
				PP3.3.10	Oportunidade de trabalho e geração de renda para os ambulantes			

				PP3.3.11	Disposição das estruturas para pratica esporte por parte do município - fornecidos pela prefeitura e para uso público (estruturas para rede de voley, traves de futebol, beach tennis e boias de natação)			
				PP3.3.12	Turismo náutico			
				P3.3.1	Estruturas e efetivo de guarda vidas insuficientes (uma base a cada 300m)	Contrato de guarda vidas inadequado; Aumento de demanda	Aumento de ocorrências de afogamento; Insegurança aos banhistas; Afeta o turismo; Prejudica o programa Bandeira Azul	
				P3.3.2	Manutenção precária da vegetação de restinga	Necessidade de melhorar o planejamento e análise prévia para o manejo da área de restinga	Poda realizada de forma inadequada; Ocorrência de fauna sinantropica no local; Usos indevidos na área de restinga; Problemas de segurança pública; Lixo	
				P3.3.3	Atividades esportivas e falta de acessos padronizados interferindo com espaço de restinga	Falta de ordenamento; Aumento da demanda de usos da praia para esporte; Falta do cercamento da vegetação do lado da praia	Impactos sobre a recuperação da restinga; Erosão	

				P3.3.4	Quantidade insuficiente de chuveiros, falta de análise da qualidade e disposição inadequada da água utilizada	Projeto inadequado; Grande demanda do município	Erosão na saída da drenagem; Contaminação do solo; Insatisfação do banhista	
				P3.3.5	Roubo de estruturas dos chuveiros	Usuários de drogas; Insegurança pública	Chuveiros inativos e danificados	
				P3.3.6	Calçadão estreito, pavimentação irregular e ausência de guarda-corpo (nas áreas elevadas) e poucas rampas de acessibilidade no calçadão	Projeto inadequado para situação atual; Aumento de demanda de uso do calçadão; Necessidade de manutenção periódica	Acidentes; Conflitos de uso; Problemas de acessibilidade	
				P3.3.7	Ocupação desordenada causada pelo uso de mesas e cadeiras em área também utilizada para atividade de pesca	Falta de ordenamento e regulamentação das áreas de atuação dos comerciantes e pescadores	Conflito entre atividade de pesca e comércio local	
				P3.3.8	Queima inadequada do sururu	Falta de estrutura e local adequado para realização da atividade	Contaminação do sururu consumido Resíduos de conchas depositados em locais inapropriados Conflitos com moradores	
				P3.3.9	Barracão dos pescadores (depósito de petrechos localizado embaixo do calçadão) encontra-se em estado precário	Necessidade dos pescadores de guardar seus petrechos perto; Falta de manutenção Inadequação às normas do município	Estrutura deficiente; Furto do material dos pescadores	

				P3.3.10	Precariedade da infraestrutura e equipamentos de processamento e comercialização de pescado	Pescadores e prefeitura não têm autorização para intervenções; Irregularidade da ocupação do local	Prejuízo no comércio e na qualidade do pescado; Comprometimento da paisagem	
				P3.3.11	Falta de identificação visual para identificação de ambulantes	Falta de regulamentação	Dificuldade de identificação dos ambulantes pelos clientes	
				P3.3.12	Não cumprimento da licença dada aos ambulantes (divergência das atividades/equipamentos de trabalho autorizado)	Ambulante não solicita alterações no cadastro; Falta de atualização das informações cadastradas no município	Ocupação de um espaço maior que a capacidade local permite	
				P3.3.13	Necessidade de vistoria da vigilância sanitária sobre comércio de alimentos por ambulantes	Serviço de vigilância está sendo insuficiente	Problema de contaminação por falta de cuidados nas na manipulação de alimentos	
				P3.3.14	Necessidade de pontos de carga e descarga (com rampas de acesso) para prestadores de serviços na praia	Falta de espaços específicos pensados para esta finalidade	Conflitos, multas, dificuldades para o carga e descarga de mercadorias e inconvenientes no trânsito; Prejuízos à atividade do turismo	
				P3.3.15	Necessidade de melhorias da sinalização de risco aquático	Falta de solicitação por parte dos moradores; Falta de identificação de locais potenciais pelo município	Aumento no índice de afogamento; Falta de orientação turística	

				P3.3.16	Necessidade de aumento do número de sanitários e alternativa para os banheiros químicos	Presença de poucos banheiros na orla em relação a demanda elevada	Insatisfação de usuários	
				P3.3.17	Instalação irregular de caixas para armazenamento de equipamentos esportivos	Aumento da demanda esportiva; Fiscalização insuficiente	Aumento das construções irregulares; Desordem na praia; Comprometimento da recuperação da restinga	
				P3.3.18	Ciclovía estreita e poucos bicicletários	Infraestrutura da orla é inadequada; Características físicas limitantes da orla; Aumento da demanda de uso em relação à quando a ciclovía foi criada	Acidentes, dificuldade de mobilidade urbana	
				P3.3.19	Práticas esportivas desordenadas gerando conflitos com atividades essenciais	Falta de ordenamento dos usos da praia; Excesso da demanda	Privatização de algumas áreas; Pressão sobre a restinga; Conflitos entre usuários; Impedimento de acesso à praia; Risco de acidentes	
				P3.3.20	Uso excessivo da faixa de areia para colocação de mesas e cadeiras dos quiosques	Fiscalização insuficiente	Privatização da praia; Conflitos com outros usuários; Redução da faixa de areia disponível	
				P3.3.21	Rampas insuficientes e inadequadas de acesso à praia	Falta de adequação às normas da ABNT das rampas mais antigas	Dificuldade de uso e riscos de acidentes para idosos, crianças e pessoas com necessidades especiais, além de dificuldade da carga e descarga dos	

							ambulantes	
				P3.3.22	Poucas placas informativas com os nomes das praias e de recepção aos turistas	Prefeitura não finalizou o projeto das novas placas	Desinformação; Prejuízo ao turismo	
				P3.3.23	Conflito da <i>banana boat</i> com as atividades dos pescadores e banhistas	Falta de regulamentação e fiscalização	Possíveis acidentes; Impactos negativos sobre a atividade de pesca	
				P3.3.24	Estacionamento irregular de reboques no calçadão	Fiscalização insuficiente; Ausência de pontos específicos	Acidentes; Redução da área de calçadão	
				P3.3.25	Uso excessivo da faixa de areia devido a carência de demais espaços adequados como opção de lazer na cidade	Ausência de áreas específicas para esporte e lazer (parques e praças)	Conflito entre usuários	
				P3.3.26	Instalação de <i>parklets</i> reduzindo áreas de estacionamento	Regulamentação de <i>parklets</i>	Perda de vagas de estacionamento	
				P3.3.27	Impacto da iluminação de LED sobre a fauna marinha	Falta de projeto específico	Alteração no ciclo reprodutivo; Risco de acidentes com as tartarugas	
				P3.3.28	Faltam pontos de iluminação pública	Falta de manutenção	Insegurança pública	
				P3.3.29	Iluminação pública inadequada para atividade de pesca	Falta projeto específico para o local	Prejuízo na pesca e risco de acidentes	
				P3.3.30	Conflito de uso da praia com os pontos de desova de tartaruga	Falta de sensibilização e sinalização	Risco de acidentes com as tartarugas	

				P3.3.31	Ocupação irregular da área pública existente em Itapuã (colônia de pescadores)	Invasão antiga do local	Construções irregulares; Dificuldade para gestão da área	
				P3.3.32	Falta de vagas para estacionamento para os turistas (embarque e desembarque), carga e descarga e pontos especiais	Demanda crescente por vagas de estacionamento; densamento da orla	Conflitos no trânsito; Prejuízo ao turismo; Prejuízo aos trabalhadores	
				P3.3.33	Falta de sinalização quanto ao limite de velocidade nas ciclovias; Uso inadequado das ciclovias	Falta de sinalização informativa; Projeto inadequado da ciclovia; Fiscalização insuficiente	Acidentes e conflitos	
				P3.3.34	Rede hoteleira insuficiente	Não valorização e investimento na atividade do turismo	Prejuízo ao turismo e à economia local	
				P3.3.35	Altos índices de criminalidade na orla	Fiscalização e patrulha insuficiente; Câmeras de monitoramento insuficientes; Ausência de base comunitária	Insegurança; Prejuízo ao turismo; Violência	
				P3.3.36	Possíveis ligações clandestinas na rede pluvial e o lançamento de forma inadequada de águas pluviais na praia	Ligações clandestinas na rede pluvial	Poluição; Balneabilidade imprópria; Impacto sobre a beleza cênica	
				P3.3.37	Pessoas em situação de rua	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Insegurança; Furtos; Ocupação irregular de áreas públicas e de preservação ambiental; Sentimento de abandono e exclusão	

							social	
				P3.3.38	Cães em situação de abandono	Abandono por partes dos antigos tutores; Programas de conscientização e castração insuficientes; Desrespeito a legislação	Acidentes; Risco de doenças; Procriação descontrolada	
				P3.3.39	Risco de acidentes com cães domésticos e ocorrência de dejetos na orla	Falta de sensibilidade e conscientização dos tutores; Fiscalização insuficiente; Não cumprimento da legislação existentes	Acidentes; Conflitos; Doenças	
				P3.3.40	Crianças em situação de risco; Trabalho infantil	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Vulnerabilidade infantil; Comprometimento do desenvolvimento da criança	
				P3.3.41	Existência de fauna sinantrópica (ratos / pombos)	Disposição inadequada do lixo	Doenças e comprometimento da imagem da praia	
				P3.3.42	Descarte inadequado de lixo do comércio em geral nos contentores da orla	Não cumprimento dos horários de descarte; Fiscalização insuficiente; Falta de conscientização e sensibilização	Fauna sinantrópica; Sujeira	
				P3.3.43	Problemas no trânsito gerado por ambulantes	Ocupação pelos ambulantes em local inadequado; Fiscalização inadequada	Conflitos; Problemas no trânsito	

				P3.3.44	Impedimento legal municipal para locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia (serviço fornecido pelos ambulantes)	Conflitos antigos de realização dessa atividade; Legislação atual não permite	Limitação de serviços oferecidos ao usuário da praia; Prejuízo aos ambulantes	
				P3.3.45	Necessidade de ajustes no zoneamento do calçadão	Zoneamento vigente é inconsistente com os usos	Dificuldade para gestão da orla	
	4 (da rotatória até o Dunas Motel)	C	Orla exposta com urbanização consolidada e verticalizada, com faixa de areia mais larga e dunas preservadas, mas que apresenta sombreamento de edifícios limítrofes na faixa de areia. Há ocorrência de desovas de tartarugas. Trata-se de praia urbanizada, com quiosques, ciclovia e Bike VV (sistema de compartilhamento de bicicletas) e rampas para acesso à praia, além de demais equipamentos, como parques infantis e academias populares. Alguns usos importantes são a	PP3.4.1	Atividade turística	Geração de emprego e renda; Desenvolvimento da economia local; Valorização do patrimônio natural e cultural	Divulgação insuficiente; Pouca identificação com as atividades turísticas pelos moradores; Falta de incentivos econômicos para fomento da atividade	PRAD da restinga; Projeto da PMVV para aumento de banheiros na orla; Projeto para evitar o sombreamento da faixa de areia; Programa de monitoramento de praias – CTA; Projeto de adequação das ciclovias
				PP3.4.2	Prática de atividade de esportes aquáticos (ex.: canoas havaianas, caiaques e kitesurf)	Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos	Falta de regulamentação; Pouca divulgação; Conflitos	

			exploração turística; prática de atividade esportiva com canoas havaianas e kitesurf; e escolas esportivas na orla.	PP3.4.3	Atividades esportivas na praia	Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida; Realização de eventos	Falta de regulamentação e ordenamento; Conflitos	
				PP3.4.4	Existência de ciclovia e <i>Bike VV</i>	Mobilidade urbana sustentável; Promoção de saúde e bem estar; Turismo	Ciclovias inadequadas e não integradas a outros modais; Poucos bicicletários; Malha cicloviária insuficiente; Poucas estações do bike VV	
				PP3.4.5	Parklet como melhoria de estruturas públicas	Aumento da segurança urbana; Criação de áreas de vivência	Dimensões das vias; Aceitação pela população	
				PP3.4.6	Orla com infraestruturas para crianças (parques infantis)	Praia convidativa; Segurança; Alternativa de lazer para crianças além do mar; Ajuda na prevenção de riscos com crianças na orla	PDM atual; Cães abandonados	
				PP3.4.7	Uso noturno da faixa de areia	Extensão do período de uso da orla; Segurança	Iluminação pública; Insegurança; Desova de tartarugas	
				PP3.4.8	Realização de eventos esportivos e culturais	Visibilidade da cidade; Arrecadação; Geração de emprego e renda; Qualidade de vida	Conflitos; Poluição sonora; Lixo Insegurança	
				PP3.4.9	Pesca artesanal	Valorização da cultura local; Turismo de base comunitária; Geração de empregos e renda; Disponibilidade de pescado na alimentação	Conflitos com banhistas Trânsito; Não valorização da atividade; Dificuldade de acesso para carga e descarga; Adensamento da orla; Insuficiência de	

							infraestrutura de apoio à atividade	
				PP3.4.10	Oportunidade de trabalho e geração de renda para os ambulantes			
				PP3.4.11	Disposição das estruturas para pratica esporte por parte do município - fornecidos pela prefeitura e para uso público (estruturas para rede de voley, traves de futebol, beach tennis e boias de natação)			
				PP3.4.12	Turismo náutico			
				PP3.4.13	Calçadão com acessibilidade			
				P3.4.1	Estruturas e efetivo de guarda vidas insuficientes (uma base a cada 300m)	Contrato de guarda vidas inadequado; Aumento de demanda	Aumento de ocorrências de afogamento; Insegurança aos banhistas; Afeta o turismo; Prejudica o programa Bandeira Azul	

				P3.4.2	Manutenção precária da vegetação de restinga	Necessidade de melhorar o planejamento e análise prévia para o manejo da área de restinga	Poda realizada de forma inadequada; Ocorrência de fauna sinantropica no local; Usos indevidos na área de restinga; Problemas de segurança pública; Lixo	
				P3.4.3	Atividades esportivas e falta de acessos padronizados interferindo com espaço de restinga	Falta de ordenamento; Aumento da demanda de usos da praia para esporte; Falta do cercamento da vegetação do lado da praia	Impactos sobre a recuperação da restinga; Erosão	
				P3.4.4	Quantidade insuficiente de chuveiros, falta de análise da qualidade e disposição inadequada da água utilizada	Projeto inadequado; Grande demanda do município	Erosão na saída da drenagem; Contaminação do solo; Insatisfação do banhista	
				P3.4.5	Roubo de estruturas dos chuveiros	Usuários de drogas; Insegurança pública	Chuveiros inativos e danificados	
				P3.4.6	Falta de regulamentação e ordenamento dos pontos de canoa havaiana e kitesurf	Falta de legislação específica	Uso inadequado da área de praia	
				P3.4.7	Precariedade da infraestrutura e equipamentos de processamento e comercialização de pescado	Pescadores e prefeitura não têm autorização para intervenções; Irregularidade da ocupação do local	Prejuízo no comércio e na qualidade do pescado; Comprometimento da paisagem	
				P3.4.8	Falta de identificação visual para identificação de ambulantes	Falta de regulamentação	Dificuldade de identificação dos ambulantes pelos clientes	

				P3.4.9	Não cumprimento da licença dada aos ambulantes (divergência das atividades/equipamentos de trabalho autorizado)	Ambulante não solicita alterações no cadastro; Falta de atualização das informações cadastradas no município	Ocupação de um espaço maior que a capacidade local permite	
				P3.4.10	Necessidade de vistoria da vigilância sanitária sobre comércio de alimentos por ambulantes	Serviço de vigilância está sendo insuficiente	Problema de contaminação por falta de cuidados nas na manipulação de alimentos	
				P3.4.11	Necessidade de pontos de carga e descarga (com rampas de acesso) para prestadores de serviços na praia	Fala de espaços específicos pensados para esta finalidade	Conflitos, multas, dificuldades para o carga e descarga de mercadorias e inconvenientes no trânsito; Prejuízos à atividade do turismo	
				P3.4.12	Necessidade de melhorias da sinalização de risco aquático	Falta de solicitação por parte dos moradores; Falta de identificação de locais potenciais pelo município	Aumento no índice de afogamento; Falta de orientação turística	
				P3.4.13	Construção inacabada de quiosque	Desistência pelo concessionário do quiosque	Comprometimento da paisagem; Inutilização da estrutura	
				P3.4.14	Instalação irregular de caixas para armazenamento de equipamentos esportivos	Aumento da demanda esportiva; Fiscalização insuficiente	Aumento das construções irregulares; Desordem na praia; Comprometimento da recuperação da restinga	

				P3.4.15	Ciclovias estreitas e poucos bicicletários	Infraestrutura da orla é inadequada; Características físicas limitantes da orla; Aumento da demanda de uso em relação à quando a ciclovias foi criada	Acidentes, dificuldade de mobilidade urbana	
				P3.4.16	Práticas esportivas desordenadas gerando conflitos com atividades essenciais	Falta de ordenamento dos usos da praia; Excesso da demanda	Privatização de algumas áreas; Pressão sobre a restinga; Conflitos entre usuários; Impedimento de acesso à praia; Risco de acidentes	
				P3.4.17	Uso excessivo da faixa de areia para colocação de mesas e cadeiras dos quiosques	Fiscalização insuficiente	Privatização da praia; Conflitos com outros usuários; Redução da faixa de areia disponível	
				P3.4.18	Rampas insuficientes e inadequadas de acesso à praia	Falta de adequação às normas da ABNT das rampas mais antigas	Dificuldade de uso e riscos de acidentes para idosos, crianças e pessoas com necessidades especiais, além de dificuldade da carga e descarga dos ambulantes	
				P3.4.19	Poucas placas informativas com os nomes das praias e de recepção aos turistas	Prefeitura não finalizou o projeto das novas placas	Desinformação; Prejuízo ao turismo	
				P3.4.20	Estacionamento irregular de reboques no calçamento	Fiscalização insuficiente; Ausência de pontos específicos	Acidentes; Redução da área de calçamento	

				P3.4.21	Uso excessivo da faixa de areia devido a carência de demais espaços adequados como opção de lazer na cidade	Ausência de áreas específicas para esporte e lazer (parques e praças)	Conflito entre usuários	
				P3.4.22	Instalação de <i>parklets</i> reduzindo áreas de estacionamento	Regulamentação de <i>parklets</i>	Perda de vagas de estacionamento	
				P3.4.23	Impacto da iluminação de LED sobre a fauna marinha	Falta de projeto específico	Alteração no ciclo reprodutivo; Risco de acidentes com as tartarugas	
				P3.4.24	Faltam pontos de iluminação pública	Falta de manutenção	Insegurança pública	
				P3.4.25	Conflito de uso da praia com os pontos de desova de tartaruga	Falta de sensibilização e sinalização	Risco de acidentes com as tartarugas	
				P3.4.26	Falta de vagas para estacionamento para os turistas (embarque e desembarque), carga e descarga e pontos especiais	Demanda crescente por vagas de estacionamento; densamento da orla	Conflitos no trânsito; Prejuízo ao turismo; Prejuízo aos trabalhadores	
				P3.4.27	Ausência de centros de atendimento ao turista	Inexistência de projeto; Não valorização do turismo na cidade	Desinformação; Prejuízo ao turismo	
				P3.4.28	Falta de sinalização quanto ao limite de velocidade nas ciclovias; Uso inadequado das ciclovias	Falta de sinalização informativa; Projeto inadequado da ciclovia; Fiscalização insuficiente	Acidentes e conflitos	
				P3.4.29	Rede hoteleira insuficiente	Não valorização e investimento na atividade do turismo	Prejuízo ao turismo e à economia local	

				P3.4.30	Altos índices de criminalidade na orla	Fiscalização e patrulha insuficiente; Câmeras de monitoramento insuficientes; Ausência de base comunitária	Insegurança; Prejuízo ao turismo; Violência	
				P3.4.31	Possíveis ligações clandestinas na rede pluvial e o lançamento de forma inadequada de águas pluviais na praia	Ligações clandestinas na rede pluvial	Poluição; Balneabilidade imprópria; Impacto sobre a beleza cênica	
				P3.4.32	Pessoas em situação de rua	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes; Dependência química	Insegurança; Furtos; Ocupação irregular de áreas públicas e de preservação ambiental; Sentimento de abandono e exclusão social	
				P3.4.33	Cães em situação de abandono	Abandono por partes dos antigos tutores; Programas de conscientização e castração insuficientes; Desrespeito a legislação	Acidentes; Risco de doenças; Procriação descontrolada	
				P3.4.34	Risco de acidentes com cães domésticos e ocorrência de dejetos na orla	Falta de sensibilidade e conscientização dos tutores; Fiscalização insuficiente; Não cumprimento da legislação existentes	Acidentes; Conflitos; Doenças	
				P3.4.35	Crianças em situação de risco; Trabalho infantil	Problemas sociais e econômicos, programas de assistência social insuficientes;	Vulnerabilidade infantil; Comprometimento do desenvolvimento da criança	

						Dependência química		
				P3.4.36	Existência de fauna sinantrópica (ratos / pombos)	Disposição inadequada do lixo	Doenças e comprometimento da imagem da praia	
				P3.4.37	Descarte inadequado de lixos do comércio em geral nos contentores da orla	Não cumprimento dos horários de descarte; Fiscalização insuficiente; Falta de conscientização e sensibilização	Fauna sinantrópica; Sujeira	
				P3.4.38	Problemas no trânsito gerado por ambulantes	Ocupação pelos ambulantes em local inadequado; Fiscalização inadequada	Conflitos; Problemas no trânsito	
				P3.4.39	Impedimento legal municipal para locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia (serviço fornecido pelos ambulantes)	Conflitos antigos de realização dessa atividade; Legislação atual não permite	Limitação de serviços oferecidos ao usuário da praia; Prejuízo aos ambulantes	
				P3.4.40	Necessidade de ajustes no zoneamento do calçadão	Zoneamento vigente é inconsistente com os usos	Dificuldade para gestão da orla	
	5 (Ilhas)	A	Ilhas oceânicas, não urbanizadas, com rica biodiversidade e nidificação de aves. Alguns usos existentes e potenciais são: exploração turística;	PP3.5.1	Turismo náutico			—
				PP3.5.2	Turismo responsável de base comunitária			
				PP3.5.3	Pesquisa, conservação e educação ambiental			
				PP3.5.4	Prática de mergulho			

			esportes náuticos e pesca	P3.5.1	Necessidade de manutenção/adequação e revisão do planejamento para visitas nas ilhas priorizando turismo de base comunitária e responsável	Gestão difusa; Desconhecimento da capacidade de suporte das ilhas	Danos ambientais	
				P3.5.2	Necessidade de ações de fiscalização nas ilhas	Gestão difusa; Necessidade de fiscalização	Degradação; Danos ambientais	
				P3.5.3	Necessidade de divulgação do turismo nas ilhas	Falta de planejamento; Gestão difusa; Falta de estudos	Não valorização do turismo, prejuízo da comunidade, atividades econômicas	

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

3.10.3 Unidade de Planejamento 4 (UP 4): do final do calçadão de Itaparica até o Morro da Concha (Parque Natural Municipal de Jacarenema).

A UP 4 apresenta 3 Trechos, e após a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina:

- a) Foram definidos **10 Potencialidades** e **14 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) e identificados **4 projetos previstos ou em implantação** para o **Trecho 1**;
- b) Foram definidos **10 Potencialidades** e **16 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) e identificados **6 projetos previstos ou em implantação** para o **Trecho 2**;
- c) Foram definidos **10 Potencialidades** e **14 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) e identificado **1 projeto previsto ou em implantação** para o **Trecho 3**.

As informações completas (Configuração local e usos; Potencialidades; Problemas, Atividades geradoras; Efeitos e impactos associados aos problemas/potencialidades; Projetos previstos ou em implantação) estão apresentadas no **Quadro 31** abaixo.

Quadro 31: UP 4: Quadro Detalhado – Síntese.

Unidade de Planejamento	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos	Projetos previstos ou em implantação
4 (do final do calçadão de Itaparica (sul) até o Morro da Concha - Parque Natural Municipal de Jacarenema)	1 Zona de Amortecimento (ZA)	A	Praia aberta, com presença de vegetação de restinga e existência de estrada de terra, sendo subdividida em Zona de Amortecimento (ZA); na Unidade de Conservação (UC) Parque Natural Municipal de Jacarenema propriamente dita, e no Morro da Concha (MC). O local faz parte do percurso do evento religioso denominado "Passos de Anchieta", e é utilizado para práticas de Turismo Praia/Sol e de esporte e lazer em geral; e para pesquisa científica.	PP4.1.1	Esportes	Incentivo às práticas esportivas (bodyboard, vela, pesca, surf, triathlon, natação, ciclismo, corrida, escalada, rapel, parapente, kitesurf)	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas; Entraves do plano de manejo	Lixeiras, posto salva-vidas, infraestrutura de apoio ao turista (PMVV); Placas informativas normativas (SEMMA/MOVIVE/SICOOB); Estrada de uso restrito, estacionamento, ciclovias, sinalização (PMVV); Infraestrutura de apoio: banheiros, bicicletários, chuveiros, estruturas para práticas de esportes (PMVV)
				PP4.1.2	Beleza cênica	Turismo; Lazer; Trabalhos fotográficos, cartões postais; Mirante	Falta de infraestrutura; Falta de segurança	
				PP4.1.3	Educação ambiental	Projetos com municípios; Projetos com escolas municipais; Oficinas com moradores vizinhos do Parque; Criação de multiplicadores para preservação do Parque; Projetos de conscientização ambiental	Falta de infraestrutura Falta de segurança	
				PP4.1.4	Turismo religioso	Trilha voltando a ser caminho para os Passos de Anchieta	Falta de infraestrutura, de segurança (ponte Madalena)	
				PP4.1.5	Lazer (canoagem, turismo praia/sol, caminhadas, ciclismo)	Turismo praia/sol; Trilhas; Caminhadas; Ecoturismo; Avistamento de pássaros	Falta de infraestrutura, de guarda-vidas, de segurança, da ponte Madalena; Balneabilidade imprópria, força do	

							mar	
				PP4.1.6	Pesquisas científicas	Parcerias com instituições de ensino; Condicionantes ambientais; Conhecimento técnico/científico; Estudos ecológicos e da biodiversidade	Falta de infraestrutura, de segurança; Autorizações ambientais	
				PP4.1.7	Ecoturismo	Visitas guiadas; Caminhadas ecológicas, parte da Descido do Rio Jucu	Falta de infraestrutura, de segurança	
				PP4.1.8	Turismo de aventura	Atividades como: escalada, rapel, kitesurf	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas; Entraves do plano de manejo	
				PP4.1.9	Turismo praia/sol	Clima favorável; Beleza cênica; Proximidade com centros urbanos/capital do ES	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas	
				PP4.1.10	Turismo de base comunitária	História e cultura local; Relevância ecológica do Parque; Sentimento de pertencimento dos moradores da região; Capacitação de guias turísticos	Falta de infraestrutura, de segurança, de acordos entre as entidades representativas dos moradores	

				P4.1.1	Resíduos sólidos descartados irregularmente	Práticas religiosas, turismo praia/sol, carroceiros (entulhos), pesca, usuários de entorpecentes, prostituição	Poluição visual; Poluição ambiental; Risco de acidentes; Risco de incêndio; Contaminação da areia; Contaminação dos seres vivos marinhos; Odores; Atração de urubus, roedores, insetos	
				P4.1.2	Resíduos sólidos depositados pelo mar	Transportes de resíduos pelas correntes marinhas	Poluição visual; Poluição ambiental; Risco de acidentes; Contaminação dos seres vivos marinhos	
				P4.1.3	Afogamentos	Turismo/praiasol; Sinalização deficiente; Ausência de guarda-vidas; Mar forte; Prática de esporte aquático	Acidentes/acidentes fatais	
				P4.1.4	Ausência de lixeiras (na faixa de areia)	Gestão SEMSU	Aumento de resíduos sólidos na areia e restinga	
				P4.1.5	Espécies invasoras (flora)	Plantio indevido; Dispersão natural	Desequilíbrio ambiental; Competição entre as espécies vegetais; Alteração nas dunas	
				P4.1.6	Queimadas	Atividades religiosas; Usuários de drogas; Carroceiros; Pressão imobiliária; Descarte de resíduos vítreos e guimbas de cigarros; Vegetação seca	Desequilíbrio ambiental; Degradação e diminuição da cobertura vegetal; Morte de animais; Acidentes fatais	

				P4.1.7	Extração vegetal e mineral (irregular)	Munícipes	Desequilíbrio ambiental; Degradação e diminuição da cobertura vegetal; Diminuição das dunas	
				P4.1.8	Pressão imobiliária	Grandes construtoras e proprietários de lotes urbanos	Descaracterização da orla, da restinga, do Parque de Jacarenema; Perda de habitats	
				P4.1.9	Dificuldade de acesso devido às condições da estrada	Gestão pública	Pontos positivos: reduziu a ocupação da área; Pontos negativos: insegurança, práticas de atividades ilícitas e ilegais, dificuldade de fiscalização, restrição ao uso turístico e lazer, alagamentos	
				P4.1.10	Atividades ilícitas (uso/tráfico de drogas; prostituição)	Usuários e traficantes de drogas; Prostituição; Pescadores irregulares; Agentes incendiários	Insegurança; Incêndios; Desequilíbrio ambiental; Acidentes	
				P4.1.11	Ausência de infraestrutura (das instalações do Parque)	Gestão pública	Demora na instalação do Parque; Insegurança; Continuidade das atividades ilícitas; Dificuldade de acesso; Falta de incentivo ao turismo; Esporte,	

							lazer, pesquisa e educação ambiental	
				P4.1.12	Caça	Municípios	Desequilíbrio ambiental; Diminuição de animais	
				P4.1.13	Pesca ilegal (petrechos; redes de arrasto/de espera) no mar e na foz do Rio Jucu	Pescadores	Risco de extinção local	
				P4.1.14	Falta de regularização fundiária nas propriedades privadas dentro da delimitação do PNMJ (UC)	Gestão pública	Dificuldade na implantação do PNMJ	
	2 Unidade de Conservação (UC)			PP4.2.1	Esportes	Incentivo às práticas esportivas (bodyboard, vela, pesca, surf, triathlon, natação, ciclismo, corrida, escalada, rapel, parapente, kitesurf)	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas; Entraves do plano de manejo	Manejo de espécies invasoras e Plano de Recuperação de Área Degradada Implementação do Plano de Manejo da UC (Plano de Manejo/PMVV/condicionante ambiental); Saneamento Básico (CESAN); Lixeiras, posto salva-vidas, ciclovia, calçadão, placas informativas normativas (PMVV); Estrada de uso restrito, pórtico, estacionamento, ciclovia, sinalização, placas normativas informativas (PMVV); Trilhas, ciclovia e placas informativas normativas (PMVV); Construção de sede administrativa, centro de educação ambiental e base
				PP4.2.2	Beleza cênica	Turismo; Lazer; Trabalhos fotográficos, cartões postais; Mirante	Falta de infraestrutura; Falta de segurança	
				PP4.2.3	Educação ambiental	Projetos com municípios; Projetos com escolas municipais; Oficinas com moradores vizinhos do Parque; Criação de multiplicadores para preservação do Parque; Projetos de conscientização ambiental	Falta de infraestrutura Falta de segurança	

				PP4.2.4	Turismo religioso	Trilha voltando a ser caminho para os Passos de Anchieta	Falta de infraestrutura, de segurança (ponte Madalena)	da polícia militar ambiental (PMVV)
				PP4.2.5	Lazer (canoagem, turismo praia/sol, caminhadas, ciclismo)	Turismo praia/sol; Trilhas; Caminhadas; Ecoturismo; Avistamento de pássaros	Falta de infraestrutura, de guarda-vidas, de segurança, da ponte Madalena; Balneabilidade imprópria, força do mar	
				PP4.2.6	Pesquisas científicas	Parcerias com instituições de ensino; Condicionantes ambientais; Conhecimento técnico/científico; Estudos ecológicos e da biodiversidade	Falta de infraestrutura, de segurança; Autorizações ambientais	
				PP4.2.7	Ecoturismo	Visitas guiadas; Caminhadas ecológicas, parte da Descido do Rio Jucu	Falta de infraestrutura, de segurança	
				PP4.2.8	Turismo de aventura	Atividades como: escalada, rapel, kitesurf	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas; Entraves do plano de manejo	
				PP4.2.9	Turismo praia/sol	Clima favorável; Beleza cênica; Proximidade com centros urbanos/capital do ES	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas	

				PP4.2.10	Turismo de base comunitária	História e cultura local; Relevância ecológica do Parque; Sentimento de pertencimento dos moradores da região; Capacitação de guias turísticos	Falta de infraestrutura, de segurança, de acordos entre as entidades representativas dos moradores	
				P4.2.1	Resíduos sólidos descartados irregularmente	Práticas religiosas, turismo praia/sol, carroceiros (entulhos), pesca, usuários de entorpecentes, prostituição	Poluição visual; Poluição ambiental; Risco de acidentes; Risco de incêndio; Contaminação da areia; Contaminação dos seres vivos marinhos; Odores; Atração de urubus, roedores, insetos	
				P4.2.2	Resíduos sólidos depositados pelo mar	Transportes de resíduos pelas correntes marinhas	Poluição visual; Poluição ambiental; Risco de acidentes; Contaminação dos seres vivos marinhos	
				P4.2.3	Afogamentos	Turismo/praiasol; Sinalização deficiente; Ausência de guarda-vidas; Mar forte; Prática de esporte aquático	Acidentes/acidentes fatais	
				P4.2.4	Ausência de lixeiras (na faixa de areia)	Gestão SEMSU	Aumento de resíduos sólidos na areia e restinga	
				P4.2.5	Espécies invasoras (flora)	Plantio indevido; Dispersão natural	Desequilíbrio ambiental; Competição entre as espécies vegetais; Alteração nas dunas	

				P4.2.6	Queimadas	Atividades religiosas; Usuários de drogas; Carroceiros; Pressão imobiliária; Descarte de resíduos vítreos e guimbas de cigarros; Vegetação seca	Desequilíbrio ambiental; Degradação e diminuição da cobertura vegetal; Morte de animais; Acidentes fatais	
				P4.2.7	Extração vegetal e mineral (irregular)	Munícipes	Desequilíbrio ambiental; Degradação e diminuição da cobertura vegetal; Diminuição das dunas	
				P4.2.8	Pressão imobiliária (somente ZA/UC)	Grandes construtoras e proprietários de lotes urbanos	Descaracterização da orla, da restinga, do Parque de Jacarenema; Perda de habitats	
				P4.2.9	Dificuldade de acesso devido às condições da estrada	Gestão pública	Pontos positivos: reduziu a ocupação da área; Pontos negativos: insegurança, práticas de atividades ilícitas e ilegais, dificuldade de fiscalização, restrição ao uso turístico e lazer, alagamentos	
				P4.2.10	Atividades ilícitas (uso/tráfico de drogas; prostituição)	Usuários e traficantes de drogas; Prostituição; Pescadores irregulares; Agentes incendiários	Insegurança; Incêndios; Desequilíbrio ambiental; Acidentes	
				P4.2.11	Ausência de infraestrutura (das instalações do Parque)	Gestão pública	Demora na instalação do Parque;	

							Insegurança; Continuidade das atividades ilícitas; Dificuldade de acesso; Falta de incentivo ao turismo; Esporte, lazer, pesquisa e educação ambiental	
				P4.2.12	Caça (somente ZA/UC)	Municípios	Desequilíbrio ambiental; Diminuição de animais	
				P4.2.13	Pesca ilegal (petrechos; redes de arrasto/de espera) no mar e na foz do Rio Jucu	Pescadores	Risco de extinção local	
				P4.2.14	Falta de regularização fundiária nas propriedades privadas dentro da delimitação do PNMJ (UC) (somente ZA/UC)	Gestão pública	Dificuldade na implantação do PNMJ	
				P4.2.15	Assoreamento (trecho do Rio Jucu dentro do município) (somente UC)	Desmatamento da mata ciliar	Rio Jucu mais raso; Deslocamento do curso do rio; Aumento da várzea do rio	
				P4.2.16	Poluição (química, esgoto e flutuantes) (somente UC)	CESAN; Gestão pública; Comitê de bacias hidrográficas; Municípios	Contaminação dos recursos naturais, da fauna e flora; Aumento de macrófitas aquáticas; Mortandade de peixes; Balneabilidade imprópria	

	3 Morro da Concha (MC)			PP4.3.1	Esportes	Incentivo às práticas esportivas (bodyboard, vela, pesca, surf, triathlon, natação, ciclismo, corrida, escalada, rapel, parapente, kitesurf)	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas; Entraves do plano de manejo	Placas normativas informativas, trilhas interpretativas (PMVV); Placas normativas informativas (PMVV)
				PP4.3.2	Beleza cênica	Turismo; Lazer; Trabalhos fotográficos, cartões postais; Mirante	Falta de infraestrutura; Falta de segurança	
				PP4.3.3	Educação ambiental	Projetos com municípios; Projetos com escolas municipais; Oficinas com moradores vizinhos do Parque; Criação de multiplicadores para preservação do Parque; Projetos de conscientização ambiental	Falta de infraestrutura Falta de segurança	
				PP4.3.4	Turismo religioso	Trilha voltando a ser caminho para os Passos de Anchieta	Falta de infraestrutura, de segurança (ponte Madalena)	
				PP4.3.5	Lazer (canoagem, turismo praia/sol, caminhadas, ciclismo)	Turismo praia/sol; Trilhas; Caminhadas; Ecoturismo; Avistamento de pássaros	Falta de infraestrutura, de guarda-vidas, de segurança, da ponte Madalena; Balneabilidade imprópria, força do mar	

				PP4.3.6	Pesquisas científicas	Parcerias com instituições de ensino; Condicionantes ambientais; Conhecimento técnico/científico; Estudos ecológicos e da biodiversidade	Falta de infraestrutura, de segurança; Autorizações ambientais	
				PP4.3.7	Ecoturismo	Visitas guiadas; Caminhadas ecológicas, parte da Descido do Rio Jucu	Falta de infraestrutura, de segurança	
				PP4.3.8	Turismo de aventura	Atividades como: escalada, rapel, kitesurf	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas; Entraves do plano de manejo	
				PP4.3.9	Turismo praia/sol	Clima favorável; Beleza cênica; Proximidade com centros urbanos/capital do ES	Falta de infraestrutura, de segurança, de guarda-vidas	
				PP4.3.10	Turismo de base comunitária	História e cultura local; Relevância ecológica do Parque; Sentimento de pertencimento dos moradores da região; Capacitação de guias turísticos	Falta de infraestrutura, de segurança, de acordos entre as entidades representativas dos moradores	
				P4.3.1	Resíduos sólidos descartados irregularmente	Práticas religiosas, turismo praia/sol, carroceiros (entulhos), pesca, usuários de entorpecentes, prostituição	Poluição visual; Poluição ambiental; Risco de acidentes; Risco de incêndio; Contaminação da areia; Contaminação dos	

							seres vivos marinhos; Odores; Atração de urubus, roedores, insetos	
				P4.3.2	Resíduos sólidos depositados pelo mar	Transportes de resíduos pelas correntes marinhas	Poluição visual; Poluição ambiental; Risco de acidentes; Contaminação dos seres vivos marinhos	
				P4.3.3	Afogamentos	Turismo/praias sol; Sinalização deficiente; Ausência de guarda-vidas; Mar forte; Prática de esporte aquático	Acidentes/acidentes fatais	
				P4.3.4	Ausência de lixeiras (na faixa de areia)	Gestão SEMSU	Aumento de resíduos sólidos na areia e restinga	
				P4.3.5	Espécies invasoras (flora)	Plantio indevido; Dispersão natural	Desequilíbrio ambiental; Competição entre as espécies vegetais; Alteração nas dunas	
				P4.3.6	Queimadas	Atividades religiosas; Usuários de drogas; Carroceiros; Pressão imobiliária; Descarte de resíduos vítreos e guimbas de cigarros; Vegetação seca	Desequilíbrio ambiental; Degradação e diminuição da cobertura vegetal; Morte de animais; Acidentes fatais	
				P4.3.7	Extração vegetal e mineral (irregular)	Municípios	Desequilíbrio ambiental; Degradação e diminuição da cobertura vegetal; Diminuição das dunas	

				P4.3.8	Dificuldade de acesso devido às condições da estrada	Gestão pública	Pontos positivos: reduziu a ocupação da área; Pontos negativos: insegurança, práticas de atividades ilícitas e ilegais, dificuldade de fiscalização, restrição ao uso turístico e lazer, alagamentos	
				P4.3.9	Atividades ilícitas (uso/tráfico de drogas; prostituição)	Usuários e traficantes de drogas; Prostituição; Pescadores irregulares; Agentes incendiários	Insegurança; Incêndios; Desequilíbrio ambiental; Acidentes	
				P4.3.10	Ausência de infraestrutura (das instalações do Parque)	Gestão pública	Demora na instalação do Parque; Insegurança; Continuidade das atividades ilícitas; Dificuldade de acesso; Falta de incentivo ao turismo; Esporte, lazer, pesquisa e educação ambiental	
				P4.3.11	Presença de animais domésticos (soltos/abandonados/"de rua") (somente MC)	Gestão pública; Municípios	Zoonoses; Caça dos animais silvestres; Desequilíbrio ambiental	
				P4.3.12	Pesca ilegal (petrechos; redes de arrasto/de espera) no mar e na foz do Rio Jucu	Pescadores	Risco de extinção local	

				P.3.13	Comércio irregular (ambulante na Praia da Concha) (somente MC)	Ambulantes	Aumento dos resíduos sólidos no local.; Diminuição do espaço livre na areia	
				P.3.14	Acidentes no costão rochoso (pessoas andando na trilha/escadaria e pescando no costão rochoso) (somente MC)	Municípios; Pescadores	Acidentes graves	

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

3.10.4 Unidade de Planejamento 5 (UP 5): do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta (Matinha de Interlagos).

A UP 5 apresenta 5 Trechos e, após a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina:

- a) Foram definidos **17 Potencialidades** e **24 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 1**;
- b) Foram definidos **5 Potencialidades** e **11 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 2**;
- c) Foram definidos **6 Potencialidades** e **17 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 3**;
- d) Foram definidos **5 Potencialidades** e **8 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 4**;
- e) Foram definidos **6 Potencialidades** e **17 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 5**.

As informações completas (Configuração local e usos; Potencialidades; Problemas, Atividades geradoras; Efeitos e impactos associados aos problemas/potencialidades; Projetos previstos ou em implantação) estão apresentadas no **Quadro 32** abaixo.

Quadro 32: UP 5: Quadro Detalhado – Síntese.

Unidade de Planejamento	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos	Projetos previstos ou em implantação
5 (do Morro da Concha até o início do Bairro Ponta da Fruta - Matinha de Interlagos)	1 (do Morro da Concha até a o fim do Bairro Barra do Jucu)	B	Orla semiabrigada em processo de urbanização	PP5.1.1	Atividade do Turismo	Incentivo ao turismo	Falta de projeto ou informação; Necessidade de definição oficial dos nomes das praias do município	—
				PP5.1.2	Atividades culturais/tradicionais: congo, fincada de mastro, carnaval (resgatar a quarta da porca), capoeira, sarau de poesia, exposição das rendeiras)	Incentivo ao turismo, atividades esportivas, culturais e gastronômicas; Entretenimento e lazer; Geração de emprego	Falta de programa de atividades culturais, esportivas, tradicionais, gastronômico; Falta de feiras gastronômicas e de artesanato; Apoio do município; Calendário cultural	
				PP5.1.3	Instalação de uma marina pública na boca do rio	Incentivo ao turismo, mobilidade, geração de empregos	Falta de projeto e licença ambiental	
				PP5.1.4	Ponte sobre o Canal do Congo	Mobilidade e incentivo ao turismo	Falta de projeto	
				PP5.1.5	Escolas de <i>surf</i> , <i>bodyboard</i> , vôlei, capoeira	Incentivo ao turismo, cultural, esporte, trabalho social	Falta de estruturas e incentivo aos campeonatos	
				PP5.1.6	Rampa para voo livre (parapente - do Morro da Concha para a praia)	Incentivo ao turismo, renda e esporte	Análise ambiental; Aeronáutica; Execução de projeto	
				PP5.1.7	Atividades náuticas (surf, banhistas, pesca, esportes, etc)	Incentivo ao turismo, cultura, esporte, trabalho social	Incentivo ao turismo, cultura, esporte; Trabalho social; Ordenamento náutico	

				PP5.1.8	Recursos cênicos da paisagem de especial beleza, tanto nas Praias, como nas Lagoas	Incentivo ao turismo; Melhoria do meio ambiente e saúde pública	Poluição e destruição de lagoas e praias	
				PP5.1.9	Criação de pista de pump track na Barra do Jucu (já existe o pedido)	Incentivo ao turismo, cultura, esporte, trabalho social	Projeto, execução e análise ambiental	
				PP5.1.10	Criação de um Centro Cultural e gastronômico	Incentivo ao turismo, cultura, esporte, trabalho social, movimentação da economia e geração de renda; Transferência de creche da praia para outra área pública mais adequada	Busca de nova área para creche; Burocracia e obra de reforma do local	
				PP5.1.11	Pesca artesanal	Geração de emprego e renda; Tradição	Meio ambiente; Fiscalização; Exploração inadequada	
				PP5.1.12	Cine barra na pracinha da Praia do Barrão	Entretenimento; Cultura; Lazer; Turismo	Infraestrutura	
				PP5.1.13	Tenda cultural no verão na praia do Barrão integrada à Festa do Morro da Concha	Turismo; Cultura; Lazer; Geração de renda e esporte	Projeto (projeto já é feito na Praia da Costa)	
				PP5.1.14	Rota dos Passos de Anchieta	Turismo; Cultura; Lazer; Geração de renda, gastronomia local	Marcação, estrutura e informação	
				PP5.1.15	Incluir iluminação cênica na orla da Praia do Barrão	Turismo; Cultura; Lazer	Projeto e incentivo da PMVV	
				PP5.1.16	Praia do Barrão tem potencial para ter certificação Bandeira Azul	Turismo; Cultura; Lazer; Sustentabilidade ecológica; Esporte	Projeto; Balneabilidade	

				PP5.1.17	Criação de festival cultural de inverno (gastronomia, música, poesia, congo, rendeiras de bilro, pintura, artesanato, etc.) na Barra do Jucu	Criação de festival de inverno na praia do barrão	Projeto; Incluir a festa no calendário de festas da Prefeitura de Vila Velha	
				P5.1.1	Área de restinga degradada	Ocupação irregular e falta de fiscalização	Erosão; Invasão do mar; Degradação do meio ambiente	
				P5.1.2	Pesca irregular	Falta de fiscalização; Leis que causam impacto a quem infringe; Falta de conhecimento e programas de conscientização	Degradação do meio ambiente; Extinção de animais	
				P5.1.3	Ausência de sinalização de trânsito (vertical e horizontal)	Falta de fiscalização; Falta de diálogo entre os órgãos e associações de moradores e um ordenamento da sinalização	Insegurança; Acidentes e problemas no tráfego; Conflitos entre motoristas e transeuntes	
				P5.1.4	Ausência de identidade visual informativa e personalizada, além de portal indicativo das praias.	Falta de incentivo ao turismo e esporte	Desinformação; Falta de característica cultural	
				P5.1.5	Animais abandonados e invasores	Abandono; Maus tratos; Lixo	Doenças; Pragas; Ataques	
				P5.1.6	Ausência de infraestrutura para turistas	Falta de infraestrutura adequada para turismo	Falta de movimentação econômica, culturais e abandono de patrimônios	

				P5.1.7	Barco de pesca e redes dispostos desordenadamente na faixa de areia em decorrência da falta de infraestrutura para os pescadores: desvalorização da cultura pesqueira	Pesca inadequada; Local inadequado; Falta de fiscalização	Acidentes; Poluição visual; Mau cheiro; Depredação do ecossistema	
				P5.1.8	Lançamento irregular de esgoto na rede pluvial, na faixa de areia e nas lagoas e no rio.	Falta de infraestrutura; Falta de saneamento básico	Depredação do ecossistema; Mal cheiro; Desincentivo turístico	
				P5.1.9	Quiosques e restaurantes na faixa de areia	Irregularidade; Falta de fiscalização adequada e comércio não adequado a lei ambiental	Lançamento de esgoto inadequado; Ausência de vigilância sanitária	
				P5.1.10	Construção de casas, estruturas demarcadoras de limites de lotes e quadra esportiva, em área de restinga.	Irregularidade; Falta de fiscalização e reordenamento	Depredação do ecossistema; Invasão de áreas públicas; Dificuldade de acesso à praia	
				P5.1.11	Cemitério próximo a praia; capela inadequada para velório	Mal-uso territorial e falta de fiscalização (depredação do cemitério); Falta de infraestrutura	Necrochorume; Depredação do ecossistema; Desincentivo turístico e doenças de animais	
				P5.1.12	Descarte inadequado de objetos religiosos	Animais mortos na praia e lixo descartados inadequadamente	Má higiene na praia; Mau cheiro; Poluição visual	
				P5.1.13	Possibilidade de destruição de ninhos de tartarugas, que historicamente ocorrem(?) na área.	Falta de informação sobre estudo para demarcação dos ninhos	Falta de informação para adequar os esportes na faixa de areia da praia	

				P5.1.14	Iluminação precária (observar se há área de desova de tartaruga, para iluminação adequada)	Falta de poste; Iluminação fraca; Falta de iluminação esportiva na Praia do Barrão	Insegurança; Não supre a necessidade de prática esportiva noturna
				P5.1.15	Lixo acumulado dentro e no entorno dos contentores, na calçada da praia do barrão (vestígios de larvas e chorume na orla da praia).	Lixeiras mal implantadas na orla da praia do Barrão	Proliferação de animais; Sujeira; Poluição visual; Mau cheiro; Recolhimento inadequado (vestígios de larvas e chorume na orla da praia)
				P5.1.16	Falta de lixeiras nas praias	Lixeiras não implantadas na orla	Proliferação de animais; Sujeira; Mau cheiro; Lixo nas vias públicas e na orla
				P5.1.17	Local inadequado para limpeza dos peixes nas praias com disposição inadequada dos resíduos da limpeza dos peixes.	Falta de uma colônia de pescadores ou local adequado para limpeza de peixes; Falta de gestão para criação de colônia	Proliferação de animais; Sujeira; Poluição visual; Mau cheiro
				P5.1.18	Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla e revitalização do calçamento	Falta de integração; Falta de Bike VV	Desintegração entre as regiões, excesso de transporte poluente
				P5.1.19	Excesso de cadeiras e mesas dos quiosques/restaurantes, na faixa de areia	Falta de fiscalização e espaços adequados	Praia ocupada por cadeiras; Poluição visual; Falta da extensão de areia
				P5.1.20	Desconforto, precárias condições de trabalho e da guarda dos petrechos de guarda-vidas, dificultando a prestação do serviço adequado à população.	Desconforto; Falta de estrutura	Falta de segurança e qualidade do trabalho

				P5.1.21	Falta de instrutores na academia popular; Falta de um centro de convivência na Barra do Jucu, praia do Barrão	Desincentivo de atividades para a terceira idade, exercícios inadequados	Acidentes; Falta de acolhimento	
				P5.1.22	Presença de veículos motorizados, <i>bugs</i> , <i>motocross</i> e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas	Falta de fiscalização e regulamentação	Acidentes; Depredação ambiental	
				P5.1.23	Poluição e ocupações irregulares nas margens do canal do Congo	Falta de fiscalização; Falta de saneamento básico; Projeto de recuperação; Invasão da área de mata ciliar	Depredação ambiental; Mau cheiro; Invasão de animais indesejados	
				P5.1.24	Insegurança	Assaltos; Má iluminação; Falta de videomonitoramento; Ausência de participação da população nos espaços públicos	Desincentivo ao turismo; Medo	
	2 (do fim do Bairro Barra do Jucu até o início da Praia dos Recifes)	A	Orla exposta não urbanizada	PP5.2.1	Atividade do Turismo	Incentivo ao turismo	Falta de projeto ou informação; Necessidade de definição oficial dos nomes das praias do município	—
				PP5.2.2	Atividades náuticas (surf, banhistas, pesca, esportes, etc)	Incentivo ao turismo, cultura, esporte, trabalho social	Incentivo ao turismo, cultura, esporte; Trabalho social; Ordenamento náutico	
				PP5.2.3	Recursos cênicos da paisagem de especial beleza, tanto nas Praias, como nas Lagoas	Incentivo ao turismo; Melhoria do meio ambiente e saúde pública	Poluição e destruição de lagoas e praias	

				P5.2.7	Possibilidade de destruição de ninhos de tartarugas, que historicamente ocorrem(?) na área.	Falta de informação sobre estudo para demarcação dos ninhos	Falta de informação para adequar os esportes na faixa de areia da praia	
				P5.2.8	Descarte inadequado de entulho e resíduos em geral, nas margens da Estrada velha em área de restinga e extração ilegal de areia.	Falta de fiscalização e regulamentação, efetivação da lei	Depredação do ecossistema; Descarte inadequado, atraindo animais; Queimadas e extração irregular de areia; Desejo da comunidade para criação de parque ecológico	
				P5.2.9	Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla e revitalização do calçamento	Falta de integração; Falta de Bike VV	Desintegração entre as regiões, excesso de transporte poluente	
				P5.2.10	Presença de veículos motorizados, <i>bugs</i> , <i>motocross</i> e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas	Falta de fiscalização e regulamentação	Acidentes; Depredação ambiental	
				P5.2.11	Insegurança	Assaltos; Má iluminação; Falta de videomonitoramento; Ausência de participação da população nos espaços públicos	Desincentivo ao turismo; Medo	
				PP5.3.1	Atividade do Turismo	Incentivo ao turismo	Falta de projeto ou informação; Necessidade de definição oficial dos nomes das praias do município	
	3 (Praia dos Recifes)	B	Orla exposta em processo de urbanização					—

						ordenamento da sinalização		
				P5.3.4	Animais abandonados e invasores	Abandono; Maus tratos; Lixo	Doenças; Pragas; Ataques	
				P5.3.5	Ausência de infraestrutura para turistas	Falta de infraestrutura adequada para turismo	Falta de movimentação econômica, culturais e abandono de patrimônios	
				P5.3.6	Lançamento irregular de esgoto na rede pluvial, na faixa de areia e nas lagoas e no rio.	Falta de infraestrutura; Falta de saneamento básico	Depredação do ecossistema; Mal cheiro; Desincentivo turístico	
				P5.3.7	Quiosques e restaurantes na faixa de areia	Irregularidade; Falta de fiscalização adequada e comércio não adequado a lei ambiental	Lançamento de esgoto inadequado; Ausência de vigilância sanitária	
				P5.3.8	Construção de casas, estruturas demarcadoras de limites de lotes e quadra esportiva, em área de restinga.	Irregularidade; Falta de fiscalização e reordenamento	Depredação do ecossistema; Invasão de áreas públicas; Dificuldade de acesso à praia	
				P5.3.9	Descarte inadequado de objetos religiosos	Animais mortos na praia e lixos descartados inadequadamente	Má higiene na praia; Mau cheiro; Poluição visual	
				P5.3.10	Possibilidade de destruição de ninhos de tartarugas, que historicamente ocorrem(?) na área.	Falta de informação sobre estudo para demarcação dos ninhos	Falta de informação para adequar os esportes na faixa de areia da praia	

				P5.3.11	Iluminação precária (observar se há área de desova de tartaruga, para iluminação adequada)	Falta de poste; Iluminação fraca; Falta de iluminação esportiva na Praia do Barrão	Insegurança; Não supre a necessidade de prática esportiva noturna
				P5.3.12	Falta de lixeiras nas praias	Lixeiras não implantadas na orla	Proliferação de animais; Sujeira; Mau cheiro; Lixo nas vias públicas e na orla
				P5.3.13	Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla e revitalização do calçamento	Falta de integração; Falta de Bike VV	Desintegração entre as regiões, excesso de transporte poluente
				P5.3.14	Excesso de cadeiras e mesas dos quiosques/restaurantes, na faixa de areia	Falta de fiscalização e espaços adequados	Praia ocupada por cadeiras; Poluição visual; Falta da extensão de areia
				P5.3.15	Desconforto, precárias condições de trabalho e da guarda dos petrechos de guarda-vidas, dificultando a prestação do serviço adequado à população.	Desconforto; Falta de estrutura	Falta de segurança e qualidade do trabalho
				P5.3.16	Presença de veículos motorizados, <i>bugs</i> , <i>motocross</i> e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas	Falta de fiscalização e regulamentação	Acidentes; Depredação ambiental
				P5.3.17	Insegurança	Assaltos; Má iluminação; Falta de videomonitoramento; Ausência de participação da população nos espaços públicos	Desincentivo ao turismo; Medo

	4 (do fim do Bairro Praia dos Recifes até Bairro Morada do Sol)	A	Orla exposta não urbanizada	PP5.4.1	Atividade do Turismo	Incentivo ao turismo	Falta de projeto ou informação; Necessidade de definição oficial dos nomes das praias do município	
				PP5.4.2	Atividades náuticas (surf, banhistas, pesca, esportes, etc)	Incentivo ao turismo, cultura, esporte, trabalho social	Incentivo ao turismo, cultura, esporte; Trabalho social; Ordenamento náutico	
				PP5.4.3	Recursos cênicos da paisagem de especial beleza, tanto nas Praias, como nas Lagoas	Incentivo ao turismo; Melhoria do meio ambiente e saúde pública	Poluição e destruição de lagoas e praias	
				PP5.4.4	Ocorrência de desova de tartarugas marinhas entre Praia dos Recifes e Morada do Sol	Turismo ecológico; Preservação do meio ambiente e dos animais; Educação ambiental; Recuperação ambiental; Geração de emprego	Burocracia pública; Projeto, obra e desapropriação de área particular	
				PP5.4.5	Rota dos Passos de Anchieta	Turismo; Cultura; Lazer; Geração de renda, gastronomia local	Marcação, estrutura e informação	
				P5.4.1	Pesca irregular	Falta de fiscalização; Leis que causam impacto a quem infringe; Falta de conhecimento e programas de conscientização	Degradação do meio ambiente; Extinção de animais	

				P5.4.2	Ausência de sinalização de trânsito (vertical e horizontal)	Falta de fiscalização; Falta de diálogo entre os órgãos e associações de moradores e um ordenamento da sinalização	Insegurança; Acidentes e problemas no tráfego; Conflitos entre motoristas e transeuntes	
				P5.4.3	Animais abandonados e invasores	Abandono; Maus tratos; Lixo	Doenças; Pragas; Ataques	
				P5.4.4	Ausência de infraestrutura para turistas	Falta de infraestrutura adequada para turismo	Falta de movimentação econômica, culturais e abandono de patrimônios	
				P5.4.5	Possibilidade de destruição de ninhos de tartarugas, que historicamente ocorrem(?) na área.	Falta de informação sobre estudo para demarcação dos ninhos	Falta de informação para adequar os esportes na faixa de areia da praia	
				P5.4.6	Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla e revitalização do calçamento	Falta de integração; Falta de Bike VV	Desintegração entre as regiões, excesso de transporte poluente	
				P5.4.7	Presença de veículos motorizados, <i>bugs</i> , <i>motocross</i> e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas	Falta de fiscalização e regulamentação	Acidentes; Depredação ambiental	
				P5.4.8	Insegurança	Assaltos; Má iluminação; Falta de videomonitoramento; Ausência de participação da população nos espaços públicos	Desincentivo ao turismo; Medo	

	5 (do Bairro Morada do Sol até o início do Bairro Ponta da Fruta - Matinha de Interlagos)	B	Orla exposta em processo de urbanização	PP5.5.1	Atividade do Turismo	Incentivo ao turismo	Falta de projeto ou informação; Necessidade de definição oficial dos nomes das praias do município	
				PP5.5.2	Atividades culturais/tradicionais: congo, fincada de mastro, carnaval (resgatar a quarta da porca), capoeira, sarau de poesia, exposição das rendeiras)	Incentivo ao turismo, atividades esportivas, culturais e gastronômicas; Entretenimento e lazer; Geração de emprego	Falta de programa de atividades culturais, esportivas, tradicionais, gastronômico; Falta de feiras gastronômicas e de artesanato; Apoio do município; Calendário cultural	
				PP5.5.3	Atividades náuticas (surf, banhistas, pesca, esportes, etc)	Incentivo ao turismo, cultura, esporte, trabalho social	Incentivo ao turismo, cultura, esporte; Trabalho social; Ordenamento náutico	
				PP5.5.4	Recursos cênicos da paisagem de especial beleza, tanto nas Praias, como nas Lagoas	Incentivo ao turismo; Melhoria do meio ambiente e saúde pública	Poluição e destruição de lagoas e praias	
				PP5.5.5	Lagoas de Morada do Sol e Interlagos	Turismo e lazer; Geração de emprego, Esporte; Transformação do vertedouro "ladrão" da lagoa de Interlagos em um deck sobre a estrutura; Adequação do urbanismo das lagoas de Morada do Sol e de Interlagos	Projeto, obra e licenciamento ambiental	
				PP5.5.6	Rota dos Passos de Anchieta	Turismo; Cultura; Lazer; Geração de renda, gastronomia local	Marcação, estrutura e informação	

				P5.5.1	Área de restinga degradada	Ocupação irregular e falta de fiscalização	Erosão; Invasão do mar; Degradação do meio ambiente	
				P5.5.2	Pesca irregular	Falta de fiscalização; Leis que causam impacto a quem infringe; Falta de conhecimento e programas de conscientização	Degradação do meio ambiente; Extinção de animais	
				P5.5.3	Ausência de sinalização de trânsito (vertical e horizontal)	Falta de fiscalização; Falta de diálogo entre os órgãos e associações de moradores e um ordenamento da sinalização	Insegurança; Acidentes e problemas no tráfego; Conflitos entre motoristas e transeuntes	
				P5.5.4	Animais abandonados e invasores	Abandono; Maus tratos; Lixo	Doenças; Pragas; Ataques	
				P5.5.5	Ausência de infraestrutura para turistas	Falta de infraestrutura adequada para turismo	Falta de movimentação econômica, culturais e abandono de patrimônios	
				P5.5.6	Lançamento irregular de esgoto na rede pluvial, na faixa de areia e nas lagoas e no rio.	Falta de infraestrutura; Falta de saneamento básico	Depredação do ecossistema; Mal cheiro; Desincentivo turístico	

				P5.5.7	Quiosques e restaurantes na faixa de areia	Irregularidade; Falta de fiscalização adequada e comércio não adequado a lei ambiental	Lançamento de esgoto inadequado; Ausência de vigilância sanitária
				P5.5.8	Construção de casas, estruturas demarcadoras de limites de lotes e quadra esportiva, em área de restinga.	Irregularidade; Falta de fiscalização e reordenamento	Depredação do ecossistema; Invasão de áreas públicas; Dificuldade de acesso à praia
				P5.5.9	Descarte inadequado de objetos religiosos	Animais mortos na praia e lixos descartados inadequadamente	Má higiene na praia; Mau cheiro; Poluição visual
				P5.5.10	Possibilidade de destruição de ninhos de tartarugas, que historicamente ocorrem(?) na área.	Falta de informação sobre estudo para demarcação dos ninhos	Falta de informação para adequar os esportes na faixa de areia da praia
				P5.5.11	Iluminação precária (observar se há área de desova de tartaruga, para iluminação adequada)	Falta de poste; Iluminação fraca; Falta de iluminação esportiva na Praia do Barrão	Insegurança; Não supre a necessidade de prática esportiva noturna
				P5.5.12	Falta de lixeiras nas praias	Lixeiras não implantadas na orla	Proliferação de animais; Sujeira; Mau cheiro; Lixo nas vias públicas e na orla
				P5.5.13	Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla e revitalização do calçamento	Falta de integração; Falta de Bike VV	Desintegração entre as regiões, excesso de transporte poluente
				P5.5.14	Excesso de cadeiras e mesas dos quiosques/restaurantes, na faixa de areia	Falta de fiscalização e espaços adequados	Praia ocupada por cadeiras; Poluição visual; Falta da extensão de areia

				P5.5.15	Presença de veículos motorizados, <i>bugs</i> , <i>motocross</i> e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas	Falta de fiscalização e regulamentação	Acidentes; Depredação ambiental	
				P5.5.16	Insegurança	Assaltos; Má iluminação; Falta de videomonitoramento; Ausência de participação da população nos espaços públicos	Desincentivo ao turismo; Medo	
				P5.5.17	Vertedouro “ladrão” da Lagoa de Interlagos que verte para a praia	Lagoa seca	Mau cheiro; Água parada; Poluição visual	

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

3.10.5 Unidade de Planejamento 6 (UP 6): da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta.

A UP 6 apresenta 4 Trechos e, após a 1ª e a 2ª Etapas da Oficina:

- a) Foram definidos **4 Potencialidades** e **21 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 1**;
- b) Foram definidos **16 Potencialidades** e **29 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) e identificado **1 projeto previsto ou em implantação** para o **Trecho 2**;
- c) Foram definidos **10 Potencialidades** e **31 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 3**;
- d) Foram definidos **7 Potencialidades** e **29 Problemas** (com seus respectivos: atividades geradoras; e efeitos e impactos associados) para o **Trecho 4**.

As informações completas (Configuração local e usos; Potencialidades; Problemas, Atividades geradoras; Efeitos e impactos associados aos problemas/potencialidades; Projetos previstos ou em implantação) estão apresentadas no **Quadro 33** abaixo.

Quadro 33: UP 6: Quadro Detalhado – Síntese.

Unidade de Planejamento	Trecho	Classe	Configuração local e usos	n	Potencialidades e Problemas	Atividades geradoras	Efeitos e Impactos	Projetos previstos ou em implantação
6 (da Matinha de Interlagos até o final da Nova Ponta da Fruta)	1 (da Matinha de Interlagos até a Praia da Baleia)	A	Orla exposta não urbanizada, dotada de área de mata particular	PP6.1.1	Riqueza ambiental da Matinha de Interlagos e prestação de serviços ambientais	Proteger a mata e seus recursos naturais (fauna e flora); Ordenar a ocupação urbana; Recuperação da mata nativa; Uso público sustentável; Desenvolvimento do turismo ecológico; Criação de um parque; Centro de visitantes; Trilha ecológica sinalizada; Ordenamento urbano harmonizado com a área	Continuidade das invasões; Especulação imobiliária; Uso comercial da área	–
				PP6.1.2	APA Setiba e APA Lagoa Grande (Unidades de Conservação)	Incentivo ao turismo ecológico e natural; Preservação ambiental – sustentação de espécies da fauna e flora	Falta de cumprimento do Plano de Manejo das Ucs; Práticas ilegais; Falta de fiscalização Degradação ambiental	
				PP6.1.3	Visitação de turistas provindos de outros municípios	Melhoria do desenvolvimento do comércio local; Geração de emprego e renda	Turismo desordenado; Falta de infraestrutura para receber os turistas	
				PP6.1.4	Presença de grupos de ciclistas	Desenvolvimento do cicloturismo; Melhoria do desenvolvimento do comércio local	Ausência de ciclovias; Ausência de infraestrutura	

				P6.1.1	Área cercada com alguns pontos danificados (área conhecida como Matinha de Interlagos)	Pessoas e o desgaste do tempo; Ausência de manutenção	Aumento da criminalidade; Desmatamento; Caça; Invasão de construções irregulares
				P6.1.2	Iluminação pública precária da orla	Ausência de iluminação pública (Rua Maringá e entorno, Morro da Igreja e entorno); Ausência de iluminação noturna	Insegurança; Aumento da criminalidade ;Prejuízo ao turismo e o uso pelos moradores
				P6.1.3	Avanço de ocupação irregular, invasões e desmatamento; Conflitos de interesse entre conservação e urbanização	Ausência de fiscalização do poder público; Ausência de interesse do proprietário	Construções em área de mata; Desmatamento; Conflitos sociais; Aumento da criminalidade
				P6.1.4	Mau uso da área (criminalidade, invasão irregular)	Ausência de fiscalização do poder público; Ausência de interesse do proprietário	Construções em área de mata; Desmatamento; Conflitos sociais; Aumento da criminalidade
				P6.1.5	Área de restinga degradada	Falta de fiscalização; Ausência de conscientização; Plantação por moradores de batatas, coqueiros, bananeiras; Presença de vegetação exótica e invasoras (ex. castanheiras); Avanço das construções irregulares; Áreas sem restinga; Descarte de resíduos na restinga (da construção civil, restos de poda, resíduos comuns, plásticos em geral etc); Existência de quiosques	Aceleração da erosão; Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Competição com a restinga; Instabilidade do solo; Aceleração da erosão; Redução da fauna; Prejuízo a beleza cênica; Riscos de acidentes (com entulho, lixo); Proliferação de doenças (lixo descartado irregularmente)

						Castanheiras com raízes expostas		
				P6.1.6	Possível tráfico de animais silvestres (ex. canários, cardeal, entre outros)	Falta de fiscalização; Captura ilegal de animais silvestres	Prejuízo a fauna e ecossistemas	

						<p>Ausência de fiscalização do poder público; Ocupação irregular; Ligações clandestinas; Drenagem pluvial da Rodovia do Sol/antiga Av. Brasília (atual Av. Wolmar José Medici)/Av. Espírito Santo (Amélia Santana Caldeira); Suspeita de lançamento de esgoto na Lagoa Grande pelos restaurantes e moradias; Lançamento irregular na Lagoa Grande; Lançamento irregular pelas moradias que estão em cima do costão rochoso (Morro da Igreja); Construção de fossas; Construções irregulares de baixo padrão construtivo; Quiosques; CESAN</p>	<p>Poluição; Problemas de saúde; Perda da qualidade da água; Impacto na biodiversidade; Prejuízo para turismo; Degradação ambiental; Prejuízo a balneabilidade; Prejuízo à fauna; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Prejuízo ao turismo de mergulho; Prejuízo aos frequentadores; Poças com baixa diversidade de algas e fauna bentônica</p>	
				P6.1.8	Ausência do poder público	Falta de fiscalização	<p>Irregularidades ambientais, sociais, entre outros; Prejuízo ao turismo; Aumento da criminalidade; Insegurança</p>	
				P6.1.9	Inexistência de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos	<p>Ausência do poder público; Ausência de placas de unidades de conservação e posturas ambientais; Ausência de placas de sinalização turística e educativa; Ausência de identificação nas ruas</p>	<p>Prejuízo aos frequentadores; Prejuízo ao turismo; Turista sem orientação; Falta de alternativa de lazer; Desinformação; Estímulo a práticas ilegais (ambiental); Prejuízo para o comércio local; Desorientação dos moradores e demais frequentadores</p>	

						com placas personalizadas		
				P6.1.10	Ausência de limpeza na areia da praia	Ausência do poder público; Ausência de manutenção; Falta de conscientização dos comerciantes e quiosques	Poluição; Doenças; Resíduos no mar; Proliferação de pragas; Morte de fauna; Microplásticos; Resíduos na restinga ; Prejuízo para a fauna da restinga; Prejuízo a beleza cênica	
				P6.1.11	Poluição sonora	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1489/73); Casas que fazem festa com som alto em horário noturno	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica	
				P6.1.12	Lançamento de fogos de artifício	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1948/19)	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas	

				P6.1.13	<p>Disposição irregular ou inadequada de resíduos sólidos</p> <p>OBS: Complementar sobre a Boca da Barra, contenção dos resíduos, Década dos Oceanos</p>	<p>Ausência de fiscalização; Entulho de construção civil; Ausência de coleta seletiva e Ausência de contentores de resíduos recicláveis na orla; Ausência de educação e conscientização da comunidade; Ausência de planejamento do poder público; Falta de orientação de dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos</p>	<p>Poluição; Contaminação da fauna marinha; Degradação ambiental; Prejuízo à fauna; Doenças; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Bitucas de cigarro na praia; Redução da vida útil do aterro sanitário; Degradação ambiental; Contaminação e poluição; Proliferação de animais sinantrópicos; Acúmulo de resíduos sólidos nas vias públicas</p>
				P6.1.14	<p>Cercamento insuficiente da restinga (a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica)</p>	<p>Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento</p>	<p>Ausência de demarcação da restinga; Supressão da restinga; Estacionamento irregular; Pisoteamento; Ocupações irregulares; Prejuízo à fauna e à flora; Restinga não consegue se recuperar</p>
				P6.1.15	<p>Animais soltos ou abandonados (cachorros/gatos/cavalo, vaca, etc) nas praias e na Lagoa Grande</p>	<p>Ausência de fiscalização (Lei 3052/95, artigo 3º) e sinalização educativa; Ausência de conscientização dos tutores; Abandono dos animais por parte dos tutores</p>	<p>Fezes na areia Risco de acidentes (mordida, coice e atropelamento) Prejuízo à fauna silvestre (ex. avifauna); Aumento da população de animais abandonados; Animais revirando lixeiras a procura de alimento; Proliferação de doenças; Risco de ataque a outros animais e pessoas</p>

				P6.1.16	Ausência de banheiros públicos (alvenaria), bebedouros e chuveiros	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Poluição; Proliferação de doenças; Prejuízo aos frequentadores (moradores, turistas, etc); Uso da praia para necessidades fisiológicas
				P6.1.17	Presença de posto guarda vidas precário	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Condições inadequadas de trabalho e segurança dos guarda-vidas; Ausência de local adequado para guarda dos equipamentos de salvamento
				P6.1.18	Ausência de ciclovias	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição do ciclista ao risco; Prejuízo ao cicloturismo
				P6.1.19	Ausência de calçamento (inclusive ao redor da Lagoa Grande)	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao Turismo Religioso (Passos de Anchieta, por exemplo); Limitação do uso; Falta de acessibilidade
				P6.1.20	Ruas não pavimentadas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao turismo; Incômodo aos moradores; Excesso de poeira
				P6.1.21	Aumento da violência e tráfico de drogas	Segurança pública ineficiente; Falta de lazer; Falta de educação; Problemas sociais diversos; Falta de trabalho	Insegurança pública; Prejuízo ao turismo e aos moradores; Inibição do uso das praias e orla; Desvalorização imobiliária

	2 (da Praia da Baleia até o Morro da Igreja)	B	Orla exposta em processo de urbanização, com dinâmica das ondas muito forte, muito vento e restinga preservada e presença de fauna. Há poucos banhistas por conta das ondas fortes. Presença da Lagoa Grande, com água doce e calma	PP6.2.1	Desova de tartarugas	Preservação dos ninhos; Turismo ecológico e educação ambiental; Preservação da fauna; Parcerias com instituições especializadas	Exploração comercial da praia Utilização de veículos motorizados, inclusive parapente; Usos inadequados; Falta de conscientização; Falta de fiscalização	Projeto da SEMDU de construção de ciclovia, calçadão e iluminação em toda a orla
				PP6.2.2	Diversidade de espécies de aves	Turismo de observação de aves (nacional e internacional); Preservação da fauna; Educação ambiental	Desmatamento e degradação da restinga; Descarte irregular de resíduos sólidos; Lançamento de esgoto	
				PP6.2.3	Pesca de arremesso (diurna e noturna)	Fomentar o turismo de pesca de arremesso; Inclusão da praia no calendário nacional e internacional do Campeonato de pesca de arremesso; Incentivo a pesca noturna Ordenamento de área para a prática da atividade	Balneabilidade imprópria; Lançamento de esgoto; Falta de incentivo público	
				PP6.2.4	Parque da Baleia (pista de pump track, brinquedos para as crianças, academia popular, quadra de vôlei e futebol)	Realização de campeonatos de esportes; Atividades culturais (dança, música, artesanato, gastronomia)	Insegurança pública; Falta de manutenção dos equipamentos e pista de pump track; Infraestrutura urbana insuficiente	

						<p>Instalação de placas informativas/educativas a cada 500 m da praia); Orientação dos turistas e demais frequentadores; Turismo qualificado; Instalação de estruturas turísticas ecológicas; Balanço paisagístico (ponto turístico); Certificação Bandeira Azul</p>	<p>Falta de recursos para investimento; Falta de interesse pelo poder público; Degradação ambiental; Falta de manutenção</p>	
				PP6.2.5	Organização do Percorso Turístico			
				PP6.2.6	Esportes de vela/natação/kitesurf entre outros mediante estudo técnico de viabilidade	<p>Desenvolver o turismo esportivo de vela; Geração de emprego e renda; Desenvolvimento do comércio local; Praia favorável (muito vento)</p>	<p>Ausência de infraestrutura; Ausência de incentivo e divulgação; Inviabilidade técnica</p>	
				PP6.2.7	Paisagem com grande diversidade ambiental (Valor cênico)	<p>Turismo ecológico; Preservação da fauna e flora; Geração de renda; Atração de empreendedores; Criação de parques e áreas de preservação</p>	<p>Degradação dos recursos naturais; Falta de fiscalização; Geração de resíduos e lançamento de esgoto</p>	
				PP6.2.8	Desenvolvimento do turismo na Lagoa Grande (valor cênico, ecossistema singular, muito conhecido e visitado)	<p>Geração de emprego e renda; Turismo gastronômico, ecológico; Prática de esportes náuticos (Não motorizado - caiaque, stand-up); Área de lazer familiar; Pedalinho</p>	<p>Assoreamento da lagoa; Poluição; Turismo desordenado; Ausência de ordenamento dos usos; Falta de infraestrutura; Falta de fiscalização</p>	

				PP6.2.9	Pesca de arremesso na Lagoa Grande	Fomentar o turismo de pesca de arremesso; Incentivo a pesca noturna; Ordenamento de área para a prática da atividade	Balneabilidade imprópria; Lançamento de esgoto; Falta de incentivo público; Falta de infraestrutura	
				PP6.2.10	Presença de lojas, restaurantes e bares	Geração de emprego e renda; Incentivo ao empreendedorismo; Movimentação do turismo local; Desenvolvimento do turismo gastronômico	Pouco incentivo à visitação; Poluição; Falta de qualificação e orientação profissional	
				PP6.2.11	Beleza natural	Desenvolvimento do turismo ecológico, esportivo, náutico, gastronômico, cultural, religioso; Certificação Bandeira Azul; Proteção dos recursos naturais	Degradação ambiental; Ausência de infraestrutura urbana; Ocupação desordenada na faixa de restinga e areia	
				PP6.2.12	Academia popular	Promoção do convívio social e da saúde	Degradação do equipamento; Falta de manutenção; Uso indevido	
				PP6.2.13	Prática de esportes (surf, kitesurf windsurf, entre outros)	Desenvolvimento do turismo; Realização de campeonatos nacionais e internacionais; Desenvolvimento do comércio local	Ausência de infraestrutura; Ausência de incentivo e divulgação; Ausência de sinalização	
				PP6.2.14	APA Setiba e APA Lagoa Grande (Unidades de Conservação)	Incentivo ao turismo ecológico e natural; Preservação ambiental – sustentação de espécies da fauna e flora	Falta de cumprimento do Plano de Manejo das Ucs; Práticas ilegais; Falta de fiscalização	
				PP6.2.15	Visitação de turistas provindos de outros municípios	Melhoria do desenvolvimento do comércio local; Geração de emprego e renda	Turismo desordenado; Falta de infraestrutura para receber os turistas	

				PP6.2.16	Presença de grupos de ciclistas	Desenvolvimento do cicloturismo; Melhoria do desenvolvimento do comércio local	Ausência de ciclovias; Ausência de infraestrutura
				P6.2.1	Área de restinga degradada	Falta de fiscalização; Ausência de conscientização; Plantação por moradores de batatas, coqueiros, bananeiras; Presença de vegetação exótica e invasoras (ex. castanheiras); Avanço das construções irregulares; Áreas sem restinga; Descarte de resíduos na restinga (da construção civil, restos de poda, resíduos comuns, plásticos em geral etc); Existência de quiosques Castanheiras com raízes expostas	Aceleração da erosão; Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Competição com a restinga; Instabilidade do solo; Aceleração da erosão; Redução da fauna; Prejuízo a beleza cênica; Riscos de acidentes (com entulho, lixo); Proliferação de doenças (lixo descartado irregularmente)
				P6.2.2	Uso de bugs, motocross, parapente motorizado e jeeps na praia e na restinga	Ausência de fiscalização e sinalização educativa	Degradação da restinga; Compactação da areia; Poluição sonora; Interferência com as aves; Avaria nos ninhos de tartarugas; Risco de acidentes
				P6.2.3	Ausência de restaurantes na orla	Ausência de empreendedores	Diminuição do turismo; Ausência de opção culinária
				P6.2.4	2 caixas de coleta de água pluvial e 1 extravasor da Lagoa Grande	Obra de drenagem da Rua Altair Rocha Costa	Supressão de restinga; Interrupção do corredor ecológico da restinga; Poluição visual

				P6.2.5	Drenagem pluvial da Rodovia do Sol lançada direto na praia (Rua Abriçó), gerando língua negra	Drenagem da Rodovia do Sol sem caixa filtro	Poluição e contaminação; Assoreamento; Problemas para saúde pública; Degradação da restinga
				P6.2.6	Espécies invasoras de fauna na restinga (ex. caramujo africano, ratos, etc)	Introdução de espécie exótica	Competição com espécies nativas; Proliferação de doenças; Invasão nas residências; Rápida reprodução
				P6.2.7	Existência de quadra com Zoneamento do PDM para permissão de construção de prédios de 16 andares na orla	PDM atual incompatível com a zona do resto da Ponta da Fruta	Poluição visual e restrição da visualização da paisagem; Descaracterização urbanística do bairro; Sobrecarga da infraestrutura; Aumento da população; Especulação imobiliária
				P6.2.8	Possível tráfico de animais silvestres (ex. canários, cardeal, entre outros)	Falta de fiscalização; Captura ilegal de animais silvestres	Prejuízo a fauna e ecossistemas
				P6.2.9	Ocupações irregulares na avenida principal e no entorno da Lagoa Grande	Ausência de fiscalização do poder público	Ocupação irregular; Descaracterização da paisagem; Redução do espelho d'água; Poluição; Interrupção/restrrição do acesso a Lagoa

						<p>Ausência de fiscalização do poder público; Ocupação irregular; Ligações clandestinas; Drenagem pluvial da Rodovia do Sol/antiga Av. Brasília (atual Av. Wolmar José Medici)/Av. Espírito Santo (Amélia Santana Caldeira); Suspeita de lançamento de esgoto na Lagoa Grande pelos restaurantes e moradias; Lançamento irregular na Lagoa Grande; Lançamento irregular pelas moradias que estão em cima do costão rochoso (Morro da Igreja); Construção de fossas; Construções irregulares de baixo padrão construtivo; Quiosques; CESAN</p>	<p>Poluição; Problemas de saúde; Perda da qualidade da água; Impacto na biodiversidade; Prejuízo para turismo; Degradação ambiental; Prejuízo à balneabilidade; Prejuízo à fauna; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Prejuízo ao turismo de mergulho; Prejuízo aos frequentadores; Poças com baixa diversidade de algas e fauna bentônica</p>	
				P6.2.10	Lançamento irregular de esgoto			
				P6.2.11	Assoreamento na Lagoa Grande	<p>Ausência de fiscalização do poder público; Ocupação irregular</p>	<p>Redução da profundidade da Lagoa; Redução da oxigenação; Prejuízo para a fauna; Prejuízo ao lazer</p>	
				P6.2.12	Parquinho sucateado na Lagoa Grande	<p>Ausência de manutenção</p>	<p>Risco de acidentes; Prejuízo ao lazer infantil</p>	

				P6.2.13	Possível poluição por necrochorume	Cemitério/crematório próximo a Lagoa Grande; Possível inexistência de obra de contenção do necrochorume; Cemitério da Ponta da Fruta	Poluição da Lagoa; Problemas de saúde; Perda da qualidade da água; Impacto na biodiversidade; Prejuízo para turismo
				P6.2.14	Ausência do poder público	Falta de fiscalização	Irregularidades ambientais, sociais, entre outros; Prejuízo ao turismo; Aumento da criminalidade; Insegurança
				P6.2.15	Inexistência de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos	Ausência do poder público; Ausência de placas de unidades de conservação e posturas ambientais; Ausência de placas de sinalização turística e educativa; Ausência de identificação nas ruas com placas personalizadas	Prejuízo aos frequentadores; Prejuízo ao turismo; Turista sem orientação; Falta de alternativa de lazer; Desinformação; Estímulo a práticas ilegais (ambiental); Prejuízo para o comércio local; Desorientação dos moradores e demais frequentadores
				P6.2.16	Fluxo turístico concentrado em curto período do ano	Falta de atrativos culturais, esportivos, turísticos, náuticos, gastronômicos que possam ser usufruídos o ano todo	Ausência de turistas; Diminuição da geração de emprego e renda; Fechamento de estabelecimentos (pousadas, restaurantes, etc); Desestímulo ao empreendedorismo
				P6.2.17	Ausência de infraestrutura para atendimento dos turistas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Turista sem orientação adequada; Violência; Prejuízo ao meio ambiente; Prejuízo para o comércio local; Prejuízo ao turismo

				P6.2.18	Ausência de limpeza na areia da praia	Ausência do poder público; Ausência de manutenção; Falta de conscientização dos comerciantes e quiosques	Poluição; Doenças; Resíduos no mar; Proliferação de pragas; Morte de fauna; Microplásticos; Resíduos na restinga ; Prejuízo para a fauna da restinga; Prejuízo a beleza cênica
				P6.2.19	Poluição sonora	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1489/73); Casas que fazem festa com som alto em horário noturno	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica
				P6.2.20	Lançamento de fogos de artifício	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1948/19)	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas
				P6.2.21	Disposição irregular ou inadequada de resíduos sólidos OBS: Complementar sobre a Boca da Barra, contenção dos resíduos, Década dos Oceanos	Ausência de fiscalização; Entulho de construção civil; Ausência de coleta seletiva e Ausência de contentores de resíduos recicláveis na orla; Ausência de educação e conscientização da comunidade; Ausência de planejamento do poder público; Falta de orientação de dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos	Poluição; Contaminação da fauna marinha; Degradação ambiental; Prejuízo à fauna; Doenças; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Bitucas de cigarro na praia; Redução da vida útil do aterro sanitário; Degradação ambiental; Contaminação e poluição; Proliferação de animais sinantrópicos; Acúmulo de resíduos sólidos nas vias públicas

				P6.2.22	Cercamento insuficiente da restinga (a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica)	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Ausência de demarcação da restinga; Supressão da restinga; Estacionamento irregular; Pisoteamento; Ocupações irregulares; Prejuízo à fauna e à flora; Restinga não consegue se recuperar	
				P6.2.23	Animais soltos ou abandonados (cachorros/gatos/cavalo, vaca, etc) nas praias e na Lagoa Grande	Ausência de fiscalização (Lei 3052/95, artigo 3º) e sinalização educativa; Ausência de conscientização dos tutores; Abandono dos animais por parte dos tutores	Fezes na areia Risco de acidentes (mordida, coice e atropelamento) Prejuízo à fauna silvestre (ex. avifauna); Aumento da população de animais abandonados; Animais revirando lixeiras a procura de alimento; Proliferação de doenças; Risco de ataque a outros animais e pessoas	
				P6.2.24	Ausência de banheiros públicos (alvenaria), bebedouros e chuveiros	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Poluição; Proliferação de doenças; Prejuízo aos frequentadores (moradores, turistas, etc); Uso da praia para necessidades fisiológicas	
				P6.2.25	Presença de posto guarda vidas precário	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Condições inadequadas de trabalho e segurança dos guarda-vidas; Ausência de local adequado para guarda dos equipamentos de salvamento	
				P6.2.26	Ausência de ciclovias	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição do ciclista ao risco; Prejuízo ao cicloturismo	

				P6.2.27	Ausência de calçamento (inclusive ao redor da Lagoa Grande)	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao Turismo Religioso (Passos de Anchieta, por exemplo); Limitação do uso; Falta de acessibilidade	
				P6.2.28	Ruas não pavimentadas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao turismo; Incômodo aos moradores; Excesso de poeira	
				P6.2.29	Aumento da violência e tráfico de drogas	Segurança pública ineficiente; Falta de lazer; Falta de educação; Problemas sociais diversos; Falta de trabalho	Insegurança pública; Prejuízo ao turismo e aos moradores; Inibição do uso das praias e orla; Desvalorização imobiliária	
	3 (do Morro da Igreja até o Cerimonial Di Lucca)	C	Parte do Trecho com orla exposta em processo de urbanização, dotada de costão rochoso, cobertura vegetal (exóticas e nativas), poças de maré, e APA Lagoa Grande,	PP6.3.1	Organização do Percorso Turístico	Instalação de placas informativas/educativas a cada 500 m da praia); Orientação dos turistas e demais frequentadores; Turismo qualificado; Instalação de estruturas turísticas ecológicas; Balanço paisagístico (ponto turístico); Certificação Bandeira Azul	Falta de recursos para investimento; Falta de interesse pelo poder público; Degradação ambiental; Falta de manutenção	—
				PP6.3.2	Turismo religioso/cultural no Morro da Igreja	Passos de Anchieta; Geração de emprego e renda; Símbolo de Ponta da Fruta	Degradação ambiental; Falta de gestão pública e religiosa; Falta de manutenção da Igreja	

			sendo local de alimentação de tartarugas. Presença do monumento histórico (Igreja Nossa Senhora dos Navegantes), e alguns usos são: residencial, turístico, pesqueiro, esportivo e recreativo. Ainda, parte do mesmo Trecho apresenta orla semiabrigada com urbanização consolidada, dotada de mar calmo, ausência de restinga e presença de castanheiras na área de restinga e presença de tartarugas	PP6.3.3	Pesca artesanal (barcos de pesca, estacionado na pracinha da Praia Rasa)	Turismo de pesca; Manutenção de atividades tradicionais; Valorização do pescador artesanal; Geração de renda; Continuidade da atividade artesanal; Passeios turísticos	Falta de infraestrutura; Ausência de capacitação do pescador para desenvolver a atividade; Falta de incentivo; Não ter documentação do pescador e embarcação regularizada; Descumprimento da regulamentação da pesca de arrastão	
				PP6.3.4	Presença de lojas, restaurantes e bares	Geração de emprego e renda; Incentivo ao empreendedorismo; Movimentação do turismo local; Desenvolvimento do turismo gastronômico	Pouco incentivo à visitação; Poluição; Falta de qualificação e orientação profissional	
				PP6.3.5	Passeio turístico de barco	Desenvolvimento de turismo ecológico; Geração de emprego e renda	Ausência de infraestrutura marítima; Ausência de incentivo do poder público	
				PP6.3.6	Beleza natural	Desenvolvimento do turismo ecológico, esportivo, náutico, gastronômico, cultural, religioso; Certificação Bandeira Azul; Proteção dos recursos naturais	Degradação ambiental; Ausência de infraestrutura urbana; Ocupação desordenada na faixa de restinga e areia	
				PP6.3.7	Academia popular	Promoção do convívio social e da saúde	Degradação do equipamento; Falta de manutenção; Uso indevido	
				PP6.3.8	APA Setiba e APA Lagoa Grande (Unidades de Conservação)	Incentivo ao turismo ecológico e natural; Preservação ambiental – sustentação de espécies da fauna e flora	Falta de cumprimento do Plano de Manejo das Ucs; Práticas ilegais; Falta de fiscalização Degradação ambiental	

				PP6.3.9	Visitação de turistas provindos de outros municípios	Melhoria do desenvolvimento do comércio local; Geração de emprego e renda	Turismo desordenado; Falta de infraestrutura para receber os turistas	
				PP6.3.10	Presença de grupos de ciclistas	Desenvolvimento do cicloturismo; Melhoria do desenvolvimento do comércio local	Ausência de ciclovias; Ausência de infraestrutura	
				P6.3.1	Iluminação pública precária da orla	Ausência de iluminação pública (Rua Maringá e entorno, Morro da Igreja e entorno); Ausência de iluminação noturna	Insegurança; Aumento da criminalidade ;Prejuízo ao turismo e o uso pelos moradores	
				P6.3.2	Área de restinga degradada	Falta de fiscalização; Ausência de conscientização; Plantação por moradores de batatas, coqueiros, bananeiras; Presença de vegetação exótica e invasoras (ex. castanheiras); Avanço das construções irregulares; Áreas sem restinga; Descarte de resíduos na restinga (da construção civil, restos de poda, resíduos comuns, plásticos em geral etc); Existência de quiosques Castanheiras com raízes expostas	Aceleração da erosão; Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Competição com a restinga; Instabilidade do solo; Aceleração da erosão; Redução da fauna; Prejuízo a beleza cênica; Riscos de acidentes (com entulho, lixo); Proliferação de doenças (lixo descartado irregularmente)	
				P6.3.3	Possível tráfico de animais silvestres (ex. canários, cardeal, entre outros)	Falta de fiscalização; Captura ilegal de animais silvestres	Prejuízo a fauna e ecossistemas	

				P6.3.4	Lançamento irregular de esgoto	<p>Ausência de fiscalização do poder público; Ocupação irregular; Ligações clandestinas; Drenagem pluvial da Rodovia do Sol/antiga Av. Brasília (atual Av. Wolmar José Medici)/Av. Espírito Santo (Amélia Santana Caldeira); Suspeita de lançamento de esgoto na Lagoa Grande pelos restaurantes e moradias; Lançamento irregular na Lagoa Grande; Lançamento irregular pelas moradias que estão em cima do costão rochoso (Morro da Igreja); Construção de fossas; Construções irregulares de baixo padrão construtivo; Quiosques; CESAN</p>	<p>Poluição; Problemas de saúde; Perda da qualidade da água; Impacto na biodiversidade; Prejuízo para turismo; Degradação ambiental; Prejuízo a balneabilidade; Prejuízo à fauna; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Prejuízo ao turismo de mergulho; Prejuízo aos frequentadores; Poças com baixa diversidade de algas e fauna bentônica</p>	
				P6.3.5	Possível poluição por necrochorume	<p>Cemitério/crematório próximo a Lagoa Grande; Possível inexistência de obra de contenção do necrochorume; Cemitério da Ponta da Fruta</p>	<p>Poluição da Lagoa; Problemas de saúde; Perda da qualidade da água; Impacto na biodiversidade; Prejuízo para turismo</p>	

				P6.3.6	Visitação subutilizada (visitação somente por agendamento) na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes	Igreja fechada para visitação; Regras da igreja	Prejuízo ao turismo	
				P6.3.7	Existência de moradias e comércios ao redor do morro, em cima do costão rochoso (Morro da Igreja)	Urbanização desordenada; Falta de fiscalização	Prejuízo a beleza cênica; Poluição; Perda dos serviços ecossistêmicos; Incentivo à ilegalidade	
				P6.3.8	Ausência de pavimentação na rua do entorno do Morro da Igreja	Ausência de infraestrutura	Prejuízo ao turismo e aos moradores; Acessibilidade prejudicada; Prejuízo a beleza cênica	
				P6.3.9	Cadeiras e mesas na faixa de areia colocadas pelos restaurantes/bares/cerimoniais/quiosques	Ausência da postura municipal; Falta de espaço físico do comércio local; Demanda do cliente	Conflito de usos; Delimitação de espaço para uso de terceiros (mesmo sem uso); Redução de espaço de lazer; Interrupção de espaço dos pedestres	

				P6.3.10	Ocupações irregulares	Falta de fiscalização; Oportunismo dos invasores; Invasões por residências e restaurantes na faixa de areia (comércio em geral); Ampliação indevida da ocupação inicial (cadastro imobiliário de 1990); Ocupação irregular sobre área de praia e restinga impedindo a vista e acesso à praia; Invasão por quiosques, construção e cerimoniais na faixa de areia/ restinga/dunas	Degradação da restinga; Habitações de baixo padrão construtivo; Prejuízo a beleza cênica; Lançamento de esgoto na praia; Aumento de lixo; Descarte de resíduos da construção civil; Construção de fossas; Restrição de acesso à praia; Bloqueio da vista para a praia; Balneabilidade comprometida; Desrespeito às regras de ocupação urbana; Lançamento de esgoto; Erosão na praia e faixa de dunas; Retirada da restinga; Contaminação do lençol freático; Construção de fossas na areia; Diminuição do acesso à praia; Invasão de espécies exóticas (castanheiras, p.e); Aumento da especulação imobiliária
				P6.3.11	Acesso indireto e falta de acessibilidade	Ocupações irregulares; Ausência de fiscalização	Prejuízo a beleza cênica; Restrição de acesso à praia; Bloqueio da vista para a praia
				P6.3.12	Ausência do poder público	Falta de fiscalização	Irregularidades ambientais, sociais, entre outros; Prejuízo ao turismo; Aumento da criminalidade; Insegurança
				P6.3.13	Conflitos de uso banhistas x pescadores x edificações x comerciantes	Ausência de ordenamento; Múltiplos usos da praia	Prejuízo ao turismo; Desorganização; Prejuízo aos frequentadores

				P6.3.14	Inexistência de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos	Ausência do poder público; Ausência de placas de unidades de conservação e posturas ambientais; Ausência de placas de sinalização turística e educativa; Ausência de identificação nas ruas com placas personalizadas	Prejuízo aos frequentadores; Prejuízo ao turismo; Turista sem orientação; Falta de alternativa de lazer; Desinformação; Estímulo a práticas ilegais (ambiental); Prejuízo para o comércio local; Desorientação dos moradores e demais frequentadores
				P6.3.15	Fluxo turístico concentrado em curto período do ano	Falta de atrativos culturais, esportivos, turísticos, náuticos, gastronômicos que possam ser usufruídos o ano todo	Ausência de turistas; Diminuição da geração de emprego e renda; Fechamento de estabelecimentos (pousadas, restaurantes, etc); Desestímulo ao empreendedorismo
				P6.3.16	Pavimentação irregular na Av. Antônio Leite	Diversos reparos com materiais diferentes (asfalto, paralelepípedo de pedra e bloco de concreto)	Risco ao trânsito; Risco de acidentes
				P6.3.17	Erosão em toda a extensão da praia e faixa de dunas	Construções e ocupações irregulares; Ausência de fiscalização; Supressão da restinga; Presença de vegetação exótica (castanheiras)	Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Destruição das construções (ruínas); Risco de acidentes; Prejuízo à fauna e flora; Prejuízo a eventos esportivos
				P6.3.18	Ausência de infraestrutura para atendimento dos turistas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Turista sem orientação adequada; Violência; Prejuízo ao meio ambiente; Prejuízo para o comércio local; Prejuízo ao turismo

				P6.3.19	Ausência de limpeza na areia da praia	Ausência do poder público; Ausência de manutenção; Falta de conscientização dos comerciantes e quiosques	Poluição; Doenças; Resíduos no mar; Proliferação de pragas; Morte de fauna; Microplásticos; Resíduos na restinga ; Prejuízo para a fauna da restinga; Prejuízo a beleza cênica	
				P6.3.20	Estruturas de contenção à erosão diversos (pneus, blocos de pedras, sacos de areia e madeira); onstruções na beira da praia	Erosão costeira	Poluição; Prejuízo ao turismo e aos moradores; Risco de acidentes; Prejuízo a beleza cênica	
				P6.3.21	Poluição sonora	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1489/73); Casas que fazem festa com som alto em horário noturno	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei;Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica	
				P6.3.22	Lançamento de fogos de artifício	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1948/19)	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas	

				P6.3.26	Ausência de banheiros públicos (alvenaria), bebedouros e chuveiros	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Poluição; Proliferação de doenças; Prejuízo aos frequentadores (moradores, turistas, etc); Uso da praia para necessidades fisiológicas
				P6.3.27	Presença de posto guarda vidas precário	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Condições inadequadas de trabalho e segurança dos guarda-vidas; Ausência de local adequado para guarda dos equipamentos de salvamento
				P6.3.28	Ausência de ciclovias	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição do ciclista ao risco; Prejuízo ao cicloturismo
				P6.3.29	Ausência de calçadão (inclusive ao redor da Lagoa Grande)	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao Turismo Religioso (Passos de Anchieta, por exemplo); Limitação do uso; Falta de acessibilidade
				P6.3.30	Ruas não pavimentadas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao turismo; Incômodo aos moradores; Excesso de poeira
				P6.3.31	Aumento da violência e tráfico de drogas	Segurança pública ineficiente; Falta de lazer; Falta de educação; Problemas sociais diversos; Falta de trabalho	Insegurança pública; Prejuízo ao turismo e aos moradores; Inibição do uso das praias e orla; Desvalorização imobiliária

	4 (do Cerimonial Di Lucca até o fim da Nova Ponta da Fruta)	C	Orla exposta em processo médio de urbanização, com acesso direto, dotada de restinga residual (estando degradada em toda extensão da Nova Ponta da Fruta), dunas e recifes, e com as UCs APA Lagoa Grande e APA de Setiba. Recebeu aterros para sua urbanização e alguns usos são: turismo, recreação, esportivo, comercial (quiosque) e residencial, com presença de campo de futebol de areia	PP6.4.1	Pesca de arremesso (diurna e noturna)	Fomentar o turismo de pesca de arremesso; Inclusão da praia no calendário nacional e internacional do Campeonato de pesca de arremesso; Incentivo a pesca noturna Ordenamento de área para a prática da atividade	Balneabilidade imprópria; Lançamento de esgoto; Falta de incentivo público	—
				PP6.4.2	Organização do Percorso Turístico	Instalação de placas informativas/educativas a cada 500 m da praia); Orientação dos turistas e demais frequentadores; Turismo qualificado; Instalação de estruturas turísticas ecológicas; Balanço paisagístico (ponto turístico); Certificação Bandeira Azul	Falta de recursos para investimento; Falta de interesse pelo poder público; Degradação ambiental; Falta de manutenção	
				PP6.4.3	Presença de lojas, restaurantes e bares	Geração de emprego e renda; Incentivo ao empreendedorismo; Movimentação do turismo local; Desenvolvimento do turismo gastronômico	Pouco incentivo à visitação; Poluição; Falta de qualificação e orientação profissional	
				PP6.4.4	Prática de esportes (surf, kitesurf windsurf, entre outros)	Desenvolvimento do turismo; Realização de campeonatos nacionais e internacionais; Desenvolvimento do comércio local	Ausência de infraestrutura; Ausência de incentivo e divulgação; Ausência de sinalização	

				PP6.4.5	APA Setiba e APA Lagoa Grande (Unidades de Conservação)	Incentivo ao turismo ecológico e natural; Preservação ambiental – sustentação de espécies da fauna e flora	Falta de cumprimento do Plano de Manejo das Ucs; Práticas ilegais; Falta de fiscalização Degradação ambiental
				PP6.4.6	Visitação de turistas provindos de outros municípios	Melhoria do desenvolvimento do comércio local; Geração de emprego e renda	Turismo desordenado; Falta de infraestrutura para receber os turistas
				PP6.4.7	Presença de grupos de ciclistas	Desenvolvimento do cicloturismo; Melhoria do desenvolvimento do comércio local	Ausência de ciclovias; Ausência de infraestrutura
				P6.4.1	Área de restinga degradada	Falta de fiscalização; Ausência de conscientização; Plantação por moradores de batatas, coqueiros, bananeiras; Presença de vegetação exótica e invasoras (ex. castanheiras); Avanço das construções irregulares; Áreas sem restinga; Descarte de resíduos na restinga (da construção civil, restos de poda, resíduos comuns, plásticos em geral etc); Existência de quiosques Castanheiras com raízes expostas	Aceleração da erosão; Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Competição com a restinga; Instabilidade do solo; Aceleração da erosão; Redução da fauna; Prejuízo a beleza cênica; Riscos de acidentes (com entulho, lixo); Proliferação de doenças (lixo descartado irregularmente)
				P6.4.2	Possível tráfico de animais silvestres (ex. canários, cardeal, entre outros)	Falta de fiscalização; Captura ilegal de animais silvestres	Prejuízo a fauna e ecossistemas

						<p>Ausência de fiscalização do poder público; Ocupação irregular; Ligações clandestinas; Drenagem pluvial da Rodovia do Sol/antiga Av. Brasília (atual Av. Wolmar José Medici)/Av. Espírito Santo (Amélia Santana Caldeira); Suspeita de lançamento de esgoto na Lagoa Grande pelos restaurantes e moradias; Lançamento irregular na Lagoa Grande; Lançamento irregular pelas moradias que estão em cima do costão rochoso (Morro da Igreja); Construção de fossas; Construções irregulares de baixo padrão construtivo; Quiosques; CESAN</p>	<p>Poluição; Problemas de saúde; Perda da qualidade da água; Impacto na biodiversidade; Prejuízo para turismo; Degradação ambiental; Prejuízo a balneabilidade; Prejuízo à fauna; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Prejuízo ao turismo de mergulho; Prejuízo aos frequentadores; Poças com baixa diversidade de algas e fauna bentônica</p>	
					<p>P6.4.3</p> <p>Lançamento irregular de esgoto</p>			
					<p>P6.4.4</p> <p>Cadeiras e mesas na faixa de areia colocadas pelos restaurantes/bares/cerimoniais/quiosques</p>	<p>Ausência da postura municipal; Falta de espaço físico do comércio local; Demanda do cliente</p>	<p>Conflito de usos; Delimitação de espaço para uso de terceiros (mesmo sem uso); Redução de espaço de lazer; Interrupção de espaço dos pedestres</p>	

				P6.4.5	Ocupações irregulares	<p>Falta de fiscalização; Oportunismo dos invasores; Invasões por residências e restaurantes na faixa de areia (comércio em geral); Ampliação indevida da ocupação inicial (cadastro imobiliário de 1990); Ocupação irregular sobre área de praia e restinga impedindo a vista e acesso à praia; Invasão por quiosques, construção e cerimoniais na faixa de areia/ restinga/dunas</p>	<p>Degradação da restinga; Habitações de baixo padrão construtivo; Prejuízo a beleza cênica; Lançamento de esgoto na praia; Aumento de lixo; Descarte de resíduos da construção civil; Construção de fossas; Restrição de acesso à praia; Bloqueio da vista para a praia; Balneabilidade comprometida; Desrespeito às regras de ocupação urbana; Lançamento de esgoto; Erosão na praia e faixa de dunas; Retirada da restinga; Contaminação do lençol freático; Construção de fossas na areia; Diminuição do acesso à praia; Invasão de espécies exóticas (castanheiras, p.e); Aumento da especulação imobiliária</p>
				P6.4.6	Acesso indireto e falta de acessibilidade	Ocupações irregulares; Ausência de fiscalização	<p>Prejuízo a beleza cênica; Restrição de acesso à praia; Bloqueio da vista para a praia</p>
				P6.4.7	Ausência do poder público	Falta de fiscalização	<p>Irregularidades ambientais, sociais, entre outros; Prejuízo ao turismo; Aumento da criminalidade; Insegurança</p>
				P6.4.8	Conflitos de uso banhistas x pescadores x edificações x comerciantes	<p>Ausência de ordenamento; Múltiplos usos da praia</p>	<p>Prejuízo ao turismo; Desorganização; Prejuízo aos frequentadores</p>

				P6.4.9	Inexistência de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos	Ausência do poder público; Ausência de placas de unidades de conservação e posturas ambientais; Ausência de placas de sinalização turística e educativa; Ausência de identificação nas ruas com placas personalizadas	Prejuízo aos frequentadores; Prejuízo ao turismo; Turista sem orientação; Falta de alternativa de lazer; Desinformação; Estímulo a práticas ilegais (ambiental); Prejuízo para o comércio local; Desorientação dos moradores e demais frequentadores	
				P6.4.10	Fluxo turístico concentrado em curto período do ano	Falta de atrativos culturais, esportivos, turísticos, náuticos, gastronômicos que possam ser usufruídos o ano todo	Ausência de turistas; Diminuição da geração de emprego e renda; Fechamento de estabelecimentos (pousadas, restaurantes, etc); Desestímulo ao empreendedorismo	
				P6.4.11	Pavimentação irregular na Av. Antônio Leite	Diversos reparos com materiais diferentes (asfalto, paralelepípedo de pedra e bloco de concreto)	Risco ao trânsito; Risco de acidentes	
				P6.4.12	Área de esporte (campo de futebol irregular, próximo a ruínas, com desmatamento de restinga)	Ocupação irregular; Ausência de fiscalização	Supressão da restinga; Retirada das dunas; Erosão costeira e avanço do mar	
				P6.4.13	Erosão em toda a extensão da praia e faixa de dunas	Construções e ocupações irregulares; Ausência de fiscalização; Supressão da restinga; Presença de vegetação exótica (castanheiras)	Descaracterização da paisagem; Perda dos serviços ecossistêmicos; Destruição das construções (ruínas); Risco de acidentes; Prejuízo à fauna e flora; Prejuízo a eventos esportivos	

				P6.4.14	Ausência de infraestrutura para atendimento dos turistas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Turista sem orientação adequada; Violência; Prejuízo ao meio ambiente; Prejuízo para o comércio local; Prejuízo ao turismo
				P6.4.15	Ausência de limpeza na areia da praia	Ausência do poder público; Ausência de manutenção; Falta de conscientização dos comerciantes e quiosques	Poluição; Doenças; Resíduos no mar; Proliferação de pragas; Morte de fauna; Microplásticos; Resíduos na restinga; Prejuízo para a fauna da restinga; Prejuízo a beleza cênica
				P6.4.16	Estruturas de contenção à erosão diversos (pneus, blocos de pedras, sacos de areia e madeira); onstruções na beira da praia	Erosão costeira	Poluição; Prejuízo ao turismo e aos moradores; Risco de acidentes; Prejuízo a beleza cênica
				P6.4.17	Foz do Rio canalizada e contaminada com efluentes domésticos	Descarte de caminhão limpa fossas; Lançamento pela CESAN; Ligações irregulares	Poluição; Contaminação da fauna marinha; Degradação ambiental; Prejuízo à fauna; Doenças; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas
				P6.4.18	Poucos acessos à praia	Invasão pelos quiosques; Ocupação irregular	Limitação do acesso à praia; Barreira cênica; Prejuízo a beleza cênica
				P6.4.19	Poluição sonora	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1489/73); Casas que fazem festa com som alto em horário noturno	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica

				P6.4.20	Lançamento de fogos de artifício	Falta de fiscalização; Descumprimento da lei (Lei Municipal 1948/19)	Incômodo aos moradores, turistas e demais frequentadores; Desrespeito à lei; Prejuízo à fauna silvestre e doméstica; Pessoas doentes/com comorbidades/idosos/autistas	
				P6.4.21	Disposição irregular ou inadequada de resíduos sólidos OBS: Complementar sobre a Boca da Barra, contenção dos resíduos, Década dos Oceanos	Ausência de fiscalização; Entulho de construção civil; Ausência de coleta seletiva e Ausência de contentores de resíduos recicláveis na orla; Ausência de educação e conscientização da comunidade; Ausência de planejamento do poder público; Falta de orientação de dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos	Poluição; Contaminação da fauna marinha; Degradação ambiental; Prejuízo à fauna; Doenças; Desavença entre moradores; Proliferação de mosquitos, moscas; Bitucas de cigarro na praia; Redução da vida útil do aterro sanitário; Degradação ambiental; Contaminação e poluição; Proliferação de animais sinantrópicos; Acúmulo de resíduos sólidos nas vias públicas	
				P6.4.22	Cercamento insuficiente da restinga (a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica)	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Ausência de demarcação da restinga; Supressão da restinga; Estacionamento irregular; Pisoteamento; Ocupações irregulares; Prejuízo à fauna e à flora; Restinga não consegue se recuperar	

				P6.4.23	Animais soltos ou abandonados (cachorros/gatos/cavalo, vaca, etc) nas praias e na Lagoa Grande	Ausência de fiscalização (Lei 3052/95, artigo 3º) e sinalização educativa; Ausência de conscientização dos tutores; Abandono dos animais por parte dos tutores	Fezes na areia Risco de acidentes (mordida, coice e atropelamento) Prejuízo à fauna silvestre (ex. avifauna); Aumento da população de animais abandonados; Animais revirando lixeiras a procura de alimento; Proliferação de doenças; Risco de ataque a outros animais e pessoas
				P6.4.24	Ausência de banheiros públicos (alvenaria), bebedouros e chuveiros	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Poluição; Proliferação de doenças; Prejuízo aos frequentadores (moradores, turistas, etc); Uso da praia para necessidades fisiológicas
				P6.4.25	Presença de posto guarda vidas precário	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Condições inadequadas de trabalho e segurança dos guarda-vidas; Ausência de local adequado para guarda dos equipamentos de salvamento
				P6.4.26	Ausência de ciclovias	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição do ciclista ao risco; Prejuízo ao cicloturismo
				P6.4.27	Ausência de calçadão (inclusive ao redor da Lagoa Grande)	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade em toda a extensão da orla; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao Turismo Religioso (Passos de Anchieta, por exemplo); Limitação do uso; Falta de acessibilidade

				P6.4.28	Ruas não pavimentadas	Ausência de infraestrutura; Ausência de planejamento	Falta de mobilidade; Risco de acidentes; Exposição dos pedestres ao risco; Prejuízo ao turismo; Incômodo aos moradores; Excesso de poeira	
				P6.4.29	Aumento da violência e tráfico de drogas	Segurança pública ineficiente; Falta de lazer; Falta de educação; Problemas sociais diversos; Falta de trabalho	Insegurança pública; Prejuízo ao turismo e aos moradores; Inibição do uso das praias e orla; Desvalorização imobiliária	

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

4 ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA ORLA.

4.1 PRESENÇA DE USOS/ATIVIDADES EM DISSONÂNCIA COM O USO PÚBLICO DA PRAIA E EXISTÊNCIA DE CONFLITOS FUNDIÁRIOS.

Alguns usos/atividades em dissonância com o uso público da praia e alguns conflitos fundiários foram identificados na orla municipal. No **Quadro 34** abaixo estão listados usos/atividades e conflitos identificados. Para cada um, se indica em qual UP está localizado e estrutura fundiária e a categoria de uso dos bens da União. O número (na coluna à extrema esquerda) indica a localização no mapa às **Figuras 128 e 129**.

Destaca-se que o *Uso/Atividade ou Conflito de nº 4, 6, 8, 9, 10, 11, 14 e 15* foram discutidos nas 2 Etapas da Oficina de Planejamento – *os demais*, são resultado de informações obtidas após as 2 Etapas da Oficina, junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade (SEMDU) e através de consulta a documentos diversos (processos administrativos, pareceres técnicos, notícias veiculadas na mídia etc).³⁰

Quadro 34: Atividades em dissonância com o uso público da praia e conflitos fundiários.

n	Unidade de Planejamento	Uso/Atividade dissonante e/ou Conflito fundiário	Estrutura fundiária	Categoria de uso da União
1	UP 1e2	‘Ferrinho’: ocupação irregular no bairro Ilha das Flores, em área remanescente loteamento. Demanda regularização fundiária. Processo Judicial: 0006894-80.2010.4.02.5001	Pública (área pública municipal)	-
2	UP 1e2	UC Monumento Natural Morro do Penedo: utilização de parte da UC como moradia de particulares. Existência de Processo no SPU/ES.	Pública (bem da União)	Uso especial
3	UP 1e2	Prainha da Glória: Restrição de acesso à praia, entre o Presídio até o final do Loteamento de Petrópolis. Processo Judicial: 0000445-92.1999.4.02.5001	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
4	UP 1e2	Praia de Inhoá e Nook Beach Club (bar/clube), bairro Centro: Privatização da praia.	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
5	UP 1e2	Morro do Moreno (parte): Imóveis de loteamento já aprovado, sob restrições de ocupação pela UC Monumento Natural Morro do Moreno.	Pública (bem da União)	Uso especial
6	UP 1e2	Ilha da Baleia: Privatização da praia. Existência de Ação Civil Pública nº	Pública (bem da União)	Uso comum do povo

³⁰ Foram solicitadas informações ao SPU/ES, em especial quanto às propriedades da União existentes na orla municipal e quaisquer conflitos fundiários, mas não recebemos dados até o fechamento deste documento.

		5026757-14.2022.4.02.5001. (MPF/ES). ³¹		
7	UP 1e2	Proximidades do Farol de Santa Luzia: ocupação por imóveis particulares restringindo acesso ao costão rochoso.	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
8	UP 3	Quiosques Praia da Costa: rescisão dos contratos de permissão, desocupação e demolição. Ação Civil Pública nº 010142-67.1997.8.08.0035 (MPES).	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
9	UP 3	Colônia de Pescadores de Itapuã: ocupação de área pública destinada para consolidação do sistema viário aprovado. Processo Judicial: 0013027-98.2017.8.08.0035	Pública (área pública municipal)	Uso comum do povo
10	UP 4	UC Parque Natural Municipal de Jacarenema: regularização fundiária da área do PNMJ (parte da área do Parque de propriedade de particulares). Processo PMVV nº 54725/14.	Pública (área pública municipal)	Uso especial
11	UP 5	Quiosques da Praia do Barrão, bairro Barra do Jucu: ocupação irregular de área pública. Ação Civil Pública nº 2010.50.01.006827-3.	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
12	UP 5	Loteamento Morada de Itanhangá/bairro Interlagos: congelamento de imóveis na orla, por falta de área públicas e ocupação de área de restinga (Figura 129). Processo PMVV nº 64889/18.	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
13	UP 6	Loteamento Morada de Interlagos/bairro Ponta da Fruta: ocupação irregular de área pública. Processo PMVV nº 36150/22.	Pública (área pública municipal)	Uso especial
14	UP 6	Ponta da Fruta: ocupação indevida de edificações e muros na restinga e na faixa de areia	Pública (bem da União)	Uso comum do povo
15	UP 6	Nova Ponta da Fruta: ocupação indevida de quiosques na restinga e faixa de areia (antigas ocupações e novas benfeitorias). Processos/protocolos no IEMA (nº 10.157/05; 13.024/05; 020136/16; 018515/17; e outros).	Pública (bem da União)	Uso comum do povo

Obs: Informações obtidas com servidores/gestores da SEMDU, e consulta a documentos diversos. **Fonte:** Elaboração própria (2022).

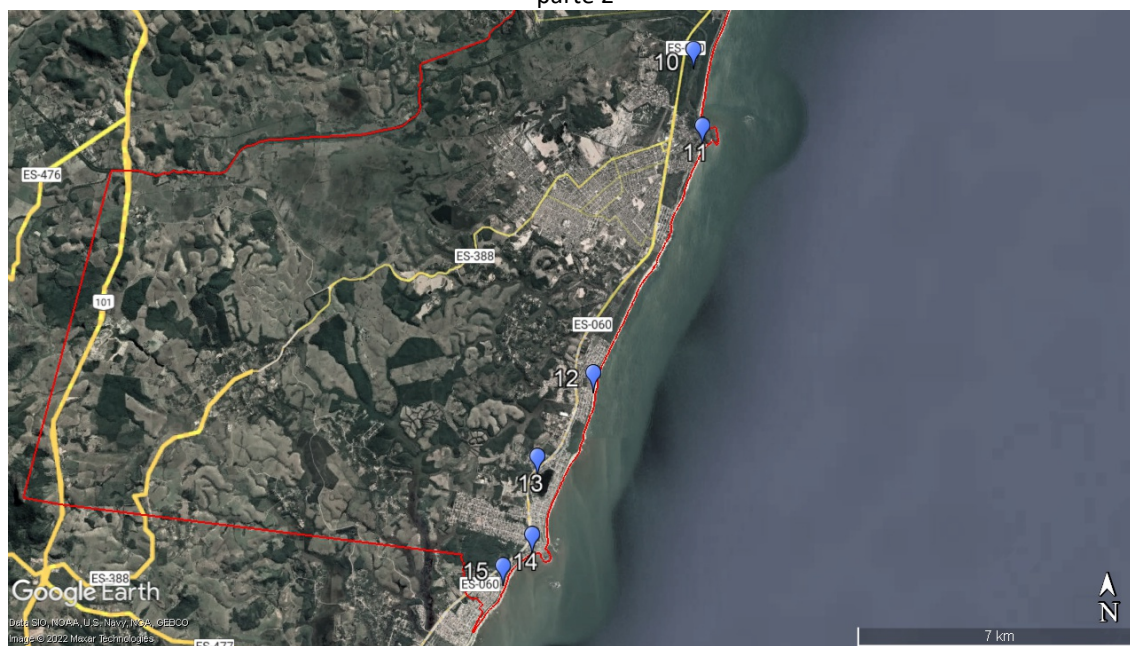
³¹ Mais informações em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/mpf-processa-empresario-por-impedir-uso-de-praia-em-ilha-de-vila-velha-0922> e <https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/ilha-da-baleia-mpf-es-obtem-liminar-que-proibe-empresario-de-impedir-utilizacao-da-praia>.

Figura 128: Localização de atividades em dissonância com o uso público da praia e conflitos fundiários – parte 1.



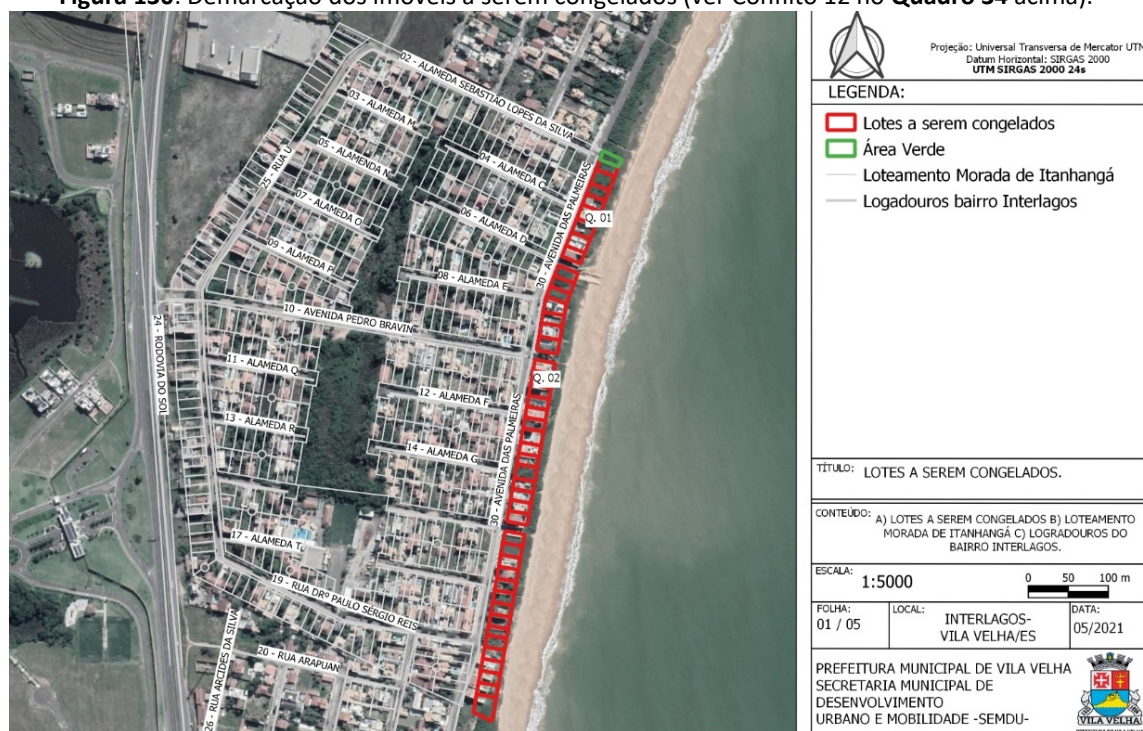
Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 129: Localização de atividades em dissonância com o uso público da praia e conflitos fundiários – parte 2



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 130: Demarcação dos imóveis a serem congelados (ver Conflito 12 no **Quadro 34** acima).



4.2 INFORMAÇÃO DAS POSSÍVEIS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS INSTALADAS NA PRAIA (QUIOSQUES, PALCOS, ARENAS PARA ESPORTES E OUTRAS MAIS).

A partir de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCULT) e pela Comissão Municipal de Eventos (COMUNE), o **Quadro 35** sintetiza alguns dos eventos realizados e/ou previstos na orla para os anos de 2022 e 2023, autorizados pela Prefeitura Municipal, que possivelmente implicam em instalação de estruturas temporárias na praia.³²

Quadro 35: Eventos realizados/previstos na praia.

Unidade de Planejamento	Evento/Estrutura Temporária	Data de realização (mês/ano)
2022		
UP 1e2	Parque da Prainha, bairro Centro: Festa da Penha	04/2022
UP 1e2	Parque da Prainha, bairro Centro: Circuito Capixaba de Cerveja Artesanal	10/2022
UP 1e2	Parque da Prainha, bairro Centro: Vila Natalina.	12/2022 a 01/2023
UP 3	Pedra da Sereia, bairro Praia da Costa: Confraternização natalina. Processo PMVV 83862/22.	12/2022
UP 3	Praia da Costa: Campeonato	12/2022

³² Foram solicitadas informações ao SPU/ES, em especial quanto a existência de autorizações junto ao órgão federal, mas não recebemos dados até o fechamento deste documento.

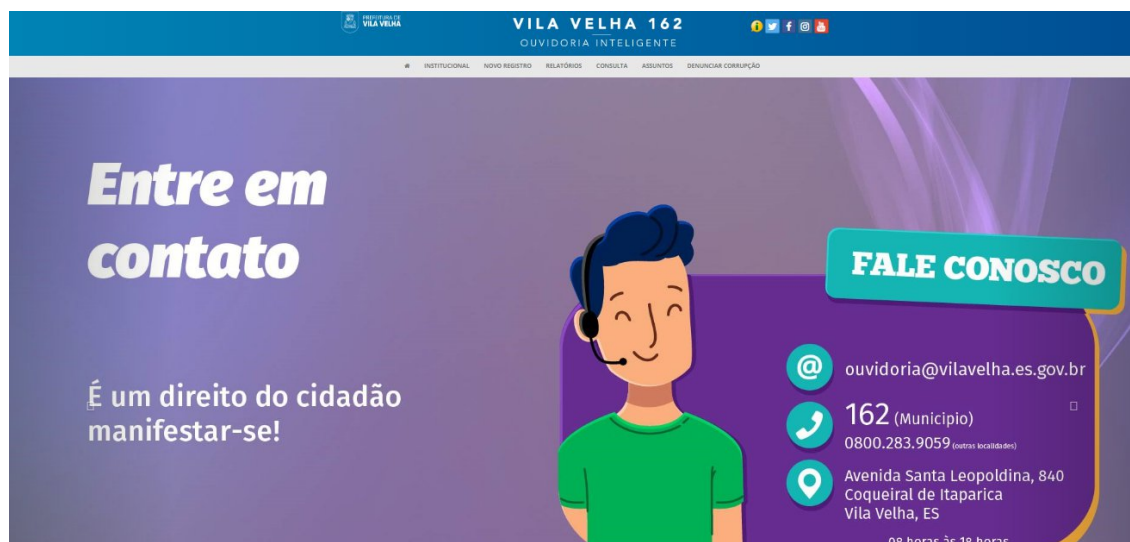
	Estadual de Va'a (canoagem). Processo PMVV 84211/22.	
UP 3	Praia da Costa: Travessia João Moreno de Natação.	11/2022
UP 3	Praia da Costa: Campeonato Estadual de Futebol de Areia.	08/2022
UP 3	Praia da Costa: Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia 2022	06/2022
UP 3	Praia de Itapuã: Torneio Recreativo Interno de Futevôlei. Processo PMVV 81038/22.	12/2022
UP 3	Praia de Itapuã: Jesus Vida Verão.	05/2022
UP 3	Praia de Itaparica: Passeio Ciclístico. Processo PMVV 81028/22	12/2022
UP 3 e UP 5	Prainha, bairro Centro; Barra do Jucu: Os Passos de Anchieta (Chegada na Prainha. Pernoite Barra do Jucu)	06/2022
UP 5	Barra do Jucu: Etapa do Circuito Capixaba de <i>Bodyboarding</i> .	04/2022
UP 5	Barra do Jucu: Fincada do Mastro de São Benedito.	12/2022
Toda a orla	Réveillon	12/2022 – 01/2023
2023		
UP 3	Praia da Costa: Cristo Nossa Praia.	01/2023
UP 3	Praia da Costa: Arena Verão Praia da Costa	01 e 02/2023
UP 3	Praia de Itapuã: Jesus Vida Verão. Processo PMVV 86604/22.	01/2023
UP 5	Barra do Jucu: Retirada do Mastro de São Benedito.	01/2023

Obs: Informações obtidas com servidores/gestores da SEMCULT, e consulta a documentos diversos. **Fonte:** Elaboração própria (2022).

4.3 EXISTÊNCIA DE MECANISMOS DE DENÚNCIAS SOBRE CONFLITOS FUNDIÁRIOS E ATIVIDADES EM DISSONÂNCIA COM O USO PÚBLICO DA PRAIA.

Consultando o site da Prefeitura Municipal, não identificamos um mecanismo de denúncia específico sobre o uso e ocupação da faixa de orla. No entanto, existe o serviço de ouvidoria pública municipal, hospedado em página própria, denominado 'VILA VELHA 162 – Ouvidoria inteligente', que está disponível para população: *online*; através do telefone (162 e um número 0800); e presencialmente, na sede da Prefeitura (VILA VELHA, 2022I) (**Figura 131**).

Figura 131: Portal da Ouvidoria municipal.



Fonte: VILA VELHA (2021).

Através desse portal, além de obter informações, é possível registrar reclamações e denúncias, dar sugestões, e agendar alguns tipos de serviços. Portanto, denúncias sobre conflitos fundiários e apropriações indevidas da praia poderiam ser incorporados ao leque de serviços oferecidos pelo portal da Ouvidoria – talvez tais tipos de denúncias já foram feitas no portal em algum momento, mas não foi possível apurar a partir dos Relatórios disponíveis³³

³³ Os Relatórios estão disponíveis desde o ano de 2017, em:
<https://sistemas.vilavelha.es.gov.br/ouvidoria/Relatorios.aspx>.

5 CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA.

Como destaca BRASIL (2006, p. 67), “o esforço empreendido de levantamento, análise e sistematização das informações sobre a orla e o próprio município, constitui o material para a projeção de seu uso e ocupação atuais, sob o ponto de vista ambiental, social e econômico”.

A construção de cenários é uma técnica utilizada para tentar antever as alternativas de futuro para determinada área, ajudando a pensar e a visualizar como poderão ser essas diferentes alternativas. Desse modo, é possível vislumbrar uma situação futura para decidir como agir agora, com vistas a manter ou alterar a situação existente (BRASIL, 2022a).

Durante a 1ª Etapa da Oficina de Planejamento, as informações existentes sobre o município subsidiaram a construção dos cenários atual e desejado para cada uma das 5 Unidades de Planejamento da orla vilavelhense. Na 2ª Etapa da Oficina, alguns pequenos ajustes nos cenários, sugeridos pela Grupo de Trabalho (GT), foram validados pelos participantes.³⁴ Os resultados estão apresentados nos **Quadros 36 a 40** abaixo.

5.1 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 1 E 2 (UP 1e2): DA SEGUNDA PONTE ATÉ O CLUBE LIBANÊS.

Quadro 36: UP 1e2: cenários atual e desejado.

Atual	Desejado
Trecho Único	
Muitas belezas naturais; Praia; Costão Rochoso; Manguezal; Ilhas; Lazer; Cenário paisagístico para Vitória; Águas abrigadas; Passagem de rede de alta tensão elétrica; Pontes; Unidade prisional ativa; Unidade prisional desativada (Pedra d'água - Casa de passagem para imigrantes no século passado); Atividades náuticas; Atividade pesqueira marisqueiros; Pescadores; Pesca artesanal; Comunidades tradicionais; Indústria da pesca; Infraestrutura de apoio à indústria da pesca; Atividades industriais; Farol; Atividade portuária; Expansão portuária;	Sustentabilidade; Adequação das delimitações entre os municípios de Vila Velha e Vitória aos limites da Orla (faixa aquática); Informação ao turista, infraestrutura planejada e opção de restaurantes no Morro do Moreno; Requalificação urbana da Prainha para incremento do turismo; Implantação da infraestrutura voltada para receber visitantes com conforto e segurança, conforme plano de manejo existente nas UCs; Políticas públicas efetivas; Identificação das comunidades tradicionais – encaminhamento para trabalho de geração de renda; Prainha revitalizada; Programas de educação ambiental nas UCs e praias; Levantamento de todas as obras com valor patrimonial e histórico; Navios de cruzeiro da Prainha de Vila Velha; Reboco e pintura de habitações “precárias” (pelo poder público – população de baixa renda); Regularização fundiária; Tornar os nomes adotados dos equipamentos e morros/praias conhecidos;

³⁴ Consultar o Diagnóstico Participativo, já citado no item 1.3 deste documento.

<p>Navegação intensa; Atividade off shore; Forte atividade econômica; Atividades de catraieiros; Manutenção de barcos de pesca; Segmentos com vegetação preservada; Unidades de conservação (Penedo, Morro do Moreno, Manteigueira); Em execução o plano de manejo do monumento Morro do Moreno; Falta de infraestrutura das UCs; Atividade econômica diversificada; Construções históricas; Visitação ao Museu Ferroviário; Instalações militares (Exército e Marinha); Monumento histórico em área militar; Marco histórico do estado do Espírito Santo; Potencial para eventos culturais; Falta de integração da atividade cultural e turística; Baixa valorização do patrimônio cultural/ histórico; Potencial Turístico; Grande potencial turístico no Morro do Moreno e seu entorno; Potencial do transporte ferroviário como atividade turística; Turismo sub explorado e sub divulgado; Passivos diversos a serem corrigidos; Esporte de mergulho; Esporte náutico em baixa; Falta de marinas; Falta requalificar e gerar identidade para a prainha; Dificuldade de acessibilidade e mobilidade; Criminalidade; Saneamento básico deficiente; Cerca de 60 (sessenta) bocas de lobo ao longo do canal; Poluição; Degradação ambiental; Água poluída; Ausência de projetos específicos para recuperação dos canais que deságuam na baía (canais: rio Marinho, Aribiri e da Costa); Estações de bombeamento; Ausência de atracadouros públicos; Delimitação legal do limite de Vitória incluindo toda a faixa aquática da baía de Vitória; Degradação por despejo de esgoto; Derramamento de óleo; Degradação de áreas com alto potencial paisagístico e ambiental; Diminuição do estoque pesqueiro na baía; Áreas assoreadas; Potencial econômico para transporte aquaviário; Indústria e equipamentos de apoio a serviços marítimos; Falta ordenamento do espaço náutico; Sinalização deficiente; Desigualdade social; Degradação social; Bloqueio do acesso ao rio e às praias Inhoá e Nook Beach; Poucos restaurantes para a gastronomia local;</p>	<p>Desassoreamento das baías das enseadas para atracamento nas marinas; Visitas monitoradas para escolas públicas na orla e nos equipamentos culturais públicos históricos; Uso cultural/turístico da unidade prisional da Pedra D'Água (antiga casa de quarentena de imigrantes italianos); Que retirassem aquele galpão de concreto na Prainha; Fiscalização e ordenamento das ocupações; Despoluição dos rios e da baía; Integração público e privado; Implantação de espaços de lazer e vivência comunitária; Integração da atividade cultural e turismo; Acessibilidade para todos; Estação Leopoldina como centro cultural; Melhorar a mobilidade urbana; Universalização do saneamento básico; Recuperação do manguezal; Fiscalização para evitar o derrame de óleo e água de lastro; Recuperação de cobertura vegetal; Pavimentação permeável; Equipamentos de apoio para famílias com bebês (banheiros, adequados, fraldários, sala de amamentação, bebedouros etc.) nas áreas de lazer; Instalação de transporte aquaviário; Instalação de marinas públicas e privadas; Oferta de serviços gastronômicos nos pontos turísticos; Não existência de ocupações irregulares; Acesso livre a todas as praias</p>
--	---

<p>Potencial para o turismo de natureza (trilhas e observação de pássaros);</p> <p>Faltam regras claras para a utilização da enseada de Jaburuna (Ariribi, Penitenciária);</p> <p>Sucatas de embarcações na água;</p> <p>Vocação cultural;</p> <p>Ocupações irregulares;</p> <p>Abandono da antiga estrutura de carga/descarga de minério (Pela Macaco) em Paul;</p> <p>Caravela da comemoração do descobrimento abandonada na enseada da Glória;</p> <p>Aumento da ocupação em áreas de risco;</p> <p>Pontos de comércio (casa de festa, bar, boate);</p> <p>Mau cheiro;</p> <p>Construção inadequada na Prainha (prédio cooperativa).</p>	
---	--

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

5.2 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 3 (UP 3): DO CLUBE LIBANÊS ATÉ O FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA (INCLUI ILHAS).

Quadro 37: UP 3: cenários atual e desejado.

Atual	Desejado
Todos os Trechos	
<p>Postos de guarda vida (13 no norte e 9 postos na área sul);</p> <p>Quiosques;</p> <p>Ocupação irregular dos quiosques na Praia da Costa;</p> <p>Restingas cercadas em bom estado de preservação;</p> <p>Restingas frágeis perto das áreas esportivas;</p> <p>Balneabilidade própria para banho;</p> <p>Chuveiros públicos;</p> <p>Riscos de acidentes nas rampas de acesso à praia devido acúmulo de areia;</p> <p>Calçadão com acessibilidade (Itaparica e Praia da Sereia);</p> <p>Calçadão estreito e irregular;</p> <p>Esportes individuais e coletivos;</p> <p>Ilhas;</p> <p>Colônia de pescadores;</p> <p>Ambulantes;</p> <p>Construção inacabada (quiosque);</p> <p>Bandeiras de sinalização de risco;</p> <p>Turistas;</p> <p>Falta de banheiros públicos;</p> <p>Canoas havaianas;</p> <p>Caixas de equipamentos esportivos (irregulares);</p> <p>Áreas demarcadas para atividades esportivas em grande quantidade;</p> <p>Ocupação desordenada com mesas e cadeiras dos quiosques na areia (demarcação de área);</p> <p>Faixa de areia mais larga;</p> <p>Dunas preservadas;</p> <p>Ciclovía;</p> <p>Ciclovía estreita;</p> <p>Poucos bicicletários;</p> <p>Existência de estações Bike VV;</p> <p>Conflitos de uso entre atividades desenvolvidas;</p>	<p>16 postos na área norte e 11 na área sul - implementação dos novos postos de salva vidas; unidade e harmonia da aparência (estética) dos quiosques;</p> <p>Adequação dos quiosques conforme projeto aprovado;</p> <p>Regularização e manutenção dos quiosques já existentes;</p> <p>Respeito aos limites de poluição sonora;</p> <p>Existência de uma comissão que represente os quiosqueiros;</p> <p>Participação mais atuante dos quiosqueiros nos projetos realizados na orla;</p> <p>Atividades de poda da restinga devem ser melhor acompanhadas respeitando orientações técnicas - respeitando-se ciclos de poda;</p> <p>Cercamento para proteção da vegetação e Retirada da atividade esportiva próxima a restinga;</p> <p>Melhoria dos cercamentos existentes e aumento da vegetação;</p> <p>Maior divulgação dos resultados de balneabilidade;</p> <p>Melhorias no sistema de ativação dos chuveiros;</p> <p>Melhorias para os diversos usos no calçadão - mais organizado;</p> <p>Melhorias nos chuveiros e tratamento das águas provenientes dos mesmos;</p> <p>Controle de qualidade das águas dos chuveiros;</p> <p>Menor número de pessoas em situação de rua;</p> <p>Alargamento de alguns trechos e melhorias da pavimentação do calçadão;</p> <p>Ordenamento e regulamentação das atividades esportivas;</p> <p>Centralização dos equipamentos de esporte por parte do município - fornecidos pela prefeitura e para uso</p>

<p>Práticas esportivas desordenadas gerando conflitos com atividades essenciais;</p> <p>Poucas placas informativas com os nomes das praias;</p> <p>Ausência placas de recepção ao visitante;</p> <p>Barracas de artesanato;</p> <p>Aulas de dança;</p> <p>Rampas de acesso à praia;</p> <p><i>Banana boat;</i></p> <p><i>Food truck;</i></p> <p>Área gastronômica (feira da noite);</p> <p>Projeto Praia Legal (Praia da Sereia);</p> <p>Conflito entre esportistas e banhistas;</p> <p>Falta de organização das atividades esportivas;</p> <p>Sombreamento nas praias;</p> <p>Poste de energia irregular em frente ao Ed. Marlin;</p> <p>Reboques irregulares de práticas esportivas no calçadão;</p> <p>Escolas esportivas;</p> <p>Ausência de áreas específicas para esporte e lazer levando ao uso da faixa de areia;</p> <p><i>Parklet</i> - Praia da Sereia;</p> <p>Parques infantis;</p> <p>Programa bandeira azul - Praia da Sereia;</p> <p>Iluminação <i>led</i>;</p> <p>Estacionamento;</p> <p>Ausência de centro de atendimento ao turista;</p> <p>Pedras na praia;</p> <p>Academia popular;</p> <p>Falta de limite de velocidade nas cicloviás (mal uso da ciclovia);</p> <p>Desova de tartarugas;</p> <p>Uso irregular do calçadão pelos ciclistas;</p> <p>Problema de invasão na vila dos pescadores de Itapuã;</p> <p>Passeio de barco para as ilhas;</p> <p>Pouca rede hoteleira;</p> <p>Ausência de postos da guarda municipal;</p> <p>Ausência de guarda corpo em áreas em que o calçadão é elevado;</p> <p>Banheiros na praia da sereia;</p> <p>Quiosques sem banheiros;</p> <p>Falta de manutenção nos banheiros públicos;</p> <p>Poucas faixas elevadas para pedestres;</p> <p>Manilha usada como lixeira;</p> <p>Depósito dos pescadores debaixo do calçadão;</p> <p>Bares na vila dos pescadores que ocupam faixa de areia;</p> <p>Pessoas em situação de rua;</p> <p>Bancos azuis de concreto;</p> <p>Cachorros em situação de abandono;</p> <p>Risco de acidentes com cães domésticos e ocorrência de fezes na orla;</p> <p>Crianças em situação de risco / trabalho infantil;</p> <p>Reprodução de aves nas ilhas;</p> <p>Visitação desordenada nas ilhas;</p> <p>Canteiros desativados no calçadão;</p> <p>Fauna sinantrópica (ratos e pombos);</p> <p>Contentores de lixo sem tampas;</p> <p>Excesso de farmácias na orla - falta de diversidade de comércio;</p> <p>Prática esportiva de caiaques;</p> <p>Limpeza das areias das praias - uso de trator;</p>	<p>público;</p> <p>Manutenção e/ou adequação e revisão do planejamento para visitas com orientações para o bom uso das ilhas tendo em vista a sensibilidade do ambiente;</p> <p>Ações de fiscalização nas ilhas;</p> <p>Criação de uma UC para proteção das ilhas;</p> <p>Requalificação / reordenamento da vila de pescadores;</p> <p>Regularização dos ambulantes;</p> <p>Padronização das barracas e disposição de um local específico para as mesmas;</p> <p>Sinalização das áreas de desova das tartarugas;</p> <p>Ocorrência de banheiros como os da praia da sereia ao longo da orla;</p> <p>Maior manutenção e melhor localização dos banheiros;</p> <p>Orientações com placas para os tutores de cães sobre limpeza e uso de focinheiras caso necessário;</p> <p>Fiscalização da lei já existente sobre animais na praia;</p> <p>Existência de guarderias públicas na orla</p>
---	---

Pouso de parapentes na praia; Ausência de pontos de parada para ônibus turísticos - embarque e desembarque; Descarte de lixo dos bares e restaurantes nos contentores da orla; Problemas no trânsito - na via lateral do estacionamento gerado por ambulantes	
--	--

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

5.3 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 4 (UP 4): DO FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA ATÉ O MORRO DA CONCHA (PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARENEMA).

Quadro 38: UP 4: cenários atual e desejado.

Atual	Desejado
T 1: Zona de Amortecimento -ZA	
Estrada de terra irregular; Espécies invasoras; Descarte de resíduos; Prostituição; Uso e tráfico de entorpecentes; Resíduos de atividades religiosas; Presença de banhistas; Pesca de molinete; Ausência de lixeiras; Ciclismo	Trilha acessível e sinalizada/estrada de uso restrito para gestão do Parque; Retirada das espécies invasoras e plantio de espécies nativas; Aumento da fiscalização para as irregularidades locais; Ação educativa com líderes religiosos e retirada regular dos resíduos (revisar plano de manejo); Centro de apoio e atendimento aos frequentadores com banheiros, posto salva-vidas, bebedouros, placas normativas/informativas e lixeiras
T 2: Unidade de Conservação – UC	
Estrada de terra irregular; Espécies invasoras; Descarte de resíduos; Resíduos de atividades religiosas; Pesca de molinete; Ausência de lixeiras; PRAD; Vegetação mais preservada; Espécies invasoras; Descarte/depósito de resíduos; Extração de plantas; Armadilhas para animais; Presença de animais (aves, mamíferos, répteis, insetos); Resíduos de atividades religiosas; Resíduos flutuantes; Esgoto <i>in natura</i> ; Balneabilidade imprópria; Uso de tarrafa; Assoreamento; Macrófitas aquáticas; Belezas cênicas; Ecoturismo sem infraestrutura; Turismo gastronômico/cultural; Ponte Madalena danificada; Falta de sinalização/placas; Barcos de pesca (apoiados); Surfistas/bodyboarders; Risco de afogamentos	Trilha acessível e sinalizada/estrada de uso restrito para gestão do Parque; Retirada das espécies invasoras e plantio de espécies nativas; Aumento da fiscalização para as irregularidades locais; Conclusão do PRAD; Aumento da fiscalização para as irregularidades locais; Ações de EA para preservação da fauna e flora local; Placas informativas sobre a fauna e flora local; Ação educativa com líderes religiosos e retirada regular dos resíduos (revisar plano de manejo); Boias contentores de resíduos flutuantes; Diálogo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu/CESAN; Fiscalização nas épocas de defeso e dos tipos de redes; Recuperação da mata ciliar do rio Jucu; Retirada das macrófitas aquáticas; Valorização do potencial cênico; Centro de apoio ao turista e NEA; Valorização do congo, reggae e forró; Cadastramento e orientação dos prestadores de serviços turísticos; ROTA DA MADALENA; Instalação de placas normativas/informativas
T 3: Morro da Concha - MC	
Espécies invasoras;	Trilha acessível e sinalizada/estrada de uso restrito

<p>Uso e tráfico de entorpecentes; Pesca de molinete; Ausência de lixeiras; Uso/tráfego de entorpecentes; Queimadas; Descarte de resíduos sólidos; Pesca de animais marinhos; Ambulantes; Extração de plantas; Acesso sem infraestrutura; Turismo praia-sol; Tartarugas-marinhas, aves; Guarda vidas; Beleza cênica; Turismo de aventura; Espécies invasoras; Identificação de nascentes</p>	<p>para gestão do parque; Retirada das espécies invasoras e plantio de espécies nativas; Aumento da fiscalização ambiental e patrulhamento da segurança pública para as irregularidades locais; Manutenção da trilha, instalação de parapeitos, Programa de acesso à Praia e ao Morro da Concha; Ponto de avistamento de animais marinhos; Conservação e manutenção da área; Retiradas das espécies invasoras e plantio de sp nativas; Sinalização da nascente, manutenção e recuperação da vegetação ciliar</p>
---	--

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

5.4 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 5 (UP 5): DO MORRO DA CONCHA ATÉ O INÍCIO DO BAIRRO PONTA DA FRUTA (MATINHA DE INTERLAGOS).

Quadro 39: UP 5: cenários atual e desejado.

Atual	Desejado
T 1	
<p>Área de restinga degradada; Surf; Voo livre (parapente - do Morro da Concha para a praia); Pesca noturna de vara; Escolas de <i>surf/bodyboard</i>; Cine barra; Atividades culturais/tradicionais (congo, fincada de mastro, carnaval, capoeira, sarau de poesia, exposição das rendeiras); Ausência de sinalização de trânsito (vertical e horizontal); Fauna (cobra, gambá, luis caxeiro, coruja, aves marinhas); Animais abandonados e invasores; Ausência de infraestrutura para turistas; Castanheiras; Retirada de ruínas de imóveis na faixa de areia; Barco de pesca e redes na faixa de areia; Fiscalização de veículos motorizados <i>bugs</i>, <i>motocross</i>, parapente motorizado e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas; Lançamento de esgoto; Quiosques na faixa de areia; Construção de casas em área de restinga; Existência de escola/creche; Cemitério próximo a praia; capela inadequada para velório; Descarte inadequado de objetos religiosos; Desova de tartarugas; Base para salva vidas; Falta de instrutores para a terceira idade na academia popular</p>	<p>Fomentar o turismo de pesca; Pesca de arrastão de praia sendo um atrativo turístico; Sinalização da Tapera do Cosme; Definição oficial dos nomes das praias do município; Infraestrutura para cine barra; Manutenção e estímulo das atividades culturais/tradicionais; Instalação de uma marina pública; Criação de ponto de apoio da guarda municipal na pracinha na praia do barrão; Construção de ciclovias e calçadão; Pavimentação das ruas ao longo da orla; Praias e Lagoa Grande próprias para banho, limpas, sem lançamento de esgoto e/ou outros poluentes; Fiscalização eficiente nas praias, lagoas, empreendimentos potencialmente poluidores (por exemplo, cemitério/crematório próximo a lagoa grande); Sinalização dos ninhos de tartarugas; Criar e fomentar o turismo gastronômico; Fomento aos esportes náuticos (não motorizado); Colocação e fiscalização de placas informativas e educativas; Manutenção da preservação das áreas de restinga; Ordenamento das atividades náuticas (<i>surf</i>, banhistas, pesca, esportes, etc); Gestão e controle dos imóveis que invadiram a faixa de areia (fiscalização e notificação); Criação de pista de <i>pump track</i> na Barra do Jucu (já existe o pedido); Plantio de vegetação nativa e retirada de fauna e flora invasoras;</p>

	<p>Saneamento básico e fiscalização; Regularização dos quiosques na faixa de areia; Transferência de creche da praia para outra área pública mais adequada e transformação do local em um centro cultural e gastronômico; Reforma de adequação de capela mortuária</p>
T 2; T 4; T 5	
<p>Estrada não pavimentada em área de restinga, com disposição inadequada de entulho e resíduos em geral (inadequado); Grande área de restinga dos dois lados da estrada; Residências na restinga (invasão de moradias); Poucos acessos à praia; Segurança pública ineficiente; Ausência de áreas de lazer; Rua da orla interrompida por construções; Ocorrência de queimadas; Ninhos de corujas; Lagoa de Morada do Sol poluída (Lagoa de Itanhangá); Lagoa da Morada do Sol não tem infraestrutura para receber visitantes; Área de restinga cercada por residências em Interlagos (fundo da casa em frente à praia ou invadindo a praia) (uso particular em área pública); Poucos acessos à praia (Morada do Sol); Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla; Elevatória de esgoto na praia de Interlagos; Área de restinga invadida pelas casas em Interlagos</p>	Nenhum cenário desejado apresentado.
T 3	
<p>Ausência de calçamento; Interdição da Avenida Monazita por ocupações irregulares (invasão de quiosques/restaurantes); Ruas e acessos a praia interditadas; Presença dos recifes; Animais marinhos; Turismo/ banhistas; Cadeiras e mesas dos quiosques/restaurantes; 4 praias de surf; Pesca de arremesso</p>	Construção da base do IPRAM (recuperação de animais marinhos)

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

5.5 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 6 (UP 6): DA MATINHA DE INTERLAGOS ATÉ O FINAL DA NOVA PONTA DA FRUTA.

Quadro 40: UP 6: cenários atual e desejado.

Atual	Desejado
T 1: Matinha de Interlagos	
<p>Área cercada, mas a cerca está quebrada em alguns pontos; Área de mata particular; Ausência de iluminação pública (Rua Maringá e entorno); Avanço de ocupação irregular, invasões e desmatamento; Mau uso da área (criminalidade, invasão irregular); Área da praia em frente a Matinha utilizada para surf;</p>	Reprimir ocupação da Matinha de Interlagos e preservá-la

<p>Apropriação de lote da municipalidade por particulares em área contígua a Matinha; Conflitos de interesse entre conservação e urbanização</p>	
T 2: Praia da Baleia	
<p>Desova de tartarugas; Diversidade de espécies de aves; Pesca de arremesso; Etapa do campeonato estadual de pesca de arremesso; Uso de bugs, motocross, parapente motorizado e jeeps na praia e na restinga; Ausência de restaurantes na orla; Dinâmica das ondas muito forte; Muito vento; Poucos banhistas por conta das ondas fortes; Parque da Baleia (pista de <i>pump track</i>, brinquedos para as crianças, academia popular, quadra de vôlei e futebol); Percurso Turístico - placas informativas/educativas a cada 500 m da praia; Restinga preservada; 2 caixas de coleta de água pluvial e 1 extravasor da Lagoa Grande; Presença de castanheiras; Plantação de batatas, coqueiros, bananeiras na área de restinga; Presença de banhistas no fim da praia da Baleia (próximo a igreja, local mais propício ao banho); Balanço paisagístico (ponto turístico); Redes de esgoto ligadas clandestinamente na rede de drenagem pluvial; Espécies invasoras na restinga (ex. caramujo africano); Existência de quadra com Zoneamento do PDM para permissão de construção de prédios de 16 andares na orla; Calçadão rústico em boa parte da orla; Possível tráfico de animais silvestres (ex. canários, cardeal, entre outros)</p>	<p>Inclusão da Praia da Baleia no circuito de campeonatos de pesca de arremesso; Restauração da restinga em cima das 2 caixas de coleta de água pluvial e 1 extravasor da Lagoa Grande; Fomento ao turismo de observação de aves; Pavimentação da orla em piso de concreto intertravado (permeável - PavS); Prédios de até 4 andares; Alteração do PDM uniformizando a construção de edifícios com o restante da Ponta da Fruta; Eliminação de espécies invasoras (caramujo africano)</p>
T 2: Lagoa Grande	
<p>Ocupações irregulares na avenida principal e no entorno da Lagoa Grande; Assoreamento na Lagoa Grande; Dificuldade de acesso; Muitos visitantes; Suspeita de lançamento de esgoto na lagoa pelos restaurantes e moradias; Ausência de calçadão ao redor da Lagoa; Estrangulamento da avenida Espírito Santo na frente da Lagoa; Prática de esportes náuticos (não motorizado - caiaque, <i>stand up</i>); Presença de fauna; Água doce e calma; Pesca de arremesso; Pedalinho; Parquinho sucateado; Cemitério/crematório próximo a lagoa grande (preocupação com necrochorume)</p>	<p>Construção de um píer/deque; Desassoreamento da Lagoa; Monitoramento da qualidade da água em vários pontos da Lagoa; Fiscalização eficiente (lançamento de esgoto, segurança, e outras irregularidades); Coleta e tratamento de esgoto nos imóveis da Lagoa; Melhoria da balneabilidade; Recuperação do parquinho</p>
T 3: Morro da Igreja	
<p>Ausência de iluminação pública no entorno do Morro</p>	<p>Instalação de iluminação pública;</p>

<p>da Igreja; Visitação subutilizada (visitação somente por agendamento); Área de restinga degradada; Existência de moradias ao redor do morro, em cima do costão rochoso; Lançamento de esgoto pelas moradias que estão em cima do costão rochoso; Ausência de pavimentação na rua do entorno da Igreja</p>	<p>Fomentar o turismo; Recuperação da mata nativa; Fiscalização eficiente (lançamento de esgoto, segurança, obras e outras irregularidades); Coleta e tratamento de esgoto nos imóveis que estão em cima do costão; Pavimentação da rua do entorno da igreja (Av. Nossa Senhora dos Navegantes)</p>
T3: Praia Rasa	
<p>Presença de barcos de pesca, estacionados na pracinha; Presença de lojas, restaurantes e bares; Cadeiras e mesas na faixa de areia colocadas pelos restaurantes/bares; Invasões por residências e restaurantes na faixa de areia (comércio em geral); Presença de tartarugas; Pesca arrastão de praia; Presença de banhistas; Mar calmo; Lançamento de esgoto na praia; Atividades náuticas (<i>banana boat</i> no verão, principalmente); Erosão costeira; Castanheira; Ausência de restinga; Ausência de iluminação noturna; Cemitério da Ponta da Fruta (preocupação com o necrochorume)</p>	<p>Estruturação e qualificação da atividade pesqueira (comunidade de pescadores); Turismo de pesca; Recife sinalizado</p>
T 4: Nova Ponta da Fruta	
<p>Beleza natural; Área de esporte (campo de futebol irregular, próximo a ruínas, com desmatamento de restinga); Academia popular; Invasões de quiosques que se transformam em residências e provocam erosão na praia e faixa de dunas; Erosão em toda a extensão da praia e faixa de dunas; Degradação de restinga; Presença de exóticas; Lançamento de esgoto na praia, pela CESAN; Lançamento de esgoto na praia pelos quiosques; Presença de fossas construídas pelos quiosques; Ausência de banheiros públicos; Prática de <i>surf</i>; Prática de <i>kitesurf</i>; Pesca noturna de arremesso; Iluminação voltada para a praia; APA Setiba; APA Lagoa Grande; Casas que fazem festa com som alto em horário noturno; Lançamento de fogos de artifício; Castanheiras com raízes expostas (erosão costeira); Em locais onde não tem restinga e tem presença dos quiosques, há erosão das dunas e praia; Visitação de turistas provindos de outros municípios; Ausência de infraestrutura para atendimento dos turistas;</p>	<p>Regularização e adequação da área de lazer (parquinho, esporte); Infraestrutura da orla; Retirada de vegetação exótica; Recuperação da restinga; Adequação e padronização dos quiosques que estão em faixa de praia e restinga; Fomento aos esportes náuticos (<i>surf</i>, <i>windsurf</i>, entre outros)</p>

<p>Ausência de limpeza na areia da praia; Colocação de pneus, sacos de cimento (bag) e pedras para contenção da erosão; Construções na beira da praia</p>	
Todos os Trechos	
<p>Ausência de coleta seletiva na orla; Ausência de contentores de resíduos recicláveis na orla; Existência de portais nos acessos à praia de frente a cada rua; Turismo religioso (passos de Anchieta); Cercamento de parte da restinga com eucalipto e corda de sisal - fora do padrão da Prefeitura; Descarte de resíduos na restinga (da construção civil, restos de poda, resíduos comuns, plásticos em geral etc); Grande quantidade de bitucas nas praias; Ausência de banheiros públicos, bebedouros; Presença de posto salva vidas precário; Cachorros/gatos na praia e na lagoa; Vegetação exótica; Ausência de ciclovias; Ausência de calçada; Ruas não são pavimentadas; Lançamento de esgoto direto na praia e na Lagoa Grande; Ausência de limpeza na praia; Beleza cênica; Riqueza de fauna e flora; Presença de grupos de ciclistas; Aumento da violência e tráfico de drogas; Segurança pública ineficiente; Grande quantidade de cães e gatos abandonados; Resíduos sólidos descartados por comerciantes e visitantes de veraneio em dias que não há recolhimento pela gestão municipal; Ausência de identificação nas ruas com placas personalizadas</p>	<p>Implantação de coleta seletiva na orla, incluindo lixo comum; Colocação de contentores de resíduos recicláveis na orla; Construção de ciclovias e calçada; Pavimentação das ruas ao longo da orla (pavimentação intertravada); Praias e Lagoa Grande próprias para banho, limpas, sem lançamento de esgoto e/ou outros poluentes; Fiscalização eficiente nas praias, lagoas, empreendimentos potencialmente poluidores (por exemplo, cemitério/crematório próximo a Lagoa Grande); Proibição de veículos motorizados <i>bugs</i>, <i>motocross</i>, parapente motorizado e <i>jeeps</i> nas praias e nas restingas; Proibição da entrada de animais (cavalos, vacas, cachorros, etc) nas praias; Sinalização dos ninhos de tartarugas; Fomentar o turismo gastronômico; Fomento aos esportes náuticos (não motorizado); Colocação de placas informativas e educativas; Manutenção da preservação das áreas de restinga; Retirada de espécies exóticas na área de restinga; Instalação de infraestrutura de banheiros, chuveiros e bebedouros; Fomento ao ecoturismo (observação de baleias, tartarugas, aves, etc); Fomento ao cicloturismo; Centro de atendimento aos visitantes; Infraestrutura adequada e padronizada para o posto de salvamento marítimo (guarda vidas); Retirada dos imóveis irregulares; Ordenamento dos usos da praia (colocação e mesas, cadeiras, esportes, etc); Ordenamento das atividades náuticas (surf, banhistas, pesca, esportes, etc); Gestão e controle dos imóveis que invadiram a faixa de areia (fiscalização e notificação); Inexistência de ruínas de imóveis na faixa de areia; Contenção da erosão costeira; Ter pontos culturais nas praias; Fiscalização eficiente e aumento da segurança pública</p>

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

6 AÇÕES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.

A partir das Potencialidades e dos Problemas de cada Trecho da orla municipal identificados durante a 1ª Etapa da Oficina de Planejamento, as **Ações e Diretrizes** foram definidas durante a 2ª Etapa da Oficina, visando equacionar e compatibilizar as Potencialidades, e solucionar ou amenizar os Problemas, sendo definido o Prazo de Execução e as Instituições Responsáveis e Parceiras para conduzir as proposições - constituindo o Plano de Ação.

*Todas as informações das 5 Unidades de Planejamento também estão integralmente apresentadas no **QUADRO DETALHADO**, planilha que acompanha este documento. No **QUADRO DETALHADO**, as Ações e Diretrizes estão agrupados por Trecho, sendo que todas UPs seguem padrão previsto no Manual atualizado (BRASIL, 2022) quanto ao Prazo de Execução; além de incorporar a Área de Planejamento (APD e API); a relação entre as Ações e as Diretrizes propostas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e a Duração e Regularidade.*

6.1 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 1 E 2 (UP 1e2): DA SEGUNDA PONTE ATÉ O CLUBE LIBANÊS.

A UP 1e2 apresenta Trecho Único e, na 2ª Etapa da Oficina foram definidos **39 Ações ou Diretrizes** para equacionar as **Potencialidades**, e **58 Ações ou Diretrizes** para solucionar ou amenizar os **Problemas**.

O Plano de Ação da UP 1e2 está apresentado através do **Quadro 41** – que trata das ações para equacionar as Potencialidades; do **Quadro 42** - que trata das ações para solucionar ou amenizar os Problemas; e do **Quadro 43** – que trata das Ações Estratégicas.

Quadro 41: UP 1e2: Plano de Ação – Potencialidades.

n	Trecho	Potencialidade	Ação	Finalidade	Prazo de Execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
PP1_2.01	ÚNICO	Transporte aquaviário	Construção do terminal aquaviário na Prainha	Garantir a infraestrutura para o transporte de passageiros	6 meses	SEMOBI	CETURB-GV, Museu Vale, Capitania dos Portos, CODESA, SEMMA, Associação dos Trabalhadores e Amigos da Baía de Vitória, Agências de Turismo, Guias de Turismo, Associação de Moradores do Centro, Coletivo Criativo da Prainha, Assevila
			Construção de terminais aquaviários turísticos no Morro do Penedo e Parque da Manteigueira	Garantir a infraestrutura para o transporte de turistas	2 anos	SEMOPE	
			Integração do atracadouro do Museu Vale com o sistema aquaviário turístico	Potencializar o atrativo turístico		SEMCULT	
			Elaboração de um estudo para ampliação do sistema aquaviário na Baía de Vitória	Indicar novas possibilidades para o transporte aquaviário na Baía de Vitória	1 ano	SEMDU	
			Integração dos modais de transporte entre o terminal aquaviário da Prainha e outros sistemas de transporte	Otimizar a mobilidade urbana na região metropolitana	6 meses	SEMOBI	
			Adaptação do projeto de revitalização da Prainha ao fluxo gerado pelo transporte aquaviário	Adequação do espaço urbano		SEMOPE	

PP1_2.02	ÚNICO	Eventos culturais	Projeto de requalificação da Prainha prevendo área para os eventos culturais	Garantir espaço adequado para a realização de eventos culturais na Prainha	6 meses	SEMOPE	SEMCOM, COMUNE, Coletivo Criativo da Prainha, ASSEVILA, Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Estadual do Turismo, MTur, Convention Bureau, Imprensa e Mídia Digital
			Elaboração de inventário de eventos e espaços para a realização dos mesmos	Identificar a demanda e outras áreas		SEMCULT	
			Elaboração e divulgação de um calendário cultural	Organizar e dar conhecimento dos eventos	Contínuo		
PP1_2.03	ÚNICO	Instalação de novos restaurantes e meios de hospedagem	Elaboração de um inventário de demanda e oferta turística	Ter um mapeamento preciso com informações dos potenciais atrativos históricos	6 meses	SEMCULT	SINDBARES, Cursos de Gastronomia, ABIH, SETUR, SEBRAE, SENAC, FECOMERCIO, PMVV/SEMOPE
			Programa de incentivos	Incrementar a economia destes setores	1 ano	SEMDEC	
			Sinalização e roteirização turística mais eficiente	Melhorar as condições de acessibilidade		SEMCULT	
			Urbanização de entornos e acessos	Melhorar a segurança, acessos dos usuários		SEMDU	
PP1_2.04	ÚNICO	Expansão portuária	Compartilhamento das informações referentes à expansão portuária	Socializar a informação, criar oportunidades, identificar possíveis impactos	6 meses	SEMDEC	IEMA, CODESA, SEMDU, SEMMA

PP1_2.05	ÚNICO	Turismo histórico	Elaboração de um inventário da oferta turística	Ter um mapeamento preciso com informações dos potenciais atrativos históricos	6 meses	SEMCULT	SEBRAE, SENAC, IPHAN, Secretaria Estadual de Cultura, Coletivo Criativo da Prainha, ATABV, ASSEVILA, ABAV, Guias de turismo, CCVV, IPAE
			Elaboração de roteiros turísticos	Ressignificação dos espaços e ampliação da oferta turística	Contínuo		
			Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos	Promover acesso da informação ao usuário e atração de turistas		SEMCOM	
			Capacitação dos profissionais prestadores de serviço	Qualificação e melhoria da prestação de serviço do setor		SEMCULT	
			Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)	Envolver a população local			
PP1_2.06	ÚNICO	Turismo de natureza (trilhas, observação de pássaros, pôr do sol)	Elaboração de um inventário da oferta turística	Ter um mapeamento preciso com informações dos potenciais atrativos históricos	6 meses	SEMCULT	SEBRAE, SENAC, IPHAN, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IEMA, ATABV, ASSEVILA, ABAV, Guias de turismo, CCVV, BNDES
			Elaboração de roteiros turísticos	Ressignificação dos espaços e ampliação da oferta turística	Contínuo		
			Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos	Promover acesso da informação ao usuário e atração de turistas		SEMCOM	
			Capacitação dos profissionais prestadores de serviço	Qualificação e melhoria da prestação de serviço do setor		SEMCULT	
			Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)	Envolver a população local			

PP1_2.07	ÚNICO	Turismo de aventura (rapel, escalada, entre outros)	Elaboração de um inventário da oferta turística	Ter um mapeamento preciso com informações dos potenciais atrativos históricos	6 meses	SEMCULT	SEBRAE, SENAC, IPHAN, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IEMA, ATABV, ASSEVILA, ABAV, Guias de turismo, CCVV, BNDES, ABETA
			Elaboração de roteiros turísticos	Ressignificação dos espaços e ampliação da oferta turística	Contínuo		
			Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos	Promover acesso da informação ao usuário e atração de turistas		SEMCOM	
			Capacitação dos profissionais prestadores de serviço	Qualificação e melhoria da prestação de serviço do setor		SEMCULT	
			Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)	Envolver a população local			
			Política pública de segurança turística	Regulamentar as práticas do turismo de aventura			
PP1_2.08	ÚNICO	Turismo religioso	Elaboração de um inventário da oferta turística	Ter um mapeamento preciso com informações dos potenciais atrativos históricos	6 meses	SEMCULT	SEBRAE, SENAC, IPHAN, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, IEMA, ATABV, ASSEVILA, ABAV, Guias de turismo, CCVV, BNDES
			Elaboração de roteiros turísticos	Ressignificação dos espaços e ampliação da oferta turística	Contínuo	SEMCOM	
			Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos	Promover acesso da informação ao usuário e atração de turistas			
			Capacitação dos profissionais prestadores de serviço	Qualificação e melhoria da prestação de serviço do setor		SEMCULT	
			Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)	Envolver a população local			

PP1_2.09	ÚNICO	Maior aproveitamento turístico do Morro do Moreno	Formulação e implantação do Plano de manejo	Aproveitar o potencial turístico da UC e respectiva Zona de Amortecimento	Contínuo	SEMMA	Sociedade civil organizada; Gestor do MONA
			Políticas públicas de Turismo de Base Comunitária	Envolver a população local (empreendedores, moradores, pescadores...)		SEMCULT	
			Capacitação dos profissionais prestadores de serviço	Qualificação e melhoria da prestação de serviço do setor			
PP1_2.10	ÚNICO	Instalação de Marinas	Elaboração de um estudo de viabilidade	Reconhecer o potencial para implantação	1 ano	SEMDEC; SEMOPE	Capitania dos Portos, IEMA, IBAMA, SPU, SEMMA

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Quadro 42: UP 1e2: Plano de Ação – Problemas.

n	Trecho	Problema	Ação	Finalidade	Prazo de Execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
P1_2.01	ÚNICO	Aumento da ocupação em áreas de risco	Identificação das ocupações das áreas de risco	Dimensionar e caracterizar o problema	6 meses	SEMDU	CEF, BNDES, Defesa Civil, MDR, Movimento de Moradia Social
			Utilização de novas tecnologias para auxiliar no levantamento	Agilizar e tornar precisa a ação	Contínuo		
			Programa de habitação	Proporcionar habitações seguras			
			Aumento do poder efetivo de fiscalização	Evitar novas ocupações		SEMDU; SEMOPE	
P1_2.02	ÚNICO	Ocupações irregulares	Regularização fundiária de ocupações que não estiverem em áreas de risco	Reconhecer direitos de habitação e a necessidade do desenvolvimento econômico sustentável.	1 ano	SEMDU; SPU	AGU, Procuradoria Municipal, MPF, PMVV/SEMMA, Defesa Civil, Associações de Moradores, Movimento

			Reassentamento de ocupações em áreas de risco	Garantir direitos de habitação para pessoas em áreas de risco.	2 anos		de Habitação de Interesse Social
			Programa de Habitação	Criar alternativas de habitação digna.			
			Fiscalização efetiva	Evitar novas ocupações irregulares.	Contínuo		
			Homologação de LPM (Linha de Preamar)	Permitir a regularização fundiária em áreas da União com segurança jurídica.	2 anos	SPU	
			Transparência das informações referentes às áreas da União	Garantir informações oficiais e seguras para evitar ocupações irregulares.	Contínuo		
			Integração entre os agentes públicos e privados para atuar junto ao judiciário	Solucionar impasses fundiários		SEMDU; SPU	
P1_2.03	ÚNICO	Assoreament o dos rios e baía	Dragagem de corpos hídricos	Garantir a navegação; Evitar inundações; Reduzir os impactos ambientais.	Contínuo	SEMOPE	Secretarias de Meio Ambiente dos municípios envolvidos; Secretaria Estadual de Meio Ambiente; População no entorno; Portos
			Programa de Educação Ambiental	Sensibilizar os ocupantes do entorno para não destinação de resíduos nos canais.		SEMMA	
			Recuperação de nascentes e matas ciliares	Controlar o assoreamento; Regularizar o regime de água; Melhorar a qualidade da água.			
			Revegetação e contenção de encostas		2 anos		

			Criação e implantação do Comitê de Bacia do Rio Formate	Criar estrutura de governança direcionada para a Bacia do Rio Formate para evitar o assoreamento do Rio Marinho e demais corpos hídricos.	2 anos	IEMA	
P1_2.04	ÚNICO	Baixa valorização do Patrimônio Cultural Histórico	Realização de inventário do patrimônio histórico, cultural e natural.	Subsidiar políticas públicas em prol do patrimônio.	1 ano		Secretaria Estadual de Cultura, IPHAN, ADERES, BANDES, BNDES, SEBRAE, IPAE, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, IHGVV, Sociedade Civil Organizada.
			Campanha de educação patrimonial (histórico, cultural e natural).	Promover e fortalecer o sentimento de pertencimento do patrimônio pela população local.	Contínuo		
			Inclusão no projeto político/pedagógico das escolas os conteúdos referentes ao patrimônio (histórico, cultural e natural).	Formar o cidadão que acolhe e valoriza o patrimônio.	1 ano		
			Requalificação do patrimônio.	Resgatar, proteger, permitir o acesso e incrementar a economia local com novos empreendimentos.	Contínuo		
			Políticas públicas de incentivo a economia local integrada ao patrimônio.	Geração de trabalho e renda de forma sustentável.			
P1_2.05	ÚNICO	Impactos ambientais em água e terra	Coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos	Evitar contaminação em terra e água evitando proliferação de doenças e o comprometimento da atividade turística	Contínuo	SEMSU	Sociedade Civil, Armadores; SEMCULT, Agências de Viagem, Meios de Comunicação, PM

			Tratamento dos efluentes de esgoto	Evitar contaminação das águas evitando proliferação de doenças e o comprometimento da balneabilidade das praias		CESAN (Governo do Estado)	
			Campanha de educação ambiental para usuários da orla (moradores, turistas, tripulantes de embarcações...)	Conscientizar usuários da orla sobre os impactos causados por usos e práticas inadequadas		SEMMA	
			Fiscalização da poluição sonora	Evitar os impactos causados pela exposição a esse tipo de poluição; Evitar conflitos entre usuários da orla		SEMMA	
			Fiscalização das embarcações	Evitar que essas lancem resíduos (óleo e água de lastro) nos rios e baías		Capitania dos Portos; CODESA	
P1_2.06	ÚNICO	Dificuldade de acessibilidade e mobilidade urbana	Consolidação do plano de mobilidade urbana da região metropolitana	Efetivar os dispositivos do plano na região. (integração de modais, ciclovia, transporte aquaviário...)	Contínuo	SEMOBI	BNDES; EDP
			Implantação do plano de mobilidade urbana municipal	Potencializar a mobilidade das pessoas e as atividades econômicas existentes, desafogando a vias principais.		SEMOPE; SEMOBI	
			Criação e implantação do Plano Municipal de Acessibilidade	Tornar a cidade acessível para todos.	1 ano	SEMDU	

			Recuperação da Estrada Jerônimo Monteiro (PLANMOB/VV)	Servir de via estruturante e melhorar a mobilidade na região.	2 anos	SEMOPE	
			Implantação da sinalização de ruas	Garantir melhor orientação dos usuários.	Contínuo	SEMDU	
			Melhoria da iluminação pública (PPP)	Contribuir para a mobilidade e acessibilidade, trazendo segurança aos usuários.	2 anos	SEMOPE	
P1_2.07	ÚNICO	Bloqueio de acesso em algumas praias (Ilha da Baleia, Inhoá e Nook Beach)	Realização de estudos para identificar os bloqueios	Subsidiar com informações as tomadas de decisão	6 meses	SEMDU	AGU, MPF, PGM, Associação de moradores, PMVV/SEMCULT, PMVV/SEMMA, Guarda Municipal
			Retirada de bloqueios	Garantir o que está estabelecido em lei		SPU	
			Fiscalização para garantir o acesso livre á praia	Impedir novos bloqueios	Contínuo	SEMSU	
			Implantação de servidões de passagens onde não houver	Garantir o acesso a bem de uso comum (Art.20 CF)	1 ano		
P1_2.08	ÚNICO	Sinalização deficiente	Sinalização náutica	Estabelecer o ordenamento náutico em adição a atividade portuária.	6 meses	SEMDEST	SEMCOM, Defesa Civil, PMVV/SEMDU, IPHAN, Capitania dos Portos, MTur
			Sinalização turística	Potencializar a atividade turística	1 ano	SEMCULT; SEMDEST	
			Sinalização urbanística	Facilitar acessos		SEMDEST	
			Sinalização de Balneabilidade	Informar a qualidade das águas nas praias	Contínuo	SEMMA	
			Sinalização de áreas de riscos	Evitar o uso e a ocupação em áreas de riscos		SEMDEST	
			Sinalização educativa	Orientar os usuários da orla		SEMCULT; SEMMA	

			Sinalização de riscos para banhistas	Garantir a segurança dos banhistas		SEMDEST	
P1_2.09	ÚNICO	Criminalidade	Identificação dos crimes cometidos na região	Subsidiar as tomadas de decisões e ações	6 meses	SEMDEST	Polícia Federal, MPE, MPF, Poder Judiciário, PRF, Polícia Civil, Polícia Militar, IBAMA, IEMA
			Qualificação e manutenção de equipamentos públicos	Influenciar indiretamente a inibição da criminalidade	Contínuo	Prefeitura Municipal de Vila Velha	
			Instalação de câmeras de monitoramento	Aprimorar os sistemas e controle de criminalidade	6 meses	SEMDEST	
			Melhoria e manutenção da iluminação pública		Contínuo	SEMOPE	
			Atuação de guarda costeira			Capitania dos Portos	
			Elaboração de plano do GGI nessa região	Integrar as ações para aprimorar os sistemas e controle de criminalidade	6 meses	SEMGOV	
P1_2.10	ÚNICO	Sucatas de embarcação na água	Levantamento da situação das embarcações abandonadas	Subsidiar a tomada de decisão.	6 meses	Capitania dos Portos	Donos de embarcações, IEMA, IBAMA, Prefeitura Municipal de Vitória
			Identificação da melhor destinação para as embarcações abandonadas	Retirar embarcações que hoje estão em local impróprios		SEMMA	
			Identificação de financiamento para donos de embarcações de subsistência.	Recuperá-las e retirá-las do local	1 ano	SEMFI	

			Fiscalização	Evitar que novas embarcações sejam abandonadas em locais impróprios	Contínuo	Capitania dos Portos	
P1_2.11	ÚNICO	Falta de regras claras para a utilização da enseada de Jaburuna (Aribiri\Penitenciária)	Levantamento da situação de uso e ocupação da enseada de Jaburuna	Subsidiar as tomadas de decisões	6 meses	SEMDU	Atuais ocupantes da enseada, SEMDEST, Sociedade Civil Organizada, SEMMA
			Aplicação das diretrizes do PDM para o uso e ocupação da enseada de Jaburuna	Ordenar o uso e ocupação da enseada de Jaburuna	Contínuo		
P1_2.12	ÚNICO	Falta requalificar e gerar identidade para a Prainha	Resgatar estudos que identificam a identidade da Prainha	Subsidiar as tomadas de decisões	6 meses	SEMCULT	Conselho de Cultura Municipal, Conselho de Cultura Estadual, Academia de Letras de Vila Velha, Academias de letras do Espírito Santo, IPHAN
			Elaboração e implantação de projeto de requalificação urbano e paisagística considerando a identidade da Prainha	Reafirmar a identidade da prainha considerando as atividades que já existem ou estão previstas	2 anos	SEMOPE	
			Publicação literária sobre a identidade da Prainha	Resgatar e fortalecer a memória do lugar	Contínuo	SEMCULT	

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Quadro 43: UP 1e2: Plano de Ação – Ações Estratégicas.

n	Ação Estratégica	Finalidade	Prazo de Execução	Responsável
AE.1	Revisão dos limites municipais na Baía de Vitória.	Tornar possível o município de Vila Velha ordenar a faixa aquática da orla localizada na Baía de Vitória/estuário do Rio Santa Maria	3 anos	Comitê Gestor

AE.2	Realização de estudos para avaliar o futuro da atividade portuária na baía de Vitória.	Avaliar se a atividade portuária na baía de Vitória apresenta tendência de crescimento ou se a instalação de outros portos e as condições operacionais desfavoráveis para embarcações maiores e mais modernas irão gerar falta de interesse pelos portos lá existentes.	2 anos	SEMGOV
AE.3	Elaboração de um inventário de demanda e oferta turística	Ter um mapeamento preciso com informações das demandas e ofertas dos potenciais atrativos históricos	1 ano	SEMCULT
AE.4	Plano de divulgação do PGI	Dar conhecimento à população em geral a respeito do conteúdo do PGI envolvendo outros atores em sua implementação.	Até três meses após a Audiência Pública	Comitê Gestor
AE.5	Capacitação do Trade Turístico.	Qualificação da atividade turística	Permanente	Sec. de Turismo
AE.6	Realização de uma sessão especial na Câmara Municipal para apresentação do PGI.	Envolver e comprometer o legislativo no processo de implantação do PGI	Até um mês após Audiência Pública	Comitê Gestor
AE.7	Criação e divulgação do Calendário de eventos.	Divulgação dos Eventos existentes na Orla.	1 ano	Sec. de Cultura

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

6.2 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 3 (UP 3): DO CLUBE LIBANÊS ATÉ O FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA (INCLUI ILHAS).

A UP 3 apresenta 5 Trechos. No total, na 2ª Etapa da Oficina foram propostas **23 Ações ou Diretrizes** para equacionar as **Potencialidades**, e **62 Ações ou Diretrizes** para solucionar ou amenizar os **Problemas**.

O Plano de Ação da UP 3 está apresentado através do **Quadro 44** – que trata das ações para equacionar as Potencialidades; e do **Quadro 45** - que trata das ações para solucionar ou amenizar os Problemas.

Quadro 44: UP 3: Plano de Ação – Potencialidades.

n	Trecho	Potencialidade	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
PP3.01	1, 2, 3, 4	Atividade turística	Investimento em centros turísticos / divulgação dos passeios nas ilhas / estudar possibilidade de estruturação pra visitação nautica (marinas, atracadouros etc) / definir roteiros e circuitos de turismo pré definidos / incentivar a divulgação em outros estados das diversas categorias de turismo existentes em vila velha / elaboração e divulgação de um calendário com os eventos que irão acontecer no município contendo informações detalhadas / incentivo e apoio municipal a eventos na orla durante períodos festivos / fomento e incentivo fiscal para estabelecimento de uma maior rede hoteleira / incentivo à formas alternativas de de hospedagem na região (ex.: airbnb, locação familiar, etc)	Aumentar a oferta turística e a qualidade do serviço	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMCULT	PMVV
PP3.02	1, 2	Prática de atividade de esportes aquáticos (ex.: canoas havaianas, caiaques e kitesurf)	divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos / estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais	ordenar os usos, promoção da cidade, envolvimento da população, incentivo ao esporte	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMEL	PMVV/SEMCULT e SEMED
PP3.03	1, 2, 3	Atividades esportivas na praia	divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos / estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais	ordenar os usos, promoção da cidade, envolvimento da população, incentivo ao esporte	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMEL	PMVV/SEMCULT e SEMED

PP3.04	1, 2, 3, 4	Existência de ciclovia e bike VV	melhoria da rede cicloviária municipal, interligação da mesma com a rede cicloviária de vitória e aumento de pontos do bike VV ao longo da orla	melhorias na mobilidade urbana fornecida aos frequentadores da orla, fomento à prática de atividade física, contribuir para redução da poluição	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMOPE, SEMDEST e SEMDU	PMVV/SEMCULT e SEMEL
PP3.05	1, 2, 3, 4	Parklet como melhoria de estruturas públicas	desburocratização para obtenção, divulgação dos benefícios de uso dos parklets para sensibilização dos frequentadores da orla	qualificação do espaço público, facilitar acesso aos parklets para os comerciantes, melhorar o atendimento ao público, fornecer espaços para atendimento à pessoas com pets	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMDU	PMVV/SEMCOM
PP3.06	1, 3, 4	Orla com infraestruturas para crianças (parques infantis)	Manutenção constante e conscientização dos usuários	bem estar social e segurança para os usuários	CONTÍNUO	PMVV/SEMEL	PMVV/SEMOPE
PP3.07	1, 2, 3, 4	Uso noturno da faixa de areia	ofertar melhorias/manutenção na iluminação pública, intensificar a segurança na orla e continuidade dos serviços de limpeza pública	bem estar social e segurança para os usuários	CONTÍNUO	PMVV/SEMOPE e SEMDEST	PMVV/SEMEL e SEMSU
PP3.08	1, 2, 3, 4	Realização de eventos esportivos e culturais	Fomento para realização de eventos, definição de locais específicos para eventos de médio e grande porte, intensificar fiscalização quanto ao cumprimento da legislação existente	Visibilidade da cidade, Arrecadação, Geração de emprego e renda, Qualidade de vida, turismo sustentável			

PP3.09	2, 3, 4	Pesca artesanal	Fortalecer, fomentar e valorizar a cultura da pesca artesanal e fornecer incentivos aos pescadores, desenvolvimento do turismo de base comunitária / instalação de "ranchos" junto ao SPU (espaços adequados para armazenamento de petrechos de pesca)	Valorização e preservação da cultura local, do turismo de base comunitária, geração de empregos e renda, fortalecimento da cultura tradicional	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMDEC	PMVV/SEMCULT e SEMMA
PP3.10	2	Feira de artesanato, gastronomia e ambulantes valorizando o comércio local como atrativo turístico na orla	Implantação e melhorias na infraestrutura de apoio / sensibilização dos permissionários quanto ao zelo com o espaço utilizado pelos mesmos / aumento do monitoramento ostensivo / definição de espaços destinados à essas atividades	Valorização da cultura, comércio, artesanato e serviços	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMOPE, SEMDU e SEMCULT
PP3.11	1, 2, 3, 4	Oportunidade de trabalho e geração de renda para os ambulantes	Incentivo fiscal e desburocratização	abrir mais oportunidades de trabalho, aumentar geração de renda, reduzir pobreza, aumentar a oferta de serviço aos usuários	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMDEC, SEMSU	PMVV/SEMCULT
PP3.12	1, 2, 3, 4	Disposição das estruturas para pratica esporte por parte do município - fornecidos pela prefeitura e para uso público (estruturas para rede de voley, traves de futebol, beach tennis e boias de natação)	Implantação e manutenção de mais equipamentos como academia popular e multiestação	promoção qualidade de vida, bem estar social	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMEL	PMVV/SEMCULT

PP3.14	2, 3, 4, 5	Turismo náutico	realizar estudo para implantação de marinas públicas, píers, aumentar o tratamento de esgoto	promover o turismo náutico	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMCULT	PMVV/SEMMA, SEMDEC
PP3.16	4	Calçadão com acessibilidade	Manutenção constante e conscientização dos usuários	atender todo tipo de público, promover a cidadania, ocupação do espaço público, segurança	CONTÍNUO	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMDU, SEMDEST, SEMCOM
PP3.20	5	Turismo responsável de base comunitária	Capacitar comunidades envolvidas, Realização de campanha publicitária, divulgação do turismo de base comunitária com ênfase na preservação ambiental e nas atividades tradicionais (respeitando a legislação existente)	fomentar e divulgar o turismo de base comunitária	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMCULT	PMVV/SEMMA, SEMED, SEMCOM
PP3.22	5	Pesquisa, conservação e educação ambiental	Incentivar as atividades em todos os níveis de ensino, propor parcerias com universidades	gerar conhecimento, valor, aumentar a conservação, valorização do patrimônio natural	CONTÍNUO	PMVV/SEMMA	PMVV/SECOM, SEMMA
PP3.23	5	Prática de mergulho	incentivar a prática por meio de publicidade e divulgação dos atrativos, mapeamento dos pontos de interesse de mergulho	fomentar a atividade no município, incentivar o turismo	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMCULT	PMVV/SECOM, SEMMA, SEMEL

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Quadro 45: UP 3: Plano de Ação – Problemas.

n	Trecho	Problema	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
P3.01	1, 2	Usos inadequados dos quiosques	regulamentação e fiscalização / realização de estudo para adequação ou reestruturação dos quiosques	adequar os usos	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	SPU e IEMA

P3.02	1, 2	Quiosques irregulares	regularização dos quiosques	melhoria da qualidade do serviço / atendimento as legislações / segurança jurídica do empreendedor	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMDU e SEMOPE	PMVV/SEMSA e SEMMA / Quiosqueiros
P3.03	1, 2, 3, 4	Estruturas e efetivo de salva vidas insuficientes (uma base a cada 300m)	implantação de bases pelo menos a cada 300 m / aumento do efetivo	garantir orientação e segurança aos banhistas	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMDEST	Bombeiros / quiosques / instituições privadas / PMVV/SEMMA
P3.04	1, 2, 3, 4	Manutenção precária da vegetação de restinga	melhoria no planejamento das podas e manejo da restinga / proposição de parcerias público-privadas	intensificar a preservação da restinga / melhorias na segurança pública	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMMA
P3.05	2, 3, 4	Atividades esportivas e falta de acessos padronizados interferindo com espaço de restinga	regulamentação com delimitação dos espaços para pratica esportiva e dos locais de acesso à praia	diminuição dos conflitos e preservação da restinga	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMSU e SEMEL	PMVV/SEMMA, SEMDU
P3.07	1, 2, 3, 4	quantidade insuficiente de chuveiros, falta de análise da qualidade e disposição inadequada da água utilizada	implantar mais chuveiros na praia e adequação do projeto (drenagem da água utilizada e vasão do chuveiro)	atender a demanda dos banhistas e destinar de forma adequada a água proveniente dos chuveiros e evitar o possível uso de água inadequada para banho (contaminada por fossas inutilizadas)	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMDU e SEMMA
P3.09	1, 2, 3, 4	Roubo de estruturas dos chuveiros	estudar o projeto dos chuveiros para evitar o roubo dos componentes (ex.: uso de bombas submersas)	evitar o furto e indisponibilidade dos chuveiros	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMOPE	empresa contratada para manutenção de chuveiros / PMVV/SEMDEST

P3.11	2, 3	Calçada estreita, pavimentação irregular e ausência de guarda-corpo (nas áreas elevadas) e poucas rampas de acessibilidade no calçamento	elaboração de projeto de requalificação da orla	melhorias de segurança, mobilidade/acessibilidade e serviços no calçamento	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMDU e SEMMA
P3.12	1, 2, 4	Falta de regulamentação e ordenamento dos pontos de canoa havaiana e kitesurf	regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de kitesurf e canoa havaiana (entrada e saída do mar, espaço na água e armazenamento dos equipamentos)	redução de conflitos e segurança dos usuários da praia	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMSU e SEMEL	Capitania dos Portos / PMV/SEMDU
P3.13	1, 2	Falta de locais específicos para guardar as canoas havaianas durante o dia (guarderías)	estudo de viabilidade de guarderías públicas	destinação de espaços adequados para armazenamentos dos equipamentos e redução dos conflitos	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMDU, SEMSU e SEMEL
P3.14	3	Ocupação desordenada causada pelo uso de mesas e cadeiras em área também utilizada para atividade de pesca	regulamentar o uso da areia por atividades comerciais e delimitar os espaços dos pescadores e das mesas e cadeiras.	redução dos conflitos	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMSU E SEMDU	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E SINDIBARES (E AFINS) / PMVV/SEMDEC
P3.15	3	Queima inadequada do sururu	definir espaço específico para a queima, com projeto adequado, considerando atividade turística	redução de conflitos e atendimento a legislação ambiental/sanitária	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	SEMMA, SEMSU, SEMCULT, SEMSA e SEMDEC
P3.16	3	Barracão dos pescadores (depósito de petrechos localizado embaixo do calçamento) encontra-	elaboração de projeto de reforma e regulamentação do uso	regulamentar o uso e melhoramento das estruturas	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE e SEMDEC	PMVV/SEMDU e SEMSU

		se em estado precário					
P3.17	2, 3, 4	Precariedade da infraestrutura e equipamentos de processamento e comercialização de pescado	elaborar estudo e projeto quanto a possibilidade de adequação e proibição dos usos indevidos	redução de riscos sanitários e promoção de qualidade no comércio de pescado	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMDEC e SEMOPE	PMVV/SEMDU, SEMSU e SEMSA
P3.18	1, 2, 3, 4	Falta de identificação visual para identificação de ambulantes	incentivar os ambulantes a terem e utilizarem uniformes próprios	facilitar a identificação dos ambulantes		Os próprios ambulantes e PMVV/SEMSU	PMVV/SEMSA
P3.19	1, 2, 3, 4	Não cumprimento da licença dada aos ambulantes (divergência das atividades/equipamentos de trabalho autorizado)	Intensificar a fiscalização	evitar divergências em relação as licenças expedidas	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMSU	
P3.20	1, 2, 3, 4	Necessidade de vistoria da vigilância sanitária sobre comércio de alimentos por ambulantes	Intensificar a fiscalização	redução de riscos sanitários e promoção de qualidade no comércio de alimentos	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMSA	PMVV/SEMSU
P3.21	1, 2, 3, 4	Necessidade de pontos de carga e descarga (com rampas de acesso) para prestadores de serviços na praia	elaboração de projeto para definição de espaços de carga e descarga (com rampas de acesso) para os prestadores de serviços durante horários específicos	facilitar o acesso dos prestadores de serviços para carga e descarga e reduzir os riscos de acidente	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMDEST e SEMOPE	
P3.23	1, 2, 3, 4	Necessidade de melhorias da sinalização de risco aquático	aumentar o uso de sinalização quanto aos riscos	evitar acidentes	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMDEST	Capitania dos Portos e Bombeiros
P3.24	1, 2, 3	Necessidade de aumento do número de sanitários e alternativa para os	Aumentar o quantitativo de banheiros fixos durante elaboração do projeto de requalificação da orla	atendimento a demanda da população	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMDU e SEMSU

		banheiros químicos					
P3.25	4	Construção inacabada de quiosque	Remoção ou Redesignação de uso da área	melhoria estética da paisagem	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMDU e SPU
P3.26	1, 2, 3, 4	Instalação irregular de caixas para armazenamento de equipamentos esportivos	remoção das caixas	combate a irregularidade e desincentivar a instalação das caixas	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMMA e SPU
P3.27	1, 2, 3, 4	Ciclovias estreitas e poucos ciclistas	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhorias nas ciclovias e instalação de ciclistas	melhoria da mobilidade	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/demais secretarias
P3.28	1, 2, 3, 4	Práticas esportivas desordenadas gerando conflitos com atividades essenciais	Regulamentar e ordenar as práticas esportivas de acordo com o TAGP e intensificar fiscalização	evitar conflitos e possíveis irregularidades	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMSU e SEMEL	PMVV/SEMDU, SEMMA
P3.29	3, 4	Uso excessivo da faixa de areia para colocação de mesas e cadeiras dos quiosques	Intensificar a fiscalização e realizar estudo de revisão do quantitativo permitido	evitar conflitos e possíveis irregularidades	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMDU e SEMMA, SPU
P3.30	1, 2, 3, 4	Rampas insuficientes e inadequadas de acesso à praia	Manutenção das existentes e criação de novas rampas	melhorar acessibilidade	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMSU
P3.31	2, 3, 4	Poucas placas informativas com os nomes das praias e de recepção aos turistas	elaboração e implantação de placas informativas e turísticas	orientar usuários da orla	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMDEST e SEMCULT	PMVV/SEMCOM, iniciativa privada
P3.32	2	Falta de padronização das barracas de artesanato	viabilizar a padronização das barracas	melhorias estéticas e valorização do artesanato local	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMCOM
P3.33	2	Necessidade de adequação dos	regulamentar e definir espaços adequados para artesanato	melhorias estéticas e	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMDU

		espaços para artesanato		valorização do artesanato local			
P3.35	2, 3	Conflito da banana boat com as atividades dos pescadores e banhistas	regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de banana boat (entrada e saída do mar, espaço na água)	redução de conflitos e segurança dos usuários da praia	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMSU	Capitania dos Portos / PMV/SEMDU, SEMMA e SEMDEST
P3.36	1, 2, 3, 4	Estacionamento irregular de reboques no calçamento	conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa	ordenamento do calçamento	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMSU e SEMDEST	-
P3.37	1, 2, 3, 4	Uso excessivo da faixa de areia devido a carência de demais espaços adequados como opção de lazer na cidade	requalificação de praças e parques	aumentar oferta de espaços públicos de qualidade no restante da cidade	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMMA e SEMEL
P3.38	1, 2, 3	Instalação de parklets reduzindo áreas de estacionamento	estimular a participação popular nas consultas públicas	controle do quantitativo de parklets		Sociedade	
P3.39	1, 2, 3, 4	Impacto da iluminação de LED sobre a fauna marinha	elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando a fauna	redução de impactos à fauna	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMMA
P3.40	3, 4	Faltam pontos de iluminação pública	adequação dos projetos de iluminação considerando os pontos escuros da praia	segurança pública, valorização das atividades noturnas na orla	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMMA
P3.41	3	Iluminação pública inadequada para atividade de pesca	elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando as necessidades da atividade de pesca no local e a fauna	segurança pública, valorização das atividades de pesca sem causar danos à fauna	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMMA e SEMDEC

P3.42	3, 4	Conflito de uso da praia com os pontos de desova de tartaruga	Realizar atividades educativas e Instalação de placas indicativas sobre a ocorrência de desova de tartarugas nas praias	sensibilizar a população e reduzir os riscos de acidentes	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMMA	PMVV/SEMCOM e iniciativa privada
P3.43	3	Ocupação irregular da área pública existente em Itapuã (colônia de pescadores)	desocupação da área pública	recuperação da área pública	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMDU	PMVV/SEMOPE e SEMDEST
P3.44	1, 2, 3, 4	Falta de vagas para estacionamento para os turistas (embarque e desembarque), carga e descarga e pontos especiais	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhorias voltadas as diversas necessidades de vagas para embarque e desembarque, estacionamento e pontos especiais	atender a demanda aumentando a oferta de vagas	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMDEST	PMVV/SEMOPE e SEMDU
P3.45	1, 4	Ausência de centros de atendimento ao turista	Definir e implantar espaços na orla para os centros de atendimento ao turista	fomentar o turismo e garantir melhorias do atendimento ao turista	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMCULT e SEMOPE	PMVV/SEMCOM
P3.46	1, 2, 3, 4	Falta de sinalização quanto ao limite de velocidade nas ciclovias/ uso inadequado das ciclovias	conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa	aumento da segurança dos ciclistas e pedestres	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMDEST e SEMCOM	PMVV/SEMDU
P3.47	1, 2, 3, 4	Rede hoteleira insuficiente	Realizar estudo de demanda, fornecer incentivo fiscal e legal para implantação de novos empreendimentos	suprir a demanda hoteleira existente e potencial	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMDEC e SEMCULT	ABIH

P3.48	1, 2, 3, 4	Altos índices de criminalidade na orla	ampliação da rede de videomonitoramento, intensificação do monitoramento ostensivo na orla, melhorias na iluminação pública, foco nas atividades de monitoramento durante os horários da madrugada e avaliar a implantação de uma rede participativa	melhorias na segurança pública	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMDEST	Comunidade, Bombeiros, PM
P3.50	3, 4	Possíveis ligações clandestinas na rede pluvial e o lançamento de forma inadequada de águas pluviais na praia	intensificar fiscalização das ligações clandestinas na rede de drenagem pluvial e adequação/melhorias da rede de drenagem pluvial	evitar poluição, reduzir possibilidade de balneabilidade imprópria, preservação da restinga e melhorias da paisagem	MÉDIO - em até 18 meses	CESAN e PMVV/SEMOPE	PMVV/SEMMA e SEMDU
P3.51	1, 2, 3, 4	Pessoas em situação de rua	intensificar as ações de abordagem e sensibilização da população e atores locais para incentivar sua participação no apoio das ações e para que não contribuam para que essas pessoas continuem em situação de rua / aumentar oferta de moradias	redução de pessoas em situação de rua, redução de conflitos e segurança pública		PMVV/SEMAS e SEMDEST	PMVV/SEMDU e SEMDEC e comunidades locais
P3.52	1, 2, 3, 4	Cães em situação de abandono	Aumentar a oferta de castração, leis mais rígidas para quem abandona os animais, maior oferta do serviço de recolhimento / ações educacionais nas escolas e conscientização com a população quanto as responsabilidades e riscos de abandono de animais	redução do números de animais abandonados na orla, conscientizar população, bem estar animal, redução de conflitos e riscos à saúde pública	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMMA	PMVV/SEMSA e SEMED

P3.53	1, 2, 3, 4	Risco de acidentes com cães domésticos e ocorrência de dejetos na orla	Ações de conscientização quanto as obrigações e responsabilidades dos tutores de cães e intensificação da fiscalização quanto a legislação vigente, aumentar o quantitativo de lixeiras na orla, incentivar atividades educativas nas escolas quanto ao tema	manutenção da limpeza da orla, evitar riscos de acidentes com cães domésticos, redução dos riscos sanitários	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMSA e SEMDEST	PMVV/SEMOPE, SEMED, SEMSU SEMCOM
P3.54	1, 2, 3, 4	Crianças em situação de risco /trabalho infantil	intensificar as ações de abordagem e divulgação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), sensibilização da população e atores locais para incentivar sua participação no apoio das ações e para que não contribuam para que as crianças continuem em situação de trabalho infantil / realizar campanha de conscientização, elaborar e implantar sinalização quanto à exploração do trabalho infantil	erradicação do trabalho infantil, melhorias de qualidade de vida, redução de conflitos e segurança pública	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMAS	PMVV/SEMDEST, SEMED e SEMSU
P3.55	1, 2, 3, 4	Existência de fauna sinantrópica (ratos / pombos)	Intensificar limpeza do calçamento e restinga, conscientização da população para não alimentar esses animais e como realizar descarte de resíduos orgânicos de forma adequada, desenvolver ações de controle da fauna sinantrópica	redução de risco sanitário, melhoria na limpeza pública, controle da fauna sinantrópica		PMVV/SEMSA	PMVV/SEMSU, SEMMA, Comunidade
P3.56	1, 2, 3, 4	Descarte inadequado de lixo do comércio em geral nos contentores da orla	Intensificação da fiscalização, ações de conscientização com os comerciantes, estudar possibilidade de ajustes nos horários de recolhimento de lixo	redução da ocorrência de fauna sinantrópica, melhorias na limpeza pública, redução de conflitos	CURTO - em até 6 meses	PMVV/SEMSU	SINDIBARES, Moradores e comerciantes locais
P3.57	1, 2, 3, 4	Problemas no trânsito gerado por ambulantes	intensificar ação de fiscalização e verificação/adequação das placas de sinalização	melhoria do fluxo no trânsito, redução de conflitos	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMDEST	PMVV/SEMCOM e ambulantes

P3.58	1, 2, 3, 4	Impedimento legal municipal para locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia (serviço fornecido pelos ambulantes)	Analisar possibilidade de alteração da legislação vigente paralelo à regulamentação do serviço de locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia pelos ambulantes	atender demanda dos ambulantes e usuários da praia, fortalecimento do turismo	IMEDIATO - em até 3 meses	PMVV/SEMSU	PMVV/SEMGOV
P3.59	1, 2, 3, 4	Necessidade de ajustes no zoneamento do calçadão	Alterar o zoneamento do calçadão para que seja similar ao da Avenida	liberdade de gestão e segurança jurídica para gestão do calçadão	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMDU	Camara dos Vereadores / PMVV/SEMMA
P3.60	5	Necessidade de manutenção/adequação e revisão do planejamento para visitas nas ilhas priorizando turismo de base comunitária e responsável	Município solicitar a cessão de uso das Ilhas a SPU, estudar possibilidade de criar uma UC, elaborar estudo da capacidade de suporte das ilhas para implementação do turismo de base comunitária	preservação ambiental, incentivo ao turismo de base comunitária, formalizar a gestão das ilhas	LONGO - até 48 meses	PMVV/SEMMA	PMVV/SEMDU, SEMCULT, SEMDEST, Capitania dos Portos, SPU, IEMA / AVIDEPA
P3.61	5	Necessidade de ações de fiscalização nas ilhas	Planejar e implantar ações de fiscalização e gestão integrada	preservação ambiental e redução de conflitos	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMMA	PMVV/SEMDU, SEMCULT, SEMDEST, Capitania dos Portos, SPU, IEMA / AVIDEPA
P3.62	5	Necessidade de divulgação do turismo nas ilhas	Realização de campanha publicitária, inclusão das ilhas no mapa turístico da cidade e divulgação do turismo de base comunitária com ênfase na preservação ambiental	incentivo e valorização do turismo de base comunitária, conscientização ambiental	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV/SEMCULT	PMVV/SEMMA, SEMCOM e SEMED / AVIDEPA

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

6.3 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 4 (UP 4): DO FINAL DO CALÇADÃO DE ITAPARICA ATÉ O MORRO DA CONCHA (PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARENEMA).

A UP 4 apresenta 3 Trechos. No total, na 2ª Etapa da Oficina foram propostas **23 Ações ou Diretrizes** para equacionar as **Potencialidades**, e **56 Ações ou Diretrizes** para solucionar ou amenizar os **Problemas**.

O Plano de Ação da UP 4 está apresentado através do **Quadro 46** – que trata das ações para equacionar as Potencialidades; e do **Quadro 47** - que trata das ações para solucionar ou amenizar os Problemas.

Quadro 46: UP 4: Plano de Ação – Potencialidades.

n	Trecho	Potencialidade	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
P4.01	ZA/UC (exceto foz Jucu)/MC	Esportes	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de esportes na UC e, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais esportes podem ser praticados e normativas	Garantia de utilização sustentável e de qualidade de vida	CURTO - em até 6 meses	SEMMA; SEMEL	
			Informar a população dos procedimentos para autorização de atividades esportivas na ZA		CONTÍNUO	SEMMA; SEMCOM	SEMEL; COMUNE; Iniciativa privada; ONG's
			Reforço na sensação de segurança no local (estudos de iluminação pública, aumento da presença da Polícia Militar Ambiental e da Guarda Municipal)	Utilização segura do local	LONGO - até 48 meses	SEMDEST (Guarda Municipal); Polícia Militar Ambiental; SEMOPE	SEMMA
			Implantação de postos de salvamento marítimo (guarda vidas) e videomonitoramento			SEMDEST (Salvamar)	Corpo de Bombeiros; Iniciativa privada
P4.02	ZA/UC/MC	Beleza cênica	Implantação do PNMJ (UC) com o menor impacto visual/ambiental possível, e implementação do Plano de Manejo da UC	Evidenciar a beleza única do local; Incentivo ao turismo contemplativo e do ecoturismo	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	
			Implantação de infraestrutura com pontos de observação (mirantes, bancos) e de acessibilidade				
			Combate aos crimes ambientais (queimadas, extração de areia, descarte irregular de resíduos, caça etc)	Preservação dos recursos naturais	CONTÍNUO	SEMMA; SEMDEST; Polícia Militar Ambiental; Corpo de	

						Bombeiros	
			Ampliação do sistema de saneamento básico (esgotamento sanitário)	Recuperação ambiental, menor impacto negativo na paisagem	LONGO - até 48 meses	CESAN; SEMMA	Banco Mundial; Governo estadual
P4.03	ZA/UC/MC	Educação ambiental	Elaboração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental com a população e com as escolas	Sensação de pertencimento, conscientização ambiental da população e formação de multiplicadores mirins, visando a preservação do PNMJ (UC)	LONGO - até 48 meses	SEMMA; SEMED	IDAF; Instituições Privadas; SEMDEST (Guarda Municipal); Instituições acadêmicas/de ensino
			Projeto de capacitação de monitores ambientais locais				
			Criação de trilhas acessíveis e interpretativas (trilhas guiadas e não guiadas)	Facilidade de acesso, sensação de pertencimento e conscientização ambiental, visando a preservação do PNMJ (UC)		SEMMA; SEMED; SEMOPE	SEMTI (TI); SEMCULT
			Criação de Centro de Educação Ambiental	Oferta de estrutura física para realização de palestras, oficinas e de mais atividade e eventos para conscientização ambiental da população		SEMOPE; SEMMA	Iniciativa Privada
P4.04	ZA/UC/MC	Turismo religioso	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)	Retomada do percurso original do 'Passos de Anchieta'	MÉDIO - em até 18 meses	SEMOPE	
			Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC		LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	
P4.05	ZA/UC/MC	Lazer (canoagem, turismo praia/sol, caminhadas, ciclismo)	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso	Criação de estrutura para desenvolvimento das práticas de lazer; conscientização de uso	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	

P4.06	ZA/UC/MC	Pesquisas científicas	Criação de parcerias com instituições de ensino	Levantamento da biodiversidade do Parque; fomento de projetos de pesquisa e extensão para conservação da biodiversidade local e outros fins	LONGO - até 48 meses	SEMMA; SEMED	Instituições acadêmicas/de ensino; Governo do Estado (IEMA, SEAMA etc)
			Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, com a possível criação de Centro de Apoio ao Pesquisador	Criação de estrutura de apoio aos pesquisadores		Prefeitura Municipal	
P4.07	ZA/UC/MC	Ecoturismo	Capacitação e criação de parcerias com prestadores de serviços turísticos	Conscientização ambiental da importância do Parque; organização da atividade turística na UC; geração de trabalho e renda	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	
			Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC	Criação de estrutura de apoio para as atividades; organização das atividades			
P4.08	ZA/UC/MC	Turismo de aventura	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de turismo de aventura na UC, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais práticas podem ser exercidas e as normativas	Garantia de utilização sustentável e de qualidade de vida	CURTO - em até 6 meses	SEMMA	
P4.09	ZA/UC/MC	Turismo praia/sol	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso	Criação de estrutura e de sensação de segurança para a prática de turismo; conscientização de uso	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	
P4.10	ZA/UC/MC	Turismo de base comunitária	Capacitação dos pescadores, comerciantes, fazedores de cultura, artesãos, prestadores de serviços turísticos locais	Aproveitamento do conhecimento local dos moradores; formação de guias locais de turismo (condutores locais); geração de trabalho e renda	MÉDIO - em até 18 meses	CESAN; SEMMA	SEBRAE; ADERES; Governo do Estado (SETUR); CCVV

			Fomento ao turismo de base comunitária com a criação de editais de cultura, turismo, esporte, lazer (atividades permitidas no Plano de Manejo) e/ou de incentivo à comunidade local para participação nestes tipos de editais	Geração de trabalho e renda; valorização da cultura local; fortalecimento da sensação de pertencimento; maior integração homem-natureza		SEMCULT; SEMMA	SEBRAE; ADERES; Governo do Estado; SEMED; CCVV
--	--	--	---	---	--	-------------------	---

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Quadro 47: UP 4: Plano de Ação – Problemas.

n	Trecho	Problema	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
P4.01	ZA/UC/MC	Resíduos sólidos descartados irregularmente	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental e de posturas	Redução pontos viciados de lixo; Responsabilização o infrator (aplicação de multas; recolhimento de veículos/ferramentas etc)	CONTÍNUO	CESAN; SEMMA	Guarda Municipal; Polícia Militar Ambiental; IDAF; ONG's; OSC's; Sociedade civil
			Implantação do PNMJ (UC), com estabelecimento de controle de acesso e/ou horário de funcionamento	Identificação dos frequentadores; Inibição de frequência de infratores em horário diurno/noturno	LONGO - até 48 meses	SEMMA	Guarda Municipal; IDAF; Polícia Militar Ambiental
			Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos				
			Realização de campanha educativa na TV e em demais veículos de comunicação de massa, com divulgação de canais de denúncia	Fornecimento de informação sobre a destinação correta dos resíduos, e os impactos desses resíduos no meio ambiente Divulgação de canais de denúncia	CONTÍNUO IMEDIATO - em até 3 meses	SEMCOM	SEMMA; SEMDU; SEMSU; SEMED
P4.02	ZA/UC/MC	Resíduos sólidos depositados pelo mar	Divulgação e realização de campanhas coletivas de limpeza da faixa de areia	Mitigação dos impactos causados	CONTÍNUO	SEMCOM	SEMMA; SEMSU; SEMED
					IMEDIATO - em até 3 meses		

			Inserção do PNMJ (UC) no cronograma municipal de limpeza da faixa de areia		CURTO - em até 6 meses	SEMSU; SEMMA	
P4.03	ZA/UC/MC	Afogamentos	Implantação de sinalização com placas normativas e informativas (risco de afogamento)	Prevenção e redução da possibilidade de acidentes	CURTO - em até 6 meses	SEMCOM; SEMMA	SEMSU; Iniciativa privada
			Implantação de posto de salvamento marítimo (guarda vidas)		MÉDIO - em até 18 meses	SEMDEST	SEMSU
P4.04	ZA/UC/MC	Ausência de lixeiras (na faixa de areia)	Implantação de lixeiras (na UC, deve haver coleta diária)	Destinação correta dos resíduos	CURTO - em até 6 meses	SEMSU	SEMMA
P4.05	ZA	Uso/ocupação irregular	Regularização da UC e a implementação e respeito ao Plano de Manejo da UC	Preservar a UC para futuras gerações	LONGO - até 48 meses	SEMMA; SEMDU	Sociedade civil; Ministério Público
			Identificar, coibir e retirar o uso/ocupação irregular através de ações de fiscalização e outras medidas necessárias	Garantir o uso/ocupação correta; preservar a UC para futuras gerações	LONGO - até 48 meses	SEMDU; Procuradoria Municipal	SEMMA; Ministério Público; SEMDEST (Guarda Municipal)
P4.06	ZA/UC/MC	Espécies invasoras (flora)	Elaboração e execução de PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada) para manejo das espécies (retirada de espécies invasoras e plantio de espécies nativas)	Recuperação das espécies nativas do local	LONGO - até 48 meses	SEMMA	SEMSU; Iniciativa privada; ONG's
			Implantação de sinalização com placas informativas e normativas sobre as espécies nativas do local	Evitar que espécies invasoras sejam reintroduzidas e que as espécies nativas sejam retiradas	CURTO - em até 6 meses	SEMCOM; SEMMA	Iniciativa privada; ONG's
P4.07	ZA/UC/MC	Queimadas	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC	Estabelecimento de controle de visitação e monitoramento de uso	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	Iniciativa Privada

			Intensificação da fiscalização ambiental municipal	Inibição de atividades ilícitas, aplicação de penalidades e abordagens instrutivas	MÉDIO - em até 18 meses	SEMMA; SEMDEST (Guarda Municipal); Polícia Militar Ambiental	
			Implantação de brigada de bombeiros voluntários (da comunidade local)	Promover a prevenção de acidentes, ajudar no combate a princípios de incêndios e prestar os primeiros socorros a vítimas, além de auxiliar o Corpo de Bombeiros em situações adversas	MÉDIO - em até 18 meses	Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES)	Defesa Civil (municipal)
			Implantação de sinalização com placas informativas e normativas	Conscientização da população sobre os riscos e danos ambientais ocasionados pelas queimadas; Sinalização da UC	CURTO - em até 6 meses	SEMCOM; SEMMA; SEMDEST	Iniciativa privada; ONG's
P4.08	ZA/UC/MC	Extração vegetal e mineral (irregular)	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas	Conscientização da população sobre os riscos e danos ambientais ocasionados pela extração; Sinalização da UC	CURTO - em até 6 meses	SEMCOM; SEMMA; SEMDEST	Iniciativa privada; ONG's
			Implantação de videomonitoramento	Inibição de atividades ilícitas; ações efetivas de fiscalização; melhor acompanhamento de práticas ilegais	MÉDIO - em até 18 meses	SEMDEST (Guarda Municipal)	Iniciativa privada
			Intensificação da fiscalização ambiental municipal	Inibição de atividades ilícitas, aplicação de penalidades e abordagens instrutivas	MÉDIO - em até 18 meses	SEMMA; SEMDEST (Guarda Municipal); Polícia Militar Ambiental	
P4.09	ZA/UC	Pressão imobiliária	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC	Delimitação física da área do PNMJ (UC)	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	Iniciativa Privada
			Previsão de taxa para quem construir na ZA (além das demais taxas e impostos previstos)	Minimizar os impactos de grandes empreendimentos; Desestimular a construção de grandes empreendimentos	MÉDIO - em até 18 meses	SEMMA	SEMDU

P4.10	ZA/UC/MC	Dificuldade de acesso (Dificuldade de acesso devido às condições da estrada)	Melhoria e manutenção das trilhas e das estradas	Melhoria do acesso para gestão do PNMJ (UC)	LONGO - até 48 meses	SEMOPE	
			Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)	Reconstituir o acesso da população local à foz do Rio Jucu e ao PNMJ: pescadores e moradores; Possibilidade de visitas técnicas e pesquisas científicas	CONTÍNUO		
P4.11	ZA/UC/MC	Atividades ilícitas (uso/tráfico de drogas; prostituição)	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC	Aumento de fluxo de pessoas, e melhoria no monitoramento	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	Iniciativa Privada
			Intensificação da atuação da Guarda Municipal, Polícia Civil; Polícia Militar e da Polícia Ambiental	Aumento de segurança, diminuição da criminalidade; aumento da moral da população; aumento do fluxo de pessoas	MÉDIO - em até 18 meses	SEMDEST (Guarda Municipal); Polícia Militar/Governo do Estado	Sociedade civil
P4.12	ZA/UC/MC	Ausência de infraestrutura (das instalações do Parque)	Implantação de Centro de apoio e atendimento aos frequentadores com sanitários, posto de salvamento marítimo, bebedouros, placas normativas e informativas e lixeiras (próximo ao Dunas Motel)	Infraestrutura do Parque instalada	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	Governo do Estado; Sociedade civil; Iniciativa privada
			Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC: sinalização das trilhas, criação de equipe local de gestão do PNMJ (UC); instalação de placas normativas e informativas e demais ações				
			Realização de estudos para implantação de corredor de fauna (suspensão ou subterrâneo)	Preservação e proteção da fauna, por meio da sua transposição segura sob ou sobre as estradas e rodovias	LONGO - até 48 meses	SEMMA; IEMA	Instituições acadêmicas/d e ensino

P4.13	MC	Presença de animais domésticos (soltos/abandonados/"de rua")	Instalação de placas normativas e informativas (proibição de animais e abandono)	Conscientização ambiental da população local	CURTO - em até 6 meses	SEMCOM; SEMMA; SEMDEST	SEMSA
			Realização de campanhas educativas de conscientização da população local sobre o abandono de animais e/ou alimentar animais "de rua"	Redução da quantidade de animais domésticos	CONTÍNUO	SEMCOM; SEMSA; SEMMA	SEMED; IDAF
			Implantação de programa de castração de animais "de rua"		MÉDIO - em até 18 meses	SEMMA	SEMSA; Universidades (UVV e outras)
			Recolhimento em situações extremas (zoonoses; risco de ataque; acidentes)		CONTÍNUO	SEMSU; SEMSA	SEMDEST (Guarda Municipal)
P4.14	ZA/UC	Caça	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental	Preservação da fauna da UC; coibir a atividade ilegal de caça	CONTÍNUO	SEMMA	SEMDEST (Guarda Municipal); Polícia Militar Ambiental
			Realização de operações da Polícia Militar Ambiental (toçaia e outros)		CURTO - em até 6 meses	Polícia Ambiental	SEMDEST (Guarda Municipal)
			Realização de campanhas educativas de conscientização da população local, com divulgação de canais de denúncia		CONTÍNUO		
P4.15	ZA/UC/MC	Pesca ilegal (petrechos; redes de arrasto/de espera) no mar e na foz do Rio Jucu	Estruturação da equipe de fiscalização municipal ambiental para atuação marítima (equipamentos, veículos, recursos humanos etc)	Inibição de práticas criminosas; Preservação da fauna marinha; Promover o equilíbrio ecológico; Evitar risco de extinção de espécies locais	MÉDIO - em até 18 meses	SEMMA	Polícia Ambiental; Sociedade civil
			Criação de cronograma de ações integradas de fiscalização municipal ambiental				
			Intensificação de atuação da fiscalização da Polícia Militar Ambiental			Polícia Militar Ambiental	

P4.16	ZA/UC	Falta de regularização fundiária nas propriedades privadas dentro da delimitação do PNMJ (UC)	Intensificação das ações de desapropriação	Remoção dos empecilhos da implantação do PNMJ (UC)	LONGO - até 48 meses	Procuradoria Municipal (PGM); SEMGOV	Ministério Público
P4.17	UC	Assoreamento (trecho do Rio Jucu dentro do município)	Reconstituição das matas ciliares do Rio Jucu e identificação/recuperação de nascentes no MC	Impedir que os sedimentos cheguem ao Rio	LONGO - até 48 meses	Governo do Estado (IEMA, SEAMA, IDAF) e Prefeitura Municipal (SEMMA)	
			Combate ao desmatamento nas margens do Rio Jucu, para implantação de pastos e de agricultura	Evitar a movimentação de partículas de solo no Rio			
			Ações integradas do município com o Comitê de Bacia do Rio Jucu	Atuação integrada na área de abrangência do Rio Jucu		SEMMA	Comitê de Bacia do Rio Jucu
P4.18	UC	Poluição (química, esgoto e flutuantes)	Ampliação da rede de sistema de tratamento de esgoto sanitário e do sistema de águas pluviais, com tecnologia MRB (Reator Biológico com Membrana) e MBBR (Reator Biológico de Leito Móvel)	Evitar o lançamento de esgoto no Rio	LONGO - até 48 meses	CESAN; SEMMA	Banco Mundial; Governo estadual
			Fiscalização e monitoramento dos efluentes industriais	Evitar o lançamentos de poluentes no Rio	CONTÍNUO	SEMMA	SEMOPE; AGERH; Comitê de Bacia do Rio Jucu
			Implantação de programa de conscientização ambiental sobre o descarte equivocado de lixo no Rio	Evitar o lançamentos de resíduos no Rio		SEMMA	SEMED; Comitê de Bacia do Rio Jucu
			Realização de estudos para implantação de ecobarreiras no Rio Jucu e Canal do Congo	Preservação e proteção da fauna, por meio da sua transposição segura sob ou sobre as estradas e rodovias	LONGO - até 48 meses	SEMMA; IEMA	Instituições acadêmicas/d e ensino
			Ações integradas do município com o Comitê de Bacia do Rio Jucu	Atuação integrada na área de abrangência do Rio Jucu	CONTÍNUO	SEMMA	

P4.19	MC	Comércio irregular (ambulante na Praia da Concha)	Consulta ao Plano de Manejo da UC para verificar se a atividade se é permitida e, a partir das informações do Plano de Manejo, definir se a atividade será retirada ou se será apresentada uma alternativa para sua permanência	Regularizar a atividade, reduzir o descarte de resíduos	CURTO - em até 6 meses	SEMMA; SEMSU (Posturas)	SEBRAE
P4.20	MC	Acidentes no costão rochoso (pessoas andando na trilha/escadaria e pescando no costão rochoso)	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC	Restrição de acesso e diminuição do risco de acidentes	LONGO - até 48 meses	Prefeitura Municipal	
			Instalação de barreiras de proteção e reestruturação da trilha e da escadaria do MC		MÉDIO - em até 18 meses	SEMOPE	Governo do Estado; Iniciativa privada
			Instalação de placas normativas e informativas (risco de queda, área proibida etc)	Comunicação dos riscos para visitantes e turistas	CURTO - em até 6 meses	SEMCOM; SEMMA; SEMDEST	Iniciativa privada; ONG's

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

6.4 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 5 (UP 5): DO MORRO DA CONCHA ATÉ O INÍCIO DO BAIRRO PONTA DA FRUTA (MATINHA DE INTERLAGOS).

A UP 5 apresenta 5 Trechos. No total, na 2ª Etapa da Oficina foram propostas **20 Ações ou Diretrizes** para equacionar as **Potencialidades**, e **26 Ações ou Diretrizes** para solucionar ou amenizar os **Problemas**.

O Plano de Ação da UP 5 está apresentado através do **Quadro 48** – que trata das ações para equacionar as Potencialidades; e do **Quadro 49** - que trata das ações para solucionar ou amenizar os Problemas.

Quadro 48: UP 5: Plano de Ação – Potencialidades.

n	Trecho	Potencialidade	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
PP5.01	1, 2, 3, 4, 5	Atividade do Turismo	Realizar estudos para dimensionamento do potencial turístico de Vila Velha	Atração de investimento para o município, desenvolvimento do turismo como ativo econômico, valorização da cultura capixaba, melhoria da infraestrutura turística.	1 ano	SEMCULT	IES presentes no município, Secretaria Estadual de Turismo, Secretaria Estadual e Municipal de Educação, IPHAN.
PP5.02	1, 3, 5	Atividades culturais/tradicionais: congo, fincada de mastro, carnaval (resgatar a quarta da porca), capoeira, sarau de poesia, exposição das rendeiras).	Formalizar os eventos tradicionais locais no calendário municipal de arte e cultura e a PMVV e parceiros fomentar/apoiar os grupos locais, dotando de infraestrutura para a realização dos eventos e recepção de visitantes.	Valorização da cultura local, dotar a região de infraestrutura adequada à recepção de visitantes, dinamizar a economia, estimular o turismo histórico e cultural, ampliar as atividades de arte e cultura para a comunidade.	Imediato: inclusão dos eventos no calendário oficial; Fomento/apoio e investimentos em infraestrutura em 2023, com posterior ação contínua.	SEMCULT	PMVV, Governo do Estado, Associação de moradores; ONG voltadas a arte e a cultura.
PP5.03	1	Instalação de uma marina pública na boca do rio	Realizar estudos, resgatar os estudos existentes do Governo do Estado, e elaborar projetos e executá-los para implantação de um atracado público.	Identificar o melhor local e prover de infraestrutura náutica para barcos pesqueiros, barcos de turismo e lazer.	Estudo com início imediato; Execução em até 2 anos.	SEMCULT	SPU, Gestor de praias, Governo do Estado, Mtur, MDR, BNDES.
PP5.04	1	Ponte sobre o Canal do Congo	Reforma e manutenção da Ponte	Melhoria da qualidade de equipamento de mobilidade, tradicional do local.	1 ano	SEMOPE	SEMDU, SEMMA, SEMCULT

PP5.05	1, 3, 5	Escolas de surf, bodyboard, vôlei, capoeira.	Implantação de uma base (fixa ou móvel) com infraestrutura adequada (inclusive sanitária) ao apoio as atividades esportivas.	Potencializar o atendimento a comunidade, dotando o local de infraestrutura adequada a instrução das práticas esportivas.	2 anos	SEMOPE	SEMCULT, MEC
PP5.06	1	Rampa para voo livre (parapente - do Morro da Concha para a praia)	Realização de estudo de viabilidade ambiental para licenciamento da implantação da rampa.	Verificar a possibilidade de regularização da atividade e implantação de projeto de instalação de uma rampa para saltos de voo livre.	1 ano	SEMMA	SEMOPE, SEMCULT, MTUR
PP5.07	1, 2, 3, 4, 5	Atividades náuticas (surf, banhistas, pesca, esportes, etc)	Fomentar eventos e divulgação, para as atividades náuticas.	Dinamizar a prática esportiva, atrair turistas, promover bem-estar e vida saudável.	Imediato e contínuo	SEMCULT	SEMCOM, SEMMA, SMS
PP5.08	1, 2, 3, 4, 5	Recursos cênicos da paisagem de especial beleza, tanto nas Praias, como nas Lagoas.	Valorização da paisagem mantendo a sua qualidade com investimentos em infraestrutura, recuperação ambiental educação ambiental, fiscalização, manutenção e saneamento básico, recuperação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, para o bem-estar da comunidade local e atração de turistas.	Elevar a sensação de pertencimento aos moradores locais e a população vilavelhense, valorizando sua paisagem de rara beleza, singular. Atrair visitantes para o turismo na região, qualificando a sua experiência. Proteger o meio ambiente e as práticas sustentáveis.	Manutenção e fiscalização imediata e permanente; Infraestrutura em 2 anos.	SEMOPE	SEMCULT, IPHAN, SEMMA, SEMDU, SEMGOV
PP5.09	1	Criação de pista de pump track na Barra do Jucu (já existe o pedido)	Realizar estudo para identificação de área passível de implantação de pista de pump track	Possibilitar o desenvolvimento da atividade esportiva	6 meses	SEMMA	SEMCULT

PP5.10	1	Criação de um Centro Cultural e gastronômico	Implantação de um centro cultural e gastronômico na sede da Creche da praia do Barrão.	Utilizar o espaço público de forma mais racional; promover cursos de capacitação em gastronomia e hospitalidade; atrair turistas; possibilitar um espaço para moradores locais e turistas desfrutarem da gastronomia local.	2 anos (realocação da creche, implantação do Centro Cultural e Gastronômico e implantação dos cursos de capacitação).	SEMOPE	SEMDU, SEMCULT, SEMED, IES, SENAC, SINE, SEBRAE, SINDBARES.
PP5.11	4	Ocorrência de desova de tartarugas marinhas no T04 entre Praia dos Recifes e Morada do Sol	Implantação de base para Projeto TAMAR/ Centro de recuperação de animais marinhos (IPRAM), no T04 entre Praia dos Recifes e Morada do Sol. (Já tem o processo aberto para implantação).	Dotar o trecho 4 de estrutura que monitore e cuide dos ovos de tartarugas marinhas até a sua soltura no mar.	2 anos	PROJETO TAMAR/IPRAM	SEMMA, IEMA.
PP5.12	1	Pesca artesanal	Estimular o comércio pesqueiro dotando os pescadores de infraestrutura de processamento e armazenamento do pescado. (já existe o projeto com MAPA, PMVV, UVV, MNODS - VV, SEBRAE.	Organizar dos pescadores para a pesca comercial, com capacitação de boas práticas para o processamento do pescado.	2 anos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	SEBRAE, SEMMA, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG.
PP5.13	2	Projeto de um parque ambiental - precisa de desapropriação na restinga entre a Barra do Jucu e Praia dos Recifes (T 02)	Criação de uma Unidade de Conservação da Natureza, do Grupo de Proteção Integral, da Categoria Parque Natural Municipal.	Dotar o trecho 2 de área destinada a recuperação ambiental para constituição de um Parque. Prover a região de serviços ambientais.	1 ano para estudo e desapropriação; 2 anos para criação e implantação do Parque.	SEMMA	SEMED, SEMCULT, SEMDU, SEMGOV, IEMA, Iniciativa Privada.
PP5.14	1	Cine barra na pracinha da praia do barrão	Retomada do Cine Barra na pracinha da praia do Barrão.	Promover a cultura na praça aberta à população	6 meses para contratação de empresa responsável e permanente para as projeções.	SEMCULT	SEMED, Iniciativa Privada, Cineclubes (audiovisual).

PP5.15	5	Lagoas de Morada do Sol e Interlagos	Implantar infraestrutura na lagoa para possibilitar banhistas e visitantes utilizar o espaço com segurança, no T04, bem como implantar os acessos, entre Praia dos Recifes e Morada do Sol para receber os banhistas.	Disponer área de lazer seguro para a população, mitigando casos de afogamento que ocorrem na lagoa. Possibilitar a criação de retornos da Rodovia do Sol mais próximos à lagoa.	1 ano	SEMOPE	SEMDU, SEMMA, RODOSOL, MTUR, MDS
PP5.16	1	Tenda cultural no verão na praia do Barrão integrada à Festa do Morro da Concha	Implantar infraestrutura (Tenda) para abrigar eventos culturais na praia do Barrão (Palco, iluminação, sonorização, banheiros químicos, etc).	Dotar a praia do Barrão de infraestrutura necessária para o desenvolvimento de eventos culturais e artísticos	Seis meses	SEMCULT	SEMOPE, SEMGOV, Associação de Moradores e comércio local.
PP5.17	1, 2, 3, 4, 5	Rota dos Passos de Anchieta	Melhorar os pontos de apoio para peregrinos, atraindo investimentos, inclusive para a Igrejinha de Nossa Senhora da Glória e parte cultural da praça, e implantar sinalização turística indicativa dos "Passos de Anchieta".	Melhor acolhimento aos peregrinos, estimulando a participação e a visitação, inclusive além do período da peregrinação, bem como melhorar a orientação para a visitação turística na rota dos Passos de Anchieta, durante todo o ano.	Anualmente para estrutura dos pontos de apoio; 6 meses para a sinalização turística.	SEMCULT	SEMED, Comércio local, Associação de moradores, Governo do Estado, Paróquias Nossa Senhora dos Navegantes e Nossa Senhora de Nazaré, ABAPA.
PP5.18	1	Incluir iluminação cênica na orla da Praia do Barrão	Elaborar e implantar projeto de iluminação cênica na orla da Praia do Barrão, destacando as belezas naturais do local, porém cuidando para não prejudicar as tartarugas marinhas, caso ocorram ninhos de desova na praia	Utilizar as técnicas de iluminação cênica para explorar o potencial paisagístico local, sem prejudicar a fauna.	1 ano	SEMOPE	SEMDU, EDP, SEMGOV, Associação de moradores

PP5.19	1	Praia do Barrão tem potencial para ter certificação Bandeira Azul	Realizar estudo para avaliação de viabilidade técnica, ambiental, social e econômica, visando avaliar as possibilidades de implantação da certificação do Bandeira Azul	Elevar o envolvimento geral e o grau de conscientização da necessidade de proteção e realização de ações que conduzam a resolução de problemas existentes e a melhoria ambiental quanto a qualidade da água, acessibilidade, gestão ambiental, educação ambiental e segurança.	1 ano	SEMCULT	SEMDU, SEMMA, SEMOPE, Associação de moradores, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu, Conselho Gestor do Parque de Jacarenema, MTUR.
PP5.20	1	Criação de festival cultural de inverno (gastronomia, música, poesia, congo, rendeiras de bilro, pintura, artesanato, etc.) na Barra do Jucu.	Implantar infraestrutura na praça central da Barra do Jucu (gastronomia, música, poesia, congo, rendeiras de bilro, pintura, artesanato, etc.), para desenvolvimento do festival cultural de inverno.	Promover a cultura local, gerar demanda turística, amenizar os problemas da sazonalidade para a atividade social e econômica, valorizar a memória e identidade cultural.	1 ano	SEMCULT	SEMDU, SEMOPE, SEMMA, SEMDEST, SEMSU, SEMED, SEMSA, Comércio local, Associação de Moradores, SESC, SENAC, SEBRAE.

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Quadro 49: UP 5: Plano de Ação – Problemas.

n	Trecho	Problema	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
P5.01	1,2,3,5	Área de restinga degradada	Elaboração e execução de um projeto de recuperação ambiental da restinga e substituição da flora invasora.	Recompor as espécies nativas (prioridade para frutíferas locais) e o equilíbrio do ecossistema, protegendo a linha de costa contra processos erosivos, restringindo o avanço	Início imediato / conclusão em até dois anos.	SEMMA/PMVV	Associação dos moradores (Barra do Jucu, Praia dos Recifes, Interlagos)/Instituto Jacaranema, Conscientearts, MOVIVE, Pedagogia Novo Milênio e outras

				da ocupação irregular existente.			instituições de ensino, SEMED.
P5.02	1, 2, 3, 4, 5	Pesca irregular	Educação ambiental (conscientização dos pescadores, comerciantes e consumidores); - Divulgação das boas práticas de pesca; - Fiscalização (ação coercitiva contra os ilícitos).	Ordenar a atividade de pesca de forma sustentável, sem dano aos estoques pesqueiros.	Início imediato / conclusão em até dois anos.	SEMMA/PMVV	SEMCOM, Associação dos moradores (Barra do Jucu, Praia dos Recifes, Interlagos), Universidades, SEMED.
P5.03	1, 2, 3, 4, 5	Ausência de sinalização de trânsito (vertical e horizontal)	Implantação da sinalização horizontal e vertical, bem como placas orientativas e de identificação de logradouros.	Prover acessos seguros a motoristas e pedestres, melhorar a acessibilidade e o ordenamento do trânsito	1 ano	SEMDEST	SEMDU, SEMCOM, SEMOPE, SEMCULT, Associação dos moradores (Barra do Jucu, Praia dos Recifes, Interlagos)
P5.04	1	Ausência de identidade visual informativa e personalizada, além de portal indicativo das praias.	Implantação de placas personalizadas e de portais de identificação das praias.	Prover a orla de identidade visual personalizada, com portais indicativos da praia.	Início imediato / conclusão em até 1 ano.	SEMCULT	SEMDU, SEMCOM, SEMOPE, SEMDEST, Associação dos moradores (Barra do Jucu, Praia dos Recifes, Interlagos)
P5.05	1, 2, 3, 4, 5	Animais abandonados e invasores	Intensificar a coleta de lixo na praia (vetores: ratos, baratas, escorpiões e outros); Recolhimento de cães e gatos associado a campanha de adoção de animais; Apoio a ONG que realizam o trabalho de recolhimento, castração, controle de zoonoses, etc.; Realizar campanha de conscientização contra o abandono de animais.	Diminuir a população de animais abandonados e invasores; diminuir a proliferação de zoonoses e transmissão de doenças.	Início imediato / ação contínua.	SEMMA/PMVV	Associação dos moradores (Barra do Jucu, Praia dos Recifes, Interlagos), instituições de ensino superior, ONG, SEMCOM.
P5.06	1, 2, 3, 4, 5	Ausência de infraestrutura para turistas	Implantação de um stand de informações turísticas com chuveiros, banheiros e bebedouros, associado a unidade de apoio aos	Incentivo ao turismo, melhorar a experiência de turismo dos	1 ano	Secretaria Municipal de Turismo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, SEMOPE, SEMDU, SEMGOV.

			salva-vidas.	visitantes, dinamizar a atividade econômica local.			
P5.07	1	Barco de pesca e redes dispostos desordenadamente na faixa de areia em decorrência da falta de infraestrutura para os pescadores: desvalorização da cultura pesqueira	Promover o ordenamento da faixa de areia e construir um centro de apoio aos pescadores.	Evitar conflitos entre os diferentes usos; ordenar a disposição dos barcos e redes de pesca, dotar a atividade pesqueira de infraestrutura de guarda de barcos e materiais e processamento do pescado.	1 ano para as obras e contínuo para a gestão	Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca	PMVV
P5.08	1,3,5	Lançamento irregular de esgoto na rede pluvial, na faixa de areia e nas lagoas e no rio.	Realizar fiscalização dos lançamentos irregulares; conclusão das obras de esgotamento sanitário (CESAN) e estimular a ligação das residências à rede de esgotos.	Despoluição dos rios, mar e lagoas; reduzir os problemas de doenças de veiculação hídrica; proteger o meio ambiente; cumprir a agenda internacional dos ODS.	Início imediato (fiscalização) / conclusão no final de 2023.	SEMMA/PMVV - Fiscalização - CESAN (Obra e gestão)	Associação de moradores.
P5.09	1,3,5	Quiosques e restaurantes na faixa de areia	Remanejamento dos quiosques e restaurantes para área fora da faixa de areia e remoção dos quiosques existentes.	Cumprir o que estabelece a legislação vigente (em especial o Decreto Federal 5.300/2004)	Início imediato.	SEMOPE	SPU/ES, SEMMA, SEMAS, Guarda Municipal, SMS
P5.10	1,3,5	Construção de casas, estruturas demarcadoras de limites de lotes e quadra esportiva, em área de restinga.	Remoção de ocupações irregulares em áreas de restingas (APP) e fiscalização para impedir novas ocupações.	Cumprimento da legislação ambiental vigente	Notificação imediata / 1 ano para remoção / ação contínua para fiscalização.	Comitê Gestor da Orla de Vila Velha	SEMMA, SEMDU, SEMOPE, Guarda Municipal, Associação de moradores
P5.11	1	Cemitério próximo a praia; capela inadequada para velório	Ampliação e reforma da capela existente no cemitério (avaliar a contaminação do solo pelo chorume do cemitério).	Atender a demanda da comunidade para realização de velórios.	6 meses (projeto e finalização da obra).	SEMOPE	Associação de moradores, Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes.

P5.12	1,2,3,5	Descarte inadequado de objetos religiosos	Inclusão da limpeza da faixa de areia no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na praia.	Manter a praia limpa e higienizada	Início imediato / ação contínua.	Empresa ou companhia, responsável pela limpeza urbana.	SEMOPE, SEMMA, Associação de moradores
P5.13	1, 2, 3, 4, 5	Possibilidade de destruição de ninhos de tartarugas, que historicamente ocorrem(?) na área.	Realizar estudos que identifiquem pontos de desova de tartarugas marinhas e remanejar os ovos e filhotes para Guanabara (Anchieta).	Evitar a destruição de ninhos e morte de filhotes de tartarugas, remanejando os ovos para local seguro.	Início imediato / ação contínua.	IPCMAR	SEMMA
P5.14	2	Descarte inadequado de entulho e resíduos em geral, nas margens da Estrada velha em área de restinga e extração ilegal de areia.	Inclusão da Estrada Velha no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na área de restinga e em suas margens; fiscalização recorrente e fixação de placas indicativas de proibição de disposição de lixo e outros resíduos e da extração ilegal de areia.	Promover a limpeza urbana e a proteção do meio ambiente, da fauna local e do meio físico.	Início imediato / ação contínua.	Empresa ou companhia, responsável pela limpeza urbana.	SEMMA, SEMDU, Guarda Municipal, Associação de moradores.
P5.15	1,3,5	Iluminação precária (observar se há área de desova de tartaruga, para iluminação adequada)	Adequar a área a demanda de energia elétrica e dotar a orla de iluminação pública adequada, desde a Rodovia do Sol até as ruas que compõem a malha viária da orla.	Melhorar a qualidade urbana, evitar panes da rede elétrica, reduzir os danos aos eletrodomésticos da população, melhorar a segurança pública, estimular o desenvolvimento econômico, garantir segurança e acessibilidade das vias que servem à orla.	EDP	RODOSOL, PMVV	
P5.16	1	Lixo acumulado dentro e no entorno dos contentores, na calçada da praia do barrão (vestígios de larvas e chorume na orla da praia).	Relocação dos contentores para as ruas laterais à praia, remoção do lixo no período da tarde em dias alternados durante a semana e, diariamente, nos finais de semana.	Evitar que os contentores derramem lixo na praia; evitar a poluição visual; mitigar a proliferação de roedores e outros vetores de doenças;	Início imediato / ação contínua.	Empresa ou companhia, responsável pela limpeza urbana.	SEMMA, SEMOPE, Associação de moradores

				melhorar a qualidade ambiental da praia.			
P5.17	1, 3, 5	Falta de lixeiras nas praias	Instalação de lixeiras nas praias, no calçadão e nas ruas lindeiras a praia e recolhimento do lixo.	Evitar que o lixo seja disposto inadequadamente no chão e na areia da praia.	6 meses	Empresa ou companhia, responsável pela limpeza urbana.	SEMMA, SEMOPE, Associação de moradores
P5.18	1	Local inadequado para limpeza dos peixes nas praias com disposição inadequada dos resíduos da limpeza dos peixes.	Construir um centro de apoio aos pescadores com estrutura para limpeza adequada dos pescados.	Dotar a atividade pesqueira de infraestrutura e materiais para o processamento seguro do pescado.	2 ano	Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca	PMVV
P5.19	1, 2, 3, 4, 5	Ausência de uma avenida e ciclovia que interligue toda a orla e revitalização do calçamento	Execução do projeto da ciclovia que interliga a terceira ponte à Ponta da Fruta margeando a praia.	Promover a mobilidade urbana, estimular o trânsito não poluente, estimular a geração mais saudável, melhorar a segurança pública e redução de acidentes de trânsito.	Até 3 anos	SEMDEST	SEMOPE, SEMMA, Associação de moradores, SEMDU
P5.20	1, 3, 5	Excesso de cadeiras e mesas dos quiosques/restaurantes, na faixa de areia	Remoção dos quiosques e ordenamento do uso da faixa de areia com cadeiras e com notificação dos restaurantes.	Garantir o acesso livre à praia, melhorar a qualidade visual e a experiência de turismo.	Início imediato / ação contínua.	SEMFI (Posturas)	SEMMA, SEMOPE, SEMDU, Associação de moradores
P5.21	1, 3	Desconforto, precárias condições de trabalho e da guarda dos petrechos de guarda-vidas, dificultando a prestação do serviço	Implantação de unidade de apoio aos salva-vidas associado a um stand de informações turísticas e revisão do contrato terceirizado de fornecimento de petrechos para os salva-vidas.	Promover a segurança de banhistas e turistas, dando condições de trabalho aos salva-vidas para uma boa prestação de serviços	1 ano	PMVV	Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Militar

		adequado à população.		à população.			
P5.22	1	Falta de instrutores na academia popular Falta de um centro de convivência na Barra do Jucu, praia do Barrão	Destacar um profissional de educação física para acompanhamento de idosos na academia popular e locar ou construir uma unidade de convivência comunitária.	Acompanhamento dos idosos por profissional de saúde em seus exercícios físicos na academia popular e dotar a comunidade de um centro de convivência.	Imediato para o profissional de saúde e 1 ano para a locação/construção de um centro de convivência.	Secretaria Municipal de Saúde	SEMOPE, SEMCULT, SEMDU, Associação de Moradores
P5.23	1, 2, 3, 4, 5	Presença de veículos motorizados bugs, motocross e jeeps nas praias e nas restingas	Abertura de discussão junto a comunidade local para criação de lei que ordene ou coíba o trânsito de veículos na praia.	Possibilitar a participação democrática da comunidade quanto ao trânsito de veículos na praia.	1 ano.	Comitê Gestor da Orla de Vila Velha	SEMDEST, SEMMA, Câmara de Vereadores de Vila Velha.
P5.24	1	Poluição e ocupações irregulares nas margens do canal do Congo	Programa habitacional para realocação das famílias das margens do Canal do Congo e recuperação da mata ciliar e fiscalização para evitar novas invasões.	Retirar moradores das áreas de risco, melhorando as suas condições urbanísticas e ambientais. Recuperação das margens do Canal do Congo, reduzindo a poluição oriunda de esgotos e lixo doméstico clandestinos.	Início imediato para cadastro e projeto / 2 anos para remoção e realocação habitacional / 1 ano para recuperação da mata ciliar (manguezal) / ação contínua de fiscalização.	SEMAS	SEMOPE, SEMMA, Ministério de Desenvolvimento Regional (SNDIC), SEMDU.
P5.25	1, 2, 3, 4, 5	Insegurança	Ampliar a rede de câmeras de videomonitoramento, melhorar a iluminação pública e intensificar as rondas da guarda municipal.	Diminuir a ocorrência de assaltos e furtos	Início imediato / ação contínua e 6 meses para a ampliação das câmeras de videomonitoramento.	SEMGOV	Guarda Municipal, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

P5.26	5	Vertedouro “ladrão” da Lagoa de Interlagos que verte para a praia	Conclusão do sistema de saneamento e fiscalização para os lançamentos clandestinos de esgotos na lagoa, integrado ao PDAU-RMGV como apoiador.	A água contaminada da lagoa extravasa pelo vertedouro gerando degradação ambiental na orla, mal cheiro e o bem-estar da população.	Fiscalização: Início imediato e ação contínua e conclusão do saneamento até final de 2023.	Cesan	SEMGOV, SEMMA
--------------	---	---	---	--	--	-------	---------------

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

6.5 UNIDADE DE PLANEJAMENTO 6 (UP 6): DA MATINHA DE INTERLAGOS ATÉ O FINAL DA NOVA PONTA DA FRUTA.

A UP 6 apresenta 4 Trechos. No total, na 2ª Etapa da Oficina foram propostas **20 Ações ou Diretrizes** para equacionar as **Potencialidades**, e **46 Ações ou Diretrizes** para solucionar ou amenizar os **Problemas**.

O Plano de Ação da UP 6 está apresentado através do **Quadro 50** – que trata das ações para equacionar as Potencialidades; e do **Quadro 51** - que trata das ações para solucionar ou amenizar os Problemas.

Quadro 50: UP 6: Plano de Ação – Potencialidades.

n	Trecho	Potencialidade	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
PP6.01	1	Riqueza ambiental da Matinha de Interlagos e prestação de serviços ambientais	Reprimir ocupação da Matinha de Interlagos Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade. Articular com o proprietário da área para coibir a ocupação e desmatamento Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões Viabilizar uma destinação adequada para a área (por exemplo, criação de um parque ecológico e viabilizar estrutura para atendimento aos visitantes, moradores etc)	Viabilizar o ordenamento urbano e cumprimento do Plano Diretor Municipal Inibir o desmatamento na área da Matinha de Interlagos Valorização e preservação da fauna e da flora para as gerações futuras, incentivando o turismo ecológico	Médio	PMVV (SEMMA e SEMDU) UVV (proprietária)	Polícia Militar Guarda Municipal Justiça Estadual Comunidade Instituições de renome na área de preservação ambiental Parceria público privada
PP6.02	2	Desova de tartarugas	Desenvolver projeto de conscientização ecológica, junto as escolas e comunidade, sobre a importância da preservação das tartarugas Articulação entre prefeitura, projeto TAMAR e outras instituições que atuam nessa área para realizar monitoramento das desovas e proteção dos ninhos Inclusão da comunidade na participação do monitoramento, por meio de capacitação como monitores locais Desenvolver ações voltadas para o turismo ecológico Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas	Proteção dos ninhos para a manutenção das espécies de tartarugas Promover uma conscientização ecológica com a comunidade e inseri-la como monitores locais para a preservação das espécies Desenvolver um atrativo de turismo ecológico	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Educação) Projeto TAMAR/ICMBIO	Universidades Instituições de pesquisa ONGs Empresas

PP6.03	2	Diversidade de espécies de aves	<p>Elaborar projeto para identificação das espécies de aves</p> <p>Inserir a região em roteiros nacionais e internacionais de Turismo de observação de aves</p> <p>Desenvolver projeto de educação ambiental nas escolas, voltada para a importância da avifauna local</p> <p>Intensificação da fiscalização para coibir a captura ilegal de aves</p> <p>Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas</p>	<p>Promover uma conscientização ecológica com a comunidade</p> <p>Desenvolver um atrativo de turismo ecológico e geração de renda</p>	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Educação)	Universidades Instituições de pesquisa ONGs Instituições voltadas para a observação de aves
PP6.04	2, 4	Pesca de arremesso (diurna e noturna)	<p>Realizar o ordenamento de área para a prática da atividade</p> <p>Fomentar o turismo de pesca de arremesso, por meio da inclusão da praia no calendário nacional e internacional do Campeonato de pesca de arremesso</p>	<p>Desenvolver o turismo de pesca esportiva na região e viabilizar etapas esportivas em diferentes meses do ano</p> <p>Incentivo a pesca recreativa para diferentes públicos</p>	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Esportes) IEMA IBAMA	Federações de pesca Organizadores dos campeonatos Pescadores
PP6.05	2	Parque da Baleia (pista de pump track, brinquedos para as crianças, academia popular, quadra de vôlei e futebol)	<p>Realizar campeonatos e apresentações esportivas, incentivando a participação de cadeirantes</p> <p>Elaborar projeto para desenvolver atividades culturais no local, por exemplo dança, música, artesanato, gastronomia</p> <p>Subsídio e organização da Feira gastronômica e de artesanato já existente, pela prefeitura, viabilizando a participação de artesãos e comerciantes locais</p> <p>Realizar treinamento e capacitação dos artesãos e comerciantes locais</p>	<p>Possibilitar que a comunidade se aproprie do espaço público, por meio de atividades culturais e de lazer</p> <p>Potencializar o turismo local</p> <p>Manter a ordem pública</p>	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMCULT, Secretaria de Esportes, COMUNE)	SEBRAE

PP6.06	2, 3, 4	Organização do Percorso Turístico	<p>Desenvolver roteiro/guia turístico, com os atrativos locais</p> <p>Instalar placas informativas/educativas a cada 500 m da praia</p> <p>Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores</p> <p>Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros</p> <p>Instalação de estruturas turísticas ecológicas</p> <p>Realizar manutenção periódica do balanço paisagístico (ponto turístico)</p>	Desenvolvimento do potencial turístico na região (grande Ponta da Fruta)	LONGO - até 48 meses	PMVV (SEMDU, SEMCULT, SEMOPE)	
PP6.07	2	Esportes de vela/natação/kitesurf entre outros mediante estudo técnico de viabilidade	Realizar estudo técnico de viabilidade para o desenvolvimento de esportes de vela/natação/kitesurf, entre outros	<p>Desenvolver o turismo esportivo de vela</p> <p>Viabilizar o desenvolvimento do comércio local, com geração de emprego e renda</p> <p>Divulgação do município nacionalmente</p>	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Esportes)	Federações esportivas Organizadores de campeonatos Empresas patrocinadoras
PP6.08	2	Paisagem com grande diversidade ambiental (Valor cênico)	<p>Elaborar projeto para o desenvolvimento do Turismo ecológico e sustentável para a região</p> <p>Realizar levantamento das áreas passíveis de criação de parques e áreas de proteção ambiental</p>	<p>Preservação da fauna e flora</p> <p>Geração de renda</p> <p>Atração de empreendedores</p> <p>Incentivo ao turismo ecológico e sustentável</p>	LONGO - até 48 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Esportes) IEMA	Governo do Estado Parceria público privada

PP6.09	2	Desenvolvimento do turismo na Lagoa Grande (valor cênico, ecossistema singular, muito conhecido e visitado)	<p>Elaborar projeto para o desenvolvimento do Turismo gastronômico e ecológico</p> <p>Realizar parceria com escolas de atividades esportivas náuticas (caiaque, stand-up, e outros esportes não motorizados)</p> <p>Criar uma área de lazer familiar, com infraestrutura adequada (deque, banheiros de alvenaria ligados a rede de esgoto, posto guarda vidas, estacionamento de veículos oficiais, entre outros)</p>	<p>Incrementar o turismo sustentável na Lagoa Grande</p> <p>Conservação do ecossistema local</p> <p>Desenvolver o potencial turístico</p>	LONGO - até 48 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Esportes) IEMA	Governo do Estado Parceria público privada
PP6.10	2	Pesca de arremesso na Lagoa Grande	<p>Realizar o ordenamento de área para a prática da atividade e verificar a possibilidade de realização de campeonatos locais</p> <p>Fomentar o turismo de pesca de arremesso</p>	<p>Desenvolver o turismo de pesca esportiva</p> <p>Incentivo a pesca recreativa para diferentes públicos</p>	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Esportes) IEMA	Federações de pesca Organizadores dos campeonatos Pescadores
PP6.11	3	Turismo religioso/cultural no Morro da Igreja	<p>Articulação entre PMVV, instituição organizadora dos Passos de Anchieta e a Arquidiocese para a igreja Nossa Senhora dos Navegantes seja inserida no roteiro turístico religioso</p> <p>Desenvolver atividades para recepção dos romeiros na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes</p> <p>Articulação entre a PMVV e gestora da Igreja para possibilitar a visitação pública diariamente</p>	Tornar a Igreja dos Navegantes um atrativo turístico religioso	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMCULT) Instituição organizadora dos Passos de Anchieta Gestora da Igreja (Arquidiocese)	

PP6.12	3	Pesca artesanal (barcos de pesca, estacionado na pracinha da Praia Rasa)	<p>Auxiliar os pescadores na regularização da documentação da atividade profissional e das embarcações junto ao MAPA</p> <p>Viabilizar espaço/rancho para os pescadores artesanais guardarem embarcações e petrechos</p> <p>Elaborar e executar projeto de apoio à pesca artesanal (capacitação e treinamentos quanto a regularização de documentações, manipulação adequada do pescado, legislação pesqueira, entre outros)</p> <p>Apoiar a Colônia de Pescadores para fortalecimento e união dos pescadores</p> <p>Elaborar e executar projeto de Turismo de Pesca, em conjunto com os pescadores</p> <p>Elaborar Plano de Turismo de Base Comunitária</p>	Fortalecimento e valorização da pesca artesanal	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, SEMDU, Secretaria de Educação, SEMOPE) IEMA SPU Vigilância Sanitária	Colônia de Pescadores Movimento Comunitário
PP6.13	2, 3, 4	Presença de lojas, restaurantes e bares	<p>Estimular o empreendedorismo gastronômico, artesanal, comercial por meio de capacitações, treinamentos, acesso ao crédito, qualificação de mão de obra</p> <p>Viabilizar infraestrutura urbana para atrair empreendedores (por exemplo, saneamento básico)</p> <p>Construção de Feira de Artesanato</p>	<p>Promover um atrativo gastronômico, tanto para visitantes quanto para comunidade</p> <p>Estimular o comércio local para atendimento dos visitantes e comunidade</p>	Longo	PMVV (SEMOPE, SEMDU, SEMCULT)	SEBRAE SENAC

PP6.14	3	Passeio turístico de barco	<p>Realizar o ordenamento náutico</p> <p>Capacitação e treinamentos dos barqueiros/pescadores para a realização dos passeios, regras de navegação, boas práticas ambientais, equipamentos de salvatagem entre outros</p> <p>Auxiliar na regularização das embarcações junto ao Ministério do Turismo, MAPA e Capitania dos Portos</p> <p>Criar um roteiro náutico de turismo</p> <p>Elaborar Plano de Turismo de Base Comunitária</p>	<p>Estimular o turismo náutico</p> <p>Promover alternativas de renda</p>	MÉDIO - em até 18 meses	<p>PMVV (SEMMA, SEMCULT)</p> <p>Marinha do Brasil</p> <p>IEMA</p> <p>MAPA</p> <p>Mtur</p> <p>Corpo de Bombeiros</p>	Colônia de Pescadores Movimento Comunitário
PP6.15	2, 3, 4	Beleza natural	<p>Implementação do Plano de Manejo da APA Lagoa Grande</p> <p>Desenvolvimento do turismo ecológico, esportivo, náutico, gastronômico, cultural, religioso</p> <p>Verificar a viabilidade da Certificação Bandeira Azul (praias e lagoa), por meio do cumprimento dos critérios de certificação</p> <p>Proteção dos recursos naturais, por meio da intensificação da fiscalização</p> <p>Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas</p> <p>Realizar atividades de educação e conscientização ambiental nas escolas, comunidade e visitantes</p>	<p>Preservação da fauna, flora, recursos naturais e beleza cênica</p>	LONGO - até 48 meses	<p>PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Educação)</p> <p>IEMA</p>	
PP6.16	2, 3, 4	Academia popular	<p>Revitalizar e ampliar as academias existentes</p> <p>Criar novas academias</p> <p>Realizar manutenção periódica</p> <p>Desenvolver ações de conscientização da comunidade para preservação dos bens de uso comum</p>	<p>Promover a saúde e convívio social</p>	LONGO - até 48 meses	<p>PMVV (SEMOPE, SEMDU, Secretaria de Esportes)</p>	

PP6.17	2, 4	Prática de esportes (surf, kitesurf windsurf, entre outros)	Realizar estudo técnico de viabilidade para o desenvolvimento de esportes de vela/natação/kitesurf, entre outros Realização de campeonatos de esportes	Desenvolver o turismo esportivo de vela Viabilizar o desenvolvimento do comércio local, com geração de emprego e renda Divulgação do município nacionalmente	MÉDIO - em até 18 meses	PMVV (SEMMA, SEMCULT, Secretaria de Esportes)	Federações esportivas Organizadores de campeonatos Empresas patrocinadoras
PP6.18	1, 2, 3, 4	APA Setiba e APA Lagoa Grande (Unidades de Conservação)	Elaboração e desenvolvimento de projeto de turismo ecológico Capacitação da comunidade para atuarem como monitores locais Regularização do sistema de coleta e tratamento de esgoto, visando melhoria da balneabilidade Implementação do Plano de Manejo Intensificar a fiscalização Articulação entre PMVV e IEMA quanto a gestão nas áreas de sobreposição das Unidades de Conservação	Preservação e conservação ambiental	LONGO - até 48 meses	PMVV (SEMMA, SEMOPE, SEMCULT) IEMA CESAN	
PP6.19	1, 2, 3, 4	Visitação de turistas provindos de outros municípios	Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros Realizar treinamento e capacitação dos artesãos e comerciantes locais	Desenvolvimento do potencial turístico na região (grande Ponta da Fruta)	LONGO - até 48 meses	PMVV (SEMDU, SEMCULT, SEMOPE)	

PP6.20	1, 2, 3, 4	Presença de grupos de ciclistas	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla e áreas de estacionamento para bicicletas Implementar infraestrutura de banheiro, bebedouros, chuveiros para atendimento aos ciclistas	Incentivar o cicloturismo e prática esportiva Proporcionar convivência entre as comunidades	Médio	PMVV (SEMOPE, SEMDU, SEMCULT, Secretaria de Esportes)	
---------------	------------	---------------------------------	--	--	-------	--	--

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

Quadro 51: UP 6: Plano de Ação – Problemas.

n	Trecho	Problema	Ação	Finalidade	Prazo de execução	Responsável	Parceiros e/ou Apoiadores
P6.01	1	Área cercada com alguns pontos danificados (área conhecida como Matinha de Interlagos)	Articular com o proprietário da área para realizar a manutenção do muro ao redor da propriedade	Diminuição da criminalidade e invasões na área e proteger a área de mata Garantir a segurança da comunidade	Imediato	PMVV UVV (proprietária)	
P6.02	1, 3	Iluminação pública precária da orla	Realizar levantamento das ruas que necessitam de iluminação na orla Instalação de iluminação pública adequada quanto aos padrões do município	Melhoria na qualidade de vida dos moradores, turistas e segurança pública	Curto	PMVV EDP (concessionária de força e luz)	
P6.03	1	Avanço de ocupação irregular, invasões e desmatamento Conflitos de interesse entre conservação e urbanização	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade. Articular com o proprietário da área para coibir a ocupação e desmatamento Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões	Viabilizar o ordenamento urbano e cumprimento do Plano Diretor Municipal Inibir o desmatamento na área da Matinha de Interlagos	Médio	PMVV (SEMMA e SEMDU) UVV	Polícia Militar Guarda Municipal Justiça Estadual

P6.04	1	Mau uso da área (criminalidade, invasão irregular)	Articulação com o proprietário da área para coibir a ocupação e desmatamento Viabilizar uma destinação adequada para a área (por exemplo, criação de um parque ecológico)	Valorização e preservação da fauna e da flora para as gerações futuras	Médio	PMVV UVV (proprietária)	Comunidade Instituições de renome na área de preservação ambiental Parceria público privada
P6.05	1, 2, 3, 4	Área de restinga degradada	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada	Recuperação da fauna e flora e manutenção da estabilidade da orla	Contínuo	PMVV	Universidades Instituições de Pesquisa Parceria público privada
P6.06	2	Uso de bugs, motocross, parapente motorizado e jeeps na praia e na restinga	Colocação de placas educativas quanto a proibição de veículos motorizados na praia Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal	Coibir o uso de veículos motorizados na faixa de areia e restinga	Médio	PMVV Guarda Municipal	Secretaria Estadual de Segurança Pública
P6.07	2	Ausência de restaurantes na orla	Estimular o empreendedorismo gastronômico, por meio de capacitações, treinamentos, acesso ao crédito, qualificação de mão de obra Viabilizar infraestrutura urbana para atrair empreendedores (por exemplo, saneamento básico e pavimentação)	Promover um atrativo gastronômico, tanto para visitantes quanto para comunidade	Longo	PMVV	SEBRAE
P6.08	2	2 caixas de coleta de água pluvial e 1 extravasor da Lagoa Grande	Elaborar e executar projeto de recuperação da área de restinga	Recuperar a área de restinga	Médio	PMVV (SEMMA) Mar & Sol (empreiteira responsável pela obra)	Governo do Estado
P6.09	2	Drenagem pluvial da Rodovia do Sol lançada direto na praia (Rua Abricó), gerando língua negra	Elaboração e execução de projeto de drenagem, prevendo tratamento adequado da água pluvial da rodovia Articulação entre PMVV, Governo do Estado e Rodosol para viabilizar o projeto Elaborar e executar projeto de recuperação da área de restinga	Tratamento adequado da drenagem pluvial da rodovia, de modo a impedir a poluição da praia Recuperação da área de restinga degradada	Médio	Rodosol (concessionária da Rodovia do Sol) PMVV CESAN Governo do Estado Ministério Público	

P6.10	2	Espécies invasoras de fauna na restinga (ex. caramujo africano, ratos, etc)	Identificação das espécies invasoras e pragas urbanas na restinga e elaborar as medidas necessárias para a sua eliminação	Manter a área de restinga sem as espécies invasoras e pragas	Médio	PMVV	
P6.11	2	Existência de quadra com Zoneamento do PDM para permissão de construção de prédios de 16 andares na orla	Execução do PDM de forma padronizada, seguindo as especificações do PMD para toda a orla	Cumprimento do PDM, possibilitando que as construções não obstruam a vista da orla, causem sombreamento da praia e poluição visual	Contínuo	PMVV Construtoras	CREA-ES
P6.12	1, 2, 3, 4	Possível tráfico de animais silvestres (ex. canários, cardeal, entre outros)	Intensificar a fiscalização ambiental Elaborar e executar Programa de conscientização ambiental com os moradores Instalação de placas educativas, indicando a proibição da captura de animais silvestres	Garantir o cumprimento da legislação ambiental e da manutenção da fauna silvestre	Contínuo	PMVV (SEMMA) IEMA	Polícia Militar Ambiental Guarda Civil IBAMA
P6.13	2	Ocupações irregulares na avenida principal e no entorno da Lagoa Grande	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade. Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões	Recuperação das áreas públicas em prol da comunidade	Longo	PMVV (SEMDU, SEMMA) Ministério Público	Governo do Estado
P6.14	1, 2, 3, 4	Lançamento irregular de esgoto	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre outros).	Garantir o atendimento de coleta e tratamento de esgoto e evitar a poluição das vias públicas, dos recursos hídricos e do mar	Médio	PMVV (SEMMA, SEMDU) CESAN	Governo do Estado

P6.15	2	Assoreamento na Lagoa Grande	Realizar o desassoreamento da Lagoa Tomar as medidas necessárias para coibir invasões, lançamento irregular de esgoto e resíduos sólidos Elaborar Plano de Recuperação de vegetação nativa Elaborar um projeto de área de lazer	Recuperação das áreas públicas em prol da comunidade	Médio	PMVV CESANG Governo do Estado	Movimento Comunitário
P6.16	2	Parquinho sucateado na Lagoa Grande	Elaborar um projeto de área de lazer (por exemplo, academia para uso de jovens, idosos, entre outros) Substituição dos aparelhos e manutenção contínua	Possibilitar segurança para o uso pelas crianças e lazer para a comunidade	Médio	PMVV (SEMEL, SEMDU, SEMSU) CESAN	Associação de Moradores Governo do Estado
P6.17	2, 3	Possível poluição por necrochorume	Realizar estudo para analisar se está ocorrendo poluição por necrochorume (tanto no cemitério particular quanto no público) Vistoriar os cemitérios para verificar se existe alguma estrutura de contenção do necrochorume (tanto no cemitério particular quanto no público) Tomar as medidas necessárias para adequação dos cemitérios	Evitar contaminação por necrochorume no lençol freático, Lagoa e praia	Longo	PMVV (SEMSU) Proprietários do Parque da Paz	
P6.18	3	Visitação subutilizada (visitação somente por agendamento) na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes	Articulação entre a PMVV e gestora da Igreja para possibilitar a visitação pública diariamente	Tornar a Igreja um atrativo turístico	Curto	PMVV (SEMCULT) Gestora da Igreja (Arquidiocese)	Voluntários
P6.19	3	Existência de moradias e comércios ao redor do morro, em cima do costão rochoso (Morro da Igreja)	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade. Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões	Viabilizar o ordenamento urbano e cumprimento do Plano Diretor Municipal Recuperação das áreas públicas em prol da comunidade	Longo	PMVV (SEMDU, SEMMA) Ministério Público SPU	

P6.20	3	Ausência de pavimentação na rua do entorno do Morro da Igreja	Realizar obra de pavimentação com piso intertravado	Facilitar a mobilidade e acesso para moradores e visitantes	Médio	PMVV (SEMDU, SEMOPE)	Governo do Estado
P6.21	3, 4	Cadeiras e mesas na faixa de areia colocadas pelos restaurantes/bares/cerimoniais/quiosques	Proibir a colocação de mesas e cadeiras na faixa de areia Intensificar fiscalização	Melhores condições para os moradores e turistas usufruírem da praia	Curto	PMVV (SEMSU, SEMDU) SPU	
P6.22	3, 4	Ocupações irregulares	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade. Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões Construções de qualquer natureza que estejam na faixa de areia ou na restinga precisam ser retiradas Retirada dos quiosques irregulares Novos quiosques padronizados e regularizados pelo poder público Recuperação de área de restinga nas áreas invadidas	Viabilizar o ordenamento urbano e cumprimento do Plano Diretor Municipal Recuperação das áreas públicas em prol da comunidade Melhorar o acesso às praias	Longo	PMVV (SEMDU, SEMMA, SEMOPE)	
P6.23	3, 4	Acesso indireto e falta de acessibilidade	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade, para permitir o acesso dos visitantes à praia Construção de rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida	Garantir o acesso para todos	Médio	PMVV (SEMOPE, SEMDU)	

P6.24	1, 2, 3, 4	Ausência do poder público	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)	Garantir a segurança pública e aprimorar a fiscalização da orla	Longo	PMVV (SEMDEST, SEMDU, SEMOPE)	
P6.25	3, 4	Conflitos de uso banhistas x pescadores x edificações x comerciantes	Realizar ordenamento dos diferentes usos na faixa de areia e espaços públicos destinados a lazer	Diminuir os conflitos e melhorar a harmonia na comunidade	Médio	PMVV (SEMDU, SEMMA, SEMEL)	Comunidade
P6.26	1, 2, 3, 4	Inexistência de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos	Elaboração de projeto de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos (por exemplo, instalação de placas informativas e educativas, de sinalização das ruas, de unidades de conservação, Centro de Acolhimento ao Turista, guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros)	Desenvolvimento do potencial turístico na região (grande Ponta da Fruta)	Longo	PMVV (SEMDU, SEMCULT, SEMOPE)	
P6.27	2, 3, 4	Fluxo turístico concentrado em curto período do ano	Elaborar projeto de sustentabilidade turística, junto a comunidade, prevendo as baixas temporadas. Inserir no projeto estímulo a campeonatos de esportes, feiras de artesanato, feiras gastronômicas, campeonatos de pesca, observação de aves, visitas as Unidades de Conservação, turismo religioso, entre outros) Criar calendário temático para o desenvolvimento dos atrativos durante todo o ano Capacitação dos empreendedores do ramo turístico	Proporcionar o desenvolvimento sustentável do turismo durante o ano todo	Longo	PMVV (SEMCULT)	Movimento Comunitário Governo do Estado SEBRAE SENAC
P6.28	3, 4	Pavimentação irregular na Av.	Realizar obra de pavimentação com piso intertravado	Facilitar a mobilidade e acesso para moradores e	Médio	PMVV (SEMDU,	Governo do Estado

		Antônio Leite		visitantes		SEMOPE)	
P6.29	4	Área de esporte (campo de futebol irregular, próximo a ruínas, com desmatamento de restinga)	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada	Recuperação da fauna e flora e manutenção da estabilidade da orla	Contínuo	PMVV	Universidades Instituições de Pesquisa Parceria público privada
P6.30	3, 4	Erosão em toda a extensão da praia e faixa de dunas	Elaborar estudo para verificar o que está causando a erosão e levantar e executar as medidas necessárias para evitar/minimizar os processos erosivos Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada	Evitar/diminuir os processos erosivos, garantindo o restabelecimento do ecossistema	Médio	PMVV (SEMMA) IEMA	Universidades Instituições de Pesquisa Parceria público privada
P6.31	2, 3, 4	Ausência de infraestrutura para atendimento dos turistas	Elaboração de projeto de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos (por exemplo, instalação de placas informativas e educativas, de sinalização das ruas, de unidades de conservação, Centro de Acolhimento ao Turista, guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros) Treinamento e capacitação para os comércios e demais estabelecimentos	Desenvolvimento do potencial turístico na região (grande Ponta da Fruta)	Longo	PMVV (SEMDU, SEMCULT, SEMOPE)	
P6.32	1, 2, 3, 4	Ausência de limpeza na areia da praia	Realizar a limpeza da areia das praias, em toda a sua extensão, não mecanizada e periódica	Manter a praia em condições de uso para moradores e turistas Evitar que os resíduos sejam levados pelo mar e não geração de microplásticos	Contínuo	PMVV (SEMSU)	

P6.33	3, 4	Estruturas de contenção à erosão diversos (pneus, blocos de pedras, sacos de areia e madeira) Construções na beira da praia	Realizar estudo da dinâmica de erosão costeira com o levantamento das medidas de contenção de erosão e invasão do mar efetivas, padronizadas pelo poder público Executar e realizar a manutenção periódica das medidas levantadas	Conter os processos erosivos de maneira adequada a realidade local	Médio Contínuo	PMVV (SEMDU, SEMMA) IEMA	Universidades Instituições de Pesquisa
P6.34	4	Foz do Rio canalizada e contaminada com efluentes domésticos	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre outros).	Garantir o atendimento de coleta e tratamento de esgoto e evitar a poluição das vias públicas, dos recursos hídricos e do mar	Médio	PMVV (SEMMA, SEMDU) CESAN	Governo do Estado
P6.35	4	Poucos acessos à praia	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade, para permitir o acesso dos visitantes à praia	Garantir o acesso para todos	Médio	PMVV (SEMOPE, SEMDU)	
P6.36	1, 2, 3, 4	Poluição sonora	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1489/73 Inibir que imóveis residenciais sejam utilizados como casas noturnas irregulares e cerimoniais	Garantir o cumprimento da legislação e viabilizar tranquilidade para os moradores, turistas tendo em vista que é a área de proteção ambiental	Contínuo	PMVV (COMMUNE, SEMCULT, SEMMA) Guarda Municipal	
P6.37	1, 2, 3, 4	Lançamento de fogos de artifício	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1948/19, com multa para os infratores Proibir a venda de fogos de artifício com barulho no município	Garantir o cumprimento da legislação e e viabilizar tranquilidade para os moradores, turistas tendo em vista que é a área de proteção ambiental	Contínuo	PMVV (COMMUNE, SEMCULT, SEMMA) Guarda Municipal	

P6.38	1, 2, 3, 4	Disposição irregular ou inadequada de resíduos sólidos OBS: Complementar sobre a Boca da Barra, contenção dos resíduos, Década dos Oceanos	Política de conscientização aos moradores e visitantes quanto ao descarte de resíduos e a importância da reciclagem, para diferentes públicos Divulgação periódica dos dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos, tanto por placas informativas, quanto por meio digital Divulgação periódica dos locais de entrega voluntária de recicláveis, móveis etc, tanto por placas informativas, quanto por meio digital Instalação de lixeiras padronizadas (sem ser de concreto) a cada 100 metros, de resíduos comum e resíduos recicláveis	Destinação adequada dos resíduos sólidos Evitar doenças, proliferação de animais sinantrópicos, moscas e mosquitos Manter a beleza cênica e evitar a poluição	Médio	PMVV (SEMSU, SEMMA, Secretaria de Educação, de Planejamento, serviço social)	Escolas, cooperativas de reciclagem, Governo do Estado
P6.39	1, 2, 3, 4	Cercamento insuficiente da restinga (a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica)	Executar o cercamento da área de restinga, a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica, em toda a extensão da orla	Recuperar a área de restinga e inibir o acesso das pessoas, de veículos e invasões a esta área	Imediato	PMVV (SEMMA)	
P6.40	1, 2, 3, 4	Animais soltos ou abandonados (cachorros/gatos/cavalo, vaca, etc) nas praias e na Lagoa Grande	Programa de conscientização dos tutores Intensificar a fiscalização para o cumprimento da legislação Pronto atendimento em casos de chamadas emergenciais	Garantir a segurança das pessoas Evitar doenças	Imediato	PMVV (Zoonoses, SEMMA, Bem estar animal)	ONGs de proteção animal
P6.41	1, 2, 3, 4	Ausência de banheiros públicos (alvenaria), bebedouros e chuveiros	Construção de banheiros públicos de alvenaria, com garantia de limpeza periódica, em toda a extensão da orla e ligados na rede de coleta e tratamento de esgoto Instalação de bebedouros e chuveiros	Garantir o saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto Proporcionar conforto dos usuários	Médio	PMVV (Secretaria de Planejamento, Administração, SEMSU)	
P6.42	1, 2, 3, 4	Presença de posto guarda vidas precário	Instalação de posto guarda vida de alvenaria, banheiro, local para guarda de equipamentos, padronizado para todas as praias e Lagoa Grande	Garantir a segurança dos banhistas Viabilizar a saúde e segurança ocupacional do guarda vidas	Médio	PMVV	

				Local adequado para a guarda dos equipamentos			
P6.43	1, 2, 3, 4	Ausência de ciclovias	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla	Incentivar o cicloturismo e prática esportiva Proporcionar convivência entre as comunidades	Médio	PMVV (SEMOPE, SEMDU)	
P6.44	1, 2, 3, 4	Ausência de calçamento (inclusive ao redor da Lagoa Grande)	Instalação de calçamento nas praias e na Lagoa Grande	Incrementar o turismo Facilitar a acessibilidade Promover a atividade física Diminuir acidentes Proporcionar beleza cênica	Médio	PMVV (SEMOPE, SEMDU)	
P6.45	1, 2, 3, 4	Ruas não pavimentadas	Executar a pavimentação de todas as ruas com piso intertravado	Evitar acidentes Promover o bem estar dos moradores e turistas Viabilizar a circulação do transporte público	Médio	PMVV (SEMOPE, SEMDU)	
P6.46	1, 2, 3, 4	Aumento da violência e tráfico de drogas	Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc) Fomentar a capacitação dos jovens em cursos técnicos e profissionalizantes Fomentar a prática de esportes para os jovens, especialmente aos finais de semana Intensificar a fiscalização, com rondas periódicas, nas ruas e nas casas de eventos clandestinas Realizar palestras nas escolas	Redução da violência e do tráfico de drogas Aproveitamento de mão de obra local Proporcionar a ordem pública para a comunidade viabilizar visão de futuro para os jovens	Médio	PMVV Secretaria de Educação SEMDEST Guarda Municipal Polícia Militar	SENAI SENAC SEBRAE

Fonte: 1ª e 2ª Oficina de Planejamento (2022).

7 SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.

Os Quadros 52 a 55 a seguir apresentam, sem a intenção de ser exaustivos, legislações e instrumentos existentes, instituições afins e fóruns de decisão em vigor na orla municipal, provenientes das três esferas de governo, que possam apoiar a execução das ações e medidas previstas neste documento (os dados estão apresentados em ordem alfabética).

7.1 BASE LEGAL EXISTENTE.

Quadro 52: Base legal existente, nas esferas federal, estadual e municipal, incidentes na orla.

Federal	
Código Florestal Brasileiro (Lei)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
Decreto Nº 5.300/2004 (regulamenta Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e estabelece critérios de gestão da orla marítima)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm
Lei 6.766/1979 (dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm
Lei Nº 9.636/1998 (dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9636.htm
Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei)	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm
Resolução CIRM Nº 005/1997 - PNGC II (estabelece normas gerais visando à gestão ambiental da Zona Costeira do País)	https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/base-legal-gerco/item/download/1017_60d46e31b3b6238680b40cab62ddb7f5.html
Termo de Adesão à Gestão de Praias – TAGP (Extrato)	https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao
Estadual	
Lei Nº 7.943/2004 (dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos)	http://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=20466
Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Espírito Santo - 2022 (Portaria)	https://www.marinha.mil.br/cpes/node/83
Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo (Lei)	http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L5816.html
Resolução CONSEMA Nº 011/2005 (estabelece normas de uso das ilhas costeiras no litoral do Espírito Santo)	https://iema.es.gov.br/Media/iema/LICENCIAMENTO/Minera%C3%A7%C3%A3o/24.%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONSEMA%20010-2005_Extra%C3%A7%C3%A3o%20Mineral%20com%20GU_15.08.05.pdf
Municipal	
Código de Edificações Gerais (Lei Complementar)	https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/C462016.html#a325
Código de Posturas e de Atividades Urbanas (Lei Complementar)	https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L54062013.html#a282
Código Municipal do Meio Ambiente (Lei)	https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L49992010.html
Lei Municipal Nº 4.707, 2008 (institui e delimita Bairros e Regiões Administrativas)	https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/L47072008.html
Plano Diretor Municipal de Vila Velha (Lei Complementar)	https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/C652018.html

Fonte: Elaboração própria (2022).

7.2 BASE INSTITUCIONAL LOCAL.

Quadro 53: Base institucional existente, nas esferas federal, estadual e municipal, que podem ter atuação junto à orla marítima.

Federal	
Associação Brasileira das Entidades Estaduais do Meio Ambiente (ABEMA)	https://www.abema.org.br/
Departamento de Turismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DETUR/UFRN)	https://ccsa.ufrn.br/portal/?page_id=13633
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - Ministério da Economia (SPU/ME)	https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/planejamento/unidades/spu
Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo - Ministério do Turismo (SNDTur/MTur)	https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/secretaria-nacional-de-desenvolvimento-e-competitividade-do-turismo-1s
Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano - Ministério do Desenvolvimento Regional (SMDRU/MDR)	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/mobilidade-e-servicos-urbanos
Estadual	
Capitanias dos Portos do Espírito Santo (CPES)	https://www.marinha.mil.br/cpes/
Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN)	https://www.cesan.com.br/
Corpo de Bombeiros Militar do ES	https://cb.es.gov.br/
Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf)	https://idaf.es.gov.br/
Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA)	https://iema.es.gov.br/gestao-territorial-costeira-orla
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes)	https://www.ifes.edu.br/o-ifes
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)	http://www.ijsn.es.gov.br/
Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES)	https://www.mpes.mp.br/#
Sebrae no Espírito Santo	https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/es?codUf=8
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo (SPU/ES)	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/regionais/spu-es
Municipal	
Câmara Municipal	https://www.cmvv.es.gov.br/
Canais de comunicação e denúncia estabelecidos	https://sistemas.vilavelha.es.gov.br/ouvidoria/
Disponibilização de informações relativas ao TAGP no sítio eletrônico oficial do Município	https://www.vilavelha.es.gov.br/fichas/gestaodaorla.aspx
Faculdade Novo Milênio	https://novomilenio.br/
Gestor Municipal de Praia (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade - SEMDU)	https://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/desenvolvimento-urbano-e-mobilidade
Polícia Militar Ambiental	https://pm.es.gov.br/batalhao-de-policia-militar-ambiental
Secretarias Municipais (SEMDU; SEMCULT; SEMMA; SEMOPE; SEMDEST; SEMSU; SEMGOV etc)	https://www.vilavelha.es.gov.br/
Universidade Vila Velha - UVV	https://uvv.br/

Fonte: Elaboração própria (2022).

7.3 FÓRUNS DE DECISÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Quadro 54: Fóruns municipais de decisão existentes, que podem ter interação junto à orla marítima.

Municipal	
Comissão Municipal de Eventos – COMUNE	https://www.vilavelha.es.gov.br/fichas/comune.aspx
Conselho Municipal da Cidade - CMC	https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolviment-to-urbano-e-mobilidade-conselho-municipal-da-cidade-cmc
Conselho Municipal de Cultura	https://www.vilavelha.es.gov.br/setor/cultura-e-turismo/conselho-municipal-de-cultura
Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMMAM	https://transparencia.vilavelha.es.gov.br/transparencia-web/PrestacaoDeContas.aspx?c=1100
Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda	https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolviment-to-economico-fundo-municipal-e-conselho-municipal-de-trabalho-emprego-e-renda
Conselho Municipal de Turismo	https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/turismo-esporte-e-cultura-conselho-municipal-de-turismo
Conselhos de Unidades de Conservação (Conselho do Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira; Conselho do Parque Natural Municipal de Jacarenema; Conselho do Monumento Natural Municipal Morro do Penedo; Conselho da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande)	https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/meio-ambiente-conselhos-de-unidades-de-conservacao
Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM)	https://www.vilavelha.es.gov.br/setor/defesa-social-e-transito/gabinete-de-gestao-integrada-municipal-ggim

Fonte: Elaboração própria (2022).

7.4 INSTRUMENTOS GERENCIAIS E LOCAIS EXISTENTES.

Quadro 55: Instrumentos gerenciais, nas esferas estadual e municipal, incidentes na orla.

Estadual	
Atlas da Mata Atlântica do Espírito Santo	https://seama.es.gov.br/atlas-da-mata-atlantica-es
Diretrizes para elaboração de projetos de urbanização na orla marítima	https://der.es.gov.br/Media/der/Documentos/Servi%C3%A7os/Downloads/DiretrizesElaboracaoProjetosUrbanizacaoOrlaMaritima.pdf
Mapa do Turismo	https://setur.es.gov.br/mapa-do-turismo
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana da Grande Vitória	http://www.ijsn.es.gov.br/comdevit/plano-de-desenvolvimento-urbano-integrado
Plano de Manejo: Área de Proteção Ambiental de Setiba	https://iema.es.gov.br/APA_Setiba
Plano Diretor de Águas Pluviais Urbanas da Região Metropolitana de Vitória - Diagnóstico Técnico-Participativo Preliminar	https://pdau.com.br/produto/diagnostico/
Municipal	
Diagnóstico - Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade	https://www.vilavelha.es.gov.br/planmobvv/Documentos.aspx
Plano de Desenvolvimento Sustentável	https://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes/publicidade/6-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha/174-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha.pdf
Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável	indisponível <i>on line</i>
Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil	https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Plano%20Municipal%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa%20Civil.pdf
Plano Municipal de Redução de Risco Geológico	https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/obras-relacao-das-areas-de-risco-ambiental-no-municipio-de-vila-velha
Plano Municipal de Saneamento Básico	https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/5599_20

	<u>15_Plano_Saneamento_Basico-SEMMA_Proc_57449-14-Anexo_Aut_3363-14.pdf</u>
Plano Municipal de Turismo de Vila Velha	<u>https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Plano%20Municipal%20de%20Turismo%20-%20Aline(1).pdf</u>
Planos de Manejo: Parque Natural Municipal de Jacarenema; Monumento Natural Morro do Penedo; Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira; e Área de Proteção Ambiental da Lagoa Grande.	<u>https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/meio-ambiente-planos-de-manejo</u>
Vila Velha em números: diagnóstico municipal 2018	<u>https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Vila%20Velha%20em%20Numeros%20-%20Diagnostico%20Municipal%202018.p df</u>

Fonte: Elaboração própria (2022).

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (MATERIAL TÉCNICO- CIENTÍFICO DISPONÍVEL).

- AGERH - AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Manual Operativo (MOP) do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu.** [Vitória], 2021.
- ALBINO, J.; GIRARDI, G.; NASCIMENTO, K. A. Espírito Santo. *In*: MUEHE, D. (Org.). **Erosão e progradação no litoral brasileiro.** Brasília: MMA, 2006.
- ALBINO, J.; GIRARDI, G.; NASCIMENTO, K. A. Espírito Santo. *In*: MUEHE, D. (Org.). **Erosão e progradação no litoral brasileiro.** Brasília: MMA, 2018.
- AOKI, P.; CUNHA, L.; CUNHA, K. Métodos Participativos na Extensão Pesqueira: O Caso da Barra do Jucu, Vila Velha, ES. **Rev. Bras. De Agroecologia**, Vol. 4 - n. 2, nov. 2009.
- Aquaviário da Grande Vitória: veja como o sistema vai funcionar. **G1-ES**, Vitória, 10/05/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/05/10/aquaviario-da-grande-vitoria-veja-como-o-sistema-vai-funcionar.ghml>. Acesso em: 16/05/2022.
- AVIDEPA - ASSOCIAÇÃO VILA-VELHENSE DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Zoneamento ambiental Reserva Ecológica de Jacarenema Vila Velha - ES:** Diagnóstico ambiental - Fatores antrópicos. 2002. Disponível em: <http://www.avidepa.org.br/areas%20naturais/jacarenema/ambiente/Antr%C3%B3pico/Antr%C3%B3pico.pdf>. Acesso em: 16/05/2022.
- BARBOSA, L. A., MAYORGA, L. F. S. P., ZANOTTI, A. D. Nidificação de Dermochelys coriacea (Testudines, Dermochelyidae) no município de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Zootecias** 14 (1, 2, 3): 227-231, 2012.
- Bike VV retoma serviços em Vila Velha. **Folha Vila Velha**. Vila Velha, 13/04/2021. Disponível em: <https://folhaviavelha.com.br/bike-vv-retoma-servicos-em-vila-velha/noticias/>. Acesso em: 27/04/2022.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.300**, de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.300%20DE%207%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202004.&text=Regulamenta%20a%20Lei%20no,mar%C3%ADtima%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BRASIL. Extrato de Termo de Adesão à Gestão de Praias. **Diário Oficial da União**, n. 165, Seção 3, p. 121, 28/08/2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao>. Acesso em: 12/09/2022.
- BRASIL. **Lei Federal nº 13.240**, de 30 de dezembro de 2015 a. Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nº s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/l13240.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,ades%C3%A3o%20expressa%20do%20dirigente%20m%C3%A1ximo. Acesso em: 07 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União. **Projeto Orla:** Manual para elaboração do plano de gestão integrada da orla. Brasília: Ministério da Economia, 2022 a. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da->

[uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/projeto_orla_manual-para-elaboracao-do-plano-de-gestao-integrada-da-orla.pdf](#). Acesso em: 13/05/2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução Normativa 3**, de 27 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=110252>. Acesso em: 25/09/2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil**. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto orla**: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/160>. Acesso em: 01/05/2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Agenda de eventos**. 2022 b. Disponível em: <https://www.turismo.gov.br/agenda-eventos/views/calendario.php>. Acesso em: 01/05/2022.

BRASIL. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. **Plano Mestre** - Porto de Vitória. Florianópolis/SC, 2015 b. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/centrais-de-conteudo/se34-pdf>. Acesso em: 27/04/2022.

CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO. **Normas e Procedimentos**: NPCP-ES - 2022. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cpes/node/83>. Acesso em: 01/05/2022.

CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO. **Abrangência**. 2021. Disponível em: <https://www.cesan.com.br/empresa/abrangencia/>. Acesso em: 01/05/2022.

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Balneabilidade das praias**. 2022. Disponível em <https://cetesb.sp.gov.br/praias/balneabilidadeesaude/>. Acesso em 24/05/2022.

CODESA - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. **Complexo portuário**. [2022]. Disponível em: <https://codesa.gov.br/site/?p=complexo-portuario>. Acesso em: 27/04/2022.

CRUZ, P. S. da. **Pela valorização e preservação da paisagem de Vila Velha**: ensaios sobre a Baía. 2002. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

CUZZUOL, M. MPF-ES quer retirada imediata de quiosques de orla em Vila Velha. **G1-ES**, Vitória, 02/08/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/08/mpf-es-quer-retirada-imediata-de-quiocques-de-orla-em-vila-velha.html>. Acesso em: 17/04/2022.

ESPÍRITO SANTO. **Arquitetura**: Patrimônio Cultural do Espírito Santo. Vitória: SEMCULT, 2009. Disponível em: <https://SEMCULT.es.gov.br/Media/SEMCULT/patri/%20Catalogo%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Arquitet%C3%B4nico.pdf>. Acesso em: 17/04/2022.

ESPÍRITO SANTO. **Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV)**. [2022 a]. Disponível em: <https://ceturb.es.gov.br/>. Acesso em: 25/09/2022.

ESPÍRITO SANTO. Decreto Nº 1826-S, de 10 de dezembro de 2007. Institui a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla - CTE e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, p. 10, 11/12/2007 a. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/porta/visualizacoes/diario_oficial. Acesso em: 10/12/2022.

ESPÍRITO SANTO. Instrução de Serviço Nº 81 de 21 de agosto de 2020. **Diário Oficial do Espírito Santo**, p. 25-26, 24/08/2020. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/porta/visualizacoes/diario_oficial. Acesso em: 10/12/2022.

ESPÍRITO SANTO. **Elaboração de Projeto Executivo para Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Bacia para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Relatório Síntese. [Vitória], 2016.

ESPÍRITO SANTO. **ES em dados**. [2022 b]. Disponível em: <https://www.es.gov.br/es-em-dados>. Acesso em: 17/04/2022.

ESPÍRITO SANTO. **Espécies da fauna ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Ipema, 2007 b.

ESPÍRITO SANTO. **Espécies da flora ameaçadas de extinção no estado do Espírito Santo**. Vitória: Ipema, 2007 c.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 5.816**, de 22 de dezembro de 1998. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo.

ESPÍRITO SANTO. **Observatório do Turismo do Estado do Espírito Santo**. 2022 c. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/>. Acesso em: 17/04/2022.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA da Lagoa Grande**. [Vila Velha]: [2014].

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Jacarenema**, Vila Velha - ES. [Vila Velha]: 2010.

ESPÍRITO SANTO. **Resolução CONSEMA n. 011**, de 10 de agosto de 2005. Estabelece normas de uso das ilhas costeiras especialmente protegidas ou que constituem sítios reprodutivos de aves no litoral do Espírito Santo, bem como estabelece outras providências.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Atlas da mata atlântica do estado do Espírito Santo: 2007-2008/2012-2015**. Cariacica: IEMA, 2018.

FILGUEIRAS, M. P. Tempo e Espaço entre Pescadores da Praia do Concha. **Sociedade em Estudos**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 30-38, 2007.

FUNDAÇÃO PROZEE - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE RECURSOS VIVOS NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA. **Relatório técnico sobre o censo estrutural da pesca artesanal marítima e estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Itajaí, 2005.

GARCIA, D. G. **Desafios da expansão urbana em áreas ambientalmente frágeis: o entorno da Rodovia Darly Santos-Vila Velha, ES**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/ARQUITETURA%20E%20URBANISMO/UFES_PPGAU_DANIELE_GOLDNER_GARCIA.pdf. Acesso em: 17/04/2022.

HOSTIM-SILVA, M.; SOUZA SOARES, G. S. **Boletim estatístico da pesca do Espírito Santo - Ano 2011**: Programa de estatística pesqueira do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vila Velha**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-velha/panorama>. Acesso em: 17/04/22.

ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018.

IEMA - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **APA Setiba**. 2020. Disponível em https://iema.es.gov.br/APA_Setiba. Acesso em 09/05/2022.

IEMA - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Lista de espécies ameaçadas de extinção do Estado do Espírito Santo**. [2005]. Disponível em <https://iema.es.gov.br/especies-ameacadas> Acesso em 28/04/2022.

IEMA - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. BITENCOURT, C. P; SEVERINO, F. **Parecer Técnico COGEST Nº 008-2018**. Cariacica, 29 de junho de 2018.

IEMA - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Gestão Territorial e Costeira - ORLA**. [2022]. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/gestao-territorial-costeira-orla>. Acesso em: 01/05/2022.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Mapas**. 2012. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 27/04/2022.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI): Diagnóstico Integrado**, v. 2. Vitória, 2018. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/comdevit/plano-de-desenvolvimento-urbano-integrado>. Acesso em: 27/04/2022.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Vulnerabilidade costeira e pesca artesanal**: compilação de informações. Vitória: 2021. (Cadernos DNS, 07).

INCAPER - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Aquicultura e Pesca**. 2020.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Superintendência do Iphan no Espírito Santo**. [2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/espirito-santo>. Acesso em: 17/04/2022.

LEONE, I. F. **A pesca artesanal**: um estudo sobre a coexistência do tradicional e o urbano em Itapoã - Vila Velha, ES, Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Vila Velha, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Vila Velha, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/865/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20DE%20IARA%20FRANCO%20LEONE.pdf>. Acesso em: 01/05/2022.

MARCHI, L. B. **Delimitação de orla marítima urbana**: estudo no município de Vila Velha-ES. 2020. Monografia (especialização) - Instituto Federal do Espírito Santo, Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Engenharia de Infraestrutura Urbana, Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/678>. Acesso em: 17/04/2022.

MAGNAGO, L. F. S., PEREIRA, O. J., MATOS, F. A. R., SOUZA, F. S. Caracterização Fitofisionômica da Restinga na Morada do Sol, Vila Velha/ES. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 456-458, jul. 2007.

MESQUITA, E. Integração do Transcol com os ônibus de Vila Velha não tem data para acontecer. **A Gazeta**, Vitória, 10/05/2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/integracao-do-transcol-com-os-onibus-de-vila-velha-nao-tem-data-para-acontecer-0521>. Acesso em: 25/09/2022.

MUSEU VIVO DA BARRA DO JUCU. **Congo**. 2016. Disponível em: <https://museuvivodabarradojucu.com.br/project/congo/>. Acesso em: 25/09/2022.

NUNES, A. 486 anos de Vila Velha: como nasceu e cresceu a cidade mais antiga do ES. **A Gazeta**, Vitória, 23/05/2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/486-anos-de-vila-velha-como-nasceu-e-cresceu-a-cidade-mais-antiga-do-es-0521>. Acesso em: 17/04/2022.

NUNES, A. L. **Determinação das marés meteorológicas na região da Baía do Espírito Santo e sua influência na drenagem de águas continentais**. 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Tecnológico, Vitória, 2007.

ORLANDI, L. Quiosques da Praia da Costa devem ser desocupados, decide Justiça. **ES360**, Vila Velha, 08/07/2022. Disponível em: <https://es360.com.br/quiosques-da-praia-da-costa-devem-ser-desocupados-decide-justica/>. Acesso em: 09/12/2022.

PASSOS, R. de M.; ESTEVES JUNIOR, M. A construção da cidade e as águas do território: do convívio à supressão na Grande Vitória - ES. In: PEIXOTO, E. R.; PALAZZO, P. P.; DERNTL, M. F.; TREVISAN, R.(orgs.). **Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo**. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU–UnB, 2014. Disponível em: <https://shcu2014.com.br/territ%C3%B3rio/186.html>. Acesso em: 22/09/2022.

PDAU-RMGV - PLANO DIRETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE VITÓRIA. **Diagnóstico Técnico-Participativo Preliminar** - Tomo I. 2021. Disponível em: <https://pdau.com.br/produto/diagnostico/>. Acesso em: 01/05/2022.

PINTO-COELHO, R. M. O significado ambiental da *Terminalia Catappa* (castanheira) na arborização da orla litorânea de Vila Velha (ES). **Acta Biologica Brasiliensia**, v. 4, n. 1, 2021.

PMAP - PROJETO DE MONITORAMENTO E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO RIO DOCE E NO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO. **Vila Velha**. 2022. Disponível em: <http://propeq-es.fundepag.br/28/conteudo>. Acesso em: 06/05/2022.

RANGEL, L. P. **De Vasco a Vila**: trajetória de uma cidade através de seus acervos: catálogos do Instituto Histórico Geográfico de Vila Velha. Vila Velha: Editora Maré, 2021. Disponível em: <https://issuu.com/ihgv/docs/convite>. Acesso em: 17/04/2022.

RODRIGUES, P. P.; LEITE, V. R. Controle da visitação no arquipélago de Itatiaia, Vila Velha/ES: uma ferramenta para a gestão sustentável de ilhas costeiras. In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, Universidade do Vale do Paraíba, **Anais do Encontro Latino Americano de Pós Graduação**, 2008.

ROMERO, F. L. “O PESCADOR É SOFREDOR”: identidades e conflitos em torno da reprodução social da pesca artesanal na praia de Itapoã, Espírito Santo. *Est. Soc.* [online]. 2014, v. 1, n. 20. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235512/28499>. Acesso em 07/05/2022.

ROQUETTE, M.E.T.; PAVAN-FILHO, F.; COSTA, T.J.F.; CARVALHO, R.C. Projeto Monitores Marinhos (MOMAR): proporcionando uma nova visão dos ambientes marinhos capixabas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, pp.273-282, 2010.

SPU/ES - SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESPÍRITO SANTO. **Planta identificando os setores censitários urbanos de Vila Velha conforme IBGE (2010) e as praias objeto de transferência de gestão ao município**. Vitória, 2017. Disponível em: https://sei.economia.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?1aaAMl9DnFIYx7qkJXZ6uhUdJrQUFjWYqIZYECQ58W5YK3CiZdzBZCciMqk1XkfObu-UA1dFxjaP6qD5yJTFpSJtV5VB2qk7Pqt0SuPzQx8t_Apc3uxsVWWhXQGnTmTg. Acesso em: 30/06/2022.

TEMBICI. **Bike VV**. [2022]. Disponível em: <https://www.bikevv.com.br/>. Acesso em: 17/04/2022.

UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA. **Brasil, essa é a nossa praia**. 2022. Disponível em: https://ccsa.ufrn.br/portal/?page_id=13633. Acesso em: 24/05/2022.

VIANNA, A. C. Vila Velha é melhor. **A Tribuna**, Vitória, 20/11/1994. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161201_aj17628_bairros_vilavelha_geral01.pdf. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **AGENDA XXI Vila Velha**: Plano estratégico de desenvolvimento sustentável: Vila Velha - 2002-2015. Vila Velha, 2004.

VILA VELHA. **Balneabilidade de Vila Velha**. 2022a. Disponível em <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/01/confira-a-balneabilidade-das-praias-e-lagoas-de-vila-velha-37259>. Acesso em: 24/05/2022.

VILA VELHA. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC. **Relatório de atividades** - Exercício 2021. 2022 b. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/app/webroot/files/governo/Rel%C3%A1torio_COMPDEC_2021_SIT_E_PMVV.pdf. Acesso em: 01/05/2022.

VILA VELHA. Extrato de Termo de Adesão à Gestão de Praias. **Diário Oficial do Município de Vila Velha**, n. 733, p. 13, 22/07/2019. Disponível em: <https://diariooficial.vilavelha.es.gov.br/Default.aspx?texto=&dataInicial=22%2f07%2f2019&dataFinal=22%2f07%2f2019>. Acesso em: 01/05/2022.

VILA VELHA. **Guia turístico**. [2022 c]. Disponível em: <https://sistemas.vilavelha.es.gov.br/guiaturistico/>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Lei Complementar n. 65**, de 09 de novembro de 2018 a. Institui a revisão decenal da Lei Municipal Nº 4575/2007 que trata do Plano Diretor Municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providências. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/C652018.htm>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Lei n. 6.447**, de 19 de maio de 2021 a. Cria a Unidade de Conservação Monumento Natural Morro do Moreno – MONA Morro do Moreno - e dá outras providências.

VILA VELHA. **Lei n. 6756**, de 28 de novembro de 2022 o. Dispõe sobre a Política Municipal de Mobilidade e Acessibilidade do Município de Vila Velha – ES, aprova o Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade – PLANMOB e dá outras providências. Disponível em: <https://processos.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/L67562022.pdf?identificador=30003A004C00>. Acesso em: 26/12/2022.

VILA VELHA. **Melhoria de acessibilidade na orla da cidade**. 2021 b. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2021/06/melhoria-de-acessibilidade-na-orla-da-cidade-36063>. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **Orla de Vila Velha já conta com novos quiosques para este Verão**. 2020 a. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2020/12/orla-de-vila-velha-ja-counta-com-novos-quiouques-para-este-verao-31317>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Placas informativas são instaladas no Mona - Morro do Moreno**. 2022 d. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/05/placas-informativas-sao-instaladas-no-mona-morro-do-moreno-37794>. Acesso em: 13/05/2022.

VILA VELHA. **Plano contra sombreamento da orla de Vila Velha aprovado pelo Tribunal Federal**. 2022 n. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/05/plano-contrasombreamento-da-orla-de-vila-velha-aprovado-pelo-tribunal-federal-37793>. Acesso em: 13/05/2022.

VILA VELHA. **Plano Municipal de Mobilidade e Acessibilidade** - Etapas. 2016. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/planmobvv/Documents.aspx>. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil**. 2021 c. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Plano%20Municipal%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20Defesa%20Civil.pdf>. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**. 2014. Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/5599_2015_Plano_Saneamento_Basico-SEMMA_Proc_57449-14-Anexo_Aut_3363-14.pdf. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **Plano Municipal de Turismo de Vila Velha**. 2020 b. Disponível em:

[https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Plano%20Municipal%20de%20Turismo%20-%20Aline\(1\).pdf](https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Plano%20Municipal%20de%20Turismo%20-%20Aline(1).pdf). Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **Prefeitura apresenta ao MPF proposta para requalificação dos quiosques na praia**.

2018 b. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2018/08/prefeitura-apresenta-ao-mpf-proposta-para-requalificacao-dos-quiocques-na-praia-24317>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Prefeitura inicia instalação dos novos chuveiros da orla**. 2021 d. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2021/11/prefeitura-inicia-instalacao-dos-novos-chuveiros-da-orla-36973>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Resultados da Balneabilidade de Vila Velha**. 2022 e. Disponível em

<https://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/meio-ambiente-resultado-da-balneabilidade>. Acesso em: 24/05/2022.

VILA VELHA. **Retrospectiva 2021: Obras**. 2022 f. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/01/retrospectiva-2021-obras-37212>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Retrospectiva 2021: Segurança**. 2022 g. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/01/retrospectiva-2021-seguranca-37191>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Saiba quais praias e pontos turísticos não pode deixar de conhecer na cidade**. 2020 c.

Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2020/01/saiba-quais-praias-e-pontos-turisticos-nao-pode-deixar-de-conhecer-na-cidade-28010>. Acesso em 04/05/2022.

VILA VELHA. **Secretaria de Defesa Social e Trânsito**. [2022 h]. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/defesa-social-e-transito>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Secretaria de Meio Ambiente**. [2022 i]. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/meio-ambiente>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Secretaria de Serviços Urbanos**. [2022 j]. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/secretaria/servicos-urbanos>. Acesso em: 17/04/2022.

VILA VELHA. **Verão 2022**: Prefeitura garante limpeza da orla diariamente. 2022 k. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/01/verao-2022-prefeitura-garante-limpeza-da-orla-diariamente-37185>. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **VILA VELHA 162 – Ouvidoria inteligente**. 2022 l. Disponível em:

<https://sistemas.vilavelha.es.gov.br/ouvidoria/Default.aspx>. Acesso em: 22/09/2022.

VILA VELHA. **Vila Velha cataloga trilhas urbanas e rurais e vai ampliar rede cicloviária**. 2020 d.

Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2020/12/vila-velha-cataloga-trilhas-urbanas-e-rurais-e-vai-ampliar-rede-ciclovitaria-31255>. Acesso em: 27/04/2022.

VILA VELHA. **Vila Velha em números**: diagnóstico municipal 2018. 2018 c. Disponível em:

<https://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Vila%20Velha%20em%20Numeros%20-%20Diagnostico%20Municipal%202018.pdf>. Acesso em: 01/05/2022.

VILA VELHA. **Vila Velha inicia ampliação da iluminação pública em pontos inexistentes**. 2022 m. Disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2022/03/vila-velha-inicia-ampliacao-da-iluminacao-publica-em-pontos-inexistentes-37558>. Acesso em: 27/04/2022.

9 CRONOGRAMA GERAL.

Como informa Brasil (2022a, p. 293), a “Audiência Pública e a Institucionalização do Comitê Gestor do Projeto Orla devem ocorrer no máximo em 60 dias após o município ter recebido o PGI aprovado pela CEPO e analisado pela CNPO”, sendo que especificamente a “institucionalização do CG deve-se dar por meio de ato normativo do Poder Executivo Municipal em no máximo 30 dias, após a referida AP” (BRASIL, 2022a, p. 296). Portanto, está previsto o prazo de 30 dias para a realização da Audiência Pública *após* a avaliação e manifestação da CEPO e da CNPO; e, *após* a realização da Audiência Pública, 30 dias de prazo para institucionalizar o Comitê Gestor; totalizando os 60 dias.

Portanto, sugere-se que *a vigência do PGI se inicie 30 dias após a realização da Audiência Pública, juntamente com a institucionalização do Comitê Gestor. A partir da vigência, se iniciam a implementação das ações e diretrizes propostas no PGI*, como apresentados no **QUADRO DETALHADO**. Além disso, fixam-se os prazos para apresentar os Relatórios anuais de acompanhamento de implementação do PGI, e os procedimentos para Revisão do PGI. O **Quadro 56** abaixo apresenta uma proposta de cronograma geral de implementação e revisão.

Quadro 56: Cronograma Geral da Implementação do PGI.

	Prazos, a partir da aprovação da CEPO e manifestação da CNPO							
Evento/Ação	em até 30 dias (1 mês)				em até 60 dias (2 meses)			
Audiência Pública para legitimar o Texto Base do PGI	X							
Institucionalização do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla					X			
Início da Vigência do PGI					X			
	Prazos, a partir da vigência do PGI							
Evento/Ação	em até 3 meses (90 dias)	em até 6 meses (180 dias)	em até 12 meses (1 ano)	em até 18 meses (1 ano e meio)	em até 24 meses (2 anos)	em até 36 meses (3 anos)	em até 48 meses (4 anos)	em até 60 meses (5 anos)
Ações de Execução IMEDIATA	X							
Ações de Execução CURTA		X						
1º Relatório Anual de Acompanhamento de Implementação do PGI			X					
Ações de Execução				X				

MÉDIA								
2º Relatório Anual de Acompanhamento de Implementação do PGI					X			
3º Relatório Anual de Acompanhamento de Implementação do PGI						X		
Ações de Execução LONGA							X	
Relatório de Revisão do PGI							X	
Texto Base do PGI Revisado								X

Fonte: Elaboração própria (2022).

O **Quadro 57** abaixo apresenta o cronograma de execução das Ações e Diretrizes – conforme o **item 6 AÇÕES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS** deste documento – agrupados em: Imediatas (em até 3 meses, a partir da vigência); Curtas (em até 6 meses); Médias (em até 18 meses, a partir da vigência); Longas (em até 48 meses, a partir da vigência) e; Contínuas (a partir da vigência).

O objetivo de ambos os **Quadros** é clarificar e facilitar o monitoramento de implementação do PGI.

Quadro 57: Cronograma de execução das Ações e Diretrizes.

		Prazo de execução				
n	Ação ou Diretriz	IMEDIATO - em até 3 meses	CURTO - em até 6 meses	MÉDIO - em até 18 meses	LONGO - até 48 meses	CONTÍNUO
AE.4	Plano de divulgação do PGI					
AE.6	Realização de uma sessão especial na Câmara Municipal para apresentação do PGI.					
P5.1.24a	Ampliar a rede de câmeras de videomonitoramento, melhorar a iluminação pública e intensificar as rondas da guarda municipal.					
P5.2.11a	Ampliar a rede de câmeras de videomonitoramento, melhorar a iluminação pública e intensificar as rondas da guarda municipal.					
P5.3.17a	Ampliar a rede de câmeras de videomonitoramento, melhorar a iluminação pública e intensificar as rondas da guarda municipal.					
P5.4.8a	Ampliar a rede de câmeras de videomonitoramento, melhorar a iluminação pública e intensificar as rondas da guarda municipal.					
P5.5.16a	Ampliar a rede de câmeras de videomonitoramento, melhorar a iluminação pública e intensificar as rondas da guarda municipal.					
P3.1.35a	Analisar possibilidade de alteração da legislação vigente paralelo à regulamentação do serviço de locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia pelos ambulantes					
P3.2.41a	Analisar possibilidade de alteração da legislação vigente paralelo à regulamentação do serviço de locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia pelos ambulantes					
P3.3.44a	Analisar possibilidade de alteração da legislação vigente paralelo à regulamentação do serviço de locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia pelos ambulantes					
P3.4.39a	Analisar possibilidade de alteração da legislação vigente paralelo à regulamentação do serviço de locação de cadeiras de praia e guarda-sol na praia pelos ambulantes					
P6.1.1a	Articular com o proprietário da área para realizar a manutenção do muro ao redor da propriedade					
P3.1.13a	Aumentar o uso de sinalização quanto aos riscos					
P3.2.16a	Aumentar o uso de sinalização quanto aos riscos					
P3.3.15a	Aumentar o uso de sinalização quanto aos riscos					
P3.4.12a	Aumentar o uso de sinalização quanto aos riscos					

P3.1.19a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P3.2.26a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P3.3.24a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P3.4.20a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P4.12a	Divulgação e realização de campanhas coletivas de limpeza da faixa de areia					
P4.2.2a	Divulgação e realização de campanhas coletivas de limpeza da faixa de areia					
P4.3.2a	Divulgação e realização de campanhas coletivas de limpeza da faixa de areia					
P3.1.12a	Elaboração de projeto para definição de espaços de carga e descarga (com rampas de acesso) para os prestadores de serviços durante horários específicos					
P3.2.15a	Elaboração de projeto para definição de espaços de carga e descarga (com rampas de acesso) para os prestadores de serviços durante horários específicos					
P3.3.14a	Elaboração de projeto para definição de espaços de carga e descarga (com rampas de acesso) para os prestadores de serviços durante horários específicos					
P3.4.11a	Elaboração de projeto para definição de espaços de carga e descarga (com rampas de acesso) para os prestadores de serviços durante horários específicos					
P6.1.14a	Executar o cercamento da área de restinga, a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica, em toda a extensão da orla					
P6.2.22a	Executar o cercamento da área de restinga, a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica, em toda a extensão da orla					
P6.3.24a	Executar o cercamento da área de restinga, a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica, em toda a extensão da orla					
P6.4.22a	Executar o cercamento da área de restinga, a exemplo do cercamento realizado nas praias de Itapuã e Itaparica, em toda a extensão da orla					
PP5.1.7a	Fomentar eventos e divulgação, para as atividades náuticas.					
PP5.2.2a	Fomentar eventos e divulgação, para as atividades náuticas.					
PP5.3.4a	Fomentar eventos e divulgação, para as atividades náuticas.					
P5.4.2a	Fomentar eventos e divulgação, para as atividades náuticas.					
PP5.5.3a	Fomentar eventos e divulgação, para as atividades náuticas.					

PP5.1.2a	Formalizar os eventos tradicionais locais no calendário municipal de arte e cultura e a PMVV e parceiros fomentar/apoiar os grupos locais, dotando de infraestrutura para a realização dos eventos e recepção de visitantes					
PP5.3.2a	Formalizar os eventos tradicionais locais no calendário municipal de arte e cultura e a PMVV e parceiros fomentar/apoiar os grupos locais, dotando de infraestrutura para a realização dos eventos e recepção de visitantes					
PP5.5.2a	Formalizar os eventos tradicionais locais no calendário municipal de arte e cultura e a PMVV e parceiros fomentar/apoiar os grupos locais, dotando de infraestrutura para a realização dos eventos e recepção de visitantes					
P5.2.8a	Inclusão da Estrada Velha no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na área de restinga e em suas margens; fiscalização recorrente e fixação de placas indicativas de proibição de disposição de lixo e outros resíduos e da extração ilegal de areia.					
P5.1.12a	Inclusão da limpeza da faixa de areia no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na praia					
P5.2.6a	Inclusão da limpeza da faixa de areia no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na praia					
P5.3.9a	Inclusão da limpeza da faixa de areia no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na praia					
P5.5.9a	Inclusão da limpeza da faixa de areia no cronograma de limpeza pública com o recolhimento dos resíduos deixados na praia					
P5.1.6a	Intensificar a coleta de lixo na praia (vetores: ratos, baratas, escorpiões e outros); Recolhimento de cães e gatos associado a campanha de adoção de animais; Apoio a ONG que realizam o trabalho de recolhimento, castração, controle de zoonoses, etc.; Realizar campanha de conscientização contra o abandono de animais.					
P5.2.4a	Intensificar a coleta de lixo na praia (vetores: ratos, baratas, escorpiões e outros); Recolhimento de cães e gatos associado a campanha de adoção de animais; Apoio a ONG que realizam o trabalho de recolhimento, castração, controle de zoonoses, etc.; Realizar campanha de conscientização contra o abandono de animais.					
P5.3.4a	Intensificar a coleta de lixo na praia (vetores: ratos, baratas, escorpiões e outros); Recolhimento de cães e gatos associado a campanha de adoção de animais; Apoio a ONG que realizam o trabalho de recolhimento, castração, controle de zoonoses, etc.; Realizar campanha de conscientização contra o abandono de animais.					

P5.4.3a	Intensificar a coleta de lixo na praia (vetores: ratos, baratas, escorpiões e outros); Recolhimento de cães e gatos associado a campanha de adoção de animais; Apoio a ONG que realizam o trabalho de recolhimento, castração, controle de zoonoses, etc.; Realizar campanha de conscientização contra o abandono de animais.					
P5.5.4a	Intensificar a coleta de lixo na praia (vetores: ratos, baratas, escorpiões e outros); Recolhimento de cães e gatos associado a campanha de adoção de animais; Apoio a ONG que realizam o trabalho de recolhimento, castração, controle de zoonoses, etc.; Realizar campanha de conscientização contra o abandono de animais.					
P3.1.10a	Intensificar a fiscalização					
P3.1.11a	Intensificar a fiscalização					
P3.2.13a	Intensificar a fiscalização					
P3.2.14a	Intensificar a fiscalização					
P3.3.12a	Intensificar a fiscalização					
P3.3.13a	Intensificar a fiscalização					
P3.4.9a	Intensificar a fiscalização					
P3.4.10a	Intensificar a fiscalização					
P3.1.34a	Intensificar ação de fiscalização e verificação; Adequação das placas de sinalização					
P3.2.40a	Intensificar ação de fiscalização e verificação; Adequação das placas de sinalização					
P3.3.43a	Intensificar ação de fiscalização e verificação; Adequação das placas de sinalização					
P3.4.38a	Intensificar ação de fiscalização e verificação; Adequação das placas de sinalização					
P3.1.4a	Melhoria no planejamento das podas e manejo da restiga; Proposição de parcerias público-privadas					
P3.2.4a	Melhoria no planejamento das podas e manejo da restiga; Proposição de parcerias público-privadas					
P3.3.2a	Melhoria no planejamento das podas e manejo da restiga; Proposição de parcerias público-privadas					
P3.4.2a	Melhoria no planejamento das podas e manejo da restiga; Proposição de parcerias público-privadas					
P6.1.15a	Programa de conscientização dos tutores; Intensificar a fiscalização para o cumprimento da legislação; Pronto atendimento em casos de chamadas emergenciais					

P6.2.23a	Programa de conscientização dos tutores; Intensificar a fiscalização para o cumprimento da legislação; Pronto atendimento em casos de chamadas emergenciais					
P6.3.25a	Programa de conscientização dos tutores; Intensificar a fiscalização para o cumprimento da legislação; Pronto atendimento em casos de chamadas emergenciais					
P6.4.23a	Programa de conscientização dos tutores; Intensificar a fiscalização para o cumprimento da legislação; Pronto atendimento em casos de chamadas emergenciais					
P4.1.1d	Realização de campanha educativa na TV e em demais veículos de comunicação de massa, com divulgação de canais de denúncia					
P4.2.1d	Realização de campanha educativa na TV e em demais veículos de comunicação de massa, com divulgação de canais de denúncia					
P4.3.1d	Realização de campanha educativa na TV e em demais veículos de comunicação de massa, com divulgação de canais de denúncia					
P5.1.13a	Realizar estudos que identifiquem pontos de desova de tartarugas marinhas e remanejar os ovos e filhotes para Guanabara (Anchieta)					
P5.2.7a	Realizar estudos que identifiquem pontos de desova de tartarugas marinhas e remanejar os ovos e filhotes para Guanabara (Anchieta)					
P5.3.10a	Realizar estudos que identifiquem pontos de desova de tartarugas marinhas e remanejar os ovos e filhotes para Guanabara (Anchieta)					
P5.4.5a	Realizar estudos que identifiquem pontos de desova de tartarugas marinhas e remanejar os ovos e filhotes para Guanabara (Anchieta)					
P5.5.10a	Realizar estudos que identifiquem pontos de desova de tartarugas marinhas e remanejar os ovos e filhotes para Guanabara (Anchieta)					
P5.1.15a	Relocação dos contentores para as ruas laterais à praia, remoção do lixo no período da tarde em dias alternados durante a semana e, diariamente, nos finais de semana.					
P5.1.9a	Remanejamento dos quiosques e restaurantes para área fora da faixa de areia e remoção dos quiosques existentes.					
P5.3.7a	Remanejamento dos quiosques e restaurantes para área fora da faixa de areia e remoção dos quiosques existentes.					
P5.5.7a	Remanejamento dos quiosques e restaurantes para área fora da faixa de areia e remoção dos quiosques existentes.					
P5.1.10a	Remoção de ocupações irregulares em áreas de restingas (APP) e fiscalização para impedir novas ocupações.					
P5.3.8a	Remoção de ocupações irregulares em áreas de restingas (APP) e fiscalização para impedir novas ocupações.					
P5.5.8a	Remoção de ocupações irregulares em áreas de restingas (APP) e					

	fiscalização para impedir novas ocupações.					
P5.1.19a	Remoção dos quiosques e ordenamento do uso da faixa de areia com cadeiras e com notificação dos restaurantes.					
P5.3.14a	Remoção dos quiosques e ordenamento do uso da faixa de areia com cadeiras e com notificação dos restaurantes.					
P5.5.14a	Remoção dos quiosques e ordenamento do uso da faixa de areia com cadeiras e com notificação dos restaurantes.					
P3.1.30a	Ações de conscientização quanto as obrigações e responsabilidades dos tutores de cães e intensificação da fiscalização quanto a legislação vigente, aumentar o quantitativo de lixeiras na orla, incentivar atividades educativas nas escolas quanto ao tema					
P3.2.36a	Ações de conscientização quanto as obrigações e responsabilidades dos tutores de cães e intensificação da fiscalização quanto a legislação vigente, aumentar o quantitativo de lixeiras na orla, incentivar atividades educativas nas escolas quanto ao tema					
P3.3.39a	Ações de conscientização quanto as obrigações e responsabilidades dos tutores de cães e intensificação da fiscalização quanto a legislação vigente, aumentar o quantitativo de lixeiras na orla, incentivar atividades educativas nas escolas quanto ao tema					
P3.4.34a	Ações de conscientização quanto as obrigações e responsabilidades dos tutores de cães e intensificação da fiscalização quanto a legislação vigente, aumentar o quantitativo de lixeiras na orla, incentivar atividades educativas nas escolas quanto ao tema					
PP1e2.1f	Adaptação do projeto de revitalização da Prainha ao fluxo gerado pelo transporte aquaviário					
P3.1.27a	Ampliação da rede de videomonitoramento, intensificação do monitoramento ostensivo na orla, melhorias na iluminação pública, foco nas atividades de monitoramento durante os horários da madrugada e avaliar a implantação de uma rede participativa					
P3.2.33a	Ampliação da rede de videomonitoramento, intensificação do monitoramento ostensivo na orla, melhorias na iluminação pública, foco nas atividades de monitoramento durante os horários da madrugada e avaliar a implantação de uma rede participativa					
P3.3.35a	Ampliação da rede de videomonitoramento, intensificação do monitoramento ostensivo na orla, melhorias na iluminação pública, foco nas atividades de monitoramento durante os horários da madrugada e avaliar a implantação de uma rede participativa					

P3.4.30a	Ampliação da rede de videomonitoramento, intensificação do monitoramento ostensivo na orla, melhorias na iluminação pública, foco nas atividades de monitoramento durante os horários da madrugada e avaliar a implantação de uma rede participativa					
P5.1.11a	Ampliação e reforma da capela existente no cemitério (avaliar a contaminação do solo pelo chorumen do cemitério)					
P6.3.6a	Articulação entre a PMVV e gestora da Igreja para possibilitar a visitação pública diariamente					
PP3.5.2a	Capacitar comunidades envolvidas, Realização de campanha publicitária, divulgação do turismo de base comunitária com ênfase na preservação ambiental e nas atividades tradicionais (respeitando a legislação existente)					
PP1e2.4a	Compartilhamento das informações referentes à expansão portuária					
P3.1.25a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P3.2.31a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P3.3.33a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
P3.4.28a	Conscientização e sensibilização quanto ao uso das ciclovias e instalação de sinalização educativa					
PP1e2.1a	Construção do terminal aquaviário na Prainha					
P4.3.13a	Consulta ao Plano de Manejo da UC para verificar se a atividade se é permitida e, a partir das informações do Plano de Manejo, definir se a atividade será retirada ou se será apresentada uma alternativa para sua permanência					
PP4.1.1a	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de esportes na UC e, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais esportes podem ser praticados e normativas					
PP4.2.1a	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de esportes na UC e, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais esportes podem ser praticados e normativas					
PP4.3.1a	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de esportes na UC e, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais esportes podem ser praticados e normativas					
PP4.1.8a	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de turismo de aventura na UC, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais práticas podem ser exercidas e as normativas					

PP4.2.8a	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de turismo de aventura na UC, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais práticas podem ser exercidas e as normativas					
PP4.3.8a	Consulta ao Plano de Manejo para verificar se há restrições para prática de turismo de aventura na UC, a partir das informações do Plano de Manejo, definir quais práticas podem ser exercidas e as normativas					
PP3.1.5a	Desburocratização para obtenção, divulgação dos benefícios de uso dos parklets para sensibilização dos frequentadores da orla					
PP3.2.5a	Desburocratização para obtenção, divulgação dos benefícios de uso dos parklets para sensibilização dos frequentadores da orla					
PP3.3.5a	Desburocratização para obtenção, divulgação dos benefícios de uso dos parklets para sensibilização dos frequentadores da orla					
PP3.4.5a	Desburocratização para obtenção, divulgação dos benefícios de uso dos parklets para sensibilização dos frequentadores da orla					
PP1e2.2b	Elaboração de inventário de eventos e espaços para a realização dos mesmos					
P1e2.9f	Elaboração de plano do GGI nessa região					
PP1e2.5a	Elaboração de um inventário da oferta turística					
PP1e2.6a	Elaboração de um inventário da oferta turística					
PP1e2.7a	Elaboração de um inventário da oferta turística					
PP1e2.8a	Elaboração de um inventário da oferta turística					
PP1e2.3a	Elaboração de um inventário de demanda e oferta turística					
P3.1.6a	Estudar o projeto dos chuveiros para evitar o roubo dos componentes (ex.: uso de bombas submersas)					
P3.2.7a	Estudar o projeto dos chuveiros para evitar o roubo dos componentes (ex.: uso de bombas submersas)					
P3.3.5a	Estudar o projeto dos chuveiros para evitar o roubo dos componentes (ex.: uso de bombas submersas)					
P3.4.5a	Estudar o projeto dos chuveiros para evitar o roubo dos componentes (ex.: uso de bombas submersas)					
P1e2.10b	Identificação da melhor destinação para as embarcações abandonadas					
P1e2.1a	Identificação das ocupações das áreas de risco					
P1e2.9a	Identificação dos crimes cometidos na região					
P4.1.4a	Implantação de lixeiras (na UC, deve haver coleta diária)					
P4.2.4a	Implantação de lixeiras (na UC, deve haver coleta diária)					
P4.3.4a	Implantação de lixeiras (na UC, deve haver coleta diária)					
P4.1.6d	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas					
P4.1.7a	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas					

P4.2.6d	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas				
P4.2.7a	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas				
P4.3.6d	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas				
P4.3.7a	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas				
P4.1.5b	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas sobre as espécies nativas do local				
P4.2.5b	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas sobre as espécies nativas do local				
P4.3.5b	Implantação de sinalização com placas informativas e normativas sobre as espécies nativas do local				
P4.1.3a	Implantação de sinalização com placas normativas e informativas (risco de afogamento)				
P4.2.3a	Implantação de sinalização com placas normativas e informativas (risco de afogamento)				
P4.3.3a	Implantação de sinalização com placas normativas e informativas (risco de afogamento)				
PP3.2.10a	Implantação e melhorias na infraestrutura de apoio; Sensibilização dos permissionários quanto ao zelo com o espaço utilizado pelos mesmos; Aumento do monitoramento ostensivo; Definição de espaços destinados à essas atividades				
PP5.1.13a	Implantar infraestrutura (Tenda) para abrigar eventos culturais na praia do Barrão (Palco, iluminação, sonorização, banheiros químicos, etc).				
PP3.5.4a	Incentivar a prática por meio de publicidade e divulgação dos atrativos, mapeamento dos pontos de interesse de mergulho				
PP3.1.9a	Incentivo fiscal e desburocratização				
PP3.2.11a	Incentivo fiscal e desburocratização				
PP3.3.10a	Incentivo fiscal e desburocratização				
PP3.4.10a	Incentivo fiscal e desburocratização				
P4.1.2b	Inserção do PNMJ (UC) no cronograma municipal de limpeza da faixa de areia				
P4.2.2b	Inserção do PNMJ (UC) no cronograma municipal de limpeza da faixa de areia				
P4.3.2b	Inserção do PNMJ (UC) no cronograma municipal de limpeza da faixa de areia				
P1e2.9c	Instalação de câmeras de monitoramento				
P5.1.16a	Instalação de lixeiras nas praias, no calçadão e nas ruas lindeiras a praia e recolhimento do lixo.				
P5.3.12a	Instalação de lixeiras nas praias, no calçadão e nas ruas lindeiras a praia				

	e recolhimento do lixo.					
P5.5.12a	Instalação de lixeiras nas praias, no calçadão e nas ruas lindeiras a praia e recolhimento do lixo.					
P4.3.11a	Instalação de placas normativas e informativas (proibição de animais e abandono)					
P4.3.14c	Instalação de placas normativas e informativas (risco de queda, área proibida etc)					
PP1e2.1e	Integração dos modais de transporte entre o terminal aquaviário da Prainha e outros sistemas de transporte					
P3.1.33a	Intensificação da fiscalização, ações de conscientização com os comerciantes, estudar possibilidade de ajustes nos horários de recolhimento de lixo					
P3.2.39a	Intensificação da fiscalização, ações de conscientização com os comerciantes, estudar possibilidade de ajustes nos horários de recolhimento de lixo					
P3.3.42a	Intensificação da fiscalização, ações de conscientização com os comerciantes, estudar possibilidade de ajustes nos horários de recolhimento de lixo					
P3.4.37a	Intensificação da fiscalização, ações de conscientização com os comerciantes, estudar possibilidade de ajustes nos horários de recolhimento de lixo					
P3.3.20a	Intensificar a fiscalização e realizar estudo de revisão do quantitativo permitido					
P3.4.17a	Intensificar a fiscalização e realizar estudo de revisão do quantitativo permitido					
P1e2.10a	Levantamento da situação das embarcações abandonadas					
P1e2.11a	Levantamento da situação de uso e ocupação da enseada de Jaburuna					
PP5.1.14a	Melhorar os pontos de apoio para peregrinos, atraindo investimentos, inclusive para a Igrejinha de Nossa Senhora da Glória e parte cultural da praça, e implantar sinalização turística indicativa dos "Passos de Anchieta".					
PP5.2.5a	Melhorar os pontos de apoio para peregrinos, atraindo investimentos, inclusive para a Igrejinha de Nossa Senhora da Glória e parte cultural da praça, e implantar sinalização turística indicativa dos "Passos de Anchieta".					
PP5.3.6a	Melhorar os pontos de apoio para peregrinos, atraindo investimentos, inclusive para a Igrejinha de Nossa Senhora da Glória e parte cultural da praça, e implantar sinalização turística indicativa dos "Passos de Anchieta".					

P5.4.5a	Melhorar os pontos de apoio para peregrinos, atraindo investimentos, inclusive para a Igreja de Nossa Senhora da Glória e parte cultural da praça, e implantar sinalização turística indicativa dos "Passos de Anchieta".					
PP5.5.6a	Melhorar os pontos de apoio para peregrinos, atraindo investimentos, inclusive para a Igreja de Nossa Senhora da Glória e parte cultural da praça, e implantar sinalização turística indicativa dos "Passos de Anchieta".					
P6.3.9a	Proibir a colocação de mesas e cadeiras na faixa de areia; Intensificar fiscalização					
P6.4.4a	Proibir a colocação de mesas e cadeiras na faixa de areia; Intensificar fiscalização					
PP1e2.2a	Projeto de requalificação da Prainha prevendo área para os eventos culturais					
P1e2.7a	Realização de estudos para identificar os bloqueios					
P4.1.12b	Realização de operações da Polícia Militar Ambiental (tocaia e outros)					
P4.2.12b	Realização de operações da Polícia Militar Ambiental (tocaia e outros)					
PP5.1.9a	Realizar estudo para identificação de área passível de implantação de pista de pump track					
P6.1.2a	Realizar levantamento das ruas que necessitam de iluminação na orla Instalação de iluminação pública adequada quanto aos padrões do município					
P6.3.1a	Realizar levantamento das ruas que necessitam de iluminação na orla Instalação de iluminação pública adequada quanto aos padrões do município					
P3.3.7a	Regulamentar o uso da areia por atividades comerciais e delimitar os espaços dos pescadores e das mesas e cadeiras.					
P3.1.15a	Remoção das caixas					
P3.2.18a	Remoção das caixas					
P3.3.17a	Remoção das caixas					
P3.4.14a	Remoção das caixas					
P3.4.13a	Remoção ou Redesignação de uso da área					
P1e2.12a	Resgatar estudos que identificam a identidade da Prainha					
P1e2.7b	Retirada de bloqueios					
PP5.1.12a	Retomada do Cine Barra na pracinha da praia do Barrão.					
P1e2.8a	Sinalização náutica					
P5.1.22a	Abertura de discussão junto a comunidade local para criação de lei que					

	ordene ou coiba o transito de veículos na praia.					
P5.2.10a	Abertura de discussão junto a comunidade local para criação de lei que ordene ou coiba o transito de veículos na praia.					
P5.3.16a	Abertura de discussão junto a comunidade local para criação de lei que ordene ou coiba o transito de veículos na praia.					
P5.4.7a	Abertura de discussão junto a comunidade local para criação de lei que ordene ou coiba o transito de veículos na praia.					
P5.5.15a	Abertura de discussão junto a comunidade local para criação de lei que ordene ou coiba o transito de veículos na praia.					
P6.1.4a	Articulação com o proprietário da área para coibir a ocupação e desmatamento Viabilizar uma destinação adequada para a área (por exemplo, criação de um parque ecológico)					
PP6.3.2a	Articulação entre PMVV, instituição organizadora dos Passos de Anchieta e a Arquidiocese para a igreja Nossa Senhora dos Navegantes seja inserida no roteiro turístico religioso; Desenvolver atividades para recepção dos romeiros na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes; Articulação entre a PMVV e gestora da Igreja para possibilitar a visitação pública diariamente					
P3.1.29a	Aumentar a oferta de castração, leis mais rígidas para quem abandona os animais, maior oferta do serviço de recolhimento; Ações educacionais nas escolas e conscientização com a população quanto as responsabilidades e riscos de abandono de animais					
P3.2.35a	Aumentar a oferta de castração, leis mais rígidas para quem abandona os animais, maior oferta do serviço de recolhimento; Ações educacionais nas escolas e conscientização com a população quanto as responsabilidades e riscos de abandono de animais					
P3.3.38a	Aumentar a oferta de castração, leis mais rígidas para quem abandona os animais, maior oferta do serviço de recolhimento; Ações educacionais nas escolas e conscientização com a população quanto as responsabilidades e riscos de abandono de animais					
P3.4.33a	Aumentar a oferta de castração, leis mais rígidas para quem abandona os animais, maior oferta do serviço de recolhimento; Ações educacionais nas escolas e conscientização com a população quanto as responsabilidades e riscos de abandono de animais					
PP6.3.3a	Auxiliar os pescadores na regularização da documentação da atividade profissional e das embarcações junto ao MAPA; Viabilizar espaço/rancho para os pescadores artesanais guardarem embarcações e petrechos; Elaborar e executar projeto de apoio à pesca artesanal (capacitação e treinamentos quanto a regularização de documentações,					

	manipulação adequada do pescado, legislação pesqueira, entre outros); Apoiar a Colônia de Pescadores para fortalecimento e união dos pescadores; Elaborar e executar projeto de Turismo de Pesca, em conjunto com os pescadores; Elaborar Plano de Turismo de Base Comunitária					
PP4.1.10a	Capacitação dos pescadores, comerciantes, fazedores de cultura, artesãos, prestadores de serviços turísticos locais					
PP4.2.10a	Capacitação dos pescadores, comerciantes, fazedores de cultura, artesãos, prestadores de serviços turísticos locais					
PP4.3.10a	Capacitação dos pescadores, comerciantes, fazedores de cultura, artesãos, prestadores de serviços turísticos locais					
P6.2.2a	Colocação de placas educativas quanto a proibição de veículos motorizados na praia; Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal					
P5.5.17a	Conclusão do sistema de saneamento e fiscalização para os lançamentos clandestinos de esgotos na lagoa, integrado ao PDAU-RMGV como apoiador.					
P6.1.21a	Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc); Fomentar a capacitação dos jovens em cursos técnicos e profissionalizantes; Fomentar a prática de esportes para os jovens, especialmente aos finais de semana; Intensificar a fiscalização, com rondas periódicas, nas ruas e nas casas de eventos clandestinas; Realizar palestras nas escolas					
P6.2.29a	Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc); Fomentar a capacitação dos jovens em cursos técnicos e profissionalizantes; Fomentar a prática de esportes para os jovens, especialmente aos finais de semana; Intensificar a fiscalização, com rondas periódicas, nas ruas e nas casas de eventos clandestinas; Realizar palestras nas escolas					
P6.3.31a	Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc); Fomentar a capacitação dos jovens em cursos técnicos e profissionalizantes; Fomentar a prática de esportes para os jovens, especialmente aos finais de semana; Intensificar a fiscalização, com rondas periódicas, nas ruas e nas casas de eventos clandestinas; Realizar palestras nas escolas					
P6.4.29a	Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas,					

	quadriciclos, etc); Fomentar a capacitação dos jovens em cursos técnicos e profissionalizantes; Fomentar a prática de esportes para os jovens, especialmente aos finais de semana; Intensificar a fiscalização, com rondas periódicas, nas ruas e nas casas de eventos clandestinas; Realizar palestras nas escolas					
P6.1.16a	Construção de banheiros públicos de alvenaria, com garantia de limpeza periódica, em toda a extensão da orla e ligados na rede de coleta e tratamento de esgoto; Instalação de bebedouros e chuveiros					
P6.2.24a	Construção de banheiros públicos de alvenaria, com garantia de limpeza periódica, em toda a extensão da orla e ligados na rede de coleta e tratamento de esgoto; Instalação de bebedouros e chuveiros					
P6.3.26a	Construção de banheiros públicos de alvenaria, com garantia de limpeza periódica, em toda a extensão da orla e ligados na rede de coleta e tratamento de esgoto; Instalação de bebedouros e chuveiros					
P6.4.24a	Construção de banheiros públicos de alvenaria, com garantia de limpeza periódica, em toda a extensão da orla e ligados na rede de coleta e tratamento de esgoto; Instalação de bebedouros e chuveiros					
P4.1.13b	Criação de cronograma de ações integradas de fiscalização municipal ambiental					
P4.2.13b	Criação de cronograma de ações integradas de fiscalização municipal ambiental					
P4.3.12b	Criação de cronograma de ações integradas de fiscalização municipal ambiental					
AE.7	Criação e divulgação do Calendário de eventos.					
P1e2.6c	Criação e implantação do Plano Municipal de Acessibilidade					
P3.3.8a	Definir espaço específico para a queima, com projeto adequado, considerando atividade turística					
PP6.2.1a	Desenvolver projeto de conscientização ecológica, junto as escolas e comunidade, sobre a importância da preservação das tartarugas; Articulação entre prefeitura, projeto TAMAR e outras instituições que atuam nessa área para realizar monitoramento das desovas e proteção dos ninhos; Inclusão da comunidade na participação do monitoramento, por meio de capacitação como monitores locais; Desenvolver ações voltadas para o turismo ecológico; Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas					
P5.1.21a	Destacar um profissional de educação física para acompanhamento de idosos na academia popular e locar ou construir uma unidade de convivência comunitária.					
PP3.1.2a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática					

	dessas atividades, investimento em mais eventos; Estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.1.3a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.2.2a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; Estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.2.3a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.3.2a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; Estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.3.3a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.4.2a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; Estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
PP3.4.3a	Divulgação das modalidades, indicação de áreas específicas para prática dessas atividades, investimento em mais eventos; estudar possibilidade de incentivo a projetos sociais					
P3.3.9a	Elaboração de projeto de reforma e regulamentação do uso					
P3.2.8a	Elaboração de projeto de requalificação da orla					
P3.3.6a	Elaboração de projeto de requalificação da orla					
PP1e2.10a	Elaboração de um estudo de viabilidade					
PP1e2.1d	Elaboração de um estudo para ampliação do sistema aquaviário na Baía de Vitória					
AE.3	Elaboração de um inventário de demanda e oferta turística					
P6.2.5a	Elaboração e execução de projeto de drenagem, prevendo tratamento adequado da água pluvial da rodovia Articulação entre PMVV, Governo do Estado e Rodosol para viabilizar o projeto; Elaborar e executar projeto de recuperação da área de restinga					
P3.2.22a	Elaboração e implantação de placas informativas e turísticas					
P3.3.22a	Elaboração e implantação de placas informativas e turísticas					
P3.4.19a	Elaboração e implantação de placas informativas e turísticas					
P6.2.4a	Elaborar e executar projeto de recuperação da área de restinga					

PP5.1.15a	Elaborar e implantar projeto de iluminação cênica na orla da Praia do Barrão, destacando as belezas naturais do local, porém cuidando para não prejudicar as tartarugas marinhas, caso ocorram ninhos de desova na praia					
P3.2.11a	Elaborar estudo e projeto quanto a possibilidade de adequação e proibição dos usos indevidos					
P3.3.10a	Elaborar estudo e projeto quanto a possibilidade de adequação e proibição dos usos indevidos					
P3.4.7a	Elaborar estudo e projeto quanto a possibilidade de adequação e proibição dos usos indevidos					
P6.3.17a	Elaborar estudo para verificar o que está causando a erosão e levantar e executar as medidas necessárias para evitar/minimizar os processos erosivos; Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada					
P6.4.13a	Elaborar estudo para verificar o que está causando a erosão e levantar e executar as medidas necessárias para evitar/minimizar os processos erosivos; Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada					
PP6.2.2a	Elaborar projeto para identificação das espécies de aves; Inserir a região em roteiros nacionais e internacionais de Turismo de observação de aves; Desenvolver projeto de educação ambiental nas escolas, voltada para a importância da avifauna local; Intensificação da fiscalização para coibir a captura ilegal de aves; Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas					
P6.2.12a	Elaborar um projeto de área de lazer (por exemplo, academia para uso de jovens, idosos, entre outros); Substituição dos aparelhos e manutenção contínua					
P4.1.13a	Estruturação da equipe de fiscalização municipal ambiental para atuação marítima (equipamentos, veículos, recursos humanos etc)					
P4.2.13a	Estruturação da equipe de fiscalização municipal ambiental para atuação marítima (equipamentos, veículos, recursos humanos etc)					
P4.3.12a	Estruturação da equipe de fiscalização municipal ambiental para atuação marítima (equipamentos, veículos, recursos humanos etc)					
P3.1.8a	Estudo de viabilidade de guarderias públicas					
P3.2.10a	Estudo de viabilidade de guarderias públicas					
P6.1.20a	Executar a pavimentação de todas as ruas com piso intertravado					
P6.2.28a	Executar a pavimentação de todas as ruas com piso intertravado					
P6.3.30a	Executar a pavimentação de todas as ruas com piso intertravado					
P6.4.28a	Executar a pavimentação de todas as ruas com piso intertravado					

PP4.1.10b	Fomento ao turismo de base comunitária com a criação de editais de cultura, turismo, esporte, lazer (atividades permitidas no Plano de Manejo) e/ou de incentivo à comunidade local para participação nestes tipos de editais					
PP4.2.10b	Fomento ao turismo de base comunitária com a criação de editais de cultura, turismo, esporte, lazer (atividades permitidas no Plano de Manejo) e/ou de incentivo à comunidade local para participação nestes tipos de editais					
PP4.3.10b	Fomento ao turismo de base comunitária com a criação de editais de cultura, turismo, esporte, lazer (atividades permitidas no Plano de Manejo) e/ou de incentivo à comunidade local para participação nestes tipos de editais					
PP3.2.9a	Fortalecer, fomentar e valorizar a cultura da pesca artesanal e fornecer incentivos aos pescadores, desenvolvimento do turismo de base comunitária / instalação de "ranchos" junto ao SPU (espaços adequados para armazenamento de petrechos de pesca)					
PP3.3.9a	Fortalecer, fomentar e valorizar a cultura da pesca artesanal e fornecer incentivos aos pescadores, desenvolvimento do turismo de base comunitária / instalação de "ranchos" junto ao SPU (espaços adequados para armazenamento de petrechos de pesca)					
PP3.4.9a	Fortalecer, fomentar e valorizar a cultura da pesca artesanal e fornecer incentivos aos pescadores, desenvolvimento do turismo de base comunitária / instalação de "ranchos" junto ao SPU (espaços adequados para armazenamento de petrechos de pesca)					
P6.2.6a	Identificação das espécies invasoras e pragas urbanas na restinga e elaborar as medidas necessárias para a sua eliminação					
P1e2.10c	Identificação de financiamento para donos de embarcações de subsistência.					
P5.1.3a	Implantação da sinalização horizontal e vertical, bem como placas orientativas e de identificação de logradouros.					
P5.2.3a	Implantação da sinalização horizontal e vertical, bem como placas orientativas e de identificação de logradouros.					
P5.3.3a	Implantação da sinalização horizontal e vertical, bem como placas orientativas e de identificação de logradouros.					
P5.4.2a	Implantação da sinalização horizontal e vertical, bem como placas orientativas e de identificação de logradouros.					
P5.5.3a	Implantação da sinalização horizontal e vertical, bem como placas orientativas e de identificação de logradouros.					
P3.1.3a	Implantação de bases pelo menos a cada 300 m; Aumento do efetivo					

P3.2.3a	Implantação de bases pelo menos a cada 300 m; Aumento do efetivo					
P3.3.1a	Implantação de bases pelo menos a cada 300 m; Aumento do efetivo					
P3.4.1a	Implantação de bases pelo menos a cada 300 m; Aumento do efetivo					
P5.1.4a	Implantação de placas personalizadas e de portais de identificação das praias.					
P4.1.3b	Implantação de posto de salvamento marítimo (guarda vidas)					
P4.2.3b	Implantação de posto de salvamento marítimo (guarda vidas)					
P4.3.3b	Implantação de posto de salvamento marítimo (guarda vidas)					
P4.3.11c	Implantação de programa de castração de animais "de rua"					
P1e2.7d	Implantação de servidões de passagens onde não houver					
P5.1.6a	Implantação de um stand de informações turísticas com chuveiros, banheiros e bebedouros, associado a unidade de apoio aos salva-vidas.					
P5.2.5a	Implantação de um stand de informações turísticas com chuveiros, banheiros e bebedouros, associado a unidade de apoio aos salva-vidas.					
P5.3.5a	Implantação de um stand de informações turísticas com chuveiros, banheiros e bebedouros, associado a unidade de apoio aos salva-vidas.					
P5.4.4a	Implantação de um stand de informações turísticas com chuveiros, banheiros e bebedouros, associado a unidade de apoio aos salva-vidas.					
P5.5.5a	Implantação de um stand de informações turísticas com chuveiros, banheiros e bebedouros, associado a unidade de apoio aos salva-vidas.					
P5.1.20a	Implantação de unidade de apoio aos salva-vidas associado a um stand de informações turísticas e revisão do contrato terceirizado de fornecimento de petrechos para os salva-vidas.					
P5.3.15a	Implantação de unidade de apoio aos salva-vidas associado a um stand de informações turísticas e revisão do contrato terceirizado de fornecimento de petrechos para os salva-vidas.					
P4.1.7b	Implantação de videomonitoramento					
P4.2.7b	Implantação de videomonitoramento					
P4.3.7b	Implantação de videomonitoramento					
PP5.5.5a	Implantar infraestrutura na lagoa para possibilitar banhistas e visitantes utilizar o espaço com segurança, bem como implantar os acessos, entre Praia dos Recifes e Morada do Sol para receber os banhistas.					
PP5.1.17a	Implantar infraestrutura na praça central da Barra do Jucu (gastronomia, música, poesia, congo, rendeiras de bilro, pintura, artesanato, etc.), para desenvolvimento do festival cultural de inverno.					
P3.1.5a	Implantar mais chuveiros na praia e adequação do projeto (drenagem da água utilizada e vasão do chuveiro)					
P3.2.6a	Implantar mais chuveiros na praia e adequação do projeto (drenagem					

	da água utilizada e vasão do chuveiro)					
P3.3.4a	Implantar mais chuveiros na praia e adequação do projeto (drenagem da água utilizada e vasão do chuveiro)					
P3.4.4a	Implantar mais chuveiros na praia e adequação do projeto (drenagem da água utilizada e vasão do chuveiro)					
P1e2.4c	Inclusão no projeto político/pedagógico das escolas os conteúdos referentes ao patrimônio (histórico, cultural e natural).					
P4.3.14b	Instalação de barreiras de proteção e reestruturação da trilha e da escadaria do MC					
P6.1.19a	Instalação de calçadão nas praias e na Lagoa Grande					
P6.2.27a	Instalação de calçadão nas praias e na Lagoa Grande					
P6.3.29a	Instalação de calçadão nas praias e na Lagoa Grande					
P6.4.27a	Instalação de calçadão nas praias e na Lagoa Grande					
P6.1.18a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla					
P6.2.26a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla					
P6.3.28a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla					
P6.4.26a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla					
PP6.1.4a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla e áreas de estacionamento para bicicletas; Implementar infraestrutura de banheiro, bebedouros, chuveiros para atendimento aos ciclistas					
PP6.2.16a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla e áreas de estacionamento para bicicletas; Implementar infraestrutura de banheiro, bebedouros, chuveiros para atendimento aos ciclistas					
PP6.3.10a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla e áreas de estacionamento para bicicletas; Implementar infraestrutura de banheiro, bebedouros, chuveiros para atendimento aos ciclistas					
PP6.4.7a	Instalação de ciclovias em toda a extensão da orla e áreas de estacionamento para bicicletas; Implementar infraestrutura de banheiro, bebedouros, chuveiros para atendimento aos ciclistas					
P6.1.17a	Instalação de posto guarda vida de alvenaria, banheiro, local para guarda de equipamentos, padronizado para todas as praias e Lagoa Grande					
P6.2.25a	Instalação de posto guarda vida de alvenaria, banheiro, local para guarda de equipamentos, padronizado para todas as praias e Lagoa Grande					

P6.3.27a	Instalação de posto guarda vida de alvenaria, banheiro, local para guarda de equipamentos, padronizado para todas as praias e Lagoa Grande					
P6.4.25a	Instalação de posto guarda vida de alvenaria, banheiro, local para guarda de equipamentos, padronizado para todas as praias e Lagoa Grande					
P4.1.10b	Intensificação da atuação da Guarda Municipal, Polícia Civil; Polícia Militar e da Polícia Ambiental					
P4.2.10b	Intensificação da atuação da Guarda Municipal, Polícia Civil; Polícia Militar e da Polícia Ambiental					
P4.3.9b	Intensificação da atuação da Guarda Municipal, Polícia Civil; Polícia Militar e da Polícia Ambiental					
P4.1.6b	Intensificação da fiscalização ambiental municipal					
P4.1.7c	Intensificação da fiscalização ambiental municipal					
P4.2.6b	Intensificação da fiscalização ambiental municipal					
P4.2.7c	Intensificação da fiscalização ambiental municipal					
P4.3.6b	Intensificação da fiscalização ambiental municipal					
P4.3.7c	Intensificação da fiscalização ambiental municipal					
P4.1.13c	Intensificação de atuação da fiscalização da Polícia Militar Ambiental					
P4.2.13c	Intensificação de atuação da fiscalização da Polícia Militar Ambiental					
P4.3.12c	Intensificação de atuação da fiscalização da Polícia Militar Ambiental					
P3.3.36a	Intensificar fiscalização das ligações clandestinas na rede de drenagem pluvial e adequação; Melhorias da rede de drenagem pluvial					
P3.4.31a	Intensificar fiscalização das ligações clandestinas na rede de drenagem pluvial e adequação; Melhorias da rede de drenagem pluvial					
P6.1.7a	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre outros)					
P6.2.10a	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre outros)					
P6.3.4a	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre					

	outros)					
P6.4.17a	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre outros).					
P6.4.3a	Levantamento dos lançamentos irregulares e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade (por exemplo, notificação para estabelecimento/moradias, verificar se os lançamentos irregulares estão sendo ligados na rede pluvial, entre outros)					
P3.1.18a	Manutenção das existentes e criação de novas rampas					
P3.2.21a	Manutenção das existentes e criação de novas rampas					
P3.3.21a	Manutenção das existentes e criação de novas rampas					
P3.4.18a	Manutenção das existentes e criação de novas rampas					
P3.5.2a	Planejar e implantar ações de fiscalização e gestão integrada					
P6.1.13a	Política de conscientização aos moradores e visitantes quanto ao descarte de resíduos e a importância da reciclagem, para diferentes públicos; Divulgação periódica dos dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Divulgação periódica dos locais de entrega voluntária de recicláveis, móveis etc, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Instalação de lixeiras padronizadas (sem ser de concreto) a cada 100 metros, de resíduos comum e resíduos recicláveis					
P6.2.21a	Política de conscientização aos moradores e visitantes quanto ao descarte de resíduos e a importância da reciclagem, para diferentes públicos; Divulgação periódica dos dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Divulgação periódica dos locais de entrega voluntária de recicláveis, móveis etc, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Instalação de lixeiras padronizadas (sem ser de concreto) a cada 100 metros, de resíduos comum e resíduos recicláveis					
P6.3.23a	Política de conscientização aos moradores e visitantes quanto ao descarte de resíduos e a importância da reciclagem, para diferentes públicos; Divulgação periódica dos dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Divulgação periódica dos locais de entrega voluntária de					

	recicláveis, móveis etc, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Instalação de lixeiras padronizadas (sem ser de concreto) a cada 100 metros, de resíduos comum e resíduos recicláveis					
P6.4.21a	Política de conscientização aos moradores e visitantes quanto ao descarte de resíduos e a importância da reciclagem, para diferentes públicos; Divulgação periódica dos dias e horários do serviço de coleta de resíduos urbanos, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Divulgação periódica dos locais de entrega voluntária de recicláveis, móveis etc, tanto por placas informativas, quanto por meio digital; Instalação de lixeiras padronizadas (sem ser de concreto) a cada 100 metros, de resíduos comum e resíduos recicláveis					
P4.1.8b	Previsão de taxa para quem construir na ZA (além das demais taxas e impostos previstos)					
P4.2.8b	Previsão de taxa para quem construir na ZA (além das demais taxas e impostos previstos)					
PP1e2.3b	Programa de incentivos					
P5.1.7a	Promover o ordenamento da faixa de areia e construir um centro de apoio aos pescadores.					
P3.5.3a	Realização de campanha publicitária, inclusão das ilhas no mapa turístico da cidade e divulgação do turismo de base comunitária com ênfase na preservação ambiental					
PP5.1.6a	Realização de estudo de viabilidade ambiental para licenciamento da implantação da rampa.					
P1e2.4a	Realização de inventário do patrimônio histórico, cultural e natural.					
P3.3.30a	Realizar atividades educativas; Instalação de placas indicativas sobre a ocorrência de desova de tartarugas nas praias					
P3.4.25a	Realizar atividades educativas; Instalação de placas indicativas sobre a ocorrência de desova de tartarugas nas praias					
PP6.2.4a	Realizar campeonatos e apresentações esportivas, incentivando a participação de cadeirantes; Elaborar projeto para desenvolver atividades culturais no local, por exemplo dança, música, artesanato, gastronomia; Subsidio e organização da Feira gastronômica e de artesanato já existente, pela prefeitura, viabilizando a participação de artesões e comerciantes locais; Realizar treinamento e capacitação dos artesões e comerciantes locais					
P6.3.20a	Realizar estudo da dinâmica de erosão costeira com o levantamento das medidas de contenção de erosão e invasão do mar efetivas,					

	padronizadas pelo poder público; Executar e realizar a manutenção periódica das medidas levantadas					
P6.4.16a	Realizar estudo da dinâmica de erosão costeira com o levantamento das medidas de contenção de erosão e invasão do mar efetivas, padronizadas pelo poder público; Executar e realizar a manutenção periódica das medidas levantadas					
PP5.1.16a	Realizar estudo para avaliação de viabilidade técnica, ambiental, social e econômica, visando avaliar as possibilidades de implantação da certificação do Bandeira Azul					
PP3.2.13a	Realizar estudo para implantação de marinas públicas, píers, aumentar o tratamento de esgoto					
PP3.3.12a	Realizar estudo para implantação de marinas públicas, píers, aumentar o tratamento de esgoto					
PP3.4.12a	Realizar estudo para implantação de marinas públicas, píers, aumentar o tratamento de esgoto					
PP3.5.1a	Realizar estudo para implantação de marinas públicas, píers, aumentar o tratamento de esgoto					
PP6.2.6a	Realizar estudo técnico de viabilidade para o desenvolvimento de esportes de vela/natação/kitesurf, entre outros					
PP6.2.13a	Realizar estudo técnico de viabilidade para o desenvolvimento de esportes de vela/natação/kitesurf, entre outros; Realização de campeonatos de esportes					
PP6.4.4a	Realizar estudo técnico de viabilidade para o desenvolvimento de esportes de vela/natação/kitesurf, entre outros; Realização de campeonatos de esportes					
PP5.1.1a	Realizar estudos para dimensionamento do potencial turístico de Vila Velha					
PP5.2.1a	Realizar estudos para dimensionamento do potencial turístico de Vila Velha					
PP5.3.1a	Realizar estudos para dimensionamento do potencial turístico de Vila Velha					
P5.4.1a	Realizar estudos para dimensionamento do potencial turístico de Vila Velha					
PP5.5.1a	Realizar estudos para dimensionamento do potencial turístico de Vila Velha					
P5.1.8a	Realizar fiscalização dos lançamentos irregulares; conclusão das obras de esgotamento sanitário (CESAN) e estimular a ligação das residências à rede de esgotos.					
P5.3.6a	Realizar fiscalização dos lançamentos irregulares; conclusão das obras					

	de esgotamento sanitário (CESAN) e estimular a ligação das residências à rede de esgotos.					
P5.5.6a	Realizar fiscalização dos lançamentos irregulares; conclusão das obras de esgotamento sanitário (CESAN) e estimular a ligação das residências à rede de esgotos.					
P6.4.18a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade, para permitir o acesso dos visitantes à praia					
P6.3.11a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade, para permitir o acesso dos visitantes à praia; Construção de rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida					
P6.4.6a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade, para permitir o acesso dos visitantes à praia; Construção de rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida					
P6.1.3a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade; rticular com o proprietário da área para coibir a ocupação e desmatamento; Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões					
P6.2.11a	Realizar o desassoreamento da Lagoa; Tomar as medidas necessárias para coibir invansões, lançamento irregular de esgoto e resíduos sólidos; Elaborar Plano de Recuperação de vegetação nativa; Elaborar uma projeto de área de lazer					
PP6.2.9a	Realizar o ordenamento de área para a prática da atividade e verificar a possibilidade de realização de campeonatos locais; Fomentar o turismo de pesca de arremesso					
PP6.2.3a	Realizar o ordenamento de área para a prática da atividade; Fomentar o turismo de pesca de arremesso, por meio da inclusão da praia no calendário nacional e internacional do Campeonato de pesca de arremesso					
PP6.4.1a	Realizar o ordenamento de área para a prática da atividade; Fomentar o turismo de pesca de arremesso, por meio da inclusão da praia no calendário nacional e internacional do Campeonato de pesca de arremesso					

PP6.3.5a	Realizar o ordenamento náutico; Capacitação e treinamentos dos barqueiros/pescadores para a realização dos passeios, regras de navegação, boas práticas ambientais, equipamentos de salvatagem entre outros; Auxiliar na regularização das embarcações junto ao Ministério do Turismo, MAPA e Capitania dos Portos; Criar um roteiro náutico de turismo; Elaborar Plano de Turismo de Base Comunitária					
P6.3.16a	Realizar obra de pavimentação com piso intertravado					
P6.3.8a	Realizar obra de pavimentação com piso intertravado					
P6.4.11a	Realizar obra de pavimentação com piso intertravado					
P6.3.13a	Realizar ordenamento dos diferentes usos na faixa de areia e espaços públicos destinados a lazer					
P6.4.8a	Realizar ordenamento dos diferentes usos na faixa de areia e espaços públicos destinados a lazer					
PP4.1.4a	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)					
P4.1.9b	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)					
PP4.2.4a	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)					
P4.2.9b	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)					
PP4.3.4a	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)					
P4.3.8b	Reconstrução da Ponte da Madalena (elaboração/revisão do projeto e a execução da obra)					
PP5.1.4a	Reforma e manutenção da Ponte					
P3.2.5a	Regulamentação com delimitação dos espaços para pratica esportiva e dos locais de acesso à praia					
P3.3.3a	Regulamentação com delimitação dos espaços para pratica esportiva e dos locais de acesso à praia					
P3.4.3a	Regulamentação com delimitação dos espaços para pratica esportiva e dos locais de acesso à praia					
P3.2.25a	Regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de banana boat (entrada e saída do mar, espaço na água)					
P3.3.23a	Regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de <i>banana boat</i> (entrada e saída do mar, espaço na água)					
P3.1.7a	Regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de kitesurf e canoa havaiana (entrada e saída do mar, espaço na água e					

	armazenamento dos equipamentos)					
P3.2.9a	Regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de kitesurf e canoa havaiana (entrada e saída do mar, espaço na água e armazenamento dos equipamentos)					
P3.4.6a	Regulamentação e delimitação de espaços próprios para a prática de kitesurf e canoa havaiana (entrada e saída do mar, espaço na água e armazenamento dos equipamentos)					
P3.1.1a	Regulamentação e fiscalização; Realização de estudo para adequação ou reestruturação dos quiosques					
P3.2.1a	Regulamentação e fiscalização; Realização de estudo para adequação ou reestruturação dos quiosques					
P3.2.24a	Regulamentar e definir espaços adequados para artesanato					
P3.1.17a	Regulamentar e ordenar as práticas esportivas de acordo com o TAGP e intensificar fiscalização					
P3.2.20a	Regulamentar e ordenar as práticas esportivas de acordo com o TAGP e intensificar fiscalização					
P3.3.19a	Regulamentar e ordenar as práticas esportivas de acordo com o TAGP e intensificar fiscalização					
P3.4.16a	Regulamentar e ordenar as práticas esportivas de acordo com o TAGP e intensificar fiscalização					
P1e2.2a	Regularização fundiária de ocupações que não estiverem em áreas de risco					
PP6.1.a	Reprimir ocupação da Matinha de Interlagos; Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade; Articular com o proprietário da área para coibir a ocupação e desmatamento Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões; Viabilizar uma destinação adequada para a área (por exemplo, criação de um parque ecológico e viabilizar estrutura para atendimento aos visitantes, moradores etc)					
P3.1.20a	Requalificação de praças e parques					
P3.2.27a	Requalificação de praças e parques					
P3.3.25a	Requalificação de praças e parques					
P3.4.21a	Requalificação de praças e parques					
PP1e2.3c	Sinalização e roteirização turística mais eficiente					
P1e2.8b	Sinalização turística					

P1e2.8c	Sinalização urbanística					
PP1e2.3d	Urbanização de entornos e acessos					
P3.2.23a	Viabilizar a padronização das barracas					
P4.2.15c	Ações integradas do município com o Comitê de Bacia do Rio Jucu					
P3.3.28a	Adequação dos projetos de iluminação considerando os pontos escuros da praia					
P3.4.24a	Adequação dos projetos de iluminação considerando os pontos escuros da praia					
P3.1.36a	Alterar o zoneamento do calçadão para que seja similar ao da Avenida					
P3.2.42a	Alterar o zoneamento do calçadão para que seja similar ao da Avenida					
P3.3.45a	Alterar o zoneamento do calçadão para que seja similar ao da Avenida					
P3.4.40a	Alterar o zoneamento do calçadão para que seja similar ao da Avenida					
P4.2.16a	Ampliação da rede de sistema de tratamento de esgoto sanitário e do sistema de águas pluviais, com tecnologia MRB (Reator Biológico com Membrana) e MBBR (Reator Biológico de Leito Móvel)					
PP4.1.2d	Ampliação do sistema de saneamento básico (esgotamento sanitário)					
PP4.2.2d	Ampliação do sistema de saneamento básico (esgotamento sanitário)					
PP4.3.2d	Ampliação do sistema de saneamento básico (esgotamento sanitário)					
P3.1.14a	Aumentar o quantitativo de banheiros fixos durante elaboração do projeto de requalificação da orla					
P3.2.17a	Aumentar o quantitativo de banheiros fixos durante elaboração do projeto de requalificação da orla					
P3.3.16a	Aumentar o quantitativo de banheiros fixos durante elaboração do projeto de requalificação da orla					
PP4.1.7a	Capacitação e criação de parcerias com prestadores de serviços turísticos					
PP4.2.7a	Capacitação e criação de parcerias com prestadores de serviços turísticos					
PP4.3.7a	Capacitação e criação de parcerias com prestadores de serviços turísticos					
P4.2.15b	Combate ao desmatamento nas margens do Rio Jucu, para implantação de pastos e de agricultura					
PP1e2.1b	Construção de terminais aquaviários turísticos no Morro do Penedo e Parque da Manteigueira					
P5.1.17a	Construir um centro de apoio aos pescadores com estrutura para limpeza adequada dos pescados.					
PP4.1.3d	Criação de Centro de Educação Ambiental					

PP4.2.3d	Criação de Centro de Educação Ambiental					
PP4.3.3d	Criação de Centro de Educação Ambiental					
PP4.1.6a	Criação de parcerias com instituições de ensino					
PP4.2.6a	Criação de parcerias com instituições de ensino					
PP4.3.6a	Criação de parcerias com instituições de ensino					
PP4.1.3c	Criação de trilhas acessíveis e interpretativas (trilhas guiadas e não guiadas)					
PP4.2.3c	Criação de trilhas acessíveis e interpretativas (trilhas guiadas e não guiadas)					
PP4.3.3c	Criação de trilhas acessíveis e interpretativas (trilhas guiadas e não guiadas)					
PP5.2.4a	Criação de uma Unidade de Conservação da Natureza, do Grupo de Proteção Integral, da Categoria Parque Natural Municipal.					
P1e2.3e	Criação e implantação do Comitê de Bacia do Rio Formate					
PP6.1.3a	Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros; Realizar treinamento e capacitação dos artesãos e comerciantes locais					
PP6.2.15a	Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros; Realizar treinamento e capacitação dos artesãos e comerciantes locais					
PP6.3.9a	Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros; Realizar treinamento e capacitação dos artesãos e comerciantes locais					
PP6.4.6a	Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato					

	impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros; Realizar treinamento e capacitação dos artesãos e comerciantes locais					
P3.1.24a	Definir e implantar espaços na orla para os centros de atendimento ao turista					
P3.4.27a	Definir e implantar espaços na orla para os centros de atendimento ao turista					
PP6.2.5a	Desenvolver roteiro/guia turístico, com os atrativos locais; Instalar placas informativas/educativas a cada 500 m da praia; Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros Instalação de estruturas turísticas ecológicas; Realizar manutenção periódica do balanço paisagístico (ponto turístico)					
PP6.3.1a	Desenvolver roteiro/guia turístico, com os atrativos locais; Instalar placas informativas/educativas a cada 500 m da praia; Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros Instalação de estruturas turísticas ecológicas; Realizar manutenção periódica do balanço paisagístico (ponto turístico)					
PP6.4.2a	Desenvolver roteiro/guia turístico, com os atrativos locais; Instalar placas informativas/educativas a cada 500 m da praia; Criar Centro de Acolhimento ao Turista, com guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros para orientação dos turistas e demais frequentadores; Criação de materiais informativos (folder, cartazes, placas, entre outras) em formato impresso e digital, com distribuição para rede hoteleira, restaurantes, entre outros Instalação de estruturas turísticas ecológicas; Realizar manutenção periódica do balanço paisagístico (ponto turístico)					
P3.3.31a	Desocupação da área pública					
P5.1.2a	Educação ambiental (conscientização dos pescadores, comerciantes e consumidores); - Divulgação das boas práticas de pesca; - Fiscalização (ação coercitiva contra os ilícitos).					

P5.2.2a	Educação ambiental (conscientização dos pescadores, comerciantes e consumidores); - Divulgação das boas práticas de pesca; - Fiscalização (ação coercitiva contra os ilícitos).					
P5.3.2a	Educação ambiental (conscientização dos pescadores, comerciantes e consumidores); - Divulgação das boas práticas de pesca; - Fiscalização (ação coercitiva contra os ilícitos).					
P5.4.1a	Educação ambiental (conscientização dos pescadores, comerciantes e consumidores); - Divulgação das boas práticas de pesca; - Fiscalização (ação coercitiva contra os ilícitos).					
P5.5.2a	Educação ambiental (conscientização dos pescadores, comerciantes e consumidores); - Divulgação das boas práticas de pesca; - Fiscalização (ação coercitiva contra os ilícitos).					
P3.3.29a	Elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando as necessidades da atividade de pesca no local e a fauna					
P3.1.22a	Elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando a fauna					
P3.2.29a	Elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando a fauna					
P3.3.27a	Elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando a fauna					
P3.4.23a	Elaboração de estudo e adequação dos projetos de iluminação considerando a fauna					
P6.2.17a	Elaboração de projeto de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos (por exemplo, instalação de placas informativas e educativas, de sinalização das ruas, de unidades de conservação, Centro de Acolhimento ao Turista, guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros) Treinamento e capacitação para os comércios e demais estabelecimentos					
P6.3.18a	Elaboração de projeto de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos (por exemplo, instalação de placas informativas e educativas, de sinalização das ruas, de unidades de conservação, Centro de Acolhimento ao Turista, guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros) Treinamento e capacitação para os comércios e demais estabelecimentos					

P6.4.14a	Elaboração de projeto de infraestrutura, equipamentos urbanos e turísticos (por exemplo, instalação de placas informativas e educativas, de sinalização das ruas, de unidades de conservação, Centro de Acolhimento ao Turista, guias de turismo/monitores ambientais, guias mirins, entre outros) Treinamento e capacitação para os comércios e demais estabelecimentos					
PP6.1.2a	Elaboração e desenvolvimento de projeto de turismo ecológico; Capacitação da comunidade para atuarem como monitores locais; Regularização do sistema de coleta e tratamento de esgoto, visando melhoria da balneabilidade; Implementação do Plano de Manejo; Intensificar a fiscalização; Articulação entre PMVV e IEMA quanto a gestão nas áreas de sobreposição das Unidades de Conservação					
PP6.2.14a	Elaboração e desenvolvimento de projeto de turismo ecológico; Capacitação da comunidade para atuarem como monitores locais; Regularização do sistema de coleta e tratamento de esgoto, visando melhoria da balneabilidade; Implementação do Plano de Manejo; Intensificar a fiscalização; Articulação entre PMVV e IEMA quanto a gestão nas áreas de sobreposição das Unidades de Conservação					
PP6.3.8a	Elaboração e desenvolvimento de projeto de turismo ecológico; Capacitação da comunidade para atuarem como monitores locais; Regularização do sistema de coleta e tratamento de esgoto, visando melhoria da balneabilidade; Implementação do Plano de Manejo; Intensificar a fiscalização; Articulação entre PMVV e IEMA quanto a gestão nas áreas de sobreposição das Unidades de Conservação					
PP6.4.5a	Elaboração e desenvolvimento de projeto de turismo ecológico; Capacitação da comunidade para atuarem como monitores locais; Regularização do sistema de coleta e tratamento de esgoto, visando melhoria da balneabilidade; Implementação do Plano de Manejo; Intensificar a fiscalização; Articulação entre PMVV e IEMA quanto a gestão nas áreas de sobreposição das Unidades de Conservação					
PP4.1.3a	Elaboração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental com a população e com as escolas					
PP4.2.3a	Elaboração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental com a população e com as escolas					
PP4.3.3a	Elaboração e desenvolvimento de projetos de educação ambiental com a população e com as escolas					
P4.1.5a	Elaboração e execução de PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada) para manejo das espécies (retirada de espécies invasoras e plantio de espécies nativas)					

P4.2.5a	Elaboração e execução de PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada) para manejo das espécies (retirada de espécies invasoras e plantio de espécies nativas)					
P4.3.5a	Elaboração e execução de PRAD (Plano de Recuperação de Área Degradada) para manejo das espécies (retirada de espécies invasoras e plantio de espécies nativas)					
P5.1.1a	Elaboração e execução de um projeto de recuperação ambiental da restinga e substituição da flora invasora.					
P5.2.1a	Elaboração e execução de um projeto de recuperação ambiental da restinga e substituição da flora invasora.					
P5.3.1a	Elaboração e execução de um projeto de recuperação ambiental da restinga e substituição da flora invasora.					
P5.5.1a	Elaboração e execução de um projeto de recuperação ambiental da restinga e substituição da flora invasora.					
P1e2.12b	Elaboração e implantação de projeto de requalificação urbano e paisagística considerando a identidade da Prainha					
P6.2.16a	Elaborar projeto de sustentabilidade turística, junto a comunidade, prevendo as baixas temporadas; Inserir no projeto estímulo a campeonatos de esportes, feiras de artesanato, feiras gastronômicas, campeonatos de pesca, observação de aves, visitas as Unidades de Conservação, turismo religioso, entre outros); Criar calendário temático para o desenvolvimento dos atrativos durante todo o ano; Capacitação dos empreendedores do ramo turístico					
P6.3.15a	Elaborar projeto de sustentabilidade turística, junto a comunidade, prevendo as baixas temporadas; Inserir no projeto estímulo a campeonatos de esportes, feiras de artesanato, feiras gastronômicas, campeonatos de pesca, observação de aves, visitas as Unidades de Conservação, turismo religioso, entre outros); Criar calendário temático para o desenvolvimento dos atrativos durante todo o ano; Capacitação dos empreendedores do ramo turístico					
P6.4.10a	Elaborar projeto de sustentabilidade turística, junto a comunidade, prevendo as baixas temporadas; Inserir no projeto estímulo a campeonatos de esportes, feiras de artesanato, feiras gastronômicas, campeonatos de pesca, observação de aves, visitas as Unidades de Conservação, turismo religioso, entre outros); Criar calendário temático para o desenvolvimento dos atrativos durante todo o ano; Capacitação dos empreendedores do ramo turístico					
PP6.2.7a	Elaborar projeto para o desenvolvimento do Turismo ecológico e sustentável para a região; ealizar levantamento das áreas passíveis de criação de parques e áreas de proteção ambiental					

PP6.2.8a	Elaborar projeto para o desenvolvimento do Turismo gastronômico e ecológico; Realizar parceria com escolas de atividades esportivas náuticas (caiaque, stand-up, e outros esportes não motorizados); Criar uma área de lazer familiar, com infraestrutura adequada (deque, banheiros de alvenaria ligados a rede de esgoto, posto guarda vidas, estacionamento de veículos oficiais, entre outros)					
PP5.1.11a	Estimular o comércio pesqueiro dotando os pescadores de infraestrutura de processamento e armazenamento do pescado. (já existe o projeto com MAPA, PMVV, UVV, MNODS - VV, SEBRAE					
PP6.2.10a	Estimular o empreendedorismo gastronômico, artesanal, comercial por meio de capacitações, treinamentos, acesso ao crédito, qualificação de mão de obra; Viabilizar infraestrutura urbana para atrair empreendedores (por exemplo, saneamento básico); Construção de Feira de Artesanato					
PP6.3.4a	Estimular o empreendedorismo gastronômico, artesanal, comercial por meio de capacitações, treinamentos, acesso ao crédito, qualificação de mão de obra; Viabilizar infraestrutura urbana para atrair empreendedores (por exemplo, saneamento básico); Construção de Feira de Artesanato					
PP6.4.3a	Estimular o empreendedorismo gastronômico, artesanal, comercial por meio de capacitações, treinamentos, acesso ao crédito, qualificação de mão de obra; Viabilizar infraestrutura urbana para atrair empreendedores (por exemplo, saneamento básico); Construção de Feira de Artesanato					
P6.2.3a	Estimular o empreendedorismo gastronômico, por meio de capacitações, treinamentos, acesso ao crédito, qualificação de mão de obra Viabilizar infraestrutura urbana para atrair empreendedores (por exemplo, saneamento básico e pavimentação)					
P5.1.18a	Execução do projeto da ciclovia que interliga a terceira ponte à Ponta da Fruta margeando a praia.					
P5.2.9a	Execução do projeto da ciclovia que interliga a terceira ponte à Ponta da Fruta margeando a praia.					
P5.3.13a	Execução do projeto da ciclovia que interliga a terceira ponte à Ponta da Fruta margeando a praia.					
P5.4.6a	Execução do projeto da ciclovia que interliga a terceira ponte à Ponta da Fruta margeando a praia.					
P5.5.13a	Execução do projeto da ciclovia que interliga a terceira ponte à Ponta da Fruta margeando a praia.					

P6.1.8a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.1.9a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.2.14a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.2.15a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.3.12a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.3.14a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.4.7a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P6.4.9a	Fiscalização por videomonitoramento integrado com a atuação da guarda municipal; Construção de uma base da Guarda Municipal na UP6, com equipamentos para viabilizar a fiscalização da orla (bicicletas, quadriciclos, etc)					
P1e2.2e	Homologação de LPM (Linha de Preamar)					
P5.4.4a	Implantação de base para Projeto TAMAR; Centro de recuperação de animais marinhos (IPRAM), entre Praia dos Recifes e Morada do Sol (já tem o processo aberto para implantação)					
P4.1.11a	Implantação de Centro de apoio e atendimento aos frequentadores com sanitários, posto de salvamento marítimo, bebedouros, placas normativas e informativas e lixeiras (próximo ao Dunas Motel)					

P4.2.11a	Implantação de Centro de apoio e atendimento aos frequentadores com sanitários, posto de salvamento marítimo, bebedouros, placas normativas e informativas e lixeiras (próximo ao Dunas Motel)					
P4.3.10a	Implantação de Centro de apoio e atendimento aos frequentadores com sanitários, posto de salvamento marítimo, bebedouros, placas normativas e informativas e lixeiras (próximo ao Dunas Motel)					
PP4.1.2b	Implantação de infraestrutura com pontos de observação (mirantes, bancos) e de acessibilidade					
PP4.2.2b	Implantação de infraestrutura com pontos de observação (mirantes, bancos) e de acessibilidade					
PP4.3.2b	Implantação de infraestrutura com pontos de observação (mirantes, bancos) e de acessibilidade					
PP4.1.1d	Implantação de postos de salvamento marítimo (guarda vidas) e videomonitoramento					
PP4.2.1d	Implantação de postos de salvamento marítimo (guarda vidas) e videomonitoramento					
PP4.3.1d	Implantação de postos de salvamento marítimo (guarda vidas) e videomonitoramento					
PP5.1.10a	Implantação de um centro cultural e gastronômico na sede da Creche da praia do Barrão (realocação da creche, implantação do Centro Cultural e Gastronômico e implantação dos cursos de capacitação)					
PP5.1.5a	Implantação de uma base (fixa ou móvel) com infraestrutura adequada (inclusive sanitária) ao apoio as atividades esportivas.					
PP5.3.3a	Implantação de uma base (fixa ou móvel) com infraestrutura adequada (inclusive sanitária) ao apoio as atividades esportivas.					
PP4.1.2a	Implantação do PNMJ (UC) com o menor impacto visual/ambiental possível, e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.2.2a	Implantação do PNMJ (UC) com o menor impacto visual/ambiental possível, e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.3.2a	Implantação do PNMJ (UC) com o menor impacto visual/ambiental possível, e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.1.4b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.1.7b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.1.6a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.1.8a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.1.10a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.2.4b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.2.7b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					

P4.2.6a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.2.8a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.2.10a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.3.4b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.3.7b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.3.6a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.3.9a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
P4.3.14a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC					
PP4.1.6b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, com a possível criação de Centro de Apoio ao Pesquisador					
PP4.2.6b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, com a possível criação de Centro de Apoio ao Pesquisador					
PP4.3.6b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, com a possível criação de Centro de Apoio ao Pesquisador					
PP4.1.5a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso					
PP4.1.9a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso					
PP4.25a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso					
PP4.2.9a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso					
PP4.3.5a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso					
PP4.3.9a	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC, instituindo normativas de uso					
P4.1.11b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC: sinalização das trilhas, criação de equipe local de gestão do PNMJ (UC); instalação de placas normativas e informativas e demais ações					
P4.2.11b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC: sinalização das trilhas, criação de equipe local de gestão do PNMJ (UC); instalação de placas normativas e informativas e demais ações					
P4.3.10b	Implantação do PNMJ (UC) e implementação do Plano de Manejo da UC: sinalização das trilhas, criação de equipe local de gestão do PNMJ (UC); instalação de placas normativas e informativas e demais ações					
P4.1.1b	Implantação do PNMJ (UC), com estabelecimento de controle de acesso e/ou horário de funcionamento					
P4.2.1b	Implantação do PNMJ (UC), com estabelecimento de controle de acesso e/ou horário de funcionamento					

P4.3.1b	Implantação do PNMJ (UC), com estabelecimento de controle de acesso e/ou horário de funcionamento					
P3.1.16a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras nas ciclovias e instalação de bicicletários					
P3.2.19a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras nas ciclovias e instalação de bicicletários					
P3.3.18a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras nas ciclovias e instalação de bicicletários					
P3.4.15a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras nas ciclovias e instalação de bicicletários					
P3.1.23a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras voltadas as diversas necessidades de vagas para embarque e desembarque, estacionamento e pontos especiais					
P3.2.30a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras voltadas as diversas necessidades de vagas para embarque e desembarque, estacionamento e pontos especiais					
P3.3.32a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras voltadas as diversas necessidades de vagas para embarque e desembarque, estacionamento e pontos especiais					
P3.4.26a	Implantação do projeto de requalificação da orla com melhoras voltadas as diversas necessidades de vagas para embarque e desembarque, estacionamento e pontos especiais					
PP3.1.10a	Implantação e manutenção de mais equipamentos como academia popular e multiestação					
PP3.2.12a	Implantação e manutenção de mais equipamentos como academia popular e multiestação					
PP3.3.11a	Implantação e manutenção de mais equipamentos como academia popular e multiestação					
PP3.4.11a	Implantação e manutenção de mais equipamentos como academia popular e multiestação					
PP6.2.11a	Implementação do Plano de Manejo da APA Lagoa Grande; Desenvolvimento do turismo ecológico, esportivo, náutico, gastronômico, cultural, religioso; Verificar a viabilidade da Certificação Bandeira Azul (praias e lagoa), por meio do cumprimento dos critérios de certificação; Proteção dos recursos naturais, por meio da intensificação da fiscalização; Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas; Realizar atividades de educação e conscientização ambiental nas escolas, comunidade e visitantes					

PP6.3.6a	Implementação do Plano de Manejo da APA Lagoa Grande; Desenvolvimento do turismo ecológico, esportivo, náutico, gastronômico, cultural, religioso; Verificar a viabilidade da Certificação Bandeira Azul (praias e lagoa), por meio do cumprimento dos critérios de certificação; Proteção dos recursos naturais, por meio da intensificação da fiscalização; Elaborar projetos de Estudo do Meio nas escolas; Realizar atividades de educação e conscientização ambiental nas escolas, comunidade e visitantes					
PP1e2.1c	Integração do atracadouro do Museu Vale com o sistema aquaviário turístico					
P4.1.14a	Intensificação das ações de desapropriação					
P4.2.14a	Intensificação das ações de desapropriação					
PP3.1.1a	Investimento em centros turísticos; Divulgação dos passeios nas ilhas; Estudar possibilidade de estruturação pra visitação nautica (marinas, atracadouros etc); Definir roteiros e circuitos de turismo pré definidos; Incentivar a divulgação em outros estados das diversas categorias de turismo existentes em vila velha; Elaboração e divulgação de um calendário com os eventos que irão acontecer no município contendo informações detalhadas; Incentivo e apoio municipal a eventos na orla durante períodos festivos; Fomento e incentivo fiscal para estabelecimento de uma maior rede hoteleira; Incentivo à formas alternativas de de hospedagem na região (ex.: airbnb, locação familiar, etc)					
PP3.2.1a	Investimento em centros turísticos; Divulgação dos passeios nas ilhas; Estudar possibilidade de estruturação pra visitação nautica (marinas, atracadouros etc); Definir roteiros e circuitos de turismo pré definidos; Incentivar a divulgação em outros estados das diversas categorias de turismo existentes em vila velha; Elaboração e divulgação de um calendário com os eventos que irão acontecer no município contendo informações detalhadas; Incentivo e apoio municipal a eventos na orla durante períodos festivos; Fomento e incentivo fiscal para estabelecimento de uma maior rede hoteleira; Incentivo à formas alternativas de de hospedagem na região (ex.: airbnb, locação familiar, etc)					

PP3.3.1a	Investimento em centros turísticos; Divulgação dos passeios nas ilhas; Estudar possibilidade de estruturação pra visitação nautica (marinas, atracadouros etc); Definir roteiros e circuitos de turismo pré definidos; Incentivar a divulgação em outros estados das diversas categorias de turismo existentes em vila velha; Elaboração e divulgação de um calendário com os eventos que irão acontecer no município contendo informações detalhadas; Incentivo e apoio municipal a eventos na orla durante períodos festivos; Fomento e incentivo fiscal para estabelecimento de uma maior rede hoteleira; Incentivo à formas alternativas de de hospedagem na região (ex.: airbnb, locação familiar, etc)					
PP3.4.1a	Investimento em centros turísticos; Divulgação dos passeios nas ilhas; Estudar possibilidade de estruturação pra visitação nautica (marinas, atracadouros etc); Definir roteiros e circuitos de turismo pré definidos; Incentivar a divulgação em outros estados das diversas categorias de turismo existentes em vila velha; Elaboração e divulgação de um calendário com os eventos que irão acontecer no município contendo informações detalhadas; Incentivo e apoio municipal a eventos na orla durante períodos festivos; Fomento e incentivo fiscal para estabelecimento de uma maior rede hoteleira; Incentivo à formas alternativas de de hospedagem na região (ex.: airbnb, locação familiar, etc)					
P1e2.6f	Melhoria da iluminação pública (PPP)					
PP3.1.4a	Melhoria da rede cicloviária municipal, interligação da mesma com a rede cicloviária de vitória e aumento de pontos do Bike VV ao longo da orla					
PP3.2.4a	Melhoria da rede cicloviária municipal, interligação da mesma com a rede cicloviária de vitória e aumento de pontos do Bike VV ao longo da orla					
PP3.3.4a	Melhoria da rede cicloviária municipal, interligação da mesma com a rede cicloviária de vitória e aumento de pontos do Bike VV ao longo da orla					
PP3.4.4a	Melhoria da rede cicloviária municipal, interligação da mesma com a rede cicloviária de vitória e aumento de pontos do Bike VV ao longo da orla					
P4.1.9a	Melhoria e manutenção das trilhas e das estradas					
P4.2.9a	Melhoria e manutenção das trilhas e das estradas					
P4.3.8a	Melhoria e manutenção das trilhas e das estradas					

P3.5.1a	Município solicitar a cessão de uso das Ilhas a SPU, estudar possibilidade de criar uma UC, elaborar estudo da capacidade de suporte das ilhas para implementação do turismo de base comunitária					
P1e2.2c	Programa de Habitação					
P5.1.23a	Programa habitacional para realocação das famílias das margens do Canal do Congo e recuperação da mata ciliar e fiscalização para evitar novas invasões.					
PP4.2.3b	Projeto de capacitação de monitores ambientais locais					
PP4.3.3b	Projeto de capacitação de monitores ambientais locais					
AE.2	Realização de estudos para avaliar o futuro da atividade portuária na baía de Vitória.					
P3.1.26a	Realizar estudo de demanda, fornecer incentivo fiscal e legal para implantação de novos empreendimentos					
P3.2.32a	Realizar estudo de demanda, fornecer incentivo fiscal e legal para implantação de novos empreendimentos					
P3.3.34a	Realizar estudo de demanda, fornecer incentivo fiscal e legal para implantação de novos empreendimentos					
P3.4.29a	Realizar estudo de demanda, fornecer incentivo fiscal e legal para implantação de novos empreendimentos					
P6.2.13a	Realizar estudo para analisar se está ocorrendo poluição por necrochorume (tanto no cemitério particular quanto no público); Vistoriar os cemitérios para verificar se existe alguma estrutura de contenção do necrochorume (tanto no cemitério particular quanto no público); Tomar as medidas necessárias para adequação dos cemitérios					
P6.3.5a	Realizar estudo para analisar se está ocorrendo poluição por necrochorume (tanto no cemitério particular quanto no público); Vistoriar os cemitérios para verificar se existe alguma estrutura de contenção do necrochorume (tanto no cemitério particular quanto no público); Tomar as medidas necessárias para adequação dos cemitérios					
PP5.1.3a	Realizar estudos, resgatar os estudos existentes do Governo do Estado, e elaborar projetos e executá-los para implantação de um atracadouro público.					
P6.2.9a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade; Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões					
P6.3.7a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade;					

	Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões					
P6.3.10a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade; Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões; Construções de qualquer natureza que estejam na faixa de areia ou na restinga precisam ser retiradas; Retirada dos quiosques irregulares; Novos quiosques padronizados e regularizados pelo poder público; Recuperação de área de restinga nas áreas invadidas					
P6.4.5a	Realizar levantamento das ocupações irregulares, em áreas públicas e privadas, e tomar as providências necessárias e cabíveis sob a responsabilidade da municipalidade; Intensificar a fiscalização para coibir aumento das invasões; Construções de qualquer natureza que estejam na faixa de areia ou na restinga precisam ser retiradas; Retirada dos quiosques irregulares; Novos quiosques padronizados e regularizados pelo poder público; Recuperação de área de restinga nas áreas invadidas					
P1e2.2b	Reassentamento de ocupações em áreas de risco					
P4.2.15a	Reconstituição das matas ciliares do Rio Jucu e identificação/recuperação de nascentes no MC					
PP4.1.1b	Reforço na sensação de segurança no local (estudos de iluminação pública, aumento da presença da Polícia Militar Ambiental e da Guarda Municipal)					
PP4.2.1c	Reforço na sensação de segurança no local (estudos de iluminação pública, aumento da presença da Polícia Militar Ambiental e da Guarda Municipal)					
PP4.3.1c	Reforço na sensação de segurança no local (estudos de iluminação pública, aumento da presença da Polícia Militar Ambiental e da Guarda Municipal)					
P3.1.2a	Regularização dos quiosques					
P3.2.2a	Regularização dos quiosques					
P1e2.3d	Revegetação e contenção de encostas					
AE.1	Revisão dos limites municipais na Baía de Vitória.					
PP6.2.12a	Revitalizar e ampliar as academias existentes; Criar novas academias; Realizar manutenção periódica; Desenvolver ações de conscientização da comunidade para preservação dos bens de uso comum					

PP6.3.7a	Revitalizar e ampliar as academias existentes; Criar novas academias; Realizar manutenção periódica; Desenvolver ações de conscientização da comunidade para preservação dos bens de uso comum					
PP5.1.8a	Valorização da paisagem mantendo a sua qualidade com investimentos em infraestrutura, recuperação ambiental educação ambiental, fiscalização, manutenção e saneamento básico, recuperação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, para o bem-estar da comunidade local e atração de turistas.					
PP5.2.3a	Valorização da paisagem mantendo a sua qualidade com investimentos em infraestrutura, recuperação ambiental educação ambiental, fiscalização, manutenção e saneamento básico, recuperação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, para o bem-estar da comunidade local e atração de turistas.					
PP5.3.5a	Valorização da paisagem mantendo a sua qualidade com investimentos em infraestrutura, recuperação ambiental educação ambiental, fiscalização, manutenção e saneamento básico, recuperação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, para o bem-estar da comunidade local e atração de turistas.					
P5.4.3a	Valorização da paisagem mantendo a sua qualidade com investimentos em infraestrutura, recuperação ambiental educação ambiental, fiscalização, manutenção e saneamento básico, recuperação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, para o bem-estar da comunidade local e atração de turistas.					
PP5.5.4a	Valorização da paisagem mantendo a sua qualidade com investimentos em infraestrutura, recuperação ambiental educação ambiental, fiscalização, manutenção e saneamento básico, recuperação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, para o bem-estar da comunidade local e atração de turistas.					
P4.2.16e	Ações integradas do município com o Comitê de Bacia do Rio Jucu					
P1e2.11b	Aplicação das diretrizes do PDM para o uso e ocupação da enseada de Jaburuna					
P1e2.9e	Atuação de guarda costeira					
P1e2.1d	Aumento do poder efetivo de fiscalização					
P1e2.5c	Campanha de educação ambiental para usuários da orla (moradores, turistas, tripulantes de embarcações...)					
P1e2.4b	Campanha de educação patrimonial (histórico, cultural e natural).					
AE.5	Capacitação do Trade Turístico.					

PP1e2.5d	Capacitação dos profissionais prestadores de serviço				
PP1e2.6d	Capacitação dos profissionais prestadores de serviço				
PP1e2.7d	Capacitação dos profissionais prestadores de serviço				
PP1e2.8d	Capacitação dos profissionais prestadores de serviço				
PP1e2.9c	Capacitação dos profissionais prestadores de serviço				
P1e2.5a	Coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos				
PP4.1.2c	Combate aos crimes ambientais (queimadas, extração de areia, descarte irregular de resíduos, caça etc)				
PP4.2.2c	Combate aos crimes ambientais (queimadas, extração de areia, descarte irregular de resíduos, caça etc)				
PP4.3.2c	Combate aos crimes ambientais (queimadas, extração de areia, descarte irregular de resíduos, caça etc)				
P1e2.6a	Consolidação do plano de mobilidade urbana da região metropolitana				
P1e2.3a	Dragagem de corpos hídricos				
PP1e2.5b	Elaboração de roteiros turísticos				
PP1e2.6b	Elaboração de roteiros turísticos				
PP1e2.7b	Elaboração de roteiros turísticos				
PP1e2.8b	Elaboração de roteiros turísticos				
PP1e2.5c	Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos				
PP1e2.6c	Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos				
PP1e2.7c	Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos				
PP1e2.8c	Elaboração de um plano de marketing para divulgação dos roteiros turísticos				
PP1e2.2c	Elaboração e divulgação de um calendário cultural				
P6.1.5a	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada				
P6.2.1a	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada				
P6.3.2a	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada				
P6.4.12a	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada				
P6.4.1a	Elaborar e executar Plano de recuperação da área de restinga degradada				
P6.2.7a	Execução do PDM de forma padronizada, seguindo as especificações do				

	PDM para toda a orla					
P1e2.10d	Fiscalização					
P1e2.5d	Fiscalização da poluição sonora					
P1e2.5e	Fiscalização das embarcações					
P4.2.16b	Fiscalização e monitoramento dos efluentes industriais					
P1e2.2d	Fiscalização efetiva					
P1e2.7c	Fiscalização para garantir o acesso livre á praia					
PP1e2.9a	Formulação e implantação do Plano de manejo					
P1e2.6e	Implantação da sinalização de ruas					
P4.2.16c	Implantação de programa de conscientização ambiental sobre o descarte equivocado de lixo no Rio					
P1e2.6b	Implantação do plano de mobilidade urbana municipal					
PP3.5.3a	Incentivar as atividades em todos os níveis de ensino, propor parcerias com universidades					
PP4.1.1b	Informar a população dos procedimentos para autorização de atividades esportivas na ZA					
PP4.2.1b	Informar a população dos procedimentos para autorização de atividades esportivas na ZA					
PP4.3.1b	Informar a população dos procedimentos para autorização de atividades esportivas na ZA					
P1e2.2g	Integração entre os agentes públicos e privados para atuar junto ao judiciário					
P4.1.12a	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental					
P4.2.12a	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental					
P4.1.1a	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental e de posturas					
P4.2.1a	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental e de posturas					
P4.3.1a	Intensificação da atuação da fiscalização ambiental e de posturas					
P6.1.6a	Intensificar a fiscalização ambiental; Elaborar e executar Programa de conscientização ambiental com os moradores; Instalação de placas educativas, indicando a proibição da captura de animais silvestres					
P6.2.8a	Intensificar a fiscalização ambiental; Elaborar e executar Programa de conscientização ambiental com os moradores; Instalação de placas educativas, indicando a proibição da captura de animais silvestres					
P6.3.3a	Intensificar a fiscalização ambiental; Elaborar e executar Programa de conscientização ambiental com os moradores; Instalação de placas educativas, indicando a proibição da captura de animais silvestres					
P6.4.2a	Intensificar a fiscalização ambiental; Elaborar e executar Programa de conscientização ambiental com os moradores; Instalação de placas					

	educativas, indicando a proibição da captura de animais silvestres					
P6.1.11a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1489/73; Inibir que imóveis residenciais sejam utilizados como casas noturnas irregulares e cerimoniais					
P6.2.19a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1489/73; Inibir que imóveis residenciais sejam utilizados como casas noturnas irregulares e cerimoniais					
P6.3.21a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1489/73; Inibir que imóveis residenciais sejam utilizados como casas noturnas irregulares e cerimoniais					
P6.4.19a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1489/73; Inibir que imóveis residenciais sejam utilizados como casas noturnas irregulares e cerimoniais					
P6.1.12a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1948/19, com multa para os infratores; Proibir a venda de fogos de artifício com barulho no município					
P6.2.10a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1948/19, com multa para os infratores; Proibir a venda de fogos de artifício com barulho no município					
P6.3.22a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1948/19, com multa para os infratores; Proibir a venda de fogos de artifício com barulho no município					
P6.4.20a	Intensificar a fiscalização para o cumprimento da Lei Municipal 1948/19, com multa para os infratores; Proibir a venda de fogos de artifício com barulho no município					
PP3.1.6a	Manutenção constante e conscientização dos usuários					
PP3.2.6a	Manutenção constante e conscientização dos usuários					
PP3.3.6a	Manutenção constante e conscientização dos usuários					
PP3.4.6a	Manutenção constante e conscientização dos usuários					
PP3.4.13a	Manutenção constante e conscientização dos usuários					
P1e2.9d	Melhoria e manutenção da iluminação pública					
PP3.1.7a	Ofertar melhorias/manutenção na iluminação pública, intensificar a segurança na orla e continuidade dos serviços de limpeza pública					
PP3.2.7a	Ofertar melhorias/manutenção na iluminação pública, intensificar a segurança na orla e continuidade dos serviços de limpeza pública					
PP3.3.7a	Ofertar melhorias/manutenção na iluminação pública, intensificar a segurança na orla e continuidade dos serviços de limpeza pública					

PP3.4.7a	Ofertar melhorias/manutenção na iluminação pública, intensificar a segurança na orla e continuidade dos serviços de limpeza pública					
PP1e2.7f	Política pública de segurança turística					
P1e2.4e	Políticas públicas de incentivo a economia local integrada ao patrimônio.					
PP1e2.5e	Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)					
PP1e2.6e	Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)					
PP1e2.7e	Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)					
PP1e2.8e	Políticas públicas de TBC (Turismo de Base Comunitária)					
PP1e2.9b	Políticas públicas de Turismo de Base Comunitária					
P1e2.3b	Programa de Educação Ambiental					
P1e2.1c	Programa de habitação					
P1e2.12c	Publicação literária sobre a identidade da Prainha					
P1e2.9b	Qualificação e manutenção de equipamentos públicos					
P4.3.11b	Realização de campanhas educativas de conscientização da população local sobre o abandono de animais e/ou alimentar animais "de rua"					
P4.1.12c	Realização de campanhas educativas de conscientização da população local, com divulgação de canais de denúncia					
P4.2.12c	Realização de campanhas educativas de conscientização da população local, com divulgação de canais de denúncia					
P6.1.10a	Realizar a limpeza da areia das praias, em toda a sua extensão, não mecanizada e periódica					
P6.2.18a	Realizar a limpeza da areia das praias, em toda a sua extensão, não mecanizada e periódica					
P6.3.19a	Realizar a limpeza da areia das praias, em toda a sua extensão, não mecanizada e periódica					
P6.4.15a	Realizar a limpeza da areia das praias, em toda a sua extensão, não mecanizada e periódica					
P4.3.11d	Recolhimento em situações extremas (zoonoses; risco de ataque; acidentes)					
P1e2.3c	Recuperação de nascentes e matas ciliares					
P1e2.4d	Requalificação do patrimônio.					
P1e2.8e	Sinalização de áreas de riscos					
P1e2.8d	Sinalização de Balneabilidade					
P1e2.8g	Sinalização de riscos para banhistas					
P1e2.8f	Sinalização educativa					
P1e2.2f	Transparência das informações referentes às áreas da União					

P1e2.5b	Tratamento dos efluentes de esgoto					
P1e2.1b	Utilização de novas tecnologias para auxiliar no levantamento					

Fonte: Elaboração própria (2022).

10 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.

10.1 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES MUNICIPAIS.

No dia 04/04/2022 foi realizado um encontro com técnicos e gestores do Grupo de Trabalho (GT) municipal para apresentação da metodologia do Projeto Orla e da agenda de trabalho para o município. O evento foi realizado na modalidade presencial, das 9 às 12h da manhã, no auditório da Prefeitura e foi ministrado por um dos facilitadores. Houve um total de 18 participantes, sendo 16 técnicos e gestores municipais e 2 facilitadores (**Figura 132**).

Figura 132: Capacitação de técnicos e gestores municipais.



Fonte: Elaboração própria (2022).

10.2 VISITA TÉCNICA.

A Visita Técnica foi realizada nos dias 12 e 13/04/2022. Todos os componentes do GT (servidores da Prefeitura representando suas respectivas secretarias) participaram e, além desses, houve a presença de representantes das seguintes instituições parceiras: Projeto “Brasil, Essa é Nossa Praia!” - UFRN; Mtur; IEMA; e SPU/ES (**Figuras 133 e 134**).

Na atividade foi observada a costa do município, considerando sua paisagem, seus elementos naturais, seus usos e conflitos, seus principais problemas e potenciais, e os projetos (em implantação, previstos ou recém implantados). A Visita Técnica possibilitou um melhor conhecimento sobre este território com tantas particularidades, sendo que facilitadores e técnicos puderam discutir e acompanhar as últimas transformações do território, bem como dimensionar as atividades práticas que seriam realizadas durante a 1ª Etapa da Oficina.

Figura 133: Visita Técnica: dia 12/04/2022.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Figura 134: Visita Técnica: dia 13/04/2022.



Fonte: Elaboração própria (2022).

10.3 OFICINAS DE PLANEJAMENTO.

10.3.1 1ª Etapa da Oficina de Planejamento.

O período de inscrições para a 1ª Etapa da Oficina ocorreu entre 21/06 até 11/07/2022, através do *website* da Prefeitura Municipal³⁵.

O evento foi realizado na modalidade presencial, no Auditório da Faculdade Novo Milênio, no período de 18 a 22 de julho de 2022 (**Figuras 135 e 136**), com transmissão ao vivo dos 5 dias da Oficina pela plataforma *YouTube*, através do canal 'TV Novo Milênio' (todos os vídeos da transmissão continuam salvos e disponíveis no canal).³⁶

Figura 135: 1ª Etapa da Oficina: abertura.



Fonte: PMVV (2022).

Figura 136: 1ª Etapa da Oficina: plenária final.



Fonte: PMVV (2022).

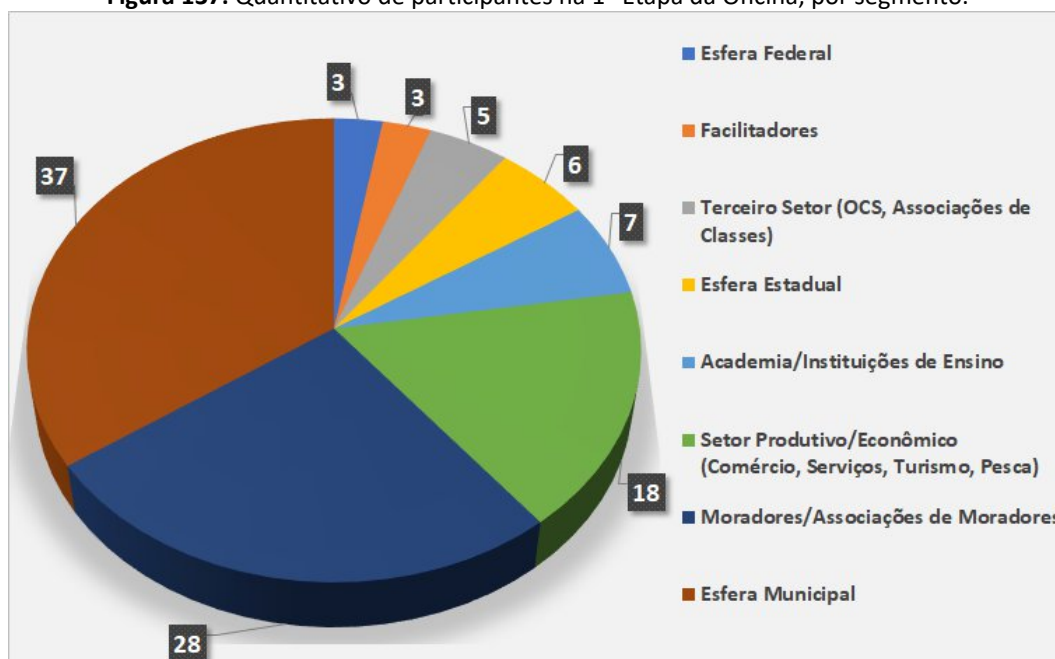
Foi contabilizada a presença de **107 pessoas**, de diversas Instituições/Atividades, com representatividade social dos seguintes segmentos: **Poder Público** (Federal, Estadual e Municipal); **Moradores** individuais e **Associações de Moradores** dos bairros; Setor Produtivo/Econômico (que engloba as instituições/atividades de comércio e serviços, pesca e turismo); **Academia/Instituições de Ensino** (instituições de ensino superior); **Terceiro Setor** (Organizações da Sociedade Civil – OSC e Associações de Classe); e os **Facilitadores** contratados; como demonstra graficamente a **Figura 137**.³⁷

³⁵ Página 'Gestão da Orla', disponível em: <https://www.vilavelha.es.gov.br/fichas/gestaodaorla.aspx>.

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/faculdadenm>.

³⁷ Cabe ressaltar que 16 participantes não informaram a qual instituição ou atividade representavam – esses foram contabilizados no gráfico apresentado à **Figura 137** como 'Moradores/Associações de Moradores'.

Figura 137: Quantitativo de participantes na 1ª Etapa da Oficina, por segmento.



Fonte: Elaboração própria (2022).

10.3.2 2ª Etapa da Oficina de Planejamento.

O período de inscrições para a 2ª Etapa da Oficina ocorreu entre 04 a 25/08/2022, através do mesmo *website* da Prefeitura Municipal, acima citado.

O evento também foi realizado na modalidade presencial, no mesmo local da 1ª Etapa, no período de 30/08 a 02/09/2022 (**Figuras 138 e 139**), com transmissão ao vivo dos 4 dias da Oficina pelo mesmo canal da plataforma *YouTube*, acima citado (os vídeos da transmissão da 2ª Etapa também estão salvos e disponíveis no canal). Foi contabilizada a presença de **76 pessoas**, com **representatividade social similar à da 1ª Etapa da Oficina (Figura 140)**.³⁸

Figura 138: 2ª Etapa da Oficina: abertura.



Fonte: Elaboração própria (2022).

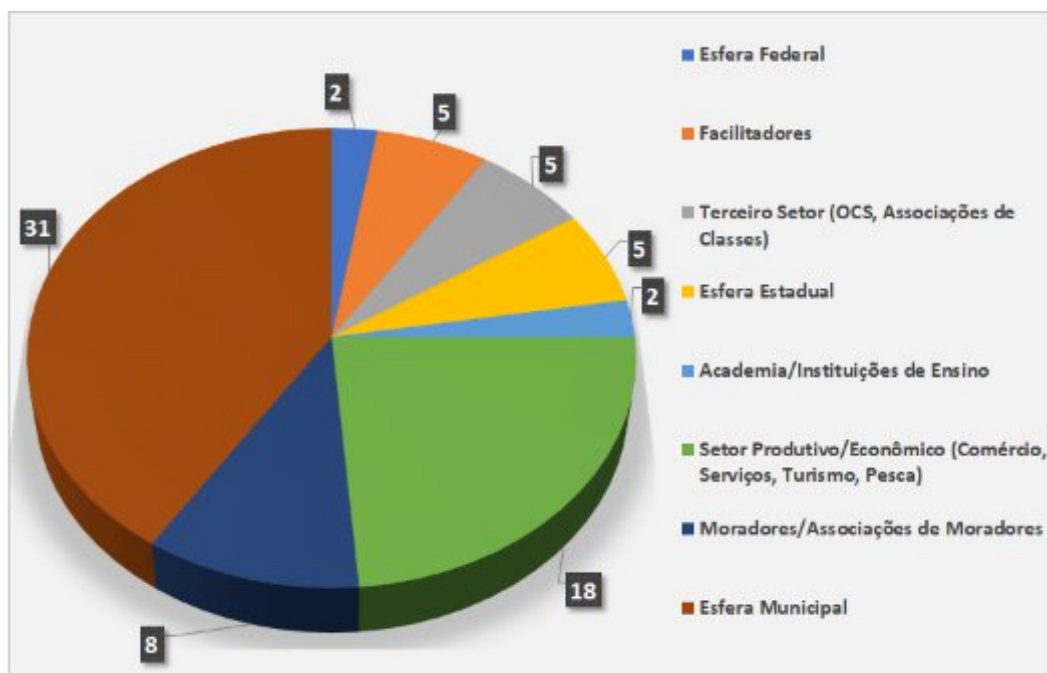
Figura 139: 2ª Etapa da Oficina: plenária final.



Fonte: Elaboração própria (2022).

³⁸ Cabe ressaltar que 3 participantes não informaram a qual instituição ou atividade representavam – esses foram contabilizados no gráfico apresentado à **Figura 140** como ‘Moradores/Associações de Moradores’.

Figura 140: Quantitativo de participantes na 2ª Etapa da Oficina, por segmento.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Durante a realização das 2 Etapas da Oficina, ficou evidente que muitos participantes estiveram presentes em todos os dias dos eventos. Isso com certeza é resultado não só da boa mobilização feita pelo Poder Público municipal, mas também do interesse da sociedade sobre o tema. A compilação sucinta das Instituições/Atividades presentes nas 2 Etapas está apresentada no **Quadro 58**.

Quadro 58: Instituições/Atividades presentes durante as Oficinas.

AABPC	AVAA-VV HIP VAA	CT ITAPARICA	Pescador	SEMMA
ABARPRAIA	Barraca do Alex	Faculdade Novo Milênio	Prefeitura Municipal de Marataízes	SEMOPE
ABREBARRA	Base Maori	GMVV	Prefeitura Municipal de Serra	SEMSA
AEPA	Caiaques	IDAF	Quiosques	SEMSU
AMALAGOA	Câmara Municipal de Vereadores (CMVV)	IEMA	SEMAS	SETUR ES
Ambulantes	Capitania dos Portos	IJSN	SEMCOM	Sindbares
AMORABARRA	CAU/ES	Marinha do Brasil	SEMCULT	SPU/ES
Ass. Nova Ponta da Fruta	CBMES	Monomotor	SEMDEC	UFES
ASSEVILA	CCVV	Movimento Comunitário de Ponta da Fruta	SEMDEST	UFRN
Associação de Moradores da Praia da Costa	Circuito Turístico PF	Movimento Nacional ODS Espírito Santo	SEMDU	Universidade de Vila Velha

ASSVAHV	CMC	MOVIVE	SEMED	
ATABU	Comunidade de Itapuã	Ohana Nui Va'a	SEMEL	
AUAHV	Conselho de Segurança de Ponta da Fruta	Passeio das Ilhas	SEMGOV	

Fonte: Elaboração própria (2022).

Além da presença quantitativa e qualitativa na modalidade presencial, cabe um destaque ao público alcançado através da transmissão do evento. A transmissão teve o objetivo de garantir o acompanhamento dos eventos das Coordenações Estadual e Nacional e da equipe da UFRN, e foi realizada por uma equipe especializada da Faculdade Novo Milênio.

Além da quantidade de pessoas assistindo as 2 Etapas da Oficina em tempo real, detectou-se, até o mês de outubro de 2022:

- a) 1ª Etapa da Oficina: 556 visualizações da transmissão do dia 01; 53 visualizações do dia 02; 131 visualizações do dia 03; 86 visualizações do dia 04; e 106 visualizações do dia 05 da Oficina;
- b) 2ª Etapa da Oficina: 91 visualizações da transmissão do dia 01; 67 visualizações do dia 02; 28 visualizações do dia 03; 138 visualizações do dia 04 da Oficina.

Durante o evento, ao vivo, alguns cidadãos participaram via *chat* do *YouTube*, sendo que todos os questionamentos foram anotados e repassados aos facilitadores e/ou palestrantes. Isso demonstra a importância de se disponibilizar formas alternativas de participação pública, para além do modelo presencial.

Mais detalhes sobre a participação pública nos eventos estão disponíveis no **Diagnóstico Participativo**, no **Relatório Técnico da 1ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo**, no **Relatório Técnico da 2ª Etapa da Oficina de Planejamento Participativo**, e no **Diário do PGI**, já citados no item 1.3 deste Texto Base do PGI.

10.4 ESTRATÉGIAS FUTURAS DE ENVOLVIMENTO DOS ATORES.

O **Quadro 59** apresenta sugestões de estratégias futuras para a continuidade da participação pública, permitindo a ampla divulgação e comunicação do PGI, de forma a permitir o acompanhamento por diferentes atores, melhorar a transparência e a eficiência do processo e, assim, fortalecer a participação cidadã e o controle social na gestão da orla municipal.

Quadro 59: Proposta de estratégias de envolvimento dos atores.

Atividade	Objetivo	Metodologia	Responsável	Público-alvo
-----------	----------	-------------	-------------	--------------

Reuniões setorizadas por Unidade de Planejamento (UP)	Apresentação do PGI	Exposição e debate	Prefeitura; Comitê Gestor	Moradores
Seminário Anual	Apresentação das ações executadas do PGI	Exposição e debate	Comitê Gestor; Prefeitura; e outros	Moradores; CEPO
Palestras / Apresentações Cênicas nas Escolas e Institutos de Pesquisa	Sensibilizar e envolver alunos e professores	Exposição e debate / Teatro	Comitê Gestor; Prefeitura	Alunos; Professores; Pesquisadores
Redes Sociais / Meios de Comunicação	Apresentar, divulgar, sensibilizar e envolver moradores quanto ao Projeto ORLA	Criação de contas em rede social; Criação de conteúdo digital; Divulgação em rádio	Comitê Gestor; Prefeitura	Moradores

Fonte: Elaboração própria (2022).